

Revista NERA

n. 13



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Edi Augusto Benini e Elcio Gustavo Benini

TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Matuzalem Cavalcante e Bernardo Mançano Fernandes

OVERTIME IN CHINA: LAW, PRACTICE AND SOCIAL EXCLUSION

T J Cheng

A POLÍTICA FUNDIÁRIA DO GOVERNO DA FRENTE POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002): DIRETRIZES, LUTA POLÍTICA E RESULTADOS ATINGIDOS

César Augusto Da Ros

O CONCEITO DE TERRITÓRIO E O AGROARTESANATO

Márcio Freitas Eduardo

MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: VINTE ANOS SEM CHICO MENDES

Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva

A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS NA MIGRAÇÃO POR MEIO DE REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS

Marcos Aurelio Saquet e Marcos Leonardo Mondardo

LA ECOLOGÍA Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE FRENTE AL CAPITALISMO: UNA CONTRADICCIÓN INSUPERABLE

José Antonio Segrelles

ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA DEFESA E CONSERVAÇÃO DO CERRADO: O CASO DA REGIÃO SUL DO MARANHÃO

Jorge Luís Nascimento Soares

TERRORISMO À BRASILEIRA: A RETÓRICA DA VEZ DA CLASSE DOMINANTE CONTRA O MST

Rafael Litvin Vilas Bôas

Jul./Dez.

2008



Revista NERA nº. 13

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jul.-dez./2008

Revista NERA

Coordenação de publicação

Bernardo Maçano Fernandes
Matuzalem Cavalcante
Eduardo Paulon Girardi
Anderson Antonio da Silva
Clifford Andrew Welch

Conselho editorial

Abdurazack Karriem – Cornell University (Ithaca, NY, EUA)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Claire Barbay – Université de Paris X (Nanterre, França)
Clifford Andrew Welch – Grand Valley State University (Michigan, EUA)
Emilia de Rodat Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Marechal Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles – Universidad de Alicante (Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Lauren Baker – York University (Toronto, ON, Canadá)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Miguel Teubal – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Norma Giarraca – Universidad de Buenos Aires (Argentina)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sílvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Endereço eletrônico: revistanera@fct.unesp.br

Ficha catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
Semestral

ISSN 1806-6755

Sumário

-
- 6** **REFORMA AGRÁRIA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**
REFORMA AGRARIA EN EL CONTEXTO DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA
AGRARIAN REFORM IN THE CONTEXT OF THE ECONOMY SOLIDARITY
Edi Augusto Benini e Elcio Gustavo Benini
-
- 16** **TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA**
TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGÓCIO Y CONCENTRACIÓN FUNDIARIA
THE TERRITORIALIZATION OF AGRIBUSINESS AND LAND CONCENTRATION
Matuzalem Cavalcante e Bernardo Mançano Fernandes
-
- 26** **OVERTIME IN CHINA: LAW, PRACTICE AND SOCIAL EXCLUSION**
SOBRETRABALHO NA CHINA: LEI, PRÁTICA E EXCLUSÃO SOCIAL
SOBRETABAJO EN CHINA: LEY, PRÁCTICA Y EXCLUSIÓN SOCIAL
TJ Cheng
-
- 47** **A POLÍTICA FUNDIÁRIA DO GOVERNO DA FRENTE POPULAR NO RIO GRANDE DO SUL (1999-2002): DIRETRIZES, LUTA POLÍTICA E RESULTADOS ATINGIDOS**
POLÍTICA FUNDIARIA DEL GOBIERNO DEL FRENTE POPULAR EN RIO GRANDE DO SUL, BRASIL (1999-2002): ACCIONES, DISPUTA POLÍTICA Y RESULTADOS ALCANZADOS
THE LAND POLICY OF THE POPULAR FRONT GOVERNMENT IN RIO GRANDE DO SUL (1999-2002): GUIDELINES, POLITICAL STRUGGLE AND OBTAINED RESULTS
César Augusto Da Ros
-
- 83** **O CONCEITO DE TERRITÓRIO E O AGROARTESANATO**
EL CONCEPTO DE TERRITORIO Y LA AGROARTESANÍA
THE CONCEPT OF TERRITORY AND AGROWORKMANSHIP
Márcio Freitas Eduardo
-

-
- MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: VINTE ANOS SEM CHICO MENDES**
- 102** MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA AMAZONÍA BRASILEIRA: VEINTE AÑOS SIN CHICO MENDES
- SOCIAL MOVIMENTS IN BRAZILIAN AMAZON: TWENTY YEARS WITHOUT CHICO MENDES
- Elder Andrade de Paula e Silvio Simione da Silva**
-

- A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS NA MIGRAÇÃO POR MEIO DE REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS**
- 118** A CONSTRUCCIÓN DE LA MIGRACIÓN EN LOS TERRITORIOS A TRAVÉS DE REDES DE RELACIONES SOCIALES
- A CONSTRUCTION OF TERRITORIES IN MIGRATION FOR NETWORKS RELATIONS SOCIAL
- Marcos Aurelio Saquet e Marcos Leandro Mondardo**
-

- LA ECOLOGÍA Y EL DESARROLLO SOSTENIBLE FRENTE AL CAPITALISMO: UNA CONTRADICCIÓN INSUPERABLE**
- 128** ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONTRA O CAPITALISMO: UMA CONTRADIÇÃO INSUPERÁVEL
- ECOLOGY AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT VERSUS CAPITALISM: AN INSURMOUNTABLE CONTRADICTION
- José Antonio Segrelles**
-

- ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA DEFESA E CONSERVAÇÃO DO CERRADO: O CASO DA REGIÃO SUL DO MARANHÃO**
- 144** ASENTAMIENTOS DE REFORMA AGRARIA EN LA DEFENSA Y CONSERVACIÓN DE LA SABANA BRASILEÑA: EL CASO DE LA REGIÓN SUR DE MARANHÃO
- AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS TO CERRADO DEFENSE AND CONSERVATION: THE CASE OF SOUTHERN STATE OF MARANHÃO, BRAZIL
- Jorge Luís Nascimento Soares**
-

- TERRORISMO À BRASILEIRA: A RETÓRICA DA VEZ DA CLASSE DOMINANTE CONTRA O MST**
- 156** TERRORISMO A LA BRASILEÑA: LA RETÓRICA DE LA VEZ DE LA CLASE DOMINANTE CONTRA EL MST
- BRAZILIAN'S TERRORISM: THE DOMINANT CLASS' SPEECH AGAINST THE MST
- Rafael Litvin Villas Bôas**
-

Apresentação

O questionamento permanente sobre os processos desiguais é uma prática alimentada pela teoria crítica. Vivemos hoje uma ausência de crítica ao modelo de desenvolvimento dominante, que apesar das crises não encontra obstáculos à intensificação da exploração e da expropriação. Em diversas partes do mundo, os movimentos camponeses, organizados na Via Campesina, têm sido uma das poucas forças a contestar este movimento avassalador das políticas neoliberais. Além dos protestos há proposições para a superação das relações sociais de exploração. Todavia, o poder das relações capitalistas com suas estratégias de destruição de modelos alternativos são tão ofensivos que destroem a maior parte das experiências em curso.

Conhecer essas realidades e debatê-las é uma prática saudável para o avanço da ciência e da sociedade. Neste número da Revista NERA foram reunidos artigos críticos sobre diferentes temas centrados na questão agrária e seu conjunto de políticas. Começamos com um estudo sobre a reforma agrária no contexto da economia solidária e temos outro artigo que também trata de experiências de resistências por meio do agroartesanato, em que o autor trabalha o tema a partir do conceito de território. O território é tema central de dois outros artigos, um sobre a territorialização do agronegócio em Mato Grosso e outro sobre o processo de migração. O debate sobre os movimentos camponeses é outro tema que analisa as formas de conflitualidades em um artigo sobre Chico Mendes e outro sobre o MST.

O debate crítico sobre o desenvolvimento sustentável a partir de reflexões teóricas ou analisando experiências de comunidades camponesas está presente nos artigos escritos pelo geógrafo espanhol José Segrelles e pelo engenheiro agrônomo Jorge Soares. Os estudos sobre as políticas fundiárias estão presentes nos artigos de Matuzalem Cavalcante e César Augusto. São leituras críticas dos problemas fundiários dos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Dois territórios tão distantes e tão pertos no que refere à semelhança e às diferenças de suas estruturas fundiárias.

O artigo do sociólogo chinês T. J. Cheng traz uma leitura crítica sobre o processo intenso de exploração de camponeses chineses migrantes para as áreas industriais. Cheng compara os direitos e formas de exploração entre as realidades dos países capitalistas e da “China Socialista”. Este artigo é uma referência crítica para a compreensão das transformações socioterritoriais e políticas que ocorrem hoje na China.

Este conjunto de trabalhos possibilita conhecer mais profundamente os processos desiguais e questioná-los. Ele nos apresenta uma visão mais ampla da geografia das diferenças desde o Sul do Brasil à Amazônia, passando por Mato Grosso e Maranhão. Somam-se as análises sobre a Espanha e a China, de pensadores que não aceitam o consenso.

Bernardo Mançano Fernandes

Reforma agrária no contexto da economia solidária

Edi Augusto Benini

Mestre em Administração Pública e Governo pela EAESP/FGV (2004)
Professor Assistente da Universidade Federal do Tocantins - UFT
Endereço Postal: Quadra 308 sul, Alameda 10, Lote HM 1.2/4, Apto 208. CEP: 77021-068.
Palmas, Tocantins, Brasil.
Telefone: (63) 3225-1775
E-mail: edibenini@hotmail.com

Elcio Gustavo Benini

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2008)
Endereço Postal: Rua Aparecida, n. 548, casa 1. Vila Progresso. Cep 79050-470. Campo Grande, Mato Grosso, Brasil.
E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

Resumo

Se a Reforma Agrária é uma política pública de mudança social, na qual está conjugada a questão da propriedade com a busca de outro modelo de desenvolvimento, de lógica diferente da dominante, passamos a refletir sobre o atual modelo de Reforma Agrária promovido pelo Estado, e qual o tipo de desenvolvimento que ele implica. Posto esse quadro, recuperamos de forma crítica a proposta atual de se constituir uma economia baseada na solidariedade, esclarecendo que tal solidariedade não pode ser reduzida a um tipo de autogestão restrito a pequenos grupos, mas precisa ter, sobretudo, uma perspectiva totalizante. Articulando as possibilidades da proposta de Economia Solidária com os desafios enfrentados pela Reforma Agrária, concluímos que a mesma somente poderá se qualificar, como uma ação de mudança social, se for orientada por um conjunto de políticas públicas que busquem um tipo de desenvolvimento baseado na autogestão social, integrada e sistêmica.

Palavras-chave: políticas públicas; reforma agrária; desenvolvimento; autogestão; mudança social.

Resumen

Reforma Agraria en el Contexto de la Economía Solidaria

Si la Reforma Agraria es una política pública de cambio social, que es la cuestión de la propiedad junto con la búsqueda de otro modelo de desarrollo, diferente de la lógica dominante, comenzamos a reflexionar sobre el modelo actual de la reforma agraria promovida por el Estado, y qué tipo de desarrollo que implica. Dado este marco, para recuperar la crítica actual propuesta de establecer una economía basada en la solidaridad, diciendo que esa solidaridad no puede reducirse a una especie de autonomía restringida a pequeños grupos, sino que debe tener, ante todo, una perspectiva totalizadora. Articulando las posibilidades del proyecto de solidaridad económica con los desafíos que enfrenta la Reforma Agraria, llegó a la conclusión de que sólo podrán ser elegibles, como una acción de cambio social, si es guiada por un conjunto de políticas públicas que buscan un tipo de desarrollo basado en la libre social, integrado y sistémico.

Palabras-clave: políticas públicas; reforma agraria; desarrollo; autónomo; el cambio social.

Abstract

Agrarian Reform in the Context of the Economy Solidarity

If the Agrarian Reform is a public policy of social change, which is the question of ownership coupled with the search for another model of development, different from the dominant logic, we began to reflect on the current model of agrarian reform promoted by the state, and what type of development it entails. Given this framework, to critical retrieve the current proposal to establish an economy based on solidarity, saying that such solidarity cannot be reduced to a kind of self restricted to small groups, but must have, above all, a totalizing perspective. Adding the possibilities of the proposed Economic Solidarity with the challenges faced by the Agrarian Reform, concluded that it may only be eligible, as an action of social change, if guided by a set of public policies that seek a type of development based on self social, integrated and systemic.

Keywords: public policy; agrarian reform; development; self-manager; social change.

Introdução

Para elaborar o presente texto, utilizamos duas bases de reflexão e análise. A primeira originada nas ações da reforma agrária, e segunda apoiada em vários estudos acadêmicos sobre a economia solidária.

Para a primeira base de estudo, foi considerado um conjunto de informações e conhecimentos adquiridos, por um dos autores desse artigo, durante 22 meses (maio de 2006 a fevereiro de 2008) de trabalho no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Regional do Tocantins. Nesta experiência, teve-se a oportunidade de, além do acompanhamento de alguns projetos de assentamento em suas diferentes etapas, desenvolver, ainda que de forma muito incipiente, formas de se organizar a comunidade e de se criar uma identidade coletiva. Levando em conta a constante reflexão elaborada em cada trabalho de campo executado, estaremos considerando tal experiência, a título deste texto, como uma pesquisa participativa não sistemática.

A luz dessas considerações apontadas, tecemos algumas problemáticas sobre a atual forma de se promover o Plano Nacional de Reforma Agrária, questionando primeiro qual o seu objetivo e quais as conseqüências para o mundo do campo, especialmente quando se escolhe esta ou aquela meta ou tipo de desenvolvimento. Grosso modo, podemos situar tal campo de escolha entre a perspectiva de se promover uma Reforma Agrária enquanto uma política de desenvolvimento ou enquanto uma política compensatória. Para entendermos melhor esse dilema, discutimos a própria noção que a palavra “reforma” traz, advogando que a mesma pode conter, intrinsecamente, o conceito de mudança social. Será a partir dessas ponderações iniciais sobre a Reforma Agrária, inclusive questionando o tipo de agricultura familiar que ela vem promovendo, é que se buscou na proposta de economia solidária uma discussão diferenciada sobre desenvolvimento.

Nesse ponto, já como segunda base para a elaboração do presente artigo, existe todo um conjunto de pesquisas e críticas acumuladas pelos autores nesses vários anos de pesquisa, sobre a proposta de economia solidária, sendo inclusive tema de duas dissertações de mestrado: uma sobre “políticas públicas para a economia solidária” (BENINI, 2004) e a outra sobre as “possibilidades e limites e inserção e emancipação social no capitalismo” (BENINI, 2008).

Dessa forma, estamos articulando nesse texto não um projeto ideal de economia solidária, projeto este articulado por um conjunto de movimentos sociais e/ou instituições, mas sim um arcabouço crítico-teórico que leva em conta principalmente suas próprias contradições na sua práxis. Como resultado desse longo processo de pesquisa e reflexão, passamos a diferenciar o projeto normativo de se constituir uma economia baseada na solidariedade das práticas concretas de economia solidária existentes, e problematizar as

contradições latentes que existem entre a proposta (ou mesmo o discurso) com a realidade dos empreendimentos dito solidários. Tendo em vista tais contradições apontadas, é que procuramos explicitar, por meio do método dialético, outros caminhos, derivados dessas mesmas contradições, de desenvolvimento que impliquem na própria noção de mudança social. Resumidamente, entendemos que esse caminho está na constituição de um sistema econômico orgânico baseado na autogestão social, um patamar superior a simples reunião em rede de cooperativas e associações, que praticam um tipo de autogestão limitada a pequenos grupos de ajuda mútua.

A Reforma Agrária hoje e suas problemáticas

A primeira idéia que vem quando se fala em Reforma Agrária é sem dúvida a questão da terra. Quando se resgata todo o histórico da concentração fundiária no nosso país, começando desde as capitâneas hereditárias, passando pela abolição da escravidão com as primeiras regulamentações da propriedade fundiária, até o Estatuto da Terra, salta aos olhos a imensa injustiça social pela qual viveu e ainda vive o trabalhador do campo. Essa injustiça social se expressa tanto na pobreza e baixa qualidade de vida do trabalhador rural, causada por esse processo histórico de exploração e usurpação, como no próprio processo de migração para cidade, explicada muito mais pela expulsão do campo do que pela atratividade da cidade.

Fato irrefutável é que o trabalhador do campo foi desposado dos seus meios de produção (especialmente a posse da terra), induzindo-o a um processo de segregação social crônico, expresso numa situação na qual alguns proprietários rurais acumularam uma riqueza exorbitante, ao mesmo tempo em que um grande contingente de trabalhadores rurais vive uma situação de pobreza, miséria e abandono.

Nesse aspecto essencial, é consenso na opinião pública e em vários setores da sociedade civil a necessidade de se cumprir à Reforma Agrária, esta enquanto política de resgate da imensa dívida social que a sociedade brasileira tem com o seu povo, dessa forma, a luta pela Reforma Agrária qualifica-se como uma bandeira de luta histórica de todo um povo.

Entretanto, apesar da grande conquista dos movimentos sociais, que foi justamente a de colocar a Reforma Agrária na agenda das Ações de Estado (políticas públicas), por meio do Estatuto da Terra e da conseqüente criação de um instituto específico para isso (o INCRA), vários pontos não menos importantes continuam em aberto.

Entre esses pontos em aberto, queremos destacar a própria noção de “reforma”. Se o termo “Reforma Agrária” nasce da luta dos trabalhadores do campo por justiça social, temos claramente um sujeito: os trabalhadores rurais, e um objeto: a questão agrária. Tendo em vista tal contexto é que podemos ponderar melhor o texto “reforma agrária”. Em primeiro lugar a palavra reforma traz consigo a idéia de mudança. Mas mudar o que? Mudar apenas o regime de posse ou propriedade da terra ou mudar a própria lógica de exploração e acumulação que causou o quadro de injustiça social no campo? Lembrando que foi justamente para combater este quadro que houve a organização de vários movimentos sociais de defesa do trabalhador rural.

Ora, se o objetivo da Reforma Agrária é o de promover justiça social no campo, por meio de se criar condições de se produzir e de se viver dignas para o trabalhador rural, então a questão fundiária passa a ser um dos meios para esse objetivo, e não, como ela é vista hoje, na questão principal das políticas de reforma agrária.

Focar corretamente os objetivos de uma dada política ou mesmo de uma bandeira de luta não tem apenas implicações literais, mas também sérias conseqüências concretas. Enquanto se reduz, grosso modo, a política de Reforma Agrária a questão da propriedade da terra, temos com isso a criação de uma série de problemas ou equívocos, a saber: a criação ou mesmo a inflação de um preconceito contra o homem do campo, acusado de apenas buscar um lote de terra para depois comercializar e obter algum ganho fácil e o desenho de um conjunto de políticas públicas para viabilizar os projetos de assentamento

(como o crédito instalação, Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, construção de infra-estrutura), de forma tal que apenas se reproduz a mesma lógica da acumulação capitalista. Neste horizonte, não se prioriza a constituição de uma política de desenvolvimento que possibilite não apenas o acesso a terra e a desconcentração fundiária, mas a própria emancipação sócio-econômica do trabalhador rural. Na falta de uma proposta de desenvolvimento de outro tipo, o conjunto de políticas públicas, disponibilizadas para a Reforma Agrária, é aplicado de forma fragmentada e com pouco planejamento de longo prazo, focadas na questão imediata da mera sobrevivência das famílias assentadas, o que as confere um caráter de políticas públicas compensatórias.

Não por acaso, vários estudos acadêmicos tem enfatizado que o INCRA hoje promove, na maioria dos casos, a criação de verdadeiras “favelas rurais”, e de certa forma, somos obrigados a concordar com essa assertiva. Infelizmente as próprias metas do INCRA vêm enfatizando por demais aspectos quantitativos, como o número de famílias assentadas, valor dos créditos aplicados, entre outros, não havendo nenhum dado sobre o ganho ou mesmo progresso (por falta de outro termo) econômico das famílias assentadas.

Pelo o exposto, é que advogamos aqui a necessidade da ampliação do próprio conceito de Reforma Agrária para uma perspectiva de desenvolvimento, de mudança social propriamente dita. Nesse sentido, falta nas políticas de reforma agrária uma verdadeira sociologia da mudança: afinal o que significa mudar?

Se entendemos que o objetivo da Reforma Agrária é construir uma nova realidade para o trabalhador rural, realidade esta na qual ele tenha condições para exercer uma cidadania plena, ser sujeito da sua história, protagonista do seu desenvolvimento, a noção de mudança social ganha um conjunto de elementos articulados: mudar a estrutura fundiária, o regime de posse ou propriedade da terra (ponto inicial já consensuado); mudar as relações de produção, nas quais não cabe mais a relação patrão / empregado, mas sim a organização econômica dos trabalhadores rurais; mudar a matriz produtiva, de tal forma que seja mais intensiva em conhecimento, mais rica na relação homem / natureza seguindo um modelo agroecológico; mudar a cultura popular do trabalhador rural, que durante décadas ficou imersa numa estratégia individualista de sobrevivência, e agora precisa reaprender a conviver em comunidade, e entender que ele faz parte de um coletivo; mudar a própria forma do Estado se colocar perante o processo de promoção desse tipo de reforma agrária, no qual seja mais um agente indutor do que condutor (no frágil limite do paternalismo) deste processo.

Dentro de um processo de mudança como esse, a reforma agrária se qualificaria para além de uma política compensatória das mazelas da pobreza e da exclusão social, possibilitando promover outro tipo de desenvolvimento, e a proposta de economia solidária pode indicar essa alternativa, no exato momento no qual ela venha a propor e a promover uma nova lógica de desenvolvimento.

Economia solidária: contradições que apontam possibilidades

A proposta de economia solidária é comumente confundida com o cooperativismo ou associativismo. Porém o próprio nome “economia solidária” ganha relevo na medida em que é apresentada como resposta ao desemprego, especialmente levando em conta a explicação estrutural das causas das altas taxas de desemprego do mundo contemporâneo.

Entendemos desemprego estrutural aquele cuja causa vem da própria essência do trabalho assalariado. Sabemos que no modo de produção capitalista o trabalho é reduzido à condição de mercadoria, logo, conforme se avança no progresso técnico, especialmente nas tecnologias poupadoras da mercadoria trabalho, menos ofertas de emprego serão geradas, isso porque os benefícios do progresso técnico são apropriados privadamente e não assimilados socialmente (o que implicaria em redução sistemática do tempo de trabalho socialmente necessário). Dado essa contradição inerente ao modo capitalista de produção, a solução do desemprego não estaria no crescimento econômico, o que, ao contrário,

poderia apenas agravá-lo. Isso se explica, em grande medida, porque, paradoxalmente, o aumento da atividade econômica gera mais investimentos, e novos investimentos tendem para uma lógica de atualização da matriz tecnológica produtiva, esta menos dependente do fator trabalho.

Nesse contexto, é que muitos pesquisadores e movimentos sociais advogam que somente dentro de outras relações de produção é que será possível equacionar o problema do desemprego e da exclusão social (retomando, de certa forma, o próprio projeto histórico de emancipação social). Logo, seria necessário que o trabalho se emancipasse da sua condição de mercadoria subordinada a lei do valor, o que significa organizar a produção de forma autogestionária, ou seja, de forma tal que seja abolida a relação patrão / empregado e a subordinação do setor produtivo a lógica de acumulação capitalista, mudança esta que implicaria, por definição, no fim do trabalho assalariado e da sua conseqüente exploração sistemática. Nesse sentido é que se coloca em evidência o cooperativismo e o associativismo, que seriam a forma organizacional, atualmente conhecida, mais voltada para a lógica do trabalho do que para a lógica de acumulação do capital.

Porém, é razoável refletirmos que uma mudança de tal envergadura não poderia se resumir a apenas a proliferação de uma quantidade crescente e indefinida de cooperativas e associações, mas sim a instituição de todo um novo sistema econômico, inclusive com novas instituições estruturantes, contendo funções adequadas e necessárias a lógica alternativa que se quer constituir. É nesse sentido que mais que um movimento cooperativista, chega-se a proposta de se constituir uma economia baseada na solidariedade, o que se convencionou chamar de “economia solidária”.

Tal proposta declara a necessidade, para uma mudança efetiva, de que a base de organização da produção seja formada pela autogestão, contrastando com a lógica do modo de produção capitalista cuja sua base é a das organizações burocráticas, geridas de forma heterogestionária. Essa proposta também elege a solidariedade como eixo principal de sociabilidade, contrastando com a lógica do mercado capitalista baseada na lei do valor e num tipo de competição que tende para uma lógica predatória de sociedade (subjugar o oponente).

Apesar de que a autogestão e a solidariedade terem funções específicas e integradas (no sentido que uma é requisito da outra), tais conceitos tenderam a banalidade em várias interpretações sobre a economia solidária (ouve-se até falar, em alguns debates ou seminários, no “mercado competitivo solidário!”). A autogestão é confundida ora com formas de gestão participativa, ora com instituições e/ou organizações da sociedade civil, ora com a lógica da ajuda mútua de pequenos grupos, ditos “autogestionários”. Mesmo na hipótese de uma cooperativa que tenha 100% de associados e nenhum trabalho assalariado, ainda assim argumentamos que não se teria, a rigor, uma autogestão autêntica, mas apenas um tipo de autogestão de grupo - autogestão *strito sensu* (Benini. 2008), uma vez que, por princípio, só é possível termos, a rigor, autogestão efetiva – autogestão *lato sensu* (Benini. 2008), se for constituído uma sistema de autogestão social orgânico, que de fato contraponha a lógica heterogestionária do trabalho e a lei do valor de troca (ou simplesmente “lei do valor”) do mercado. Por outro lado, a própria idéia de solidariedade é reduzida quase a uma relação entre desiguais, dentro de uma noção de caridade ou doação, e não de uma aliança ou pacto entre iguais.

É exatamente nesse ponto que o discurso e as práticas de economia solidária estão em dissonância entre si. Políticas ditas “promotoras” da economia solidária estão na verdade buscando criar um conjunto de cooperativas e/ou associações (qualificadas como “empreendimentos solidários”) e **não estão promovendo**, de fato, qualquer projeto de uma nova economia, baseada na autogestão e na solidariedade, que seria conhecida como “economia solidária”.

Se por um lado temos essa dissonância, que revela o não reconhecimento da real natureza de uma prática (ou mesmo uma abordagem extremamente superficial por parte dos seus articuladores), por outro lado temos, na realidade concreta dos chamados “empreendimentos solidários”, a configuração de uma contradição propriamente dita. Essa contradição diz respeito às tentativas de se implantar “autogestão de grupo” dentro da lógica

do mercado capitalista, ou, olhando por outro ângulo, implantar a **solidariedade** de um grupo de trabalhadores imersos num cenário maior regido pela lei do valor (a competição, e a conseqüente segregação “perdedores” / “vencedores”, é estrutural do mercado capitalista), o que os leva a **competir**, com outros trabalhadores e/ou organizações produtivas, ora por mercado, ora por projetos de apoio ou fomento. Tais contradições demonstram claramente que uma proposta efetiva de se constituir uma economia baseada na solidariedade (na qual seja abolida a condição de mercadoria do trabalho e contestado a lei do valor de troca), só é possível dentro de uma perspectiva sistêmica organicamente instituída. Nesse horizonte, cada núcleo produtivo (hoje o elemento similar a um núcleo produtivo poderia ser entendido, grosso modo, como sendo as cooperativas), estaria integrado a um todo maior, coordenados por um tipo de governança autogestionária, o que culminaria, necessariamente, na configuração de um sistema de autogestão social orgânico, estruturado no valor de uso (necessidades concretas equacionadas pelo trabalho disponível).

Isso não significa que as práticas ditas solidárias sejam equivocadas ou estejam no caminho errado, uma vez que somente podemos avançar numa, digamos, síntese superior (resolução de uma contradição), por meio da criação de antíteses (projetos alternativos) questionadoras da lógica atual (a “tese” dominante).

O que vemos como problemático são as interpretações dessas práticas, transmutando-as artificialmente como sínteses (soluções já acabadas) e não como um processo contestador da lógica em voga, com todos os seus limites e equívocos, mas também abrindo novas possibilidades.

Logo, podemos entender a economia solidária como um quebra cabeça, cujos elementos principais ainda estão para serem constituídos ou descobertos dentro do seu movimento. Temos sim alguns outros elementos já experimentados e implantados que são valiosos pontos para se avançar num momento oportuno. Na nossa leitura, o grande desafio da proposta da economia solidária seria vencer o atrito inicial (por em movimento), **um conjunto sistêmico e orgânico** dotado de um arranjo institucional amarrado dentro de uma governança autogestionária. Se formos fazer analogia a receita de um bolo, podemos ainda pensar que, grosso modo, hoje temos muitos elementos (ingredientes) que podem ou poderiam compor esse bolo (a economia solidária), como as cooperativas, as associações, as redes de troca, o crédito solidário, moedas sociais, entre outros, mas assim como não existe uma única receita (podemos ter diferentes tipos de “bolo”), também no mundo real não se pode determinar uma receita para um projeto de mudança social, seria algo um tanto quanto prepotente e inadequado, mas por outro lado é perfeitamente razoável buscar desvendar quais são os elementos estruturantes. No caso do “bolo” o elemento ou ingrediente estruturante seria o fermento, pois nenhum tipo de bolo “cresce” sem fermento, já no caso da “economia solidária” esse elemento, o seu “fermento”, estaria justamente na **instituição de um conjunto sistêmico de autogestão social**, seu componente organizador e uma nova estrutura.

A Reforma Agrária enquanto desenvolvimento solidário

Tendo em vista todos os desafios enfrentados pelo trabalhador rural, especialmente dentro do horizonte da realização plena da reforma agrária, e as possibilidades, apontadas aqui, da proposta de se constituir uma economia baseada na solidariedade, é que inferimos que uma Política Nacional de Reforma Agrária urge se qualificar, além de uma política pública compensatória, mas, sobretudo como uma política pública de desenvolvimento.

Enquanto política pública compensatória, por um lado há a urgente e necessária ação de defesa da vida de seres humanos. Entretanto, além desta sobrevivência imediata, é necessária ainda a reparação de uma grave injustiça social, que formou todo um emaranhado de subordinação social, política e econômica que dificilmente será quebrado sem ações emancipatórias, promovida dentro do escopo de uma política de desenvolvimento.

Além disso, o próprio modelo hegemônico de desenvolvimento precisa ser ele mesmo questionado e substituído por outro, que tenha um conteúdo cunhado a partir da lógica do trabalho e não da do capital, caso contrário, tais políticas, ainda que sejam “políticas públicas de desenvolvimento”, tenderiam a apenas reproduzir, sob outra roupagem, a mesma lógica de exploração e acumulação, que no passado se materializou num quadro de injustiça social no campo.

É justamente nesse ponto de inflexão que vislumbramos uma janela de oportunidade, no sentido que o tipo de desenvolvimento necessário para uma reforma agrária plena seria um desenvolvimento que tenha como horizonte a constituição de um modelo de economia solidária, em outros termos, qualificar a reforma agrária como uma “política pública de desenvolvimento solidário”.

Nessa perspectiva, uma série de ajustes e mudanças far-se-ão necessários na forma como hoje ela é implementada, por meio de um conjunto de políticas públicas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário / INCRA, o Plano Nacional de Reforma Agrária, ou mesmo a construção coletiva de um novo plano nacional.

Em primeiro lugar a própria idéia de assentamento precisaria ser revista. Mais que um conjunto de lotes para os agricultores familiares, dotados de algumas infra-estruturas básicas, na lógica do desenvolvimento solidário a meta seria a constituição de verdadeiras comunidades rurais, nas quais o ponto de referência seria a constituição de uma identidade coletiva, com seus próprios ritos e atividades culturais, um verdadeiro núcleo irradiador de todo um processo amplo de mudança. Mudança no sentido de outras formas de convivência social, outros tipos de arranjos produtivos, formas de organização política organicamente articuladas, enfim, mudança na relação propriedade / comunidade e na própria relação básica homem / natureza.

Especialmente no que diz respeito a produção, a lógica de desenvolvimento hegemônica insiste em negar o fato que a atividade produtiva é, antes de tudo, uma realidade social. Nesse sentido, os grandes empresários do chamado agronegócio tem seus próprios meios de regular sua produção individualizada, dentro de uma realidade social vulgarmente chamada de “mercado”. Não cabe a ele decidir qual produto produzir, em que quantidade e em que nível de preço, mas sim captar um conjunto de informações que demonstram como outros produtores estão planejando suas próximas safras, e quais as tendências de consumo. Entretanto, a assimetria de informações é regra geral e como não há outros meios de coordenação produtiva, a própria lógica do capital compensa tal inconveniente por meios de mecanismos de proteção, como o seguro, a estocagem, contratos de venda a preço futuro, e o próprio capital já adquirido anteriormente (a lógica do capital é de credenciar, para um maior risco, quem já acumulou “gordura” suficiente para “queimar” num ciclo de baixa).

Enquanto isso, o agricultor familiar está despojado desses privilégios e mecanismos. Sua realidade é a realidade do trabalhador rural, apenas com uma vantagem a mais, a de possuir um dos meios de produção: a propriedade da terra. Mas ser proprietário de um “lote”, como se diz popularmente, não lhe traz automaticamente a condição de ser empresário capitalista, para isso ele teria que também possuir certo capital acumulado e condições de produção ampliadas, como ferramentas e tecnologias de alta produtividade, uma extensão mínima de terra para permitir ganhos de escala, além do uso do trabalho assalariado, o que seria uma grande contradição, já que um dos objetivos básicos da reforma agrária é o de contestar a relação de subordinação do grande latifundiário sobre o trabalhador rural.

Logo, a realidade do trabalhador rural, promovido a agricultor familiar pela reforma agrária, é a realidade da lógica do trabalho e não do capital.

Esse fato é facilmente confirmado quando refletimos sobre os diversos impedimentos que os beneficiários da reforma agrária enfrentam para auferirem algum tipo de renda. Assim, eles encontram dificuldades para obter uma boa produtividade da sua parcela (geralmente não tem acesso a conhecimentos e tecnologias de ponta, e tende a usar técnicas tradicionais ou rudimentares de cultivo), encarecimento dos insumos agrícolas, dificuldades no escoamento da sua produção e na obtenção de um preço justo

(principalmente levando em conta o baixo valor agregado da produção rural e a presença intensiva dos chamados “atravessadores”), e o item mais dramático, quando acontece perda da sua lavoura, por uma séria de motivos, o assentado é fortemente penalizando, vivendo uma situação crônica de insegurança alimentar.

O trabalho somente pode enfrentar tais hostilidades do mercado capitalista se estiver organizado de forma solidária e sistêmica, ou seja, como um **conjunto orgânico e articulado**. Com isso, é possível realizar compras de insumos numa posição de barganha mais favorável, obter ganhos de escala investindo em tecnologias e elementos de apoio para o usufruto de todos os agricultores familiares (como maquinários agrícolas, armazéns de estocagem, agroindústrias, entre outros, compartilhados de tal forma a também permitir ganhos de escala), e planejar melhor o tipo de produção conforme as demandas e especificidades locais, obtendo um melhor preço na venda, evitando assim a figura do “atravessador”.

O incentivo para a criação e o fortalecimento das cooperativas e associações de agricultores familiares já são apontamentos importantes de um desenvolvimento de outro tipo, podemos afirmar inclusive que são os primeiros passos na direção da proposta de economia solidária, mas a história do movimento cooperativismo já vem demonstrando que eles não são ainda suficientes para contrapor a lógica hegemônica, o que sugere, cada vez com mais força, a necessidade de criação ou invenção de novas instituições aglutinadoras da autogestão.

Dessa forma, podemos inferir que quanto mais avançadas forem as instituições articuladoras e agregadoras existentes da “economia solidária”, menos vulnerável estará o agricultor familiar frente à lógica do capital e das imposições dos grandes empresários e/ou da classe capitalista, sejam do agronegócio, sejam dos outros setores que participam da reprodução social.

Considerações finais

Credenciar a reforma agrária por meio de uma lógica de desenvolvimento solidário é um desafio imenso, uma vez que muitos dos elementos da proposta de “economia solidária”, como procuramos demonstrar aqui, ainda estão para serem descobertos e aprimorados, sua luta é histórica.

Porém mais importante que definir, a priori, a receita “salvadora”, pensamos que é necessário entender qual o nosso real objetivo, olhar para esse horizonte, e então desvendar o caminho a seguir, caminho este que deverá ser, ao mesmo tempo, construído e reconstruído nessa mesma caminhada, nessa mesma trajetória de mudança.

Se o objetivo da Reforma Agrária é a mudança social, não faz sentido ela ser implementada pela mesma lógica de desenvolvimento que, ao mesmo tempo em que exclui e explora o trabalhador rural, vem degradando sistematicamente os sistemas ecológicos de suporte a vida. É exatamente por isso que vemos na proposta de economia solidária ao menos uma provocação para outras estratégias, outras alternativas, mais condizentes com as necessidades concretas do trabalhador.

Posto a problemática da Reforma Agrária e as possibilidades da proposta de Economia Solidária, a perspectiva de mudança social passa a ser o nosso argumento central, justificando a trajetória do “desenvolvimento solidário”.

Se a reforma agrária precisa ser qualificada como uma política pública de mudança social, e a proposta de se constituir uma economia baseado na solidariedade significa uma projeto que implica, necessariamente, um arranjo econômico-institucional de outro tipo (condição para uma mudança social efetiva - mudança na lógica do mercado e na lógica da exploração do capital), inferimos que somente com o redesenho do conjunto das políticas públicas (em conjunto com suas instituições) no bojo da Reforma Agrária, é que poderemos viabilizar, a rigor, os seus objetivos essenciais. Dito de outra forma, como condição para que a Reforma Agrária aconteça de fato, será necessário redesenhar suas políticas numa perspectiva de desenvolvimento sócio-econômico solidário.

Referências Bibliográficas

BENINI, E. A. Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? In: DAL RI, N. M. & Vieitez, C. G. Revista Organização e Democracia. Marília: Unesp, 2003.

BENINI, E. A. Políticas Públicas e Relações de Trabalho – estudo sobre o processo e natureza da denominada “Economia Solidária”, enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. Dissertação (Mestrado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo: EAESP-FGV. São Paulo: 2004.

BENINI, E. G. Economia Solidária em questão – estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicaseos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande: 2008.

BENINI, E. G. & BENINI, E. A. Economia Solidária nos Prismas Marxistas – revolução ou mitigação. Artigo apresentado no V Encontro Internacional de Economia Solidária - “O discurso e a prática da economia solidária” Universidade de São Paulo – NESOL. 2007.

CAMARGO, L. H. de. A ruptura do meio ambiente: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a geografia da complexidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

DAGNINO, R.; NOVAES, H. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. 2005. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>> e <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 06 de jun de 2007.

DOWBOR, L. A reprodução social – propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis. Vozes, 1998.

DEJOURS, C. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: F.G.V., 1999.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. In: São Paulo em Perspectiva: Desenvolvimento e Meio Ambiente. S. Paulo. Seade. Vol. 6, nº 1 e 2, pg. 22-29. 1992.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 1998.

FREITAS, M. C. A reinvenção do futuro. Bragança Paulista, SP: Contez, 1996.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 02 de mar de 2007.

KLIKSBERG, B. O desafio da exclusão – para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANZINI-COVRE, M. L. O que é cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MORIN, E. O Método 1 - a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. In: Francisco Menezes Martins e Juremir Machado da Silva (org), Para navegar no século XXI. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a Sociedade Civil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

OLIVEIRA, A U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, F. de. A questão do Estado – Vulnerabilidade social e carência de direitos. São Paulo: Cadernos ABONG, Outubro, 1995.

PUTMAN, R. D. Capital social e desempenho institucional. In: Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, pp. 173-194, 1996.

SANTOS, M. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M & SOUZA, M. A. de (Orgs.). A construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

SCHAWARTZMAN, S. Bases do autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SINGER, P. Globalização e desemprego – diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003.

VENOSA, R. (org.). Participação e participações: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

Territorialização do agronegócio e concentração fundiária

Matuzalem Cavalcante

Mestre em Geografia pela FCT/Unesp (2008)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera)

Endereço profissional: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária,
FCT/Unesp – Sala 19, Docente I – Rua Roberto Simonsen, 305, Jardim das Rosas, 19.060-
900 – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil – Caixa Postal: 957

Telefone: (18) 3221-5388/ramal: 5553; Fax: (18) 3223-2227

Endereço eletrônico: mb.cavalcante@uol.com.br

Bernardo Mançano Fernandes

Doutor em Geografia Humana pela USP (1999)

Professor e pesquisador do Departamento de Geografia da Unesp

Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera)

Coordenador da Cátedra de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
(Unesp/Unesco)

Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenador do GT Desenvolvimento Rural do Conselho Latino-Americano de Ciências
Sociais (Clacso)

Endereço eletrônico: bernardo@pesquisador.cnpq.br

Resumo

Analisamos, neste trabalho, o caráter concentrador do agronegócio como produto das diretrizes neoliberais. Para isso, tratamos sobre os mecanismos de apropriação de territórios no campo brasileiro como uma relação sincrônica com a conjuntura internacional. Com o desenvolvimento de nossas pesquisas, entendemos que o agronegócio é um fenômeno insustentável devido aos processos de concentração e exclusão que lhe são inerentes. Como referencial teórico, fundamentamos-nos nos esforços de abstração da realidade desenvolvidos no Nera (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) e em autores como Perry Anderson, Milton Santos, Gilberto Dupas, John Fraser Hart, Roger Burbach & Patricia Flynn e John H. Davis & Ray A. Goldberg. O desenvolvimento do trabalho conta com análise de um banco de dados próprio (Dataluta – Estrutura Fundiária), trabalhos de campo e uma ampla pesquisa em documentos históricos, jornais e trabalhos científicos. Esta pesquisa está vinculada ao projeto “Mudanças da Estrutura Fundiária de Mato Grosso”, financiada pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e apoiada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Palavras-chave: agronegócio; territorialização; concentração; neoliberalismo.

Resumen

Territorialización del agronegócio y concentración fundiaria

Analizamos, en este trabajo, el carácter acumulador del agronegocio como producto de las directrices neoliberales. Para ello, tratamos sobre los mecanismos de apropiación de territorios en el campo brasileño como una solución sincrónica con la coyuntura internacional. Con el desarrollo de nuestras investigaciones, hemos comprendido que el agronegocio es un fenómeno insostenible debido a los procesos de acumulación y exclusión que suelen caracterizarlo. Como aporte teórico nos hemos utilizado de los

esfuerzos para comprender dicha realidad y que han sido desarrollados en las investigaciones del NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) y en autores como Perry Anderson, Milton Santos, Gilberto Dupas, John Fraser Hart, Roger Burbach & Patrícia Flynn e John H. Davis & Ray & Goldberg. Éste trabajo cuenta, además, con el análisis de un banco de datos propio (DATALUTA – Estrutura Fundiária), pesquisa de campo y una amplia investigación en documentos históricos, periódicos y trabajos científicos. Ésta investigación está vinculada al proyecto *Mudanças da Estrutura Fundiária de Mato Grosso*, que cuenta con el apoyo financiero de la Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) y del Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Palabras-clave: agronegocio; territorialización, acumulación; neoliberalismo.

Abstract

The territorialization of agribusiness and land concentration

This article aims to analyze the concentration feature of agribusiness as product of neoliberalism. It is discussed about strategies for appropriation of territories on Brazilian countryside as a synchronic relation to the international conjuncture. Through ours researches, we understand that agribusiness is an unsustainable phenomena due to the process of concentration and exclusion inherent to it. Our theoretical references are the efforts of abstraction of the reality established in NERA (Center for Study, Research and Projects on Agrarian Reform) and by scholars as Perry Anderson, Milton Santos, Gilberto Dupas, John Fraser Hart, Roger Burbach & Patricia Flynn e John H. Davis & Ray A. Goldberg. In this work we analyze data from our own database (Dataluta – Land Tenure Structure), fieldworks and a broad research based in historical documents, newspapers and scientific works. This work is linked to the research project “Mudanças da Estrutura Fundiária de Mato Grosso”, supported by Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) and incentived by Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Keywords: agribusiness; territorialization; concentration; neoliberalism.

Considerações iniciais

Neste ano de 2008, o agronegócio está em “alta”. Boas cotações de preços agrícolas, clima favorável e mais uma fase de (re) negociações financeiras dos *ruralistas* com o Governo Federal, conquistando a redução de encargos incorporados às dívidas para desonerar os produtores e estabilizar suas rendas. A soja e a cana-de-açúcar dividem as principais atenções dos agentes envolvidos no setor agroprodutivo devido à conjuntura favorável à produção de agrocombustíveis. As grandes empresas se desdobram para aproveitar as altas demandas do mercado, apropriando-se de territórios. Muitas cidades se uniformizam, ainda mais, com aparatos que sustentem as novas dinâmicas territoriais no campo. Os interesses da *polis* se confundem, cada vez mais, com os interesses do capital no campo. Entretanto, não é mais novidade considerar que a agricultura tecnomercantil é insustentável. São inumeráveis os textos técnicos, científicos e jornalísticos que denunciam a degradação ambiental e a exploração do trabalho, denotando o caráter concentrador e descomprometido com ambientes e culturas, que é próprio do aparelho capitalista. Sua meta principal – arregimentada no modelo neoliberal – é a lucratividade imediata e a consolidação e expansão corporativa no sistema financeiro. Mas independente da desigualdade gerada por esse modelo, as crises cíclicas do mercado financeiro podem arruinar os esforços daquela(e)s que acreditam nessa realidade.

No contexto da expansão do agronegócio nos Estados Unidos, Walter Kollmorgen (1970), estudando o meio-oeste americano, comenta que a expansão da grande produção foi acompanhada por um forte investimento na infra-estrutura de transporte e no meio científico-tecnológico por parte do governo. Seu intuito era favorecer o aumento da produtividade e do sucesso desse novo sistema. Máquinas, herbicidas, pesticidas e fertilizantes intensificaram a produtividade em índices inimagináveis para a época. Este autor confirma que a grande demanda pós-Segunda Grande Guerra fez intensificar a produção de alimentos naquele país. Isso fez com que as propriedades do meio-oeste dos Estados Unidos, que já eram grandes em relação aos padrões mundiais, ficassem ainda maiores sob o sistema da relativa livre concorrência. John Fraser Hart (1970), tratando sobre a mutação do interior norte-americano, comenta sobre a grande expansão de áreas reflorestadas em antigas áreas produtivas e do aumento da produtividade. Tal produtividade foi tamanha que este autor chega a comentar que em 1970 eram necessários 19 agricultores americanos para alimentar uma única pessoa da cidade. Hoje um só agricultor alimenta 30 cidadãos. E ainda que, em 1965, um homem hora de trabalho no campo produzia cinco vezes mais alimentos que em 1920. Entretanto, essa rápida territorialização da grande produção (agronegócio) fez com que muitos povoados, aldeias e famílias entrassem em decadência devido às crises do setor que contribuíam para a expansão dos agricultores mais prósperos.

Nessa mesma medida, a crise do agronegócio da soja em 2005 fez com que vários agricultores entrassem em falências e junto deles cidades inteiras sofreram conseqüências. Nesse contexto, os agricultores mais prósperos (empresários que diversificam seus investimentos) concentraram ainda mais terras através da compra das propriedades desvalorizadas. A gravidade desse fato fez com que o presidente da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso) fosse à mídia alertar à sociedade que a crise poderia acabar a representatividade dos produtores rurais.¹ Nesse sentido, é muito perigoso direcionar a funcionalidade de uma localidade ou de uma região para atender as demandas de um único setor produtivo. Assim, a atual fase de instabilidade promovida pelas crises cíclicas do mercado é vinculada ao modelo homogeneador, imediatista e, portanto, insustentável do capitalismo neoliberal.

A conjuntura formatada pelo neoliberalismo

Segundo Richard Peet (2007), o regime neoliberal na economia mundial tem tido um efeito acelerador na concentração de renda. De acordo com ele, o crescimento econômico dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os mais ricos do mundo, saiu da média de 3,5% ao ano, de 1961-1980, para 2,0%, de 1981-1990. Nesses mesmos períodos, os países em desenvolvimento (com exceção da China) despencaram seus crescimentos de 3,2% para 0,7%. Ao passo que o crescimento diminuiu, revela ele que 1% das famílias mais ricas dos Estados Unidos dobrou sua cota total de renda de 1980 a 2002. Isso significa que, hoje, “o ativo das 200 pessoas mais ricas do mundo [...] é maior que o de 41% das mais pobres [...] (a saber, 2,6 bilhões de pessoas).” (p. 22) Essas mudanças, após a implantação do neoliberalismo, reverteram as tendências niveladoras do período da política de bem estar social, implantada após a crise de 1929 até 1970.

É importante lembrar que o neoliberalismo é uma elaboração teórica e política que se “levantou” contra a intervenção estatal e da política de bem-estar social da(o)s cidadã(o)s norte-americana(o)s. Friedrich Hayek, seu idealizador, escreveu em 1944 a obra “O Caminho da Servidão” que, vinte anos depois, fundamentou o pensamento político de diversos governos no hemisfério norte. Criticando o Liberalismo, Hayek acusava o Estado

¹ Os grandes empresários do agronegócio não possuem forte vinculação com os sindicatos de produtores rurais. Muitas vezes estão mais ligados às instituições de representatividade industrial ou comercial, ou diretamente com o estado.

de romper com o curso normal da acumulação. Para ele era necessário preparar um outro tipo de capitalismo, livre de regras. Em seu pensamento, a regulação do mercado impedia a liberdade dos cidadãos, prejudicava a concorrência (para ele vital) e dificultava a prosperidade. Entendia que, em nome do Estado forte, os sindicatos deveriam perder sua força para aumentar a taxa de desemprego e formar um saudável exército de reserva; o governo deveria controlar sua economia, mantendo uma moeda “forte”; os impostos das grandes empresas deveriam ser reduzidos gerando mais lucro para fundar mais investimentos, retomando, assim, desigualdade “natural” (ANDERSON, 1995). Assim, a liberdade empresarial no planeta elaborou, assim, um complexo sistema de mutação talvez só cessada no momento do seu próprio colapso.

Para muitos, a territorialização do capital é um acontecimento quase que epifânico, devido à nova realidade constituída, mas precisamos analisar seriamente esse novo evento. De acordo com as teorias clássicas do Estado (formuladas nos propósitos de liberdade, igualdade e fraternidade), o fenômeno econômico deve ser gerenciado pela autoridade central do Estado. Cabe a esta instituição compreender e compensar os diferentes interesses e as disputas de poder existentes. Os interesses das coletividades individualistas devem elaborar um individualismo no coletivismo. Mesmo que o Estado use o monopólio da força em defesa da ordem social. Esta ordem social deve formular uma unidade ética com menos desigualdades, baseada nos princípios de *bem estar*. Ele deve intervir para estimular um regime de justiça econômica, de caráter colaboracionista, e evitar um regime de força meramente econômico, de caráter hedonista. Entretanto, a reprodução do hedonismo na sociedade chegou ao ponto de regularizar a desproporção entre o trabalho e o lucro, a especulação financeira, o parasitismo econômico e político nos recursos públicos; fenômenos conseqüentes da intervenção empresarial nas decisões do Estado.

O neoliberalismo é uma proposta de transferência progressiva do poder do Estado para as corporações financeiras.² O “sucesso” desse paradigma pode ser explicado pela motivação hedonística estabelecida pelo princípio da vantagem individual, gerando um complexo atrito de explorações que incorpora todos os sujeitos da sociedade numa gradação escalar. No entanto, as classes menos abastadas sofrem conseqüências de uma drasticidade de difícil medição. As precárias condições de habitação, saúde, trabalho, educação, cultura e segurança da classe trabalhadora começam a intensificar os movimentos *contracorrentes*, os quais são classificados pela sociedade como ideológicos, anarquistas, banditistas, *et cetera*. Tais classificações pelo pensamento de massa são baseadas no *discurso da competência* (CHAUI, 2006), que parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. O pensamento da classe social dominante, de maneira geral, não exige mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo em grande escala. A perspectiva hedonista instaura, assim, a premissa do desenvolvimento desigual com a sujeição inclusão social da burguesia brasileira no processo, mesmo que em condições de subalternidade, como já afirmavam os teóricos do desenvolvimento brasileiro das décadas de 1950/60.

As constantes crises setoriais e globais que a humanidade passa já são alertas da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento. Desde empresas de porte internacional, até nações inteiras, ingressam em crises históricas. Nos setores produtivos da agricultura capitalista tal fato não ocorre diferentemente. Crises cíclicas do sistema financeiro ocorrem periodicamente levando muitos produtores à falência. Trata-se de um sistema extremamente “melindroso”. A agricultura, por sua vez, sofre inúmeras alterações negativas mediante problemas ambientais, expansão de safras desproporcionalmente ao consumo mundial, decisões políticas que influenciam a mercantilização, problemas

² Para Fernando Henrique Cardoso (2007), na verdade não há uma redução da regulação do Estado, mas novas formas de regulação no sentido de ampliação. Para ele, as pressões de ONGs, movimentos sociais e – segundo ele – por “movimentos de opinião aparentemente sem base institucional maior” impõem ao estado regulações pautadas a atender um novo conjunto de temas como meio ambiente, direitos do consumidor ou minorias.

logísticos *et cetera*. Neste sentido, quando tratamos de um modelo de desenvolvimento agrícola monopolizador de terras, riquezas e, até mesmo, de funções sociais em um território, vislumbramos um perigoso arsenal produtivo devido sua inconstância diante das alterações conjunturais do sistema financeiro e das decisões políticas empresariais e do Estado.

A interdependência do agronegócio e da concentração de terras

A noção de agronegócio foi formulada nos Estados Unidos pelos economistas John H. Davis e Ray A. Goldberg (1957). Para eles, o agronegócio envolve um complexo de compra e distribuição de suprimentos agrícolas, a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos acabados. Tal empreendimento ocorreu devido ao avanço técnico-científico, a disponibilidade de terras em grandes extensões naquele país. Além disso, essa grande produção em escala foi intensificada pela política de ajuda internacional dos Estados Unidos aos países arruinados pela Segunda Grande Guerra. Essa ajuda foi institucionalizada pela Lei 480 em 1954. Logo após sua aprovação, um fluxo de alimentos sem precedentes foi destinado aos países europeus. Essa Lei previa o pagamento dos produtos em longo prazo e em juros baixos. Seu objetivo era a vinculação institucional com países que poderiam se integrar à organização político-econômica socialista. Essa ajuda internacional previa a importação de alimentos norte-americanos e a revenda em seus próprios países, procedimento que assegurou a absorção das mercadorias pelas classes mais abastardas. A Lei 480 só oficializou uma política que vinha ocorrendo desde o final da guerra por liderança do senador Herbert Hoover (BURBACH e FLYNN, 1982).

Na história do agronegócio nos Estados Unidos, verificamos que a expansão da produção e da produtividade fez com que muitos povoados, aldeias e famílias entrassem em decadência devido às crises do setor. É muito perigoso direcionar a funcionalidade de uma localidade ou de uma região para atender as demandas do agronegócio. Trata-se de um modelo homogeneador, imediatista e insustentável. No entanto, o discurso da competência do agronegócio parece surgir da sociedade como se não houvesse um agente propulsor dessa ideologia. Os sujeitos sociais, de forma genérica, não exigem mais cidadania, mas privilégios. Assim, agricultores, comerciantes ou prestadores de serviços almejam aquisição de vantagens com o “boom” do produtivismo agrícola em grande escala. A perspectiva hedonista instaura a premissa do desenvolvimento desigual com a sujeição inerente à condição de uma sociedade inclusa no processo, mesmo que em condições de subalternidade.

Às classes mais abastardas, embora da mesma forma sujeitas às crises, o impacto socioeconômico pode eclodir de forma mais tardia em relação aos agentes sociais menos prósperos. No caso do agronegócio, as sucessivas crises têm favorecido a intensificação da concentração fundiária. Como já tratamos, a crise dos produtores de soja, em 2005 e 2006, fez com que empresários agrícolas se apropriassem de inúmeras propriedades de agricultores falidos. As conquistas destes grandes empreendimentos aumentam cada vez mais, tendo como objetivo o controle dos territórios. Numa *fala* de Eraí Maggi Scheffer, um dos grandes agroempresários mato-grossenses, concedida à revista “Dinheiro Rural”, edição de fevereiro de 2007, foi deixado claro por ele que “a crise vai selecionar os bons da atividade”. Esse grande produtor, junto com dois irmãos e um cunhado, através do Grupo Bom Futuro, cultivam soja, algodão e milho em uma área de 225 mil hectares utilizando-se de técnicas cada vez mais modernas para o aumento da produtividade. Além disso, trabalham com parcerias com produtores endividados. Enquanto estes são responsáveis pela terra e o maquinário, o Grupo banca as despesas com as sementes e os defensivos agrícolas. Depois da colheita, o faturamento é dividido em até 50%, de acordo com a qualidade do produto, que quase nunca atinge o nível máximo. É claro que o valor de 50% do faturamento da soja só é pago ao produtor se a soja estiver com a qualidade máxima exigida, o que dificilmente ocorre. Essa é uma prática comum das empresas que trabalham

com essas parcerias no Centro-Oeste. Com isso, podemos afirmar que esses fatos são estratégias de exploração de produtores por partes destas empresas. É um claro processo de monopolização do território pelos produtores mais bem sucedidos (capitalistas), que acentuam essa exclusão de agricultores.

As relações contratuais de produção e compra efetuadas entre produtor e empresa são uma forma de apropriação do território. Essa relação não é relacionada tão somente aos contratos fechados entre pequenos produtores com empresas como a Sadia, a Parmalat e a Elegê. Ela também é efetuada com médios e grandes produtores capitalizados com empresas como Amaggi, Cargill e Bunge. O fato das empresas explorarem mesmo os proprietários capitalizados de forma tão intensa é um fato novo do processo de desenvolvimento do capitalismo. Como já afirmamos, a atuação das empresas e as “altas” e “baixas” do sistema financeiro estão falindo mesmo os grandes produtores. Isso mostra a tendência à concentração como nunca se viu antes. Essa apropriação territorial no campo faz parte de uma tendência globalizatória das empresas e não se limita aos limites do espaço rural, como também do urbano. Isso porque, do ponto de vista institucional-corporativo, as cadeias produtivas envolvem a apropriação parcial ou total do fornecimento de insumos, da produção, do processamento, do comércio atacadista e do comércio varejista, necessitando da cidade para arregimentar as relações de incorporação humana no trabalho.

O Brasil é um país reconhecido internacionalmente pelos problemas históricos de distribuição de terras. Organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e o Bird (Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial) veiculam, através de sucessivos relatórios, a concentração fundiária do Brasil como um empecilho para o desenvolvimento, embora que nos moldes ideológicos que eles professam. Até a própria legislação reconhece essa problemática, visto que a Constituição Federal de 1988 prevê disposições legais de ação por parte do Governo, com aparato ao Estatuto da Terra, de 1964. Entres as causas fundamentais estão as formas de parcelamento da terra no período colonial e a manutenção do projeto de latifundiário de produção no campo pelo estado elitista. Entretanto, a partir da década de 1970, com as revoluções dos meios de comunicação e de transporte, associado à integração dos mercados ao sistema financeiro, de acordo com tudo o que expusemos, intensifica-se o movimento de concentração fundiária de caráter fragmentado no sentido espacial.

O campo brasileiro, na década de 1970, foi marcado pela *Revolução Verde* e pelo processo de ocupação capitalista do cerrado e da Amazônia através da distribuição e venda de terras a empresas para a colonização e projetos agrominerais. Assim, várias delas começam a investir na aquisição de terras. Fez parte da ditadura militar o incentivo às empresas diversificarem seus investimentos em vários setores da economia. Assim, diversas empresas e pessoas físicas adquiriram propriedades em várias partes do Brasil, que posteriormente foram passadas a outros donos. Com a reestruturação produtiva no campo, a partir da década de 1990, inicia-se uma nova fase no Brasil, quando foi difundida a noção de agronegócio como um modelo a reestabelecer a agricultura comercial exportadora após a crise da década de 1980. Assim, o agronegócio é uma expressão do capitalismo neoliberal no campo, iniciada nos governos Collor/Itamar através da forte atuação de agências de regulação financeiras internacionais no país. A partir daí, a aquisição de terras por parte de empresas não possui um papel tão somente de especulação, mas de ocupação produtiva. As empresas do setor agropecuário tomam frente do processo na corrida desenfreada pela conquista de territórios, ao passo que as empresas de outros setores da economia se deslocaram para se fortalecer dentro de sua funcionalidade principal.

Em nossas experiências de campo, em Mato Grosso, observamos esse processo partindo das áreas produtoras de grãos rumo às áreas de fronteira. Os produtores mais prósperos compram as terras planas das áreas de fronteira e plantam soja, em boa parte dos casos, quando seu preço está valorizado no mercado internacional. É um processo de intensa concentração de terras de forma fragmentada. Nossa hipótese é que parte dessa expansão é responsável pelo aumento das áreas cadastradas no SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) de 1992 a 2003 (CAVALCANTE, 2007). Isso porque boa parte desses

produtores precisa regularizar sua situação cadastral para aquisição de crédito agrícola para produzir. E para solicitar crédito é necessário efetivar o cadastro rural no Incra. Esse fato não ocorre com frequência na pecuária, embora os criadores de gado também se preocupem em regularizar suas situações devido à situação conflituosa e incerta das terras de Mato Grosso.

Assim, se a soja avança rumo às terras disponíveis e próprias para agricultura comercial em grande extensão, as áreas de pecuária também se deslocam à sua frente, como apresenta o trabalho de Girardi e Fernandes (2006). Com isso, há uma grande possibilidade da expansão do agronegócio ser responsável pelas mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso, no sentido da expansão das propriedades. Ora, se o agronegócio adquire uma terra desmatada, muitas vezes utilizada pela pecuária, pode significar o deslocamento do pecuarista para uma outra área mais ao norte, no caso de Mato Grosso. Nesse sentido, a expansão do agronegócio é responsável por um impacto da progressiva incorporação de terras agricultáveis.

A existência de famílias ou empresas com várias propriedades é uma realidade que vem se ampliando na medida em que o tempo de deslocamento de um lugar a outro diminui através da facilitação ao acesso aos meios transportes rápidos. E quando se trata da incorporação de grandes propriedades dispersas à mesma administração, existe grande possibilidade desse fato estar associado à expansão de negócios agropecuários. E esses negócios em expansão podem estar reproduzindo as mesmas atividades (como a criação de gado bovino, produção de grãos, *et cetera*), por um processo que classificaremos como reprodução funcional do território agrícola, e/ou pela incorporação de atividades complementares para aumento do lucro, processo que classificaremos como apropriação territorial para a constituição de cadeias produtivas. Esses dois processos, que são algumas vezes indissociáveis. São particularidades da monopolização do território pelo capital, que é um conceito já trabalhado na geografia brasileira por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991).

A apropriação territorial para a constituição de cadeias produtivas pode ser encontrada de forma completa ou incompleta. O que não significa que a forma incompleta não busque ser completa, por se tratar de um processo. Essa apropriação faz parte de uma tendência globalizatória das empresas e não se limita tão somente ao espaço rural, como também ao urbano. Isso porque, do ponto de vista institucional, as cadeias produtivas completas envolvem a apropriação parcial ou total do fornecimento de insumos, da produção, do processamento, do comércio atacadista e do comércio varejista. No caso brasileiro é difícil encontrar conglomerados de empresas que se apropriem de forma completa de uma cadeia produtiva. É fácil encontrar empresas como, por exemplo, a Friboi, que possui propriedades de criação de gado bovino, frigoríficos e indústrias de sabonetes, ou como as *tradings* da soja. As *tradings* são complexos empresariais que podem deter: propriedades produtoras de grãos; empresas compradoras através do financiamento creditício e da assistência técnica; empresas exportadoras com meios de transportes modernos e alternativos; mais modernos insumos e técnicas de produção; empresas de industrialização da produção agrícola; empresas que consomem a produção com o intuito de agregar valor.

Não é novidade que o aumento da lucratividade dessas empresas depende das estratégias de diminuição de gastos com pagamento de funcionários, matérias-primas, impostos, *et cetera*. Nem é novidade o fato delas explorarem os agricultores pagando baixos preços pela produção comprada levando-os a falência e se apropriando, muitas vezes, de suas terras. Isso porque a lucratividade das empresas depende da apropriação do território, não necessariamente de forma absoluta, como também relativa. Nesse contexto, as empresas estão deixando de se apropriar do território de forma relativa para se apropriá-lo de forma absoluta, sendo proprietária de fato, detendo o título do imóvel. Entretanto, essa apropriação que se intensifica é praticada, de forma mais intensa, por empresas brasileiras que pretendem se tornar *tradings*. Assim está, atualmente, a expansão do agronegócio no cerrado brasileiro, territorializando-se, cada vez mais, verticalmente, aprofundando o controle das relações espaciais, e horizontalmente, expandindo-se na apropriação de terras em áreas de fronteira agropecuária. Sobre este processo de territorialização do

agronegócio, nos remeteremos ao estudo já realizado por Girardi e Fernandes (2006), onde são estudadas as áreas de abrangência do agronegócio da soja como um território, que eles classificam como sendo da soja, mas que nós classificaremos como território do agronegócio. Isso porque são plantadas rotativamente com a soja outras culturas como o algodão e o milho, podendo ainda ser substituída por outras culturas que estiverem em “alta de preços”, como a cana-de-açúcar. Para isso, a readequação da infra-estrutura e das formas de produção pode se rearranjar com rapidez.

O território do agronegócio se fundamenta na integração corporativa dos produtores liderada pelas empresas, que reconfiguram o espaço em função da lógica produtiva. Ao passo que as empresas se unem para defender seus interesses junto ao Estado, inserindo seus interesses no orçamento público, elas realizam um uso competitivo e, ao mesmo tempo, integrado, do território implantando infra-estruturas e engendrando estratégias de ampliação do controle do mercado. O estabelecimento deste complexo produtivo no espaço tendência ao que Milton Santos (2004) chama de monofuncionalidade do uso da terra e das infra-estruturas de transportes, negando a possibilidade de uso plural do espaço.

Vejamus que saímos da discussão sobre a apropriação territorial para a constituição de cadeias produtivas, quando tratávamos da apropriação do território pelas *tradings*, nas formas relativa e absoluta, para a discussão sobre a reprodução funcional do território agrícola. Trata-se, nesse caso, de uma relação indissociável, pois as empresas do agronegócio se apropriam da cadeia produtiva da soja, do milho ou da cana-de-açúcar ao mesmo tempo em que se apropriam do território funcionalmente. Isso significa que o campo, as cidades, as infra-estruturas de transporte e energia e os sistemas públicos de educação e saúde, são organizados e reorganizados para atender suas demandas. Assim, o território do agronegócio é efetivado pela relação contratual das empresas com as propriedades agrícolas, e pela receptividade do Estado e da sociedade. A relação de dominação se amplia com o interesse expansionista das empresas, que, como afirmamos, acaba concentrando as propriedades de forma absoluta.

Esse fato nos faz refletir sobre o que chamamos de concentração fragmentada de terras, devido a expansão patrimonial de imóveis rurais. As subidas imediatas dos preços internacionais da tonelada de determinadas culturas agrícolas garantem lucros abundantes a produtores. Para esses lucros aumentarem, muitos produtores inviabilizados de comprarem propriedades ao entorno das suas, investem na compra de imóveis em outras localidades, muitas vezes em municípios distantes devido aos baixos preços. Ao contrário, ocorrendo a queda de preços dos produtos cultivados, muitos proprietários rurais precisam vender seus imóveis para agricultores mais prósperos (que, na maioria das vezes, são empresários) com o intuito de pagarem dívidas bancárias. Acrescentamos ainda – como afirmamos anteriormente – os problemas financeiros ligados a fenômenos climáticos ligados às mudanças globais do ambiente físico de secas ou chuvas abundantes, problema que vem sendo amenizada através dos seguros. Estes fatos nos remetem à necessidade de propor metodologias que considerem esse tipo de concentração (fragmentada), que fica mascarada nos cálculos utilizados atualmente. O agronegócio, um vigoroso circuito capitalista de produção que se territorializa no campo, é uma das *faces* da reestruturação produtiva promovida pelo capitalismo. Ele produz e reproduz a lógica territorial das empresas transnacionais implantando novas racionalidades que reconfiguram toda a dinâmica socioespacial.

Considerações finais

As conquistas destes grandes empreendimentos aumentam cada vez mais tendo como objetivo o controle do território. E, no caso do agronegócio da soja, essa articulação empresarial tem sido tão bem sucedida que nem mesmo as atuais crises do setor têm intimidado seu poder de apropriação do território. Desde os primeiros estudos da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil foi normal encontrar casos de produtores que venderam suas propriedades nas áreas produtivas e compraram maiores extensões de terras nas

frentes pioneiras. Entretanto, temos observado que em Mato Grosso vários produtores-empresários têm se utilizado, do que conceituamos em geografia, de antecipação espacial. Em nossa pesquisa de campo percorrendo os trechos Cuiabá-Brasnorte-Juara, Cuiabá-Sinop e Cuiabá-Vila Rica não conseguimos visualizar uma só área de chapada, que são as terras mais cobiçadas para monocultura tecnicada em grande extensão, que não estejam presentes empresas agrícolas com áreas reservadas para plantio. Junto a essas áreas existe a presença de grandes silos que são abastecidos pela produção da própria propriedade e das demais ao entorno. E isso ocorre nos municípios mais distantes dos pólos produtores. Entretanto, a de se considerar que essas áreas só são cultivadas nos momentos de alta do preço dos grãos. Enquanto os preços se mantêm em baixa, essas áreas são utilizadas como pastagem ou no plantio de alguma cultura com alto potencial de produção de biomassa, como o sorgo, que é muito utilizado.

Este fato nos leva a crer que a expansão das terras em Mato Grosso de forma mais intensa que no resto do Brasil é resultado da ocupação maciça das terras da região produtora de soja. Assim, acreditamos que ocorrem as seguintes situações nas áreas de entorno do território do agronegócio: a própria expansão contínua e descontínua das áreas produtoras de grãos; o processo de antecipação espacial na compra de terras menos valorizadas; o deslocamento espacialmente da atividade pecuarista; o deslocamento dos camponeses e agricultores menos prósperos que não conseguem se manter no território da soja; a regularização de terras de proprietários antigos da região, que temem a desapropriação para reforma agrária, visto aos conflitos agrários existentes naquele estado, embora de forma tímida; e a implantação de assentamentos rurais pelo Incra e pelo Intermat.

Nas áreas produtoras de cana-de-açúcar, no Estado de São Paulo, segundo a CPT (Comissão Pastoral da Terra), dos 5 milhões de hectares plantados, apenas 20% é proveniente de pequenos e médios produtores. Esta instituição afirma, ainda, que as áreas plantadas de cana na região de Ribeirão Preto (SP) são de propriedade de oito famílias. Em São Paulo, a corrida pela compra ou arrendamento de terras para a cana-de-açúcar tem sido intensa suficiente para gerar conflitos entre as usinas de açúcar e álcool com as empresas produtoras de suco de laranja. Tal fato merece atenções urgentes do meio científico. Um dos fatores que têm tomados nossas atenções é que nesse novo momento surge a necessidade de revisão dos critérios de avaliação da concentração fundiária brasileira. A medição da concentração fundiária através do índice de Gini levando em conta a quantidade de propriedades desconsidera o fato de um único sujeito possuir vários imóveis. Está cada vez mais intenso o processo espacial de concentração fragmentada da terra, o que, como afirmamos, é inerente ao modelo econômico global imposto.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 9-23.
- BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. Agroindústrias nas Américas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: a história que vivi. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. Mudanças da estrutura fundiária de Mato Grosso. 2007. Relatório de qualificação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Maçano. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 8, pp. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Maçano. Reestruturação produtiva no cerrado brasileiro. In: CD Room do I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Niterói: Universidade Federal Fluminense/Rede de Estudos Rurais, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra; FERNANDES, Bernardo Maçano; CRIADO, Rodrigo César. Agronegócio da soja e atuais mudanças na estrutura fundiária brasileira. In: CD Room do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, II Simpósio Internacional de Geografia Agrária e Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/Universidade de São Paulo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray A. A concept of agribusiness. Boston: Harvard University, 1957.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Los desafíos de la geografía agraria para explicar las políticas de reforma agraria en los gobiernos Cardoso e Lula. Análisis latinoamericano del medio rural, v. 2, pp. 85-102, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. 2005. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos Estados Unidos e Brasil. Publicação inédita. 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Maçano. Territoires de la question agraire brésilienne: agribusiness, paysannat et amazonie. Mappemonde, Montpellier, 2006.

HART, John Fraser. O interior americano em mutação. In: In: JAMES, P.; TAAFFE, E.; PRED, A.; *et alii*. Geografia humana nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1970. pp. 66-76.

KOLLMORGEN, Walter M. As granjas e a agricultura no meio-oeste americano. In: JAMES, P.; TAAFFE, E.; PRED, A.; *et alii*. Geografia humana nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1970. pp. 77-94.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 19-37.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

Overtime in China: law, practice and social exclusion¹

TJ Cheng, PhD

Associate Professor of Department of Sociology, FSH, University of Macau

Telephone number: (853)397-4248(Office)

Email: tjcheng@umac.mo

Abstract

In most liberal capitalist societies, the working class is generally protected by laws regulating an 8-hour working day and a 5 day work week. But in China today, such rules are a luxury most laborers do not enjoy. This paper explores overtime working conditions that the Chinese working class currently suffers, especially migrant workers who have flowed from bankrupted rural villages into urban centers by the hundreds of millions. They supply the "surplus" labor force demanded by the booming manufacturing industry as China has quickly become the world's leading producer of industrial goods. This paper not only documents this tragic situation but tries to answer the question: how could this seemingly pre-modern capitalist phenomenon have occurred in an ostensibly socialist country like China?

Keywords: overtime; exploration; exclusion; working class

Resumo

Sobretrebalho na China: lei, prática e exclusão social

Na maior parte das sociedades capitalistas liberais, o proletariado geralmente é protegido por leis que determinam o dia de oito horas e a semana de cinco dias de trabalho. Todavia, na China, essas regras são um "luxo" que a maioria dos trabalhadores não tem direito. Neste artigo, analisamos as condições de trabalho e exploração do proletariado chinês, especialmente dos trabalhadores migrantes das áreas rurais e que vivem em aglomerados urbanos que concentram milhões de pessoas. Formam um exército de reserva exigido pelo próspero setor industrial que se tornou um produtor mundial. Neste artigo, além de documentar a situação trágica desses trabalhadores, procuramos contestar a seguinte pergunta: como este fenômeno capitalista, aparentemente pré-moderno, tem ocorrido ostensivamente em um país socialista como a China?

Palavras-chave: sobretrebalho; exploração; exclusão; proletariado; China.

Resumen

Sobretreabajo en China: ley, práctica y exclusión social

En la mayor parte de las sociedades capitalistas liberales, el proletariado generalmente es protegido por leyes que determinan el día de ocho horas y la semana de cinco días de

¹ An earlier version of this paper, entitled "Social excluding and legal practice on overtime in China", is included in *Law and Social Sciences, Proceeding of the First Seminar*, edited by Maria Antonia Espadina and published by University of Macau in January, 2009. With the support of Prof. Maria Espadina, this paper has been substantially revised, restructured and updated. In addition, great thanks to Dr. Clifford Andrew Welch for his critical suggestions, sources and perspectives on the issues raised in this article.

trabajo. Todavía, en China esas reglas son un “lujo” que la mayoría de los trabajadores no tiene derecho. En este artículo, analizamos las condiciones de trabajo y de exploración del proletariado chino, especialmente de los trabajadores migrantes de las áreas rurales y que viven en aglomerados urbanos que concentran millones de personas. Forman el ejército de reserva exigido por el próspero sector industrial que se volvió productor mundial. En este artículo, allende documentar la situación trágica de estos trabajadores, procuramos contestar la siguiente pregunta: ¿Cómo este fenómeno capitalista, aparentemente pre-moderno, ha ocurrido ostensivamente en un país socialista como China?

Palabras-clave: sobretrabajo; exploración; exclusión; proletariado; China.

Introduction

It is well known that China's labor conditions are generally poor even in comparison with most developing nations, and there is no sufficient law enforcement on overtime in most Chinese enterprises². Foreign direct investment (FDI) has rushed into China not only because Chinese labor is cheap, but also because business owners can do virtually whatever they want with their Chinese employees.

This article discusses problems related to the exploitation of labor via the imposition of extended hours, commonly known as overtime. Analyzed with particular attention is the relationship between overtime, labor law regulating the workday, noncompliance with the law and the state's inability/disinterest in enforcing regulations, and social exclusion. Rather than offer a mere recitation of laws drafted, this research seeks to identify the actual practices, including both achievements and shortcomings, found in major sectors of the economy, including state-run companies and private enterprises that are either foreign-owned or joint ventures. The study reminds us that in China, the law is one thing, while practice is another.

Research methodology, procedure, and theoretical framework

The research methodology used for this paper mainly consists of a first stage review of sociological and legal publications regarding the definition of the work day, the imposed legal limits on overtime hours, and standards for compensation. The second stage involved interviews with officials in labor departments at four scales of government (provincial, city, county, and township); lawyers and legal specialists; business managers and factory owners; workers and official union leaders; NGO members; and professors, researchers and other social scientists.

During the summer vacations of 2005 to 2007, I joined a research team and traveled in the provinces of Jiangsu, Zhejiang, Guangdong, and Hainan to collect data on the existence of overtime issues in a variety of Chinese industries, from foreign invested enterprises (FIE) to collective and township enterprises (C&T) to individual and private enterprises (I&P).

With the help of colleagues and local Chinese officials, I visited a total of 10 cities in those four provinces, including three dozen factories and many neighborhoods where migrant workers from inland rural provinces predominated. During these days, I interviewed about 200 workers, 52 government officials, 66 managers, 19 lawyers, 33 professors familiar with labor disputes, five business administration research fellows, and eight union leaders,

² The research for this article was conducted before a new Chinese labor law, enacted in June 2007, came into effect in January 2008. The law promises to slightly improve workers' rights in China (KAHN & BARBOZA, 2007), although it is still too early to see the final result. Completion of the article also pre-dated recognition of the global economic crisis at the end of 2008, which has already demonstrated the vulnerability of the working class in China, as elsewhere.

including one undocumented NGO leader who his fellow workers described as a “*dixia gonghui zhuxi* (underground union chair)”.

The interviews conducted took two different forms. One was the formal interview that I tended to use with officials, lawyers, and other legal specialists. The other was informal chatting, which I tended to use with workers³. Whether formal or informal, the data collected was systematized and individual cases written up, even some positive cases in which workers described themselves as satisfied with their working conditions because managers respected overtime regulations. Nevertheless, the research confirmed the view that the great majority of Chinese enterprises do not pay attention to overtime law, such that violations of legal limitations on working hours were seen everywhere.

This research basically uses Marxist methods, especially the theory of primitive accumulation as its theoretical frame of reference. In fact, it seems to me that China’s post-Mao economic reform – the policy of opening itself to become one of the world market’s largest producers of industrial good – is in fact a restoration and resumption of the capitalist industrial accumulation model that existed before the revolution of 1949. The main difference between then and now is contextual – the unprecedented scope of globalization has both expanded and intensified the accumulation process.

Marx explored two basic elements in defining the value of labor: one is the physical limitation for a worker to produce and reproduce his labor force and the other is the moral limitation for keeping his salary at a socially acceptable level. “Different from other commodities,” wrote Marx and Engels (1972), “the determination of the value of labor force includes an element of history and morality.” However, these two elements are automatically determined and calculated by the employers, not by the employees. Marx argues that these values are determined by capitalists and wage workers jointly in long term interactive processes of cooperation, negotiation and class struggle.

However, because of the lack of labor solidarity and the ineffectiveness of union representation in China, no such mechanism for consolidating working class power was encountered in our research. As Marxist theory postulates, a disorganized labor force cedes its participation in processes determining the value of work to the capitalist class, which quite naturally seeks to accumulate even more profit through suppressing wages to physically unsustainable and morally unjustifiable levels.

Chinese labor law

China was among the original group of nations that signed the United Nations Declaration of Human Rights in 1948. According to Article 23 of the declaration

1. Everyone has the right to work, to free choice of employment, to just and favorable conditions of work and to protection against unemployment.
2. Everyone, without any discrimination, has the right to equal pay for equal work.
3. Everyone who works has the right to just and favorable remuneration ensuring for himself and his family an existence worthy of human dignity, and supplemented, if necessary, by other means of social protection.
4. Everyone has the right to form and to join trade unions for the protection of his interests.

Thus, China long ago made a commitment to the international community to favorable work conditions, parity in pay, a living wage, and the right to organize.

Relevant articles of the declaration also include:

³ A motive for the informality was that two lawyers told me that migrant workers are very scared to be interviewed because speaking to strangers places their jobs and personal safety at risk. Bosses and labor brokers are said to have taken revenge by penalizing the workers, or worse.

Article 24: Everyone has the right to rest and leisure, including reasonable limitation of working hours and periodic holidays with pay.

Article 25: 1. Everyone has the right to a standard of living adequate for the health and well-being of himself and of his family, including food, clothing, housing and medical care and necessary social services, and the right to security in the event of unemployment, sickness, disability, widowhood, old age or other lack of livelihood in circumstances beyond his control.
2. Motherhood and childhood are entitled to special care and assistance. All children, whether born in or out of wedlock, shall enjoy the same social protection (UNHCHR, 1948).

In Articles 24 and 25, we note China's further agreement to international standards on limited hours and paid vacations as well as social benefits such as health care, unemployment insurance, pensions, and maternity leave.

Nearly 150 years have passed since the working class began its struggle to limit the workday to eight hours and the work week to six days. In 1919, in its first convention the newly instituted International Labor Organization (ILO) adopted the charge of applying "the principle of the 8-hour day or of the 48-hour week" (ILO, 1919). Further struggle during the Great Depression of the 1930s led to the creation of a new standard, the 40 hour work week, which was embraced by the ILO in the Forty-Hour Week Convention of 1935. In the postwar period, the ILO's Reduction of Hours of Work Recommendation (1962) further elaborated the standard of the 40-hour workweek.

Two chapters of the 1994 *Labor Law of the People's Republic of China* define and regulate the hours of the work day and week. Chapter 4 establishes regulations for "labor time, rest and vacations." Its articles read:

Article 36: The state establishes a labor time system in which every worker's daily work time is not to exceed 8 hours; total work-time per week will be no more than 44 hours.

Article 37: For those who earn piece rate wages, employers must rationally determine their labor quota and piece-rate standard in accordance with Article 36.

Article 38: Employer should guarantee his employees to have at least one day off for every week.

Article 39: If employers cannot meet the standard established in Articles 36 & 38 due to their particular production characteristics, they should adapt other methods for working and rest under the approval of labor administrative department.

Article 40: According to law, employers should arrange their production schedules to allow their employees to enjoy vacation during the following public holidays:

1. New Year's Day; 2. Lunar New Year's Day; 3. International Labor Day (May Day); 4. National Day (October 1); 5. Other legal holidays.

Article 41: If necessary for business, employers can extend working hours after consultation with the labor union and workers, but the extension may not exceed one hour per day. If business requirements necessitate exceeding the one hour limit, the prerequisite for protecting worker health limits the extension of working hours to no more than 3 hours per day, and the total extension may not exceed 36 hours per month.

[...]

Article 44: In accordance with the following standards, employers should pay a higher wage to employees for the hours that exceed normal working hours:

1. No less than 150% of the regular wage-rate should be paid if the employee is required to work extended hours.

2. No less than 200% of the regular wage-rate should be paid if the employee is required to work during his off-time and rescheduled rest time is impossible.

3. No less than 300% of the regular wage-rate should be paid if the employee is required to work on legal holidays.

Article 45: The state is also adopting a paid-vacation system. All those who have continuously worked more than one year should enjoy paid-vacations. The specific method for implementing this article should be regulated by the State Counsel.

Thus, in terms of its own regulations, revolutionary China's legal apparatus is generally in conformity with international standards, including an 8-hour day and limits on overtime. While the regular work-week is 4 hours longer than specified by ILO conventions, pay standards for overtime work are equivalent to or better than the major liberal capitalist economies.

The second relevant chapter of China's labor law is chapter 5, "Wages." Its relevant articles read as follows:

Article 46: Wage payment should be established according to each job, with equal pay for equal work.

[...]

Article 48: The state regulates a minimum wage security system. The specific minimum wage standard should be determined by the people's government on the level of province, autonomous region, or directly administered metropolis.

[...]

Article 50: Wages should be paid in cash to the workers themselves on a monthly basis. Salary deduction and irrational delay of wage payment are not permitted.

Article 51: According to the law, employers should pay wages to their employees for their legal vacations and leaves for marriage and funerals, as well as for time-off to legally participate in social activities (NPC, 1994).

Coupled with articles 44 and 45, the chapter on wages demonstrates that China has a regulatory architecture for fair compensation. Like any such architecture, however, perverse interpretations of the law are possible especially when the working class is not organized to defend its interests.

Moreover, as noted, China has so far failed to formally adopt the 40-hour work week in its labor law. Our research reveals an interesting double standard on this question. While workers in government agencies and State Owned Enterprises (SOEs) have long enjoyed the international standard of a 40-hour work week, the government refuses to protect equal treatment for workers in the new private and public-private sector enterprises where the vast majority of Chinese people work. In these settings, even the officially regulated 44-hour work week is regularly violated.

Despite the legal stipulation of clearly defined working hours, days, and weeks, my investigation revealed many cases of migrant workers in urban factories who have been forced to work much longer than the law permits, with little or no compensation as required by the law. I found, for example, cases in which employees had to work from 10 to 12-hours a day, enduring 6- to 7-day work weeks.

Due to the lack of nationwide data, accurate statistics for a general assessment of overtime violations are difficult to confirm. We designed a simple questionnaire for collecting people's opinions of overtime law enforcement by using the positive phrase "compliance with overtime law (*zhixing jia ban fa*)", avoiding use of the negative term "overtime law violation (*weifan jia ban fa*)", and inviting five levels of response: 1. Very good (*hen hao*); 2. Good (*hao*); 3. OK or so-so (*yiban* or *mama huhu*); 4. Poor (*cha*); & 5. Very poor (*hen cha*).

Because this sort of independent census work is frowned upon by Chinese authorities, the collection of responses was quite limited. My sample pool is quite small, as I collected

the statistics through personal interviews, and observation. While partial, given limited data availability in China, these figures reveal important information about overtime law violations and the conditions of Chinese workers in the context of globalization.

Major findings

After questioning nearly 400 people in different positions of the industrial sector, we tabulated the results obtained in Table 1.

Table 1: Assessment of Overtime Law Practices*

Assessment	1		2		3		4		5	
	Very good		Good		So-so		Poor		Very poor	
Number & %	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Officials (52)	3	5.8	6	11.5	14	26.9	9	17.3	20	38.5
Managers (66)	6	9.0	6	9.0	19	28.8	7	10.6	28	42.4
Lawyers (19)	0	0.0	0	0.0	3	15.7	8	42.1	8	42.1
Scholars (38)	0	0.0	0	0.0	2	7.7	6	15.4	30	76.9
Union leaders (8)	0	0.0	1	12.5	1	12.5	2	25.0	4	50.0
Workers (200)	4	2.0	6	3.0	20	10.0	52	25.5	118	59.0
Total (383)	13	3.3	19	5.0	59	15.4	84	21.9	208	54.3

*Note: The five categories are roughly designed by the following five definitions:

1. Very Good means the informant related that companies or factories basically obey Chinese Labor Law. If the workers are occasionally required to work overtime, they are compensated with time-off and receive extra payment as the law requires.

2. Good means the informant reported overtime work from 5 to 10 hours per week without extra pay.

3. OK or So-so, means workers were made to work overtime from 11 to 20 hours per week without extra pay.

4. Poor means the informant reported overtime from 21 to 30 hours per week, either without extra pay (in the case of monthly wages) or no higher piece-rate compensation for the extra hours worked (in the case of piece rate workers). Even though they work overtime on weekends and legal holidays, these workers just get their regular wage rate.

5. Very poor means overtime working hours are 31 or more hours per week and employers hardly ever reschedule rest time or otherwise compensate for the extra hours worked

In general terms, Table 1 reveals that most of the interviewees, no matter their position, are generally aware of the overtime problem. Except for a few officials and managers who indicate satisfaction with the overtime enforcement, most lawyers, scholars, and workers expressed their dissatisfaction with overtime abuses. More than 84% of the workers think that China's overtime law enforcement is poor or very poor. We also met with four workers who seemed very satisfied with the general working conditions in their factories, and overtime regulations in particular. According to them, they know Article 44 of the Labor Law very clearly, but have never been asked to work overtime without proper compensation. They attribute the "fair play" treatment to their own "good-luck" for working in factories with more humane (*ren xing*) managers. When I asked them: "Do you think the reason your factory treated you fairly has anything to do with government law enforcement pressure on your boss?" These workers laughed and replied: "No! There is nothing the government will do, or wants to do, to stop overtime law violations; it is only because of the good heart of our factory owners!"

In general, the questionnaire revealed a gloomy picture of overtime law enforcement in China. Most interviewees expressed deep concern with regards to overtime law violations, underpayment or withheld, overdue salaries (*gongzi tuoqian*). According to the 200 workers

interviewed, more than half of them (59%) worked more than 11 hours a day, 6 days a week, and never received extra payment as regulated by law.

Most interviewees were quite satisfied with China's written laws. However, when asked the question "What's your impression China's practice of regulating overtime issues?" most complained that there's no powerful and sufficient means to guarantee the law's implementation.

Among officials, I talked with Vice Mayor Zhang, who was in charge of foreign economic affairs in a coastal city of Zhejiang Province. He made jokes to my group while we toured with him to a model motorcycle factory in his city. I asked for his observations on the long working hours demanded by this factory. Zhang replied: "I know it's wrong to allow overtime and other abuses to continue in our factories. People are being treated like animals, or moneymaking machines. But what can we do about it? If we want to develop China's economy, we have to bear the cost."

But who are "we"? It sounded like he included the workers into the concept of "we."

"It seems to me," he continued, "that our generation cannot afford to enjoy the luxurious overtime law standard for advanced western countries. In China, the law is mainly drafted to show off to foreigners in order to attract their investments. Let's leave the overtime law enforcement to our children, perhaps our children's children. Let's just focus on how to turn China into the world's Number 1 manufacturer first, hah, hah, hah!" With outstretched arms, he laughed loudly. Zhang created the impression of being a good, plain spoken man, young, energetic, and liked to tell the truth. Under conditions of not revealing his name and city location, he provided us with many inside stories about the factories.

Unlike Zhang, most of the officials interviewed, I talked to, especially those in charge of labor affairs, proved reluctant to discuss issues with overseas Chinese scholars like me who have a foreign passport. They usually try to dodge the subject (play *Taichi* in Chinese), making general statements to justify the practice. An often heard excuse was, "Due to China's special situation of excessive labor supply, there is no better solution for improving labor conditions than that of first developing its economy."

Curiously, some scholars share Zhang's opinion that an 8-hour working day is too generous for Chinese laborers. Professor Dai Jianzhong⁴, for example, told me at a conference that most rural migrant laborers working in urban factories do not really like the regulation 8-hour work-day and 40-hour week because there is no such custom in their own villages. When I asked workers who had migrated from the countryside about this issue, they agreed that they didn't mind working longer hours and on weekends. But they also said that they do mind getting paid so little for their work. So long as their physical and mental health can sustain the hardship, they remain willing to work more hours than city people. But they complained about not being paid for extra working hours and days and want to see the labor law enforced.

By looking more deeply into this picture, I found that Zhang's statements are only partially true. The overtime situation is not equally bad or good everywhere and for everybody. Just like George Orwell wrote in his famous novel *Animal Farm*, "Everybody is equal, but some are more equal than others".

It is interesting that overtime law enforcement in China occurs in different ways depending a concern's economic sector and type. Ranked from best to worst, the overtime law enforcement situation can be divided into the following 6 categories: 1) Employees in government agencies and institutions (GAI); 2) Workers in state owned enterprises (SOE); 3) Complying foreign invested enterprises (C-FIE); 4) Non-complying foreign invested enterprises (NC-FIE); 5) Collective and township enterprises (C&T); and 6) Individual & private enterprises (I&P).

1) As far as overtime is concerned, employees in GAIs were the best-treated category found in our study. The category can actually be broken down into several subdivisions, such as party and government officials, staff members, intellectuals, military, and

⁴ Professor Dai Jianzhong, deputy director of the Sociology Institute at the Beijing Academy of Social Sciences, has done tremendous research on labor relations in Chinese privately owned enterprises.

professionals. There are also divisions in different government levels, from central administration down to county and township levels. Different from the Mao and Deng eras, when China was dominated by egalitarianism and everyone got paid equally, except for small differences based on seniority and geographic locations, wage/salary levels and benefits have become far more diverse and stratified during the last 5 to 10 years.

As far as working time is concerned, all state employees basically enjoy the protections of state overtime labor law. Moreover, many enjoy a 40-hour work week, equal to most of the advanced societies, and less than the 44 hour week stipulated by law. The new 40-hour week was formally adopted in the “State Council Regulations on Staff Member’s Working Time” on March 25, 1995. It required all state institutions to adopt the new rule no later than May 1, 1996, and state enterprises had to implement it no later than May 1, 1997 (SC, 1995).

In most Chinese government agencies and institutions, office hours for most staff members, except for service personnel like secretaries and clerks, are not restricted. Even though work hours are legally mandated as being from 8 to 12, and 2 to 6, many employees enjoy a customary system of working from 8 to 11:30 in the morning, and 2:30 to 6 in the afternoon. Within this 7-hour office time, many officials and staff members customarily enjoy periods of so-called “tea drinking with newspaper reading” (*yibe cha yizhi yan, yi zhang baozhi kan bantian*). In the mid 1980s, Premier Zhao Ziyang tried to copy the USA by implementing a new 9 to 5 office hour system, eliminating the 2-hour lunchtime break. But the most aged political leaders and staff members resisted his bold experiment and it was soon abandoned.

These favorable labor condition sound like real socialism, but the total number of people embraced by this system is comparatively small. I estimate this category to include some 5 to 7 million of the 25 to 27 million total state employees. According to most Chinese publications, the Chinese Communist Party currently has 60 million members, and the state employs about 25 million of them, all with salaries guaranteed by the state budget. But the majority of state employees have to rely on low-level government financial resources, and many county governments in poor regions can barely pay salaries, not to mention other benefits, to their employees. Such low-level state employees make up some 75% percent of the total number of government employees (LU, 2002, pp.257-259). For these reasons, I estimate the number of privileged ones to be about 5 to 7 millions.

2) The category of workers SOEs is more complex than the first category. Theoretically, all state-enterprise workers are state employees who should be treated like GAI employees. However, since Deng Xiaoping’s economic reform implemented, SOEs are required to compete independently with related non-state enterprises. Under these conditions, most SOEs are not very successful. They run-up high debts and nearly always operate in the red.

Only a few SOEs manage to make windfall profits. These are state enterprises that enjoy privileges as monopoly service and utility providers, such as the telephone, power and institutions. These SOEs are so successful that they are very difficult for new employees to enter. Workers hired usually have strong family or party ties to existing employees, entering through the “back-door (*houmen*)”, and their wage level is normally 50 to 100 percent higher than those of workers in other non-monopolized state enterprises. In addition to higher wage levels, employees in the monopoly sector benefit fully from overtime law protection, including the 40-hour working week, not to mention 14-days of paid vacation, as well as full health care coverage. But how many workers are there in this category?

Official statistics shows that the state enterprise employees are about one third of the total Chinese urban working class of 200 million.⁵ That means there are about 66 million workers within the category, of which the majority (three quarters, some 43.6 million) work for poorly managed SOEs while the rest work in the privileged, monopoly sub-category. The

⁵ This number does not include the rural to urban migrants, some 100 to 150 million workers. These workers are still counted as peasants because their household registration statuses remain bound to their home villages.

former group faces lay-offs or pressure to retire early and enjoy neither full protection of overtime laws, nor benefits entitled by state regulations. Thus, only one-quarter of SOE workers benefit from the overtime and paid-vacation regulations. In other words, the maximum number of SOE workers who enjoy labor law benefits is 16.5 million, a paltry 4.8% of the total Chinese nonagricultural working class.⁶

3) We need to clarify first the meaning of “foreign capital invested enterprises” (FIE).. According to China’s practice, there are three types of enterprises that incorporate foreign capital.

The first group consists of enterprises wholly-owned by foreign capital. It is called “*waizi qiye*” and includes businesses owned by overseas Chinese and investors from Taiwan, Japan and Hong Kong. The second group are the joint ventures, called “*hezi qiye*,” that unite Chinese and foreign partners. The third group, called “*hezuo jingying*,” are enterprises based on contractual cooperation between Chinese and foreign capital. Since all three types involve foreign capital and there are no clear differences in employee treatment, I simply lumped them together as “foreign invested enterprises”.

This category is the most controversial of the categories, because we often see two extremes. On the one hand, there are many Taiwanese, Hong Kongese and Japanese invested enterprises, especially in Zhejiang, Fujiang, and Guangdong provinces, that are severely criticized as “dehumanizing” in their treatment of employees, including serious violations of overtime laws.

In the 1980s when China started to allow foreign direct investment in Special Economic Zones (SEZ) in the cities of Zhuhai and Shenzhen, both in Guangdong Province, regulations required FIE wage-levels 20% higher than local, state or collective-owned enterprises. In the 1990s, however, this regulation was abandoned, and many foreign firms run by companies based in Taiwan and Hong Kong have reduced wages to levels equal or below local, state and collective enterprises. According to newspaper reports, many FIEs have their average wage levels lower than 1,000 *yuan* (about US\$128) per month. In addition to low wage, they often delay issuing monthly pay checks and their working hours are much longer than the local Chinese firms (CLB, 2001). For their non-compliance with Chinese labor law, I categorize them as NC-FIE.

On the other hand, the evidence suggests that some firms treat their employees with greater fairness and generally comply with Chinese labor law. I designate these mainly American (Wal-Mart is an exception), Canadian, Australian, and European companies as C-FIE. It is interesting enough to see that most complaints coming from the workers hired by NC-FIEs Taiwanese, Hong Kongese, and Japanese owners, fewer coming from the FIEs with western capital. This phenomenon forced us to dig for answers.

Based on our research, we arrived at two basic reasons. The first is the economic motives. Marxists would say that China is undergoing a process of “primitive accumulation.” All business owners naturally favor low labor costs in order to enhance surplus value and thus the profits that can be squeezed out of these money making machines. China has offered itself to capitalists as a country in which there is almost no enforcement of labor laws and no tolerance for genuine labor unions, turning it into a paradise for blood-seeking

⁶ These figures are based on 1995 statistics that need to be updated. According to Lu Xueyi’s calculation (LU, 2002, pp.129-131), the Chinese total working population was about 700 million in 1997, of which 101 million (14.42 %) worked in the manufacturing and transportation sectors. But we know that about 70% of the working population was categorized as peasants rather than members of the working class, which is considered to be strictly urban, therefore, the actual urban working class was probably no more than 200 million people at the end of 1997. Since the natural population growth in Chinese cities in recent decades is very low -- for instance, Beijing’s was almost zero (0.006%), and Shanghai’s was negative (SONG, 2007) -- the the urban working population probably did not change much. However, some 100 to 150 million rural migrant workers more recently went looking for jobs in urban industrial centers. If they are added into the national nonagricultural workforce, the total in 2007 could have been as high as 300 to 350 million workers. According to news reports in February 2009, more than 20 million migrants lost their jobs as a result of the concurrent global economic recession.

capitalists to exploit these poor laborers at will. These are the universal laws of industrial capitalism and the only force that can block their appetites, balancing the scales of exploitation, are an organized working class, united in unions or politics. Unfortunately, this kind of mechanism has long been suppressed in China.

The second reason comes from the power structure of the Chinese state. Since the party/state is ruled by a single monopolistic political force, there are no check and balance mechanisms. As Machiavelli observed, power corrupts and absolute power corrupts absolutely. Economic corruption, political corruption and legal corruption can be seen everywhere, spreading like a disease that stretches beyond meaningful treatment. Under these circumstances, some local officials such as policemen and retired party/state cadres have been hired, publicly or privately, as consultants/advisors, and even as “labor union” leaders by FIEs to earn a second income (KAHN, 2003). These officials use their government connections and knowledge to help the enterprises crack down on possible legal challenges and labor unrest. With the help of the local powerful protectors and collaborators, the FIEs have more freedom to pursue their primitive accumulation practices.

In addition to these structural conditions, there are also some cultural reasons that may underlie the abuse of Chinese employees. Many of the Taiwanese, Hong Kongese and Japanese currently doing business in China have family members or relatives who were persecuted in China, disenfranchised, driven out or even killed by the Communist revolution. It is alleged that they have revenge sentiments in their hearts, such that the abuse on these Chinese enemies could bring psychological compensation for their injuries.

Two shoe factory workers in Zhejiang Province told us that whenever their Taiwanese boss, whose father was an exiled Kuamintang - KMT officer from the same town where the factory was located, dealt with them, sometimes violently, he denigrated them by using such expressions as, “Fuck you, you stupid CCP guys!” or “You are the Mainland Chinese pigs who have been fed by the Communists!” or “You want to be rich? I will never let you stupid Communists become rich, never!” or “You are only qualified to lick my ass!” This kind of vehement anti-Chinese, anti-Communist sentiment cannot be explained in other than psycho-cultural terms.

In terms of the great confrontation between capitalists and communists, it is ironic to note how several workers told us that their Western bosses treat them fairly. At a street market in Zhejiang provincial capital Hangzhou, two girls working for a Canadian electronic factory said that their Canadian boss never forced them to work overtime without legal compensation. One girl said, “Our factory posts the labor law in the dining hall, and also distributes a bilingual (English-Chinese) booklet to each employee, including the supervisors and other folks, foreign and Chinese alike.” They told us that they normally work 8 hours a day, 6 days a week. It was not their boss who forces them to work more than 44 hours a week, but they themselves who want to earn more money by gaining double-pay for the extra day work. They have heard of the many overtime law violations in other factories, and count themselves as lucky for working for a Western firm, for these terrible things have not happened in their work places.

A professor teaching in the School of Economics, Zhejigan University explained why Westerners are regarded as less abusive in treating Chinese workers in the following terms, the reason can be viewed from three perspectives. One is the Christian philosophy of ‘live and let live’; the second is a practice of labor law enforcement and taboos against human rights abuses; the third is pressure from the working class in their own countries. Labor unions in Western countries are taking actions to force their business owners to treat their counterparts in developing countries equally, both for human rights motives and to eliminate unequal competitions. His analysis highlights some of the more important factors underlying Western business management, suggesting how it differs from Eastern philosophy.

On the other hand, the famous American company Wal-Mart has reportedly done little to protect the workers who manufacture their goods. I checked that information with a friend who works in the Comprehensive Development Institute (CDI) located in Shenzhen where Wal-Mart’s China headquarters is located. He told me that CDI trained Wal-Mart employees in 2002. According to him, Wal-Mart has treated its administrative and commercial

employees well. There are almost no overtime violations filed by its supermarket workers in Shenzhen. However, he explained Wal-Mart did not do enough to protect the workers who manufacture their products because it has contracted with more than a hundred different factories and it is difficult to monitor so many smaller companies located in so many places.

How many workers are affected by each of these good (complying) vs. bad (non-complying) FIE categories? In other words, how many are treated fairly, and how many are treated badly? According to a report, the total number of people employed by foreign firms was about 15.8 million (SUN, 2008). Nevertheless, there are no accurate statistics to differentiate the enterprises owned, or partially owned, by Asian foreign capital and those owned, or partially owned, by North American, Australian and European capitalists.

Based on our interviews, we can suggest an answer. According to our sample, about 25% of FIEs are owned or managed by Westerners and 75% of them are owned or managed by East Asians. If we divide the number 15.83 million by these percentages, the result suggests that less than 4 million workers work in the complying segment, where they are more fairly treated, and about 12 million work in the non-complying portion, where they are treated badly.

4) This category of collective and township owned enterprises (C&Ts) is composed of a bigger number of employees, and they seem to suffer the worst treatment. By definition these two firm types originated from the rural industries that mushroomed in villages and townships in the 1970s. Since then, however, the total number of these types of enterprise diminished in number due poor management, the ambiguity of ownership and intense competition from foreign capital and privately-owned companies. Indeed, many C&Ts were bought-out local entrepreneurs or foreign firms, especially those based out of Taiwan and Hong Kong. Nonetheless, enterprises in this category continue to employ 30 to 35 million rural workers, accounting for one third of the total rural industrial working class.

Working conditions in this category fall some where between the non-complying FIE and the complying FIE and state enterprises. Notable are differences in treatment between resident employees from local communities and the outside migrant workers. For local workers, it would seem that managers have to consider the employee's connections (*guanxi*) with family members, relatives and patrons, and that this helps guarantee reasonable conditions. For the migrant workers, however, slavish treatment is common. In other words, rural migrant workers suffer super-exploitation, with unlimited hours and days of labor and no overtime compensation?

One informant told us, for example, that in the dangerous firecracker industry, managers avoid hiring locals for the most risky gunpowder filling jobs. Those workers are largely chosen from inland provinces such as Jiangxi, Hunan, Guizhou, and Sichuan. If they die from an explosion, the factory definitively settles any death claims by paying 25,000 to 30,000 RMB (approximately 7 RMB = 1 US\$) to the migrant laborer's family.⁷ If the death toll is less than three, the factory need not report it to the authorities. On the other hand, if a local worker dies on the job, problems dealing with family and friends may be endless.

5) This category of individual and private owned enterprises (I&Ps) consists of small businesses in both rural villages and urban centers. By legal definition, the individually owned enterprise (*geti qiye*) means the business has a single owner and the total number of employees is no more than five, while private enterprises could have several co-owners, while the total number of employees must be more than 5 and less than 50. However, since China's policy since the 1990s has been to encourage the creation of I&Ps the employment limitations has not existed in practice. Local officials in Jiangsu and Zhejiang, were proud to show-off their most successful 5-star private enterprises, a motorcycle factory in Jiangsu and a sewing machine factory in Zhejiang, both employing more than 5,000 workers.

As a category, I&Ps are responsible for hiring 60 to 70% of the workers who migrate from inland rural areas to the coastal industrial centers, accounting for two-thirds of the 100-150 million migrant laborers from all over China. Among the 200 workers randomly

⁷ According to new regulations starting in 2006, accidental death compensation has been increased to 100,000 RMB.

interviewed for this study, 25 originated from urban centers while 175 were rural migrants. Among the 175, 5 work for GAIs and SOEs, 10 for C&Ts, 44 for foreign enterprises (FIEs), and 116 for individual and private enterprises (I&Ps), some 66% of interviewees. Our investigation found that I&Ps generally have the most serious overtime law problems. These problems can be documented in terms of wage-levels and working hours.

To analyze wage levels among workers interviewed, I chose those workers whose jobs required similar skill and intensity and put them into one table for comparison. Table 2 shows the wage gaps in different categories:

Table 2: Wage Gaps for Workers in Different Categories

Category	1 GAI	2 SOE	3 C-FIE	4 NC-FIE	5 C&T	6 I&P
net wage (RMB) /M	825	735	740	650	625	630
Nominal wage gap (%)	100	89	90	79	76	76

Notes: 1. All workers here are un-skilled with similar labor intensity. 2. The number in each category is the average based on three investigations from 2005 to 2007. 3. All figures are net payment after deductions for medical and other benefits. 4. Based on interviews in selected cities and factories, may not represent national wage levels. 5. To accommodate labor shortage and inflation from 2006 to 2007, a 200-yuan average increase has been added.

It is interesting to note the general income gap among the different categories demonstrated in the table. The highest is Category 1 (GAI: 825RMB), and the lowest is Category 5 (C&T: 625RMB). The second is the gap between GAIs and SOEs, as well as between C-FIE and NC-FIE. Although they theoretically belong to the same categories, the income differential runs as high as 12% and 14%, respectively. Another difference is shown in the gap between categories 5 (C&T: 625RMB) and 6 (I&P: 630RMB). The income gap is quite small, with wages in C&Ts a little bit lower than those paid by I&Cs. But if overtime work is considered, the wage gap grows as the overworking of migrant workers in this sector is quite high, placing the I&P category at the bottom of the 7 wage groups. Table 3 and 4 explain this finding.

Table 3 shows the overtime situation of the workers in different categories. We converted their monthly wage into hourly wage rates in order to facilitate comparison among the categories with the real wage gap in accordance with their overtime situations.

Table 3: Overtime & Real Wage Gap in Different Categories

Category	1 GAI	2 SOE	3 C-FIE	4 NC-FIE	5 C&T	6 I&P
Working hours per week	38	40	44	50	55	60
Overtime Hours per week	-6	-4	0	6	11	16
Hourly Wage (RMB)	5.4	4.6	4.2	3.8	2.8	2.6
Real wage Gap (%)	100	85	78	70	52	48

Note: 1. Work hours are calculated according to the Labor Law standard of a 44-hour work-week, not including legal annual holidays. 2. Overtime hours are defined as the time workers are required to work beyond their legal obligations, and for which they receive no extra compensation in wages or comp-time.

This table shows that among those interviewed only those employed by GAIs and SOEs enjoy a 40-hour work week. The reason for the negative overtime working hours in these categories is that GAIs and SOEs offer employees two extra long weekend holidays. On the other hand, C-FIEs usually respect the 44-hour work-week regulation stipulated by Chinese Labor Law, while the other three categories are those that regularly violate overtime regulations.

According to 1999 World Bank data, poverty line falls between a per capita daily income of US\$ 1 and US\$ 2. Using this yardstick to calculate poverty in China, about 212 million people live-off less than US\$ 1 a day and 700 million fall below the US\$2 (KE, 2008). Table 3 shows that most migrant workers make barely 3 *yuan* per hour and 24 *yuan* per day, some US\$ 3.20. If each of them has a 3-person family depending on this wage, all members would fall into the poverty categories. On such wages, how can these workers pay for decent food, shelter, health care, and afford to let their children attend school? According to Marxist theory of labor value, these workers cannot even maintain the simple reproduction of their labor force; much less expand their productive and reproductive participation in the economy.

Table 4: Wage Gap for Different Chinese Social Strata

Social Stratum	Upper class	Upper middle class	Middle class	Lower middle class	Low income class	Under class
Median gross wage per month (RMB)	10,000 & up	7,000	5,000	3,000	1,000	500 & less
Percentage in all wage workers (%)	1 or less	2	3	10	29	55

Note: 1. This table is based on the interviews and questionnaires collected during the field work and may not represent income levels for the entire nation. 2. Only wage income is calculated, other nonwage incomes are not included; but the labor income of self-employed farmers is included. 3. Population percentage is estimated with the help of my interviewees.

In addition to wage differences, the withholding of wage payments should also be considered. According to our informants, GAI and C-FIE have never delayed payments to their employees. Even though SOE face financial difficulties for continuing operation, they seldom delay wage payments, although they sometimes delay pension payments to their retired workers. One reason for this is the support of the Chinese state banking system, which seeks to maintain social stability by keeping urban workers from taking to the streets in large numbers. NC-FIE and C&T enterprises often delay wage payments because they are smaller and have more difficulty getting bank loans. Some interviewees reported that payment delays from 3 to 5 months are typical with these two types of enterprises. Some reported that the most serious wage delays happen in Zhuhai and Zhongshan, both in Guangdong Province, where salary withholding has extended as long as 1 to 2 years (CLB, 2001).

Competing explanations for overtime violations

Now let's look at the reasons underlying serious overtime violations in China, in order to consider possibilities for how these problems can be reduced to a reasonable level, if not completely eliminated. The research offers at least four major explanations.

1) The supply/demand approach attributes the overtime problem to the "oversupplied" surplus labor force that constantly flows out of the countryside into urban centers. A professor at Zhejiang University described it in this way:

Like commodities on the free market, any oversupply will inevitably press the price down. The same is true with China's labor force. Just look at the labor market, no matter whether it is an official job distribution center or a street corner, one can easily hire an unlimited number of young boys and girls for 500 to 600RMB per month. That's the same amount a rich Beijing or Shanghai businessman might pay for one meal in a fancy hotel! If the market dictates that a human being's price can be as low as the cost of lunch, who's going to care about benefits or human rights?

Quite a few managers, government officials, and labor union leaders expressed this opinion, justifying overtime violations as a product of the labor supply surplus.

The problem with this explanation is that China has always had a surplus labor supply, yet the overtime exploitation is new to the globalization era. During Mao's time, when state-planning dominated the national economy, the supply of labor exceeded demand and wage levels were even lower than today, but all factories were required to comply with overtime regulations. Except for special occasions of mass mobilization for productivity campaigns, such as the Great Leap Forward in 1958, the work week was established at 48 hours, that is, 8-hour days in a 6-day week. For three years, from 1968 to 1970, I worked as a lathe operator in a state owned electric machinery factory in Baotou, Inner Mongolia, and rarely experienced the serious overtime violations that our research revealed to be so common today. Of course, in the past, virtually no private manufacturing sector existed and even today, state-controlled factories (GAI and SOEs) are the firms that most comply with labor law.

2) Other sources take an historical approach and attribute the problem to China's tradition of social inequality and human rights abuse, especially in rural areas. One lawyer in Haikou told me that he does not believe outsiders can do anything to help victims if they themselves don't take action. "These less educated rural boys and girls are too passive to take legal actions to protect themselves. They simply don't get the concept, or have the consciousness, to struggle for their own benefits and interests," he said. Most government officials, managers, and some scholars share this point of view.

When I asked workers and union leaders to comment on this explanation, most of them expressed disagreement. "It's not true!" one worker exclaimed.

What makes them think we don't want to fight? We dream of fighting against these injustices all the time. The problem is the incomparable force arrayed against us. We are too weak, and they are too strong. We have no organization, and they are very well organized and supported by the state with its policemen. Fighting against them is like throwing an egg at a rock!

Chinese history offers lessons that support the worker's version and contradict that espoused by the lawyer. Within the context of industrialization, China has a pretty long history of official support for the 8-hour working day. Since the 1920s when China opened its doors to the modern factory system, the 8-hour day was standard, even if the work week was longer.

Nevertheless, violations were rampant and they helped stimulate decades of resistance on the part of a working class composed primarily of rural migrants. The Communist Party skillfully infiltrated the industrial sector and organized these migrants into a

working class army before taking state power in the revolution of 1949. We can speculate that hundreds, if not thousands, of isolated, scattered, and spontaneous forms of working class resistance occur in the factories of today. Of course, the communist party has positioned itself in opposition to these labor actions. Hence, labor unrest has not been fully reported by the media as the state fears setting off a prairie fire that could get out-of-control. Indeed, should working conditions be allowed to deteriorate even more, China would experience great chaos and destruction, making rational and constructive reforms impossible.

3) A third option, the social structure approach, focuses on the problems created by China's so-called dual social system, namely the deep division and demarcation between urban society and rural society. One professor in Suzhou University made a profound analysis on this point. He said,

Why are overtime problems so serious? It is easy to understand for me. Just think about a simply question: who are all the victims of labor law violations? Urban workers? No. They are rural dwellers, country folks who migrated to urban centers! No matter how long they live and work in cities, they will never become urban residents like you and me. So, they actually belong to the second-class, like the 'untouchables' in India. Not only are they paid unequally by their companies, they are also discriminated against by the whole society. Even their children are not allowed to go to the same school as our children! Look around the whole world. Do you see such a system in other countries? I don't think so. Therefore, it seems to me, unless the Chinese society can be fundamentally restructured, no matter what high price we have to pay, I don't see any hope to improve working conditions for the rural laborers. That's the real, key source of the problem.

I have quoted this statement to other interviewees to see their reactions, and most of them agree with his arguments.

This explanation touches upon an essential aspect of the overtime problem, China's dual social structure. The other two approaches confuse symptoms with sources. This acceptance of this dual social structure is probably the secret to China's success, its competitiveness, as a manufacturing dynamo in the globalization age. The dual social structure may help sustain overtime violations for a long time to come, despite the arguments of gradualists, who anticipate a process of improving wages and conditions as has occurred historically in other industrializing nations, such as Japan Taiwan and Korea. If this process unfolds, it will take several decades as some estimates suggest that nearly 360 million peasants are getting ready to migrate to the industrial centers to supplement the existing supply of super-exploited low-wage laborers. This structural condition challenges the probability of market-driven fixes to the problem of inadequate wages and overtime exploitation (CEDN, 2003).

4) According to the supply chain/buying practice approach, workers are often forced to work overtime because suppliers take on too many orders on very short notice. But why do suppliers take on too many orders? Due to the nature of the global supply chain: it puts buyers in a position of power and leaves suppliers with little autonomy. Buyers can make, cancel, change or suddenly add orders at will; on the other hand, the suppliers, who are not making big profits and can't afford to lose the clients, are forced to respond. As a report (MANNING, 2003) concluded:

If price depression becomes a consistent pattern and yet the labor cost keeps on increasing to meet the requirements of Chinese labor law and comply with buyer-imposed codes of conduct, the gap between the buyers' price and real production costs will be further widened. Fair pricing is a real issue for sustainable code of conduct compliance.

In other words, this explanation holds that if the world market price of a good is fair, working condition will automatically improve.

This approach touches on part of the problem, not all of it. For most manufactured consumer goods today, it is now a buyer's market. The global multinational corporations have territorialized superior positions to force suppliers and manufacturers to produce quicker and cheaper at their command. Then, what about the classical economic law of supply-and-demand? Does it still exist and function? If it does not, what is the new leading force in the operation of market economy? And what is the new theory to explain it? If it does, there must be some room for bargaining and negotiation between buyers and suppliers.

It seems to me however, that working conditions in general and overtime in particular are primarily issues between business owners and their hired laborers, not between the suppliers and the buyers. Since a seemingly unlimited supply of laborers is available on the market, the enterprises enjoy a buyer's market and the sellers of labor power – the workers – suffer the consequences.

If the factories can easily hire more workers, why do they make their employees work such much overtime? If bosses hired additional workers or paid their employees for their actual working hours, there would be no overtime problem. The hidden truth is that most factories pay their workers a monthly wage, not an hourly wage. To keep workers working longer hours means to exploit extra surplus value from their bodies since most of these hours go uncompensated. New hiring involves more job training costs and lost productivity as new workers learn new skills and shifts change and settle-in. Classical Marxists studied these factors when they started analyzing primitive accumulation more than a hundred years ago (MARX, 1972).

Finally, all these explanations provide little help for understanding recent Chinese labor conditions. The only real way to stop overtime exploitation and labor abuse is to increase the collective bargaining power of the Chinese working class, as classical Marxists have also shown.

Of course, low wage labor does not necessarily mean that working conditions have to be bad. We can still do something to improve human rights for the Chinese working class. We do agree that without fundamental social and political reforms significant improvements for labor conditions are unlikely to happen. But we should further ask how socio-political reforms can really take place? Who will write the reforms and who will ensure their implementation? What if we sought to achieve a little change here and there, and incrementally bring bigger improvements to all factories and workshops? Can we start by agreeing to recognize the necessity of change for the workers' livelihood? Is it not a necessary step to educate the working class, to mobilize them, organize them, and finally remake them into a class-in-itself, as classical Marxists say?

Improving law enforcement

In meetings with Chinese lawyers and scholars interested in improving labor law enforcement, five strategies were discussed.⁸ According to them, such measures are urgently needed not only to improve conditions for laborers, but also for maintaining social stability in China. One professor's told me:

If China does not substantially improve the labor condition for its working class, China won't be able to maintain the stability party/state leaders dream about. China is in fact following a Latin Americanization model. Many people are talking about the possibility for China to replace Japan or the

⁸ I briefly mentioned some of our ideas to a few company managers and government officials who have also criticized China's labor law enforcement. They had a strong reaction against permitting workers to set up independent labor unions in foreign invested companies with the help of international NGOs. One official in Hangzhou argued that any form of foreign involvement into China's labor relations system would be recognized as a political challenge to the CCP's legitimacy. "It's no good, only makes things worse!" he said.

USA to be the world's #2 or #1 largest economy. But at this rate, it seems to me that tomorrow's China will be today's Argentina, Brazil or Venezuela!

To avoid China's Latin Americanization, the experts recommended: 1) putting the spotlight on the problem by publicizing China's poor labor conditions internationally; 2) collaborating with international agencies to increase the pressure on China's government to enforce existing labor laws; 3) encouraging World Trade Organization (WTO) monitoring of labor conditions; 4) encouraging workers to organize trade unions free of government interference; and 5) permitting the involvement of non-governmental organizations (NGOs) in activities designed to improve working class life and labor.

Among the five recommendations, that on publicizing China's poor labor conditions to the world is probably the easiest to accomplish. It would not be costly to investigate, report, translate, and publish accurate stories on the miserable daily life of Chinese workers, and the tragedies and casualties they suffer daily, especially in the I&P enterprises.

China still restricts foreign journalists from directly reporting on Chinese industrial incidents, but its restrictions on Chinese journalists have generally been lifted, which has led to the appearance of many reports in local newspapers and magazines. Chinese publishers could raise the funds to put these stories together and translate them into English and other major foreign languages, in order to educate the international community about the labor exploitation behind the miracle of cheap Chinese manufacturing. Such publicity will have two important impacts on the world community. On the one hand, it will strengthen the solidarity between the Chinese working class and people outside China, by building knowledge about the abuse of labor in the globalization era in other developing countries. In addition, foreign publicity in Chinese language to Hong Kong, Taiwan, and mainland China will spread the news to every corner of the Chinese sphere of influence. By increasing people's awareness of the seriousness of labor law violations, it should encourage them to speak out in one voice. On the other hand, improved comprehension and better understanding of China's socio-economic situation will help the world community prepare for China's inevitable social changes and possible instability. Accurate and true information about the overtime problem will be very important for maintaining regional peace in East Asia.

The wave of information should help stimulate international pressure on China to improve labor law enforcement in order to comply with UN and ILO labor relations conventions. The pressure may take the form of a multi-national collective effort of the international community, especially the UN, EU, and other world institutions. It may also take the form of bilateral efforts between the Chinese government and governments representing the interests of transnational corporations.

Our interviewees criticized the international dialogue idea from two angles. First, most such dialogues do not get beyond symbolic levels, having little impact on factory working conditions. Both sides of the dialogue have been more interested in propaganda rather than substantive change. Second, when negotiations have touched upon concrete issues, they always focus on individual cases and almost never touch on the poor conditions suffered by millions of Chinese workers, especially the rural migrants to urban-based industries. This situation could be improved if negotiators would work together to design reasonable agendas and tactics. In addition to overtime, those agendas could include such issues as unemployment and underemployment, retirement and pension system reforms, wage levels, job security, safety on the job, sexual abuse and harassment, medical treatment and insurance, child labor restrictions, and the abolition of slave labor.

The task of monitoring labor conditions in factories can be carried out by Chinese government agencies and/or the WTO. Since China is a formal member of the WTO, the nation is obligated to be in compliance with all WTO regulations, including the treatment of its own workers according to legal codes and international standards such as provided by the Universal Declaration of Human Rights and the International Labor Standards discussed above.

If China is discovered violating those codes and standards, international trade organizations, companies, as well as related national government agencies in charge of

foreign trade policies, all have rights and responsibilities to bring violators from all categories of enterprise to justice. If China refuses to enforce the law and change the behavior of firms, counterpart countries could take retaliatory actions in line with WTO regulations.

This strategy might be more efficient than the strategy of encouraging international pressure. It places more emphasis on equal terms of trade and other economic exchange activities, and parity has established legitimacy as evidenced by international conventions. The manner of raising these issues is one which minimizes their political nature and emphasizes technical criteria, allowing Chinese authorities to save face.

This strategy allows those favoring reform to benefit from the decentralization of China's economic policymaking power. The southeastern coastal provinces and cities have more autonomy in foreign trade and investment affairs than ever before, and their economies rely more on foreign investment and international trade. Therefore, they are more interested in compliance and more susceptible to pressures from foreign companies and governments. Some interviewees told me that, since most labor law violations have happened in local enterprises anyway, foreign interests and NGOs should try first to negotiate directly with local authorities. If they prove cooperative, it is better not to bother with central authorities in Beijing. In the judgment of one informant, "most of the problems of labor law enforcement can be improved, even solved, at city and provincial levels".

Since the Polish Solidarity Movement gained credit for tearing down the Soviet Union in the 1980s, "independent labor unions" have been taboo in China. Indeed, China's repression of the labor movement has been much more severe and ruthless than its better known crackdown on the student movement. For instance, six months after the peaceful conclusion of a strike by the Liaoyang workers, the government persecuted union leaders for subversion, threatening their supporters and family members with additional pressure (CLB, 2003).

More recently, there have been reports of a relaxation in controlling semi-independent labor unions in FIEs. The most promising story is that of the free election of union representatives in Reebok shoe factories in Fuzhou, Fujian Province and Shenzhen, Guangdong Province. It seems that Chinese authorities, at least on the local level and under pressure from foreign investors, are now willing to risk lifting restrictions on the organization of semi-independent labor unions.

How to explain this new development at Reebok? In other words, how should we interpret these seemingly contradictory phenomena: the relative freedom of Reebok workers and the crackdown on union leaders in Liaoyang? After discussing these issues with several interviewees I am inclined to believe that some kind of internal policy exists for demarcating the level of tolerance for "independent" labor organizing. Here are three ideas on the factors that may explain this policy.

1) The nature of firm ownership. The more "social" the ownership of an enterprise, the less freedom its workers will enjoy for organizing "independent" unions. Thus labor organizing in FIEs is more tolerated than in I&Ps and SOEs, which seem to have no freedom. The reason for this is that the target of collective action in former category is a foreign or private capitalist. In this context, no contradictions are presented to the ideological orientation of the CCP. But since the state – ie, the dictatorship of the proletariat – runs SOEs and I&Ps, the organization of labor is unnecessary and labor strife presents significant contradictions for the state. It naturally does not want to be targeted when the workers go to street.

2) The nature of the workers' target. State tolerance also depends partially on what issues the "independent" labor union wants to focus on. Are they low-level disputes restricted to economic issues or higher-level issues that might inspire social and political dispute? Analysis suggests that if the scope of the conflict is limited to the shop floor, dormitory or dining hall, organization will be tolerated. But if the workers' focus extends beyond the factory gates, and begins to involve higher authorities in the city, provincial and even central government, collective action will not be tolerated and a crackdown, no matter how violent, will result.

3) The size of the “independent” labor union. The smaller the union’s territory is, the better. If it only organizes one workshop or one factory, it is more likely to be tolerated by communist authorities. But if it grows larger to cover many factories and many locations, the government will not tolerate at all.

Based on the above analysis, if the Reebok labor union can limit its size and target very carefully, and also try to keep reasonably good relations with the official labor union,⁹ it should be safe and functional for a while. Nevertheless, a labor union is a labor union and as a social organization of great vitality it will have to grow. How can a labor union’s vision be limited to personal benefits, and its size be dwarfed inside of the factory walls? The question is how to solve the contradiction between a real independent union and the official limitations imposed on it?

In Suzhou, Jiangsu Province, one interviewee suggested a clever strategy: to play double face with the official dual policy in dealing with the independent labor union. His fellow workers called him “the underground union leader,” because there were two union leaders in his factory: One was appointed by the official city labor union, while he was secretly elected by the workers. The interesting thing is that these two union directors know each other and help each other. The official director handled all the superficial things like holiday celebrations, cultural activities and meetings to read official announcements. But the “underground director” handled the tough issues, like bargaining wages and benefits with the Taiwanese boss, and protesting against abuses, for labor law enforcement, and developing contacts with workers in other enterprises to be prepared to organize broader actions if it turned out to be necessary.

“Do you think it’s illegal and dangerous to be running such an underground union?” I asked. “Is it illegal?” the leader replied, “No! Is it dangerous? Yes! Since China’s law clearly stipulates that the Chinese working class has the right to organize unions, how can it be illegal? It is only that the CCP’s policy allows its own union. So, our underground union does nothing wrong, because the workers have a right to protect themselves. When the guys elected me to serve them, I prepared myself that some day I might be put in jail. That’s why I don’t want to have a girl friend or to marry. Why should I bring troubles to others?”

I do not mean to suggest that anybody take such risks, or do anything to go against Chinese law. I am just saying that this semi-independent and semi-dependent labor union phenomena is worthy of further social scientific research.

In addition to unions, NGOs have a role to play in fighting for the enforcement of Chinese labor law. We are going to discuss two types of NGO here; one is international and the other in domestic. The former either have or plan to have branches in China. The Chinese NGOs started from scratch and are rapidly increasing in number and developing in their reach and activities. One of the more well-known is the Institute of Contemporary Observation (ICO) in Shenzhen, Guangdong Province.

We have no data on how many foreign NGOs have offices in China, but we know that dozens of have established a presence in many Chinese provinces and cities. Their missions include almost all sorts of non-political and non-religious philanthropy, from child adoption to nursing home services. Very few of them have programs to help needy rural migrant laborers. But one of my students told me recently that there an American NGO named World Vision is offering free English classes to hundreds of young workers in Zhongshan and Dongguan, Guangdong Province. Most of these workers are Nike employees who have migrated from inland Chinese rural villages. My student reports that they are very anxious to learn English, computer science, and other subjects, such as sociology, but the NGO offers only technical classes and no social science courses are available.

This story suggests to us that NGOs like World Vision and the China Working Group (another US-based NGO that monitors corporate social responsibility) could work to provide not only English lessons to migrant workers, but a more complete array of disciplines to help

⁹ The full name of the official labor union central is the All China Federation of Trade Unions (ACFTU). As a semi-government organization, union leaders and staff members are, in fact, government paid cadres. It has branches in all locations and large enterprises.

provide them with general and specialized knowledge. With this sort of help, some rural migrants might be promoted to higher managerial positions or become union leaders.

Domestic Chinese NGOs are relatively new to the country. Except for a few urban intellectuals, most rural laborers have no knowledge of NGOs. But during the research, we discussed how to set up NGOs in China to help the rural migrant population. One way is simply to donate money to existing charities. That is the least troublesome and is encouraged by local governments. But in the context of China's rapid growth anxious educated youth like my students who are interested in social justice have a desire to take NGO jobs as their career. One young MBA, who comes from the countryside, expressed this desire. "Now China is facing fundamental social transformation, and it needs the growth of civil society, so there is an enormous demand for NGO service in China. I've decided to invest all my money and time to develop an NGO for helping these unfortunate country boys and girls in my city."

Another good example is the Chinese NGO named ICO in Shenzhen. Many of their news and research projects focus on China's labor law enforcement. In brief, if foreign invested enterprises, international NGOs, and the Chinese domestic NGOs could work hand in hand in helping the working class and contributing to the campaign to improve labor law enforcement. This final strategic suggestion is mainly for foreign enterprises and NGOs to improve their services related to China's labor law enforcement.

Conclusion

As the geographer David Harvey has observed, the rich have been getting richer, the poor poorer, and by the end of the 20th Century three quarters of the earth's population had no control over its destiny and no claim to basic rights (HARVEY, 2000). For Marxist analysts like Harvey, there is nothing new about this trend. What is surprising is the virtual absence of political will to do something about it. Perhaps the latest world financial crisis will stimulate action and make a footnote of Harvey's observation.

I hope the present research will stimulate the Chinese state and international community to pay more attention to working conditions in China, especially the urgent and serious overtime problem. As a sociologist concerned with Chinese labor rights, as well as China's long-term social stability, I feel obligated to let the world know of the real conditions. If the authorities put changes into effect, we will have reason to hope for a better future in China. Otherwise, we are quite likely doomed to witness gigantic social chaos in China.

The Chinese government should not mislead the Chinese people and the world by emphasizing attractive economic growth figures such as a climbing GDP and Pharaonic construction projects, not to mention huge export surpluses. Even when these figures are hundred percent positive, they are based on the very negative abuse of workers; they cannot be seen in black and white terms when their true color is in red, the red blood of hundreds of thousands of exploited Chinese boys and girls. Behind this rosy picture of traditional economic statistics, unthinkable numbers of souls are daily ground to the bone. As a consequence, discontent and grievances accumulate and if the pressure is not released, a volcanic eruption may occur at anytime.

I suggest that all of those who have tried to deny or ignore labor law violations in China reflect on China's history. It is filled with beautiful stories of mass upheavals, rebellions and uprisings against concentrated power and the gradual formation of new dynasties, like a huge pendulum swinging back and forth. It has happened many times before, if its momentum is not controlled, no one will be able to prevent it from happening once again.

References

CEDN (*Chinese Economic Daily News*): "On Chinese Surplus Labor", January 6, 2003.

CLB (*China Labor Bulletin*): “The Real Working Conditions of the Chinese Laborers in the Pear River Delta”, p.1-2, June 7, 2001.

CLB (*China Labor Bulletin*): *Statement on the Conviction of the Workers Representatives in Liaoyang* (<http://www.clb.org.hk/chi/node/5753>), May 12, 2003.

HARVEY, David: *Spaces of Hope*, Part 2, Chapter 6 “Body politics and the struggle for a living wage”, University of California Press, 2000.

ILO (International Labor Organization): *C1 Hours of Work (Industry) Convention*, 1919. (<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>)

ILO (International Labor Organization): *C47 Forty-Hour Week Convention*, 1935. (<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>)

ILO (International Labor Organization): *C117 Social Policy (Basic Aims and Standards) Convention*, 1962; and *C118 Equality of Treatment (Social Security) Convention*, 1962. (<http://www.ilo.org/ilolex/english/convdisp1.htm>)

KAHN, Joseph: “In China, a union may be fine, as long as it’s run by the boss”, *International Herald Tribune*, Tuesday, p.3, Dec. 30, 2003.

KAHN, Joseph and David Barboza: “China enacts a labor law meant to improve workers’ rights”, *International Herald Tribune*, Friday, pp.1-2, June 29, 2007.

KE, Lan: “Analyzing of China’s Poverty Line” on *Chinese Yahoo*, April 17, 2008, (<http://xk.cn.yahoo.com/articles/080417/1/9nr3.html>)

LU, Xueyi: *Dangdai zhongguo shehui jieceng yanjiu baogao (Research report on contemporary Chinese social stratification)*, the Chinese Social Sciences Academic Press, Beijing, 2002.

MA, Che: “Concerning & Suggestions for National Holidays and Paid Vacations”, *Renmin Wang*, Dec.17, 2007 (<http://society.people.com.cn/GB/6663440.html>)

MANNING, Paddy: “Chinese Toy Manufacturer Labor Standards Fund Lacking”, in *Social Funds*, p.2, Feb.20, 2003.

MARX, Karl and Friedrich Engels: *Selected Works of Marx and Engels* (Chinese), People’s Press, Vol.2, p376, Beijing,1972.

MARX, Karl: *The Capital*, in *Collected Works of Marx and Engels* (Chinese), Vol.23, Chapter 23 “the General Rule of Capitalist Accumulation”, and Chapter 24 “the So-called Primitive Accumulation”, People’s Press, Beijing,1972.

NPC (National People's Congress): *Labour Law of the People's Republic of China* (Adopted at the Eighth Session of the Standing Committee of the Eighth National People's Congress on July 5, 1994, promulgated by Order No. 28 of the President of the People's Republic of China, and effective as of January 1, 1995) (<http://www.nmglawyer.com/Article/468.html>)

SC (State Council): *Regulations on Working Hours for State Staff* (Promulgated by Order No.146 of the President of the PR China, and effective as of March 25, 1995) (<http://law.chinalawinfo.com/newlaw2002/SLC/slc.asp?db=chl&gid>)

SONG, Haying: “Beijing’s natural population growth is tending towards zero”, *Jinghua Times*, March 9, 2007.

SUN, Xuewen: “10 Problems in China’s Open Policy under Globalization”, *Selected Papers on Research for China’s Modernization*, Contemporary China Research Institute, Vol.6, Sept. 28, 2008.

UNHCHR (United Nations High Commissioner for Human Rights): *Universal Declaration of Human Rights* 1948 (English Version), United Nations Department of Public Information (<http://www.unhchr.ch/udhr/lang/eng.htm>)

A política fundiária do governo da *Frente Popular* no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos

César Augusto Da Ros

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2006)
Professor Adjunto do Departamento de Letras e Ciências Sociais da UFRRJ – Coordenador da Área de Extensão Rural

Endereço profissional: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de Letras e Ciências Sociais, BR 465, Km 7, Seropédica – RJ, CEP: 23.890-000
Endereço eletrônico: da_rosgringo@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a política fundiária executada pelo governo da *Frente Popular*, no estado do Rio Grande do Sul – Brasil, levando-se em consideração as suas diretrizes, a dinâmica da luta política travada entre os atores sociais do meio rural e os resultados globais atingidos. O ineditismo deste governo está relacionado ao fato deste ter sido sustentado e apoiado por uma coalizão de partidos de esquerda e por um conjunto de movimentos sociais e entidades sindicais do campo, o que foi determinante na apresentação de um programa antagônico às políticas neoliberais em vigor em âmbito nacional. Por essa razão este governo comprometeu-se em adotar uma política fundiária própria, opondo-se ao programa de reforma agrária de mercado preconizado pelo governo Cardoso, em nível nacional. Os resultados apresentados ao longo do artigo demonstram que a despeito dos compromissos assumidos e, em face das limitações legais, institucionais, econômicas e políticas existentes, o espaço de atuação dos governos estaduais somente pode ser pensado em caráter complementar as ações do governo federal.

Palavras-chave: Reforma agrária, política fundiária; Frente Popular; luta política; movimentos sociais do campo.

Resumen

Política fundiaria del gobierno del *Frente Popular* en Rio Grande do Sul, Brasil (1999-2002): acciones, disputa política y resultados alcanzados

Este artículo tiene como objetivo analizar la política fundiaria ejecutada por el gobierno del *Frente Popular*, en el Estado de Rio Grande do Sul – Brasil, teniendo en cuenta sus acciones, la dinámica de las disputas políticas entre los actores sociales del medio rural y los resultados globales alcanzados. Lo inédito de este gobierno está relacionado con el hecho de haber sido sostenido políticamente y apoyado por una coalición de partidos de izquierda y por un conjunto de movimientos sociales y entidades sindicales del campo lo que fue determinante para la presentación de un programa antagónico a las políticas neoliberales vigentes en el ámbito nacional. Por esa razón este gobierno se comprometió a adoptar una política fundiaria propia, oponiéndose al programa de reforma agraria de mercado preconizado por el gobierno de Cardoso en el ámbito nacional. Los resultados expuestos a lo largo del artículo demuestran que, a pesar de los compromisos asumidos y frente a las limitaciones legales, institucionales, económicas y políticas existentes, el espacio de actuación de los gobiernos estaduais (provinciales) solamente puede ser pensado de forma complementaria a las acciones del gobierno nacional.

Palabras-clave: Reforma agraria, política fundiaria; Frente Popular; disputa política; movimientos sociales del campo.

Abstract

The land policy of the *Popular Front* government in Rio Grande do Sul (1999-2002): guidelines, political struggle and obtained results

The purpose of this article is to analyse the land policy carried out by the *Popular Front* (*Frente Popular*) government in the State of Rio Grande do Sul – Brazil, by taking into account its guidelines, the dynamics of the political struggle between social actors in rural areas and the general results obtained. The unprecedented character of this government is due to the fact that it was sustained and supported by a coalition of left-wing parties and by a set of social movements and union organisations from the countryside, which was determinant in the presentation of a programme opposing the neo-liberal policies in force at national level. For this reason, this government committed itself to adopt a land policy of its own, opposing the agrarian reform market programme defended by the Cardoso government at national level. The results presented throughout the article reveal that, despite the assumed commitments, and in view of the existing legal, institutional, economic and political limitations, the room for action by state governments can only be conceived as a complement to the federal government actions.

Keywords: Agrarian reform; land policy; Popular Front; political struggle; social movements of the country.

Introdução

Neste artigo analisa-se a política fundiária executada pelo governo da *Frente Popular* no estado do Rio Grande do Sul, levando-se em consideração as diretrizes e ações preconizadas em seu programa agrário, a dinâmica da luta política travada entre os principais atores do meio rural e os resultados globais alcançados em seu mandato. A análise busca combinar informações qualitativas e quantitativas. Para tanto foram utilizadas como fontes principais: entrevistas realizadas com gestores públicos e porta-vozes de movimentos e organizações do meio rural gaúcho, documentos governamentais, matérias publicadas na imprensa escrita e a literatura especializada.

O artigo tem por base uma pesquisa mais ampla desenvolvida pelo autor durante os anos de 2001 e 2005 que resultou na elaboração de uma tese de doutoramento intitulada: *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*, defendida em 2006 no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), financiada pelo CNPq.

O artigo está dividido em cinco seções. Na primeira seção, são explicitados os referenciais teóricos da análise. Na segunda seção, apresentamos um painel sintético da luta pela terra no Brasil e da atuação dos governos federais e estaduais no RS durante a década de 1990. Na terceira seção, são analisadas as diretrizes da proposta de desenvolvimento rural do governo da *Frente Popular* e as principais medidas adotadas para concretizá-la. Na quarta seção, analisa-se o processo de operacionalização da política fundiária estadual a partir da dinâmica sócio-política que marcou a especificidade dos seus dois principais momentos. Na quinta seção, apresenta-se um painel geral do conjunto dos subprogramas que integraram a política fundiária estadual, evidenciando-se os seus objetivos, as ações desenvolvidas e os resultados atingidos. Por fim, na última seção, apresentamos uma síntese conclusiva das análises realizadas ao longo do trabalho.

Os referenciais teóricos da análise sobre as políticas fundiárias e agrárias

A delimitação da política fundiária do governo Olívio Dutra como objeto de pesquisa requer que a situemos dentro de uma perspectiva mais ampla, na qual estão incluídas as análises sobre a questão agrária. Para tanto, é necessário esclarecer inicialmente, que a questão agrária se constitui numa espécie de *diagnóstico* ou na definição de qual é o *problema agrário* de uma determinada sociedade, tendo como foco central a proposição de medidas de intervenção sobre a *estrutura de posse e uso das terras*¹, num determinado espaço geográfico, em graus e intensidades variáveis, visando adequá-la às estratégias mais amplas de desenvolvimento (econômico e social) em disputa no interior de um determinado país, estado ou província. Tal diagnóstico jamais será neutro, uma vez que sempre será baseado nas diferentes leituras teóricas, políticas e ideológicas manifestadas pelos atores sociais e políticos diretamente implicados com o tema.

Por essa razão, a questão agrária não está dissociada de uma interpretação normativa (relativa ao *dever ser* de uma sociedade), na qual a análise do passado e do presente está diretamente relacionada aos “projetos de futuro” manifestados pelos atores implicados. Assim sendo, a questão agrária precisa ser analisada, também, como um problema histórico concebido á luz de uma perspectiva de longo prazo. Segundo Martins (2000):

Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diversas sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do fazer a história. O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. (...) A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica. (MARTINS, 2000, p. 89)

O reconhecimento do caráter histórico da questão agrária sugere que ela seja analisada à luz dos diferentes contextos econômicos, sociais, políticos, geográficos, culturais e ambientais, nos países ou regiões em que o problema da falta de acesso a terra em contraste com o monopólio da propriedade fundiária, atua como uma das principais causas da reprodução das desigualdades econômicas e sociais no campo, e das formas de dominação políticas a elas subjacentes.

No passado, a questão agrária estava referida ao bloqueio que o monopólio da propriedade fundiária, em poder de uma classe de rentistas representava à acumulação ampliada do capital, em especial nos países da Europa Ocidental que haviam sido pioneiros dos processos de industrialização durante os séculos XVIII e XIX. Naquele contexto, a solução do problema agrário passava pela realização de mudanças na estrutura de posse e uso das terras que oportunizassem a formação de um amplo mercado interno para o capital industrial em expansão. Esse mercado só poderia crescer com o crescimento da população economicamente ativa que recebesse salários e tivesse poder de compra, o que não ocorreria se as condições de vida dos trabalhadores e dos pequenos proprietários rurais fossem precárias. Se essas populações entrassem no mercado de modo restrito, seriam reduzidas as possibilidades da reprodução ampliada do capital no seu conjunto (MARTINS, 2000, p. 90-91).

A solução encontrada pelos representantes políticos das burguesias industriais daquela época materializou-se na realização de uma *reforma agrária*, que redistribuiu a propriedade fundiária monopolizada pelas classes rentistas aos camponeses sem terra ou com pouca terra. Em alguns países capitalistas, tais reformas foram realizadas em

¹ Aqui estamos nos referindo ao conjunto das diferentes formas de *apropriação e uso* das terras legitimadas pelo Estado brasileiro e que constituem a sua *estrutura ou malha fundiária*, cuja evolução e dinâmica interna são possíveis de serem acompanhadas mediante a análise dos dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

diferentes momentos históricos e em graus e intensidades variáveis, sendo responsáveis em grande medida para a constituição de uma estrutura de posse e uso das terras baseada em pequenas e médias propriedades rurais.

Posteriormente, os partidos social-democratas, socialistas e comunistas também passaram a defender a reforma agrária, entendendo-a como uma medida imprescindível ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e à modernização das relações sociais de produção que facultasse a transformação da sociedade capitalista em direção ao socialismo. Nesse processo, a defesa da reforma agrária se constituiu na possibilidade concreta de conquistar o apoio dos camponeses, articulando-os em uma aliança estratégica liderada pelo operariado urbano. A agenda dessas reformas incluía a nacionalização das terras privadas que passaram a ser exploradas mediante a criação formas coletivas, dentre as quais se destacaram as empresas estatais e as cooperativas de produção, reduzindo-se ao mínimo possível, as formas de exploração individuais da terra (KAY, 1995; BARRACLOUGH, 2001; DEERE & LEÓN, 2002).

Embora não faça parte dos objetivos deste trabalho analisar a diversidade das experiências de reforma agrária ocorridas no mundo, cabe destacar que a maioria delas cumpriu um importante papel na democratização da propriedade da terra e na modernização das relações econômicas, sociais e políticas nos países em que foram executadas. O traço comum dessas reformas, em especial daquelas conduzidas nos países em desenvolvimento, foi o papel crucial desempenhado pelo Estado na sua efetivação, principalmente no que se refere ao confisco das terras dos grandes proprietários, o que resultou na perda de parte de seus direitos e privilégios (BARRACLOUGH, 2001, p. 379).

A literatura contemporânea aponta, *grosso modo*, para a existência de três modelos básicos de reforma agrária, que se intercalaram ao longo da história recente de acordo com as circunstâncias específicas existentes nos países em que foram realizadas. Os modelos em questão são os seguintes: (a) a reforma agrária conduzida pelo Estado, ou “modelo estatal”; (b) a reforma agrária “de base” ou “popular”; (c) a reforma agrária “assistida” ou “conduzida pelo mercado” (MOYO & YEROS, 2008, P. 65-67; VELMEYER, 2008, p. 312). Tais modelos não serão utilizados aqui como “tipos ideais puros”, visto que dependendo da combinação dos parâmetros pelos quais são analisadas as reformas, podem ocorrer variações que destoam dos modelos apresentados².

Em linhas gerais, o “modelo estatal” caracteriza-se como aquele em que o Estado joga um papel proeminente no processo da reforma, tal como foi feito durante todo o *período desenvolvimentista*³ (MOYO & YEROS, 2008, p. 65). Uma reforma agrária desta natureza pressupõe uma *ação estatal* dirigida no sentido de promover uma redistribuição das terras monopolizadas por grandes proprietários e grupos econômicos aos trabalhadores rurais sem ou com pouca terra. Seu objetivo principal é a democratização da estrutura fundiária de um país, a promoção do desenvolvimento nacional e a conseqüente transformação nas relações de poder econômico e político que atuam na reprodução da concentração fundiária (BARRACLOUGH, 2001; PEREIRA, 2006).

Para a ação estatal ser qualificada como reforma é necessário que esta apresente uma escala compatível à magnitude do grau de concentração fundiária e da demanda por terra existente numa região, estado ou país, promovendo-se uma redistribuição da propriedade rural num espaço de tempo suficientemente curto, de sorte que a atual geração seja beneficiada pelos seus impactos sócio-econômicos (GOMES DA SILVA, 1995). Enquanto política redistributiva, implica na desapropriação das terras privadas que não cumprem com a sua função social, assim como na recuperação das terras públicas apropriadas ilicitamente por particulares. Além da distribuição dos ativos fundiários (*land reform*), a reforma agrária precisa ser encarada como um processo mais geral (*agrarian*

² Na análise dos processos de reforma agrária Moyo & Yeros (2008, p. 65) destacam a necessidade de considerar pelo menos quatro elementos: i) a seleção da terra; ii) o método de aquisição da terra; iii) a seleção dos beneficiários; iv) e o método de transferência da terra aos beneficiários.

³ Período posterior a década de 1930, quando boa parte dos governos dos países latinos americanos optou por fazer uma transição do modelo agroexportador para um modelo baseado na substituição de importações, na qual o Estado assumiu um papel preponderante na indução dos processos de desenvolvimento.

reform) que envolve o acesso aos recursos naturais (terra, água, cobertura vegetal no caso dos trabalhadores extrativistas, etc.), ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente à distribuição do poder político (Leite, 2007, p.16).

O segundo modelo, a reforma agrária “de base” ou “popular”, se define como aquela impulsionada pela ação das lutas por terra desencadeadas pelos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra e suas organizações de representação política. Nestas lutas geralmente são utilizadas formas de ação direta, tais como as ocupações de terras, mobilizações de massas e até mesmo a luta armada como instrumento de pressão às instituições do Estado para que estas executem políticas amplas e massivas de redistribuição da propriedade da terra. No passado, a maioria das reformas agrárias desta natureza acoplou-se a processos revolucionários que resultaram na construção de novos regimes políticos, tal como ocorreu no México (1910-1917), Bolívia (1952), Cuba (1959), Nicarágua (1979) e El Salvador (1980) (KAY, 1995; DEERE & LEON, 2002).

No período mais recente, é possível verificar a emergência de uma nova onda de lutas e a constituição de novos atores sociais no campo, identificados com as reivindicações do acesso a terra, da autonomia territorial, da democracia e da justiça social. Alguns autores destacam que este “novo campesinato” se constituiu a partir das reações aos efeitos regressivos das políticas de ajuste estrutural e da aplicação das estratégias neoliberais no continente. Esta nova onda de lutas sociais vem sendo protagonizada principalmente pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, a Confederação Nacional de Indígenas do Equador (CONAIE), a Federação Nacional Campesina no Paraguai, o MST no Brasil, entre outros. Para a maioria desses atores políticos a ampliação do acesso a terra se constitui num dos elementos centrais da sua estratégia de luta política (VELTMAYER, 2008).

O terceiro modelo, a reforma agrária “assistida pelo mercado” foi amplamente difundida e apoiada pelo Banco Mundial (BM) ao longo da década de 1990, como alternativa à reforma agrária distributiva conduzida pelo Estado mediante os processos de desapropriação, e também como forma de conter os conflitos fundiários oriundos das ocupações de terras protagonizadas pelos movimentos sociais do campo. Segundo a definição oferecida por Pereira (2005):

O novo modelo consiste numa ação estatal que combina transação patrimonial privada e política distributiva. *Transação patrimonial* por tratar-se de um financiamento concedido para a compra e venda voluntária entre agentes privados – ou seja, uma típica operação mercantil -, e pelo fato de que os proprietários são pagos em dinheiro e a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente os custos da aquisição da terra e os custos da transação. *Política distributiva*, porque há transferência de recursos a fundo perdido, em proporção variável conforme o caso, para investimentos em infra-estrutura e produção. (PEREIRA, 2005, p. 615)

Este modelo vem sendo integrado ao rol das ações compensatórias aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural implementadas em diversos países periféricos ao longo da década de 1990, vinculando-se às *políticas de alívio paliativo da pobreza rural* também recomendadas pelo Banco Mundial (PEREIRA, 2006, p. 370-71).

A caracterização sintética desses modelos de reforma agrária nos permite designar as ações de ampliação do acesso a terra executadas pelo governo da *Frente Popular* como uma *política fundiária*. Isto, porque, o termo *fundiário*, derivado do radical latino *fundus* (fundo, base, fazenda, bens de raiz) e agregado ao sufixo *ário* (que exerce atividade, profissão ou certo ofício) (MICHAELIS, 1998, p. 999), em geral, é empregado para caracterizar as medidas de caráter *complementar* ou *pontual* que não tem o condão de produzir mudanças profundas na estrutura de posse e uso da terra de um determinado espaço geográfico. Na maioria dos casos, essas medidas restringem-se a ações de *regularização fundiária* ou em *políticas de assentamentos*, criadas sob o propósito de atender emergencialmente as reivindicações de acesso a terra oriundas das ocupações protagonizadas pelos movimentos sociais do campo.

Difere-se, portanto, de uma *política agrária* ou de *reforma agrária*, em razão desta apresentar um significado mais amplo. Isto, porque, o termo *agrário*, derivado do radical latino *agrariu* refere-se ao campo e ao meio rural como um todo, extrapolando assim, dimensão meramente fundiária, sem que isso signifique a sua exclusão (MICHAELIS, 1998, p. 81). Como já foi dito anteriormente, uma política agrária ou de reforma agrária implica em considerar a necessidade da conjugação de medidas de política fundiária (desapropriações, regularizações fundiárias, crédito fundiário, etc) e política agrícola (crédito, infra-estrutura, comercialização, assistência técnica, etc.), de tal modo que estas possam ser tratadas como temas de abrangência nacional.

No que diz respeito aos governos estaduais, é preciso salientar que constatação da existência de espaços para a sua atuação, ou ainda o reconhecimento de que os conflitos fundiários se manifestam de acordo com as especificidades regionais, não pode ser confundida aqui com a defesa de uma suposta “estadualização da reforma agrária”. Isto porque, as experiências de execução de políticas fundiárias estaduais, têm ocorrido historicamente num campo de limitações e constrangimentos que impossibilitam pensá-las de forma autônoma, a menos que o atual ordenamento jurídico institucional seja completamente reformulado.

A primeira limitação refere-se à definição expressa na Constituição Federal de 1988 de que as *desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária* são de competência exclusiva da União⁴. Neste caso, as únicas alternativas que restam aos governos estaduais interessados em executar uma política fundiária são as aquisições de terras mediante a compra, as desapropriações por interesse social e as desapropriações por necessidade ou utilidade pública, sendo que estas duas últimas só podem ser realizadas mediante a indenização prévia, à vista, em dinheiro e nos preços praticados no mercado de terras. Além desses instrumentos de obtenção de terras, os estados também podem tentar identificar as áreas públicas devolutas apropriadas ilicitamente por particulares, através da realização de *ações discriminatórias* ou disponibilizar imóveis patrimoniais em desuso⁵. A restrição da obtenção de terras às compras e desapropriações com pagamento prévio contribui para elevar imensamente os custos de uma política agrária estadual, o que se apresenta como uma limitação de ordem *financeira*. No âmbito das limitações *institucionais* observa-se que o RS não dispõe de um aparato estatal específico para tratar dos assuntos fundiários, a exemplo de outros estados, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. E, por último, existem ainda as limitações de ordem *política* que geralmente se expressam nas ações dos setores que se opõem às políticas de redistribuição da propriedade fundiária (DA ROS, 2006, p. 440).

Diante do exposto, constata-se que a configuração das políticas agrárias e fundiárias em direção a um dos modelos aqui caracterizados (“estatal”, “de base” e “conduzida pelo mercado”) depende diretamente da intensidade das lutas protagonizadas pelos atores sociais do campo e seus apoiadores em torno da modificação ou manutenção do *direito a posse e uso das terras*. No limite, é possível dividir a dinâmica desta luta em duas modalidades distintas. Em primeiro lugar, trata-se de uma luta por um direito constituído ou “legal” que se ancora nos preceitos da legislação agrária em vigor, principalmente no que se refere à garantia do cumprimento da chamada “função social” da propriedade fundiária⁶. Em

⁴ Conforme consta no Artigo n. 184 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2003, p. 130).

⁵ As *ações discriminatórias* são reguladas pela Lei N. 6383, de dezembro de 1976, na qual está prevista a montagem de uma comissão especial, que no âmbito federal é de responsabilidade do INCRA. Segundo Novicki (1992), essa mesma atribuição é facultada aos estados, desde que os mesmos possuam um órgão de terras em funcionamento.

⁶ Na Constituição Federal brasileira em vigor, o direito à propriedade rural somente é garantido mediante o cumprimento da sua função social. Para tanto, é necessário o atendimento simultâneo dos seguintes requisitos: a) aproveitamento racional e adequado; b) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; c) observância das disposições que regulam as leis de trabalho; d) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores (BRASIL, 2003, p. 130). A Lei agrária N. 8.629 de 1993 estabeleceu de forma clara apenas o primeiro requisito, considerando que o *aproveitamento racional e adequado* seria cumprido na medida em que a propriedade fosse *produtiva*. Nesta direção, estabeleceu critérios de mensuração da utilização da propriedade e da sua eficiência baseados respectivamente, no Grau de Utilização da Terra (GU)

segundo lugar, trata-se de uma luta que se insurge contra a lei ou “não legal”, pois está pautada na busca permanente do reconhecimento ou legitimidade das ações dos movimentos de luta por terra, visando alargar o espaço desta legalidade (NOVICKI, 1992).

Entre as diversas dimensões observadas nas lutas travadas por esses atores sociais, pelo menos três delas merecem um destaque especial. A primeira está relacionada às diferentes percepções desses atores sobre qual é a *natureza da questão agrária contemporânea* e a sua vinculação às diferentes estratégias de desenvolvimento em disputa no âmbito nacional e estadual⁷. Neste caso, percebe-se que os atores sociais ocupam posições polares na sociedade, de acordo com as assimetrias de poder econômico, político, social e simbólico, acumuladas por eles ao longo de suas trajetórias históricas, as quais podem ser interpretadas também como diferentes modalidades de *capitais* ou *trunfos* utilizados em suas lutas⁸ (BOURDIEU, 2002).

Grosso modo, pode-se dizer que num dos pólos se situaram e ainda hoje se situam, os atores interessados na preservação do monopólio da propriedade fundiária, na forma como ela foi legada pelas gerações passadas. Isto significa dizer que as organizações que representam politicamente os interesses do patronato rural, costumam mobilizar todos os esforços no sentido de defender a intocabilidade do direito de propriedade. Tal defesa quase sempre é acompanhada de estratégias que visam minar com a legitimidade das ações protagonizadas pelas organizações que lutam pela realização de uma reforma agrária, valendo-se da desqualificação dos trabalhadores rurais e suas organizações e do uso da violência (física e simbólica) como prática de classe (BRUNO, 2005).

Num outro pólo, estão situadas as organizações que reivindicam uma *política de reforma agrária* que possibilite uma ampla distribuição de direitos de propriedade da terra às populações que não a possuem, a fim de permitir uma modificação nas suas condições de reprodução social e econômica. Neste caso, a reivindicação do *acesso a terra* aparece vinculada à defesa da ampliação e fortalecimento das múltiplas formas de agricultura camponesa e familiar, e por políticas públicas diferenciadas que atendam a especificidade desses grupos sociais.

A segunda dimensão está relacionada às lutas travadas por esses atores no interior das instituições do Estado e das organizações da Sociedade civil em torno do caráter, da extensão, do ritmo e dos principais instrumentos utilizados no âmbito das políticas agrárias. Nesta direção, entende-se que os diferentes formatos assumidos pelas políticas agrárias e fundiárias, apresentam uma relação direta com o perfil da configuração de forças sociais e políticas que compõem os governos, bem como dos demais atores que os apóiam. Isto, porque, a efetivação de medidas de política agrária numa direção ou outra, dependerá diretamente da correlação de forças e da dinâmica da luta social e política imprimida pelos atores implicados. Tais atores, sempre que possível, buscarão orientar as suas ações em coerência aos diagnósticos sobre a questão agrária preconizados em suas agendas de reivindicação ou programas políticos. Por isso, a avaliação de uma política agrária precisa levar em consideração, qual é o grau de prioridade conferido pelos governos ao tema da reforma agrária, bem como dos objetivos eleitos para a ação governamental (DA ROS, 2006).

Nesta perspectiva, as análises aqui empreendidas estão informadas pela concepção de *Estado ampliado* elaborada por Antonio Gramsci, que se distancia das interpretações que restringem à compreensão dos processos de dominação política apenas à dimensão da repressão e da coerção. Sob esta ótica, o Estado comporta duas esferas principais: a) a

e no Grau de Eficiência Econômica (GEE), cujo cálculo se referencia nos índices de produtividade em vigor. Nos demais requisitos, a Lei é genérica e não oferece grandes possibilidades para a ação governamental. Sobre o assunto ver Delgado (2001).

⁷ Neste caso, estamos nos referindo às diretrizes existentes nos programas de governo (estaduais ou federais) que costumam exprimir as diferentes concepções políticas dos partidos e coalizões de partidos acerca das propostas econômicas, sociais e políticas a serem adotadas nos âmbitos nacional e estadual.

⁸ Embora seja possível visualizar a formação de polaridades em relação às disputas ocorridas em torno da questão agrária brasileira, isso não significa que não tenham ocorrido cisões ou rupturas no interior de cada pólo, geralmente oriundas das diferentes interpretações sobre o tema e sobre as estratégias de luta mais viáveis a serem adotadas.

sociedade política, na qual estão compreendidos os mecanismos pelos quais a classe dominante exerce o seu poder mediante o monopólio legal da repressão e da violência, representados pelo controle da burocracia administrativa e dos aparatos de força militar e policial; b) a *sociedade civil*, compreendida pelas organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, também denominados por Gramsci como *aparelhos privados de hegemonia*⁹ (GRAMSCI, 1978; COUTINHO, 1996).

No âmbito da reprodução das relações de poder, existe uma diferença funcional entre essas duas esferas, visto que enquanto na sociedade política a dominação é exercida por meio da ditadura e da coerção, na sociedade civil a dominação é exercida por meio do exercício da hegemonia, também concebida como um processo de conquista de aliados para as posições políticas de um determinado grupo ou classe através da *direção política* e do *consenso*¹⁰ (GRUPPI, 1978). Nessa formulação, as lutas travadas pelos atores sociais em torno do direito a posse e uso da terra estão inseridas em ambas as esferas de poder, de tal modo que há um movimento permanente de luta pela hegemonia política, onde o que está em jogo é a tentativa de imprimir um formato à política agrária que se aproxime mais ou menos a um dos modelos aqui caracterizados.

A constatação de que as lutas sociais pelo acesso a terra são travadas tanto na sociedade política, quanto na sociedade civil, possibilita também a compreensão do Estado como uma “condensação material de uma relação de forças”, como um “campo e processos estratégicos”, onde se “entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalcagens uns em relação aos outros” (POULANTZAS, 1985, p. 157). Sob esta ótica, percebe-se que as políticas agrárias e fundiárias não se constituem a partir da aplicação de um esboço global de objetivos emanados apenas pelas instituições do Estado, sendo resultantes de uma luta permanente e de um entrecruze dos interesses representados pelos diferentes atores sociais implicados. Isto significa dizer, que as lutas protagonizadas pelos movimentos sociais do campo não podem ser interpretadas como lutas que estão “fora do poder”, uma vez que estão inscritas na trama e na configuração estratégica do Estado, atravessando-o de lado a lado (POULANTZAS, 1975, p. 162).

O terceiro aspecto importante das lutas travadas em torno do direito a posse e uso das terras, diz respeito à sua dimensão *espacial e territorial*. Isto, porque, trata-se de lutas que visam em última instância, a *apropriação* de um determinado espaço geográfico, ou seja, uma determinada porção de terra, que pode ser utilizada de modos distintos pelos atores que a reivindicam. Neste sentido, vale esclarecer que a noção de espaço aqui empregada é equivalente à base objetiva (ou natural) que possibilita a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102, *apud* FERNANDES, 2005, p. 273). Por essa razão, o espaço é definido a partir da sua *composicionalidade*, isto é, compreende e é compreendido por múltiplas dimensões (multidimensional), e, também, por sua *completitude*, relacionada à sua qualidade de ser percebido ao mesmo tempo como *todo* e como *parte* (FERNANDES, 2005, p. 274).

⁹ Segundo Coutinho, Gramsci advertiu que a distinção entre sociedade política e sociedade civil é uma *distinção metodológica* e não uma distinção orgânica; na realidade efetiva, sociedade civil e Estado se identificam (COUTINHO, 1996, p. 87).

¹⁰ Segundo Luciano Gruppi (1978), a hegemonia pode ser definida como: “(...) a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente, dominante, até o momento em que – através da sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (GRUPPI, 1978, p. 70).

O estabelecimento de *limites*¹¹ precisos de um determinado espaço ocorre a partir de uma definição arbitrária realizada por uma nação, classe, grupo ou ator social, realizada a partir de uma intencionalidade cujo resultado é a produção de um espaço social específico: o *território* (FERNANDES, 2005, p. 276). Ou seja, o que define a existência de um território é a apropriação de um determinado espaço por um ator ou conjunto de atores, sendo delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço (BRAGA, 2004, p. 26).

Neste sentido, a gênese, o desenvolvimento e a diferenciação dos territórios, geralmente estão associados a um conjunto de dimensões, entre as quais se destacam: a) a *dimensão física*, relacionada às suas características geológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação, etc.), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais; b) a *dimensão econômica*, relativa às formas de organização espacial dos processos sociais de produção, consumo e comercialização; c) a *dimensão simbólica*, referentes ao conjunto específico de relações culturais e afetivas existentes entre um grupo e um determinado lugar, contribuindo assim, como um elemento constitutivo da sua identidade social; d) a *dimensão sócio-política*, relacionadas ao fato do território se constituir num meio para as interações sociais, e também, de relações de dominação e poder (BRAGA, 2004, p. 27).

No que diz respeito à questão agrária é preciso ter presente, que a conformação da estrutura fundiária de um determinado país ou estado é resultado de um longo processo histórico de lutas travadas entre os atores sociais em torno da apropriação e uso de um determinado território. Essa apropriação quase sempre foi legitimada e institucionalizada mediante a dominação exercida pelo poder estatal, razão pela qual, a concepção clássica de território da geografia política o considerou como um espaço de manifestação da soberania do Estado, delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade. Em outras palavras, o Estado moderno é um Estado territorial, com uma base física definida, composta pelos “territórios usados”, ou seja, os espaços efetivamente apropriados, e, também, dos chamados “fundos territoriais” (áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo) (MORAIS, 2005).

Sob esta ótica, constata-se que as instituições do Estado assumem um papel preponderante na produção do espaço, uma vez que elas através das suas políticas territoriais atuam na constituição de grandes equipamentos e infra-estrutura, na construção de grandes sistemas de engenharia, na preservação do patrimônio natural e na gestão dos fundos territoriais. Por essas atuações, as instituições do Estado operam como indutoras do padrão de ocupação dos territórios nacionais, atuando também, na definição de um padrão de regulamentação do uso do solo (MORAIS, 2005, p. 43).

Assim sendo, torna-se praticamente impossível compreender a constituição de uma determinada estrutura fundiária, ou mesmo, postular uma política de reforma agrária sem considerar a centralidade assumida pelas instituições do Estado como conformadoras da ocupação e reguladoras do uso do território. Neste sentido, as pressões pela realização de uma política de reforma agrária no país, protagonizadas pelos movimentos sociais do campo e seus apoiadores, constituem-se em tentativas de pôr em causa o padrão dominante de ocupação e uso do território brasileiro, cuja marca histórica tem sido a persistência da grande propriedade fundiária alicerçada na produção de *commodities* exportáveis. Como alternativa a este padrão, as políticas fundiárias e de assentamentos em curso no país, apesar de serem ainda insuficientes, têm contribuído para a inauguração de um novo padrão de ocupação do território baseado na ampliação do número de propriedades

¹¹ Segundo Braga (2004, p. 30), “(...) **Limite** expressa uma interface biossocial, que evolui ao longo da história. Limites territoriais podem ser estabelecidos de modo tanto individual como coletivo, inclusive por meio da propriedade privada. Eles delimitam relações de alteridade: a diferença entre o “nós” – o grupo dos membros da coletividade ou “comunidade”, os *in-siders* - e os “outros” – os de fora, os estranhos, os *outsiders*. Do processo de apropriação de uma porção de extensão terrestre resulta a delimitação de uma área, no interior da qual um ator ou grupo social exerce domínio”.

camponesas e familiares, nas quais estão sendo colocadas em prática outras formas de uso da terra.

Desse modo, a espacialização das lutas por terra vem contribuindo para a configuração de novas territorialidades (assentamentos) em disputa com as antigas territorialidades (latifúndios improdutivos), uma vez que a construção das primeiras implica necessariamente na destruição das últimas (FERNANDES, 2005). Nesse processo, as políticas fundiárias estaduais podem desempenhar um papel significativo na construção de novas territorialidades no campo, corroborando para amenizar as distorções e contradições oriundas da elevada concentração fundiária existente no Brasil.

As políticas fundiárias estaduais no contexto da luta pela terra no Brasil

No Brasil as duas últimas décadas do século XX foram marcadas pela retomada do debate sobre a questão agrária, motivado principalmente pela intensificação das ações dos movimentos sociais e entidades sindicais do campo em suas pressões sobre as instâncias do Estado brasileiro para a realização de uma reforma agrária. Tais pressões tiveram um maior impulso no final dos anos 70 e início dos anos 80, quando os efeitos regressivos da modernização conservadora da agricultura, a ação de setores progressistas da Igreja (católica e luterana) e a conjuntura política de esgotamento do regime militar, contribuíram para intensificar as lutas sociais no campo. Neste processo, a retomada das *ocupações de terras*¹² contribuiu para a constituição de um dos mais importantes movimentos de luta por reforma agrária na contemporaneidade: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (FERNANDES, 2001; CALDART, 2000).

Desde então, as ocupações têm sido a principal estratégia de pressão social do MST em sua luta pelo acesso imediato a terra, passando a ser adotadas também por diversos sindicatos e federações de trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e por inúmeros movimentos de sem-terra que surgiram recentemente. Em resposta a estas pressões, o Estado brasileiro - nas suas esferas federais e estaduais - procurou implantar políticas de assentamentos a fim de equacionar pontualmente as situações de conflitos fundiários mais emergentes¹³. Tais políticas, apesar de importantes, foram insuficientes para alterar o quadro de elevada concentração fundiária vigente no país¹⁴.

No Rio Grande do Sul (doravante identificado pela sigla RS), esse quadro de concentração fundiária também faz parte da sua realidade¹⁵. Situado no extremo sul do país, este estado apresenta características de relevo e vegetação que desde o início contribuíram para a conformação de uma diferenciação sócio-espacial entre as suas regiões Norte e Sul. Isto porque, a primeira era dotada de uma escarpa arborizada com florestas

¹² A *ocupação* pode ser considerada a essência do MST, porque é com ela que se inicia a organização das pessoas para participar da luta pela terra, ela se constitui, portanto na matriz organizativa do movimento (CALDART, 2000, p. 109).

¹³ Numa pesquisa realizada recentemente em vários estados brasileiros, constatou-se que 96% dos assentamentos investigados resultaram de situações de conflito, sendo que em 89% dos casos a iniciativa do pedido de desapropriação partiu dos trabalhadores rurais e de suas organizações, em somente 10% dos casos a iniciativa partiu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (HEREDIA et al., 2002, p. 78).

¹⁴ Cabe registrar que as estimativas do *índice de Gini*, que mede o grau de concentração das terras a partir dos dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm permanecido estáveis desde a década de 1960. Este índice utiliza valores que variam de 0 a 1, no qual o primeiro número representa uma concentração nula e o segundo uma concentração máxima. Em 2000, esse índice ainda apresentava um valor bastante alto, da ordem de 0,802, indicando um forte grau de concentração da propriedade das terras no Brasil (DIEESE/MDA, 2006, p. 34).

¹⁵ Segundo os dados do Censo Agropecuário do IBGE, existe no RS um total de 429.957 estabelecimentos agropecuários, os quais ocupam uma área total de 21.800.883,221 hectares. Desse total, 394.495 estabelecimentos são *familiares*, e representa 91,8% do total dos estabelecimentos, ocupando uma área de 8.920.803,782 hectares, o que corresponde a 40,9% da área total. Os estabelecimentos *patronais* contabilizam 32.114, representando 7,5% do total de estabelecimentos, ocupando uma área de 12.712.787,157 hectares, correspondente a 58,3% da área total. <www.incra.gov.br/sade/documentos.asp>.

subtropicais que se distinguiu completamente do relevo plano-ondulado e da vegetação de campos predominante na segunda. Por essa razão, o processo histórico de ocupação e apropriação do território deste estado apresentou algumas distinções em relação aos demais estados brasileiros. Principalmente, em face das constantes disputas em torno da delimitação das fronteiras com a Argentina e o Uruguai, e também pela forte incidência das políticas de colonização, ambas motivadas por razões de ordem econômica e geopolítica.

Desse modo, observa-se que num primeiro momento foram ocupadas as áreas de campo, situadas na região Sul do estado. Este período abrangeu o século XVII e o início do século XVIII, quando o domínio do território gaúcho estava sendo disputado entre os reinos de Portugal e Espanha e a captura do gado selvagem (introduzido pelos padres Jesuítas espanhóis) se constituía no principal fundamento econômico da região. Para consolidar a sua posição de domínio e estimular o povoamento do território, a Coroa portuguesa lançou mão da distribuição de sesmarias de terras, nas quais se estabeleceram as estâncias dedicadas à pecuária extensiva, que se tornou a principal atividade econômica desta região¹⁶.

Num segundo momento, compreendido entre o início do século XIX e a primeira metade do século XX, os governos Imperial e Provincial passaram a adotar políticas de colonização para promover a ocupação das áreas de mata com imigrantes europeus de diversas nacionalidades (alemães, italianos, poloneses, espanhóis, judeus, russos, etc). A vinda dos imigrantes foi aceita pelas classes dominantes locais sob a condição de que estes ocupassem somente as áreas que não eram de interesse da pecuária. Nestes locais, constituíram-se inúmeras comunidades que tinham a agricultura como a sua principal atividade econômica¹⁷. As políticas de colonização, apesar de seletivas e contraditórias, permitiram a consolidação de um vasto território de pequenas propriedades familiares, o que explica a constituição de uma *estrutura agrária dual* no estado (JANSEN, 2004).

Grosso modo, tal dualidade se evidencia pela existência de duas macro-regiões distintas no que se refere ao grau de concentração fundiária e as diferentes formas de uso das terras. Na metade Norte, onde foram localizadas as colônias de imigrantes, prevalece atualmente uma estrutura fundiária menos concentrada, sendo que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas se dedica à produção de grãos (soja, trigo, milho) em integração à pecuária intensiva (bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura). Na metade Sul, por sua vez, o grau de concentração da propriedade fundiária é maior, sendo que uma grande parte dos estabelecimentos agrícolas se dedica à pecuária extensiva (bovinocultura de corte e ovinocultura) ou às modernas lavouras de arroz irrigado, existindo ainda, uma parcela bastante significativa de “pecuaristas familiares”.

Esta diferenciação entre a metade Sul e Norte não resultou apenas da forma pela qual o território gaúcho foi ocupado, mas, também, da natureza dos processos sócio-econômicos que se desenvolveram sobre as mesmas. Enquanto a primeira permaneceu a maior parte do tempo ancorada na pecuária extensiva, na segunda ocorreu o desenvolvimento de uma agricultura diversificada que manteve um forte vínculo com a indústria e com o mercado interno, constituindo-se na principal base de sustentação da economia estadual. Ao longo do tempo essa estrutura agrária dual manteve-se praticamente inalterada, apesar de ter passado por transformações qualitativas importantes, ocorridas nos diferentes momentos do processo de modernização da agropecuária, em especial naquele que se intensificou a partir da década de 1970¹⁸. Nesse período, o centro irradiador da

¹⁶ Pela Lei de Sesmarias, os representantes de Coroa Portuguesa concediam terras sem qualquer ônus e a quem bem entendessem, com exceção aos súditos da Espanha. Os contemplados eram, geralmente, os homens acessíveis à administração colonial, representados no sul pelos oficiais superiores e subalternos, os aventureiros e comerciantes bem sucedidos, os homens de posses (FERREIRA, 2003, p. 39).

¹⁷ A respeito do processo de colonização no RS ver Roche (1969), Lando & Barros (1980), Kliemann (1986) entre outros.

¹⁸ Silva (2001) ao realizar uma releitura do processo de transformação da agricultura gaúcha no período de 1970 a 1980, destaca que a sua modernização técnica atravessou três momentos distintos. Um primeiro momento representado pela introdução e desenvolvimento da lavoura arroseira, no início do século XX, nas regiões da Depressão Central e da Campanha Gaúcha. Um segundo momento representado pela expansão das lavouras mecanizadas de trigo na região do Planalto Médio, no final dos anos 50. E, por fim, um terceiro momento

modernização ocorreu na metade Norte, trazendo como consequência o acirramento das contradições sociais no campo, as quais se constituíram no fundo estrutural sobre o qual irromperam as principais lutas sociais do campo¹⁹.

Neste processo, as lutas mais significativas e emblemáticas foram as lutas por terra, as quais se concentraram inicialmente na região Norte do estado, onde as consequências da modernização foram mais intensas. A realização dos primeiros acampamentos de agricultores sem-terra assumiu um enorme significado nos anos 80, uma vez que tais eventos possibilitaram o acúmulo de uma experiência política e organizativa que foi determinante na constituição formal do MST, em 1984 (NAVARRO, 1996; CALDART, 2000; FERNANDE, 2001).

Desde então, as ações de pressão do MST contribuíram para manter o tema da reforma agrária na agenda política estadual, caracterizando-se por se concentrarem, ora sobre a esfera federal, ora sobre a esfera estadual. De tal modo, que a implantação dos assentamentos no RS pode ser dividida em cinco grandes fases. Uma primeira ocorrida entre os anos de 1978 e 1984, ainda sob o período do regime militar, quando a retomada das ocupações obrigou o governo estadual a comprar imóveis rurais para atender a reivindicação dos agricultores sem-terra, porém, sem garantir os recursos necessários ao desenvolvimento satisfatório dos primeiros assentamentos criados (NAVARRO et al., 1999).

A segunda fase ocorreu entre os anos de 1984 e 1990, quando as ocupações de terras foram protagonizadas pelo recém-criado MST, sendo dirigidas para pressionar o governo federal, que se encontrava sob a presidência de José Sarney, em pleno período de transição do regime militar à Nova República. Nesta época, um dos principais compromissos assumidos pela coalizão de forças empossada no governo era a efetivação de um audacioso Plano Nacional de Reforma Agrária, cujos resultados foram pífios em função das reações desencadeadas pelas organizações do patronato rural e das forças políticas conservadoras que as apoiavam. Contudo, foi nesse período que se registraram a implantação dos primeiros projetos de assentamentos federais no RS (NAVARRO et al., 1999).

A terceira fase ocorreu entre os anos de 1990 e 1994, quando se observou um aumento das pressões sobre o governo estadual, já que em nível federal a tônica do governo neoliberal de Fernando Collor de Melo foi caracterizada pela suspensão das desapropriações para a reforma agrária e pela repressão sistemática ao MST. O governo estadual que na época encontrava-se sob a gestão de Alceu Colares (Partido Democrático Trabalhista), acabou concentrando as suas ações fundiárias em duas direções: a) na cessão de terras públicas patrimoniais para a implantação de assentamentos; b) na utilização de recursos alocados pelo Fundo Estadual de Terras para a compra de novas áreas (Navarro et. al., 1999).

A quarta fase ocorreu entre os anos de 1995 e 1999, quando a reforma agrária foi recolocada no cenário político nacional, principalmente em função da escalada das ocupações de terra e pela comoção pública gerada pelos massacres de trabalhadores rurais ocorridos em Corumbiara (Rondônia), em 1995, e em Eldorado dos Carajás (Pará), em 1996. Em nível estadual, as pressões das ocupações foram dirigidas novamente para o governo federal, posto que o governo de Antonio Britto demonstrou-se bastante refratário às pressões políticas e reivindicações do MST. Nesse período, registraram-se a implantação do maior número de assentamentos federais no estado, superando os resultados atingidos pelos governos federais anteriores (NAVARRO et al., 1999).

A quinta fase correspondeu ao quadriênio de 1999/2002, o qual se constitui no objeto central de análise deste trabalho. Este período distingue-se dos demais, em razão da especificidade da conjuntura e do caráter das políticas agrárias adotadas pelos governos

representado pela expansão das lavouras mecanizadas de soja em sucessão ao trigo na metade Norte, durante a década de 1970.

¹⁹ Entre essas lutas sociais destacaram-se as seguintes: a) as lutas pela retomada das terras indígenas; b) a luta pelo acesso a terra através da constituição dos primeiros acampamentos depois do período ditatorial; c) as lutas contra a construção das barragens; d) as lutas pela defesa dos preços dos produtos e por melhores condições de produção; e) as lutas das mulheres trabalhadoras rurais (BRUMER, 1990; NAVARRO, 1996; CARINI, 2005).

estadual e federal. No primeiro caso, o ano de 1999 marcou o início do governo Olívio Dutra, eleito por uma coalizão de partidos de esquerda. Tal coalizão se distinguiu por apresentar um programa de governo oposto às diretrizes políticas nacionais do governo reeleito de Fernando Henrique Cardoso, integrado por uma coalizão de partidos de centro-direita, cujas premissas eram baseadas num ideário neoliberal. Neste ideário, afirmava-se a necessidade de redução da intervenção do Estado na economia em favor do mercado, mediante à privatização das empresas estatais, da desregulamentação da economia, da abertura comercial e do estímulo de políticas sociais compensatórias (FIORI, 2001). No âmbito das políticas agrárias, a ênfase do governo federal voltou-se ao fortalecimento do “modelo de reforma agrária conduzido pelo mercado”, formulado a partir de projetos pilotos implantados no Nordeste brasileiro, sob o apoio e o financiamento do Banco Mundial (PEREIRA, 2004).

Neste contexto, o governo de Olívio Dutra se constituiu numa espécie de antípoda da política nacional, posto que as suas diretrizes gerais se ancoraram na defesa da centralidade do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento econômico; na universalização do acesso às políticas sociais, encaradas como direitos do cidadão e um dever do Estado; e na defesa de uma radicalização da democratização do Estado, mediante o estímulo das formas de democracia participativa criadas a partir da experiência do Partido dos Trabalhadores com o Orçamento Participativo. No âmbito da política agrária implantada pelo governo Olívio Dutra, observa-se que esta foi fortemente influenciada pela sintonia existente entre o Partido dos Trabalhadores (PT), principal agremiação política da coalizão do governo, e os movimentos sociais e entidades sindicais do campo²⁰. Por essa razão, as políticas voltadas ao fortalecimento das formas familiares de produção e a reforma agrária foram encaradas como estratégicas na proposta de desenvolvimento rural preconizada pela *Frente Popular*.

Nesta direção, a política agrária adotada pelo governo Olívio Dutra rompeu com a linha de atuação observada nos governos estaduais anteriores, que somente implantaram assentamentos em resposta à agudização dos conflitos fundiários, não se furtando em usar o aparato policial repressor para coibir as ocupações. Pela primeira vez na história recente do estado, a questão agrária passou a receber um tratamento político, sendo internalizada no governo através da criação de uma estrutura governamental específica, vinculada diretamente ao gabinete do governador. Neste processo, a composição da equipe do governo se distinguiu dos antecessores por integrar alguns representantes dos movimentos sociais e entidades sindicais do meio rural. Além disso, o governo estadual se comprometeu a tratar os conflitos fundiários por meio da negociação política, evitando-se o uso do aparato policial repressor, conforme veremos na seqüência.

As diretrizes do programa eleitoral e a concretização da política fundiária

A eleição da *Frente Popular* ao governo do estado, em 1998, foi sem dúvida um acontecimento inédito na história recente do RS²¹. Tal ineditismo relacionava-se ao fato

²⁰ Essa sintonia se devia principalmente aos seguintes aspectos: a) a existência de uma convergência entre as reivindicações dos movimentos sociais e sindicais do campo com as propostas presentes no programa de governo da *Frente Popular*; b) pelo fato de que muitos dos integrantes e dirigentes desses movimentos serem filiados ao PT; c) pela participação direta dos integrantes desses movimentos nas eleições prévias do PT, especialmente o MST, o que além de ter sido inédito, foi decisivo para consagrar a escolha de Olívio Dutra como o candidato do PT nas eleições internas da agremiação contra o seu concorrente Tarso Genro; e) pela definição de um compromisso pré-eleitoral de que seriam assentadas 10 mil famílias de agricultores sem terra ao longo do mandato.

²¹ A *Frente Popular* abarcava o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). No segundo turno das eleições, contou com o apoio da *Frente Trabalhista* (composta pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido Social Trabalhista - PST e Partido da Mobilização Nacional - PMN) e do Partido Popular Socialista (PPS) e do Partido Verde (PV), que no primeiro turno haviam concorrido com candidaturas avulsas. A chapa vencedora tinha como candidato a governador o ex-bancário Olívio Dutra e, como vice-governador, o deputado federal pelo PT Miguel Rosseto, que no governo Lula viriam a responder, respectivamente, pelo Ministério das Cidades e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

deste governo ser composto por uma coalizão de partidos de esquerda e por estar orientado num programa que se apresentava como uma antítese das políticas neoliberais de ajuste estrutural preconizadas pelo governo Cardoso, em nível nacional, e por seu principal aliado no estado, o ex-governador Antônio Britto, ambos sustentados por uma ampla aliança de partidos de centro-direita²². No âmbito das políticas agrícolas e agrárias, a relação de sintonia política existente entre os movimentos sociais e entidades sindicais do campo (doravante identificados pela sigla MSC) e o governo da *Frente*, foi determinante para que este último assumisse uma postura crítica em relação à estratégia de desenvolvimento rural preconizada pelo governo Cardoso²³.

Esta crítica estendia-se para o plano estadual, chamando a atenção para o fato de que o governo anterior havia adotado medidas que privilegiaram as grandes agroindústrias, mediante a concessão de incentivos fiscais. A *Frente* assinalava em seu programa, que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (doravante identificada pela sigla SAA), em seus 62 anos de existência, havia atuado muito mais como uma expressão da força política do latifúndio e da agricultura empresarial, do que um suporte para a agricultura familiar e para a resolução da problemática crescente dos sem-terra e da pobreza rural. Sobre este último aspecto o programa alertava para os altos índices de pobreza existentes no RS, os quais apresentavam uma peculiaridade decorrente dos processos de diferenciação regional. Segundo o programa:

A metade sul apresenta uma situação de pobreza mais intensa, com índices de carência bem acima da média estadual, mas em números absolutos menores. Nesta região existe uma correlação positiva entre carência social e concentração fundiária: carência social é maior onde predomina o latifúndio. Mas é nas regiões de pequena propriedade, na metade norte, onde a pobreza rural atinge maior magnitude e concentração. Nessa região o número de pobres é superior em comparação às outras regiões do estado. (FRENTE POPULAR, 1998, p. 41)

Com base neste diagnóstico, a *Frente* defendia a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento, na qual considerava estratégico do ponto de vista social, político, cultural e ambiental, o fortalecimento das unidades familiares agrícolas. Neste contexto, a reforma agrária, além da sua importância política, cumpriria um papel de reforço e de rejuvenescimento da agricultura familiar, pois não só promoveria a criação de novas unidades produtivas, como atuaria na correção das distorções provocadas pela reconcentração da propriedade da terra (FRENTE POPULAR, 1998, p. 42-47).

Nesta direção, o programa de governo da *Frente* tecia críticas à gestão de seu antecessor pela ausência de uma política fundiária e também pelo tratamento policial conferido às ocupações de terras. Em contraposição, afirmava que no mandato de Olívio Dutra haveria uma atuação decidida na viabilização da reforma agrária, criando-se uma estrutura específica para tratar desse assunto, ligada diretamente ao gabinete da Secretaria de Agricultura. Na efetivação dessa política, apontava-se para a realização de ações em dois sentidos: a) na arrecadação de terras para a implantação de assentamentos, a serem localizados preferencialmente na Metade Sul, onde havia uma maior concentração fundiária

²² Entre os principais partidos que deram sustentação ao governo Fernando Henrique Cardoso estavam: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Já a coalizão do governo Antônio Britto era composta pelo PMDB, PPB, PTB, PSDB, PFL, Partido Liberal (PL), Partido Social Democrático (PSD), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Liberal (PSL), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Trabalhista do Brasil (PT do B).

²³ A *Frente Popular* criticava a falta de prioridade conferida pelo governo Cardoso à agricultura familiar em privilégio da agricultura capitalista de grande escala, alertando para o fato de que o programa de estabilização da economia implantado durante o primeiro mandato havia provocado o desaparecimento de mais de 400 mil propriedades rurais, sendo que só no RS este número havia sido de 85 mil. Além disso, alertava para falta de centralidade destinada à política agrária no governo Cardoso, posto que a meta proposta de assentar 280 mil famílias, além de não ter sido cumprida, estava aquém do número de propriedades desaparecidas (FRENTE POPULAR, 1998, p. 39).

e os preços das terras eram mais baixos; b) na montagem das condições para que os assentados pudessem obter progresso econômico e social (infra-estrutura, crédito agrícola, assistência técnica, etc). Além disso, asseverava-se que o principal instrumento para a arrecadação de terras seria a desapropriação dos latifúndios improdutivos. Para tanto, seriam necessárias gestões junto à União federal para acelerar a identificação dos imóveis improdutivos, procedendo a sua rápida desapropriação²⁴ (FRENTE POPULAR, 1998, p. 52).

Apesar de reconhecer a centralidade do papel da União, a *Frente* acabou se comprometendo com uma meta bastante audaciosa, na qual previa assentar 10 mil famílias de agricultores sem-terra durante o mandato (FRENTE POPULAR, 1998, p. 60). Esta meta foi definida ao longo das discussões ocorridas para a elaboração do programa agrário do governo e teve nitidamente um propósito político eleitoral, já que os integrantes do MST não chegaram a pressionar pelo estabelecimento de uma meta e, quando o fizeram, propuseram que esta fosse de 6 mil famílias. Surpreendentemente, os integrantes do MST demonstraram ter mais ciência das limitações existentes para a efetivação de uma política fundiária estadual, do que os integrantes da equipe de elaboração das propostas do governo²⁵.

Neste sentido, o primeiro desafio encontrado pelo governo Olívio Dutra para cumprir as suas promessas eleitorais passou pela montagem de uma equipe afinada com as diretrizes de desenvolvimento rural preconizadas em seu programa. Além da pouca experiência dos seus quadros políticos e da complexidade da estrutura da SAA, o governo se deparou ainda com uma série de limitações entre as quais se destacavam: a) a redução do número de funcionários ativos na SAA ocorrida nos últimos governos; b) o baixo volume de recursos financeiros destinados ao orçamento da SAA; c) a ausência de uma correlação de forças políticas favorável na Assembléia Legislativa²⁶. No primeiro caso, a solução encontrada foi o aumento da contratação de Cargos de Confiança (CC's), além da realização de concursos para a renovação do quadro funcional²⁷. Nos demais, a estratégia utilizada pelo governo para aumentar a dotação de recursos para SAA e contornar possíveis vetos da oposição, passou pela votação das prioridades de investimento no *Orçamento Participativo Estadual*, no qual a agricultura sempre figurou entre os temas mais votados pela população, estando incluída aí, a reforma agrária²⁸.

²⁴ No programa da *Frente*, havia o reconhecimento de que a efetivação da reforma agrária dependeria de uma intensa pressão política junto ao governo federal, por entender que os instrumentos econômicos e jurídicos para promovê-la dependiam de uma atuação decidida da União. Por essa razão, afirmava-se que o governo estadual atuaria em caráter *complementar* na arrecadação de terras para a criação de novos assentamentos (FRENTE POPULAR, 1998, p. 52).

²⁵ Depoimentos de Frei Sérgio Görge (Departamento de Reforma Agrária – RS), de Mário Lill (MST/RS) e José Hermeto Hoffmann (Secretaria de Agricultura e Abastecimento/RS).

²⁶ Das 55 cadeiras para deputado estadual existentes na Assembléia Legislativa, a *Frente Popular* obteve apenas 13, que somadas às 07 obtidas pela *Frente Trabalhista*, alcançavam apenas 20 cadeiras. As cadeiras restantes estavam divididas entre as forças de oposição ao governo: a coligação *Rio Grande Vencedor* com 12, a coligação Partido Progressista Brasileiro (PPB)/Partido Liberal (PL) com 11, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) com 10 e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 02. Desse modo, a aprovação de qualquer projeto do governo contava com uma enorme resistência dos deputados da oposição (DA ROS, 2006a, p. 419-420).

²⁷ Depoimento de José Hermeto Hoffmann (Secretaria de Agricultura e Abastecimento/RS).

²⁸ O Orçamento Participativo (O.P.) constitui-se numa modalidade de gestão pública na qual a população é convocada a participar diretamente do processo de definição das prioridades de investimento do poder Executivo, na qual se busca combinar a participação direta dos cidadãos com as formas de democracia representativa (SANTOS, 2002). Durante o governo Olívio Dutra, o processo de definição dos investimentos no OP estadual passava por quatro momentos. O primeiro deles era a realização de *reuniões preparatórias*, as quais eram organizadas pelas coordenadorias regionais e serviam para articular os setores e formular as mediações. A realização das *assembléias públicas* municipais se constituía no segundo momento, nas quais eram eleitas através do voto aberto dos participantes as prioridades de investimento. Nessas assembléias, ocorria também a escolha dos representantes para as *plenárias regionais de delegados*, as quais se constituíam no terceiro momento, quando eram escolhidos e definidos os representantes para participarem do *Conselho Estadual do Orçamento Participativo* (COP), o último momento. Todo ano eram eleitas três áreas temáticas prioritárias de investimento para o estado, procurando compatibilizar com as prioridades específicas definidas nos âmbitos dos municípios e das regiões (RODRIGUES, 2002, p. 326).

O segundo desafio do governo foi administrar as tensões surgidas na sua base de sustentação, posto que uma das suas especificidades em relação aos governos anteriores foi a participação direta de integrantes dos MSC e de pessoas a eles vinculadas nos cargos decisórios de várias secretarias. Neste sentido, o exemplo da SAA é bastante ilustrativo, pois a montagem da sua equipe somente ocorreu quando ficou definido o nome do titular da pasta, escolhido por decisão do governador num processo em que havia três nomes disputando a indicação para o cargo, sendo que estes possuíam vínculos com as diferentes forças políticas presentes no campo gaúcho e no interior do PT²⁹. Tais forças apresentavam distintas concepções a respeito do caráter das políticas agrícolas e agrárias, do grau de prioridade a ser conferido a cada uma delas e em relação às formas de luta que acumulariam mais força para o campo da esquerda.

Da parte dos MSC, havia a avaliação de que seria importante participar do governo, seja pela possibilidade real de transformar algumas das suas reivindicações históricas em políticas públicas, seja pela necessidade de contribuir para suprir com a falta experiência e conhecimento dos quadros políticos da *Frente* em determinados temas, em especial na reforma agrária³⁰. Contudo, a participação no governo contribuiu para internalizar as divergências políticas desses movimentos na SAA, o que resultou num certo loteamento dos seus cargos³¹. Nesse processo, a secretaria foi dividida em dois departamentos: a) o Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização, mais tarde transformado em Coordenadoria da Agricultura Familiar, no qual predominou a nomeação de integrantes do movimento sindical rural ligado Central Única dos Trabalhadores; b) o Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (DRA), mais tarde transformado em Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária, também denominada como Gabinete de Reforma Agrária (GRA), na qual predominou a nomeação de pessoas ligadas ao Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)³².

A participação de representantes dos MSC na equipe da SAA possibilitou um maior grau de interferência destes no processo de elaboração e execução das políticas públicas, contribuindo sintonizar a ação governamental às suas agendas de reivindicações. No entanto, isso acarretou o surgimento tensões no interior da SAA, oriundas da disputa permanente pela prioridade na destinação das políticas e dos recursos públicos e, também, pela falta de clareza em relação aos papéis a serem cumpridos de parte a parte³³. No primeiro caso, cada movimento pressionava pelo atendimento das suas reivindicações específicas, colocando o governo numa situação de difícil arbítrio, pois, em tese, este teria que atender a todos com uma relativa igualdade. No segundo caso, a indefinição dos papéis pôde ser observada na postura do MST, que se viu diante do desafio de calibrar as suas ações políticas. Isto, porque, as organizações do patronato rural, os partidos políticos de oposição e setores da mídia local passaram a pressionar o governo estadual para que este reprimisse pela força as ocupações de terras realizadas pelo MST. Isto deixava os integrantes do MST numa situação incômoda, na medida em que as suas ações eram

²⁹ Entre os nomes em avaliação estavam: a) o de José Hermetto Hoffmann, funcionário da SAA, assessor parlamentar da bancada do PT na AL/RS e membro da corrente interna do PT, a Articulação de Esquerda; b) o de Elvino Bohn Gaas, deputado estadual, Ex-dirigente sindical da CUT-Rural na região do Alto Uruguai e integrante da corrente interna do PT a Democracia Socialista; e o de Frei Sérgio Görge, um militante histórico nas lutas por terra, com uma ligação à Ordem dos Franciscanos Menores (OFM) e também integrante da Articulação de Esquerda, e que naquele momento estava sendo indicado por integrantes da sua corrente política, por alguns setores da Igreja e pelos movimentos que hoje integram a Via Campesina. Com a opção do governador pelo primeiro nome, coube ao segundo assumir a sua cadeira na Assembléia Legislativa, sendo que o terceiro foi convidado a ocupar a função de diretor do órgão específico para o tratamento dos problemas fundiários, criado mais tarde pelo governo (DA ROS, 2006a, p. 432-433).

³⁰ Depoimentos de Inácio Benincá (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF/Sul) e Mário Lill (MST/RS).

³¹ Depoimento de Inácio Benincá (Secretaria de Agricultura e Abastecimento/RS).

³² Depoimento de Álvaro Dellatore – MST/RS.

³³ Depoimentos de Inácio Benincá (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-Sul) e Mário Lill (MST/RS).

utilizadas para desgastar politicamente o governo do qual faziam parte³⁴. Neste sentido, pode-se dizer que a participação de integrantes do MST no DRA colocou este movimento em contradição com uma das suas premissas mais caras, qual seja: a preservação de uma autonomia política em relação às instâncias do Estado e dos partidos. A existência dessas tensões acabou interferindo diretamente na dinâmica de funcionamento da política fundiária ao longo do mandato, conforme veremos a seguir.

A dinâmica de funcionamento da política fundiária estadual

A operacionalização da política fundiária estadual durante o governo da *Frente Popular* possibilita a demarcação de dois momentos distintos entre si. O primeiro iniciou em janeiro de 1999 e foi até janeiro de 2001, quando foi montado e estruturado o Departamento de Reforma Agrária (doravante designado pela sigla DRA). O segundo iniciou no dia 02 de janeiro de 2001 e foi até 31 de dezembro de 2002, tendo como marco inicial a criação do Gabinete da Reforma Agrária (doravante designado pela sigla GRA). No primeiro momento, a preocupação do governo foi voltada para a montagem uma estrutura institucional que lhe permitisse concretizar a meta de assentamentos proposta, tendo em vista que desde a extinção do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado pelo governo de Leonel Brizola na década de 1960, o RS não contava com uma instância específica para o tratamento dos assuntos fundiários. Inicialmente, o DRA funcionou subordinado a SAA, contando com uma estrutura administrativa diminuta legada pelo governo anterior: o Departamento de Cartografia e Cooperativismo.

Com o passar do tempo, o DRA foi ampliando o seu quadro de funcionários, pois foi concentrando as reivindicações de diversos públicos, envolvidos em distintas situações de conflitos fundiários, entre os quais estavam: os agricultores sem-terra, os agricultores intrusos em áreas indígenas, os indígenas, os atingidos por barragens e os posseiros ocupantes de áreas públicas. Essa ampliação foi motivada também pelo fato do secretário de agricultura e do governador terem declarado, ainda no começo do mandato, que o governo cumpriria a meta prometida em campanha eleitoral, enquanto que a equipe do DRA não desejava reforçar publicamente a meta, pois sabia que a estrutura do órgão era bastante limitada³⁵. Tais declarações contribuíram para aumentar ainda mais a expectativa dos MSC e da própria sociedade civil gaúcha em torno das ações do governo, estimulando-o a construir as condições para efetivar a sua promessa (Zero Hora, 05/01/99 e 13/01/99).

Além da montagem do DRA, o governo elaborou um Plano Estadual de Reforma Agrária (PERA) no qual ficaram definidas as diretrizes da política agrária estadual, detalhando as principais ações a serem desenvolvidas junto aos diversos públicos. Esse processo foi marcado pela participação de representantes dos MSC, os quais contribuíram na definição das suas principais linhas de atuação. A sua oficialização ocorreu no ano de 2000, mediante a publicação de um decreto do governador³⁶. Tal acontecimento foi inédito na história recente do RS, pois pela primeira vez um governo estadual se propugna a executar uma política fundiária, inserindo-a na sua estratégia de desenvolvimento rural. Isto representava uma mudança qualitativa em relação aos governos anteriores, que somente implantaram assentamentos como resposta às conjunturas de agudização dos conflitos fundiários.

Elaborado o Plano, o passo seguinte foi a definição dos instrumentos de obtenção de terras e das estratégias de ação política a serem adotadas para o governo efetivar o que havia programado. Inicialmente, a equipe do DRA só podia contar com o instrumento das compras governamentais utilizando-se dos recursos alocados no Fundo de Terras do RS

³⁴ Depoimento de Adelar Pretto (MST/RS).

³⁵ Depoimento de Frei Sérgio Görden (Departamento da Reforma Agrária/RS).

³⁶ Decreto N. 40.060, de 25 de abril de 2000, disponível em www.al.rs.gov.br (acessado em 30/03/2005).

(FUNTERRA) e do amparo da Lei 8.666 que não exige licitação pública³⁷. Posteriormente, a assessoria jurídica do DRA encomendou pareceres a dois juristas renomados do país acerca da possibilidade do governo estadual lançar mão da Lei 4.132/62 (GRAU, 2001; MELLO, 2001). O resultado dos pareceres indicou que tal procedimento era perfeitamente legal, o que levou o governo estadual a realizar as primeiras desapropriações no ano de 2000, sendo que esse procedimento teve continuidade ao longo do mandato. Ambos os instrumentos envolviam o desembolso imediato de somas consideráveis de recursos, o que levou o governo a fortalecer o Fundo de Terras, aumentando o seu orçamento³⁸. Por fim, o governo estadual e a União assinaram, em 1999, um amplo convênio de cooperação técnica que mais tarde permitiu a execução de outro convênio para a aquisição compartilhada de terras, em 2000, mediante o uso do Decreto 433/92 que autoriza a compra de imóveis rurais com o pagamento escalonado em Títulos da Dívida Agrária (TDA's), o que possibilitou a implantação de inúmeros assentamentos (BRASIL, 2000).

O início do segundo momento da política fundiária estadual foi marcado pela criação do GRA, o que contribuiu para conferir um maior *status* político para as suas ações, pois passou a operar como uma secretaria vinculada diretamente ao gabinete do governador. A análise das fontes desta pesquisa permitiu apontar pelo menos cinco acontecimentos e razões que determinaram a sua criação. Em primeiro lugar, havia a necessidade de construir uma estrutura mais autônoma para atender com mais agilidade as reivindicações dos diversos públicos preconizados pela política fundiária estadual. A expansão do DRA no interior da SAA acabou gerando problemas administrativos e políticos. No primeiro caso, os demais departamentos da SAA começaram a reivindicar o mesmo tipo de trâmite e agilidade reservados ao DRA, isto ampliou a demanda global da secretaria e diminuiu a agilidade das ações fundiárias. No segundo caso, com o aumento da visibilidade pública das ações do DRA, teve início uma disputa de espaço político no interior da SAA e entre os representantes dos MSC que a compunham³⁹. Em segundo lugar, havia a necessidade de conferir mais celeridade à política agrária estadual a fim de cumprir com a meta prometida em campanha eleitoral. Se, num primeiro momento, o MST adotou uma posição mais “realista”, defendendo uma meta menor que a proposta pelo governo, posteriormente, essa posição mudaria para uma atitude de cobrança e pressão pelo cumprimento da mesma⁴⁰. Essa questão acabou se convertendo num dos principais pontos de tensão entre o governo e o MST ao longo do mandato, já que o cumprimento integral da meta significava conferir uma prioridade ainda maior à política agrária, algo que àquela altura dos acontecimentos já não era mais consensual entre as forças que integravam a SAA e o centro do governo⁴¹. Em terceiro lugar, pela necessidade dos gestores do órgão responsável pela política fundiária estabelecerem uma relação mais direta com o governador e o núcleo dirigente do governo a fim de acelerar as suas ações. Isto não poderia ocorrer mantendo-se uma estrutura como a do DRA, em função de este estar hierarquicamente subordinado à SAA. Em quarto lugar, pelo ambiente de disputa interna existente no interior da SAA, o que expressava as divergências políticas existentes entre os diferentes movimentos e forças políticas que a compunham. Essas divergências relacionavam-se principalmente ao grau de prioridade a ser conferido à política agrária e ao caráter da relação a ser estabelecida entre os movimentos e o governo⁴². Por fim, um último acontecimento determinante nesse processo

³⁷ A Lei n. 8.666 regulamenta o Artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, instituindo normas para as licitações e contratos da administração pública. Os casos de dispensa das licitações estão previstos nos artigos n. 24 e 25 da referida Lei (In: www.bcb.gov.br/leisdecretos acessada em 16/02/2004).

³⁸ A título de comparação, registre-se que durante o governo Antonio Britto foi alocado no orçamento do FUNTERRA um total de R\$ 1.297.942,17, ao passo que no governo Olívio Dutra esse montante saltou para R\$ 98.792.350,83 (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002).

³⁹ Depoimento de Frei Sérgio Gørgen (Departamento de Reforma Agrária/RS) e Inácio Benincá (Coordenadoria da Agricultura Familiar/RS).

⁴⁰ Depoimento de José Hermetto Hoffmann (Secretaria da Agricultura Familiar/RS).

⁴¹ Depoimento de Inácio Benincá (Coordenadoria da Agricultura Familiar/RS).

⁴² Enquanto os representantes do MST e seus aliados entendiam que a reforma agrária deveria ser a principal prioridade do governo estadual, os integrantes da CUT rural e de outros setores do governo apontavam para a necessidade de se investir em outras políticas que fortalecessem os segmentos ligados à agricultura familiar,

foi o pedido de exoneração do diretor do DRA ocorrido no dia 05/12/2000 (Correio do Povo e Zero Hora, 08/12/2000). A partir de então, as pressões do MST e de seus aliados sobre o centro do governo se intensificaram, a ponto deste fato ter sido decisivo na criação do GRA, pois não interessava ao governo romper politicamente com esses movimentos⁴³. Além disso, já havia certo consenso na SAA de que era necessário transferir o foco dos conflitos fundiários para uma pasta específica, uma vez que todas as pressões contrárias à política fundiária do governo estavam sendo canalizadas contra a estrutura da SAA, o que inibia a execução de uma série de ações⁴⁴.

A criação do GRA contribuiu para diminuir o grau de tensão entre o MST e o governo. Entretanto, não foi suficiente para evitar uma modificação na natureza da relação entre ambos na segunda fase, uma vez que o MST mostrou-se mais insatisfeito com o governo e passou a cobrar mais pelo cumprimento da meta. Neste contexto, a opção do GRA foi intensificar o uso das desapropriações por interesse social, pois este instrumento permitia uma maior agilidade na obtenção de terras. Isto, porque, as indenizações após terem os seus valores negociados com os proprietários eram pagas à vista e em dinheiro, e o imóvel passava ao domínio estadual imediatamente. Tal opção produziu dois efeitos imediatos: 1) atuou como um dos fatores responsáveis pelo esvaziamento do convênio de aquisição compartilhada de terras com a União⁴⁵; 2) permitiu o início das reações judiciais impetradas Federação da Agricultura do RS – FARSUL (principal entidade sindical patronal rural gaúcha), contra os decretos de desapropriação do governo estadual.

No primeiro caso, o pagamento à vista e em dinheiro levou os proprietários a preferirem o instrumento da desapropriação, em detrimento de negociarem as suas áreas mediante a modalidade de convênio, no qual as indenizações eram pagas escalonadamente por meio de TDA's. Com isso, a oferta de terras deslocou-se em bloco para o governo estadual, contribuindo para esvaziar o convênio com a União. No segundo caso, é preciso registrar que a opção do governo estadual em priorizar as desapropriações por interesse social não foi acompanhada da mesma dose de cautela observada durante o primeiro momento, no qual a prioridade recaía sobre as propriedades que apresentavam um alto nível de endividamento com as instituições financeiras estaduais. No segundo momento, quando o governo estadual e os proprietários não chegavam a um acordo, o primeiro encaminhava a desapropriação pela via litigiosa⁴⁶. Tal inflexão gerou uma reação imediata dos proprietários que começaram a recorrer na justiça contra os decretos de desapropriação do governo estadual. Posteriormente, em agosto de 2002, a FARSUL impetrou no Tribunal de Justiça do RS um Mandado de Segurança preventivo contra o governador, sustentando temporariamente as desapropriações⁴⁷. A entrada da FARSUL na defesa dos proprietários desapropriados acabou conferindo uma tonalidade política ao processo jurídico, o que foi determinante para o início das primeiras derrotas do governo no TJ/RS, quebrando com a

reconhecidos como o público mais numeroso do estado. Outro ponto de divergência destas forças políticas dizia respeito à forma pela qual os MSC deveriam se relacionar com o governo. Enquanto os representantes do MST e seus aliados entendiam que esta deveria ser marcada por uma autonomia relativa, a fim de que estes tivessem maior liberdade para realizar ações de pressão direta sobre o governo no atendimento das suas reivindicações, os representantes da CUT rural primavam mais pelo fechamento de acordos e negociações, atuando em alguns casos como mediadores do governo. Depoimentos de Inácio Benincá (Coordenadoria da Agricultura Familiar/RS) e Marcelo Piccin (Departamento de Reforma Agrária/RS).

⁴³ Depoimento de Marcelo Piccin (Departamento de Reforma Agrária/RS).

⁴⁴ Depoimento de José Hermetto Hoffmann (Secretaria de Agricultura e Abastecimento/RS).

⁴⁵ Entre os demais fatores que concorreram para esvaziar o convênio de aquisição de terras compartilhada com a União destacam-se: a) o aumento do preço das terras ocorrido a partir do terceiro quadrimestre de 2001, em face da recuperação dos preços agrícolas, o que acabou inviabilizando a continuidade das compras mediante o uso de TDA's; c) as pressões políticas exercidas pelo MST sobre o governo estadual, uma vez que o convênio possibilitava uma certa "divisão dos louros" com o governo federal e ao mesmo tempo contribuía para que o INCRA privilegiasse as compras em detrimento das desapropriações; d) a aproximação do período eleitoral, o que levou tanto o governo federal, quanto o governo estadual a reduzirem a intensidade das suas iniciativas em relação às políticas agrárias (DA ROS, 2006a, p. 359).

⁴⁶ Depoimentos de Flávio Santana Xavier (INCRA/RS); Frei Sérgio Górgen (Departamento de Reforma Agrária/RS); Antonio Marangon (Gabinete de Reforma Agrária/RS).

⁴⁷ Depoimento de Nestor Hein (FARSUL/RS).

tendência de vitórias por ampla maioria dos integrantes do tribunal observadas até aquele momento⁴⁸. Apesar dos riscos judiciais e das controvérsias geradas acerca do uso das desapropriações por interesse social, observou-se que estas tiveram uma importância decisiva nos resultados globais da política fundiária estadual, conforme veremos adiante.

Contudo, é importante assinalar que estas disputas judiciais inscreviam-se num quadro mais amplo dos embates políticos travados entre o governo estadual e o patronato rural em torno da questão agrária gaúcha, os quais ocorreram a partir de dois eixos bem definidos. O primeiro estava relacionado à oposição histórica da FARSUL às políticas de assentamentos no RS, independentemente da esfera governamental que as executassem. Tal oposição era justificada com o argumento de que a realização de uma reforma agrária seria “inútil” para o desenvolvimento do país, pois os assentamentos implantados pelos últimos governos estariam redundando em “grandes fracassos econômicos”. Além disso, os integrantes da FARSUL argumentavam que a implantação de assentamentos em regiões de grande propriedade somente contribuía para desvalorizá-las, operando como um mecanismo que possibilitava a expansão territorial do MST⁴⁹.

No segundo eixo, a FARSUL destacava que a relação de sintonia existente entre o governo da *Frente* e o MST teria sido responsável pela intensificação dos conflitos fundiários no estado⁵⁰, desconsiderando as possíveis conexões destes com fatores de ordem estrutural e conjuntural. A opção do governo estadual em tratar os conflitos fundiários a partir da negociação política entrava em choque com as posições defendidas pela FARSUL, que sempre entendeu que o Estado deveria assegurar o direito de propriedade a qualquer custo. Desse modo, a cada ocupação realizada pelo MST o governo estadual era pressionado a cumprir as ordens judiciais e a utilizar o aparato policial para realizar o despejo pela força. Nestas ocasiões, o governo deparava-se com uma situação bastante contraditória, pois o não cumprimento das ordens judiciais implicaria num desrespeito ao ordenamento constitucional, ao passo que o cumprimento à risca sem a negociação política implicaria no sacrifício das premissas ideológicas pelas quais se guiava, e também, dos compromissos firmados com os movimentos sociais do campo.

Tais contradições foram imensamente exploradas pelas forças políticas de oposição para desgastar o governo ao longo do mandato, especialmente durante o processo eleitoral de 2002. Apesar das pressões, o governo não cedeu e seguiu essa mesma orientação ao longo dos quatro anos, o que foi reconhecido pelos MSC como um dos pontos mais positivos do seu mandato⁵¹. Os únicos incidentes ocorridos durante os quatro anos não foram considerados graves pelos integrantes dos MSC, sendo debitados à falta de controle do governo sobre a totalidade do aparato policial e pela presença de focos de resistência às diretrizes da sua política de segurança pública⁵².

Contudo, é inegável deixar de reconhecer que a sinalização do governo da *Frente* de que assentaria 10 mil famílias durante o seu mandato, assim como a sua decisão em negociar politicamente os conflitos fundiários, contribuíram em parte para elevar o número de ocupações de terras e famílias acampadas no estado. Segundo os dados fornecidos pelo GRA/RS, no quadriênio de 1995/1999 foram registradas 22 ocupações de terra, reunindo um público total de 4.361 famílias. No quadriênio seguinte, este número saltou para 33

⁴⁸ Depoimento de Bruno de Castro Winkler (Procuradoria de Domínio Público/RS).

⁴⁹ Depoimento de Gedeão Pereira Silveira (Federação da Agricultura do RS).

⁵⁰ Depoimento de Nestor Hein (Federação da Agricultura do RS).

⁵¹ Depoimento de Mário Lill (MST/RS), Frei Sérgio Görden (DRA/RS) e Antônio Marangon (Gabinete da Reforma Agrária/RS).

⁵² Durante o quadriênio de 1999/2002 foram registrados apenas 02 confrontos entre a Brigada Militar e os integrantes dos movimentos sociais do campo. O primeiro, ocorreu no dia 23 de setembro de 2000, quando cerca de 2,2 mil manifestantes que ocupavam o estacionamento do INCRA/RS resistiram ao cumprimento de uma ordem de despejo, o que resultou num confronto com quatro pessoas feridas (Zero Hora, 24/09/2000; Correio do Povo, 25/09/2000). O segundo incidente ocorreu no dia 12 de março de 2002, numa usina hidroelétrica em Pinhal da Serra, quando um batalhão da Brigada Militar entrou em confronto com os manifestantes do MAB que ocuparam a represa visando entrar em negociações com a empresa responsável pelas obras. O episódio resultou em cinco feridos, sendo que entre eles estava o ex-diretor do DRA, que se encontrava junto aos manifestantes (Zero Hora, 13/03/2002; Correio do Povo, 13/03/2002).

ocupações, reunindo um público de 5.725 famílias, correspondendo a um aumento percentual de 50% no número de ocupações e de 31,27% das famílias acampadas (Governo do Rio Grande do Sul, 2002). Nesse processo, houve um aumento da pressão social pela ampliação do acesso a terra sobre as instâncias do Estado, em especial sobre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e sobre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta pressão só não foi maior devido à centralidade e abrangência alcançada pelo programa Banco da Terra no estado, cuja execução contribuiu para disputar a demanda por terra pela base, atraindo um contingente significativo de pequenos agricultores e filhos de agricultores, impedindo que estes pudessem se converter em potenciais acampados⁵³.

Os resultados atingidos pela política fundiária estadual

A operacionalização da política fundiária do governo da *Frente Popular* abrangeu cinco subprogramas previstos no Plano Estadual de Reforma Agrária (PERA), atendendo públicos e objetivos específicos. Entre estes estavam: 1) a *divisão racional de terras*; 2) a *política estadual de assentamentos e reassentamentos de agricultores*; 3) os *pólos regionais de desenvolvimento*; 4) o *plano de reassentamento de agricultores residentes em áreas indígenas*; 5) o *plano de reassentamento e desapropriação de agricultores atingidos pela barragem de Dona Francisca*; 6) a *política de regularização fundiária e arrecadação de terras públicas*. Além desses subprogramas, o governo criou também o *programa de crédito fundiário Terra e Arroz* e o *projeto dos assentamentos rururbanos* (PERA, s/d). O conjunto destas ações será analisado na seqüência.

Começamos pelo subprograma *divisão racional das terras*, que na prática se constituiu numa nova metodologia para a demarcação das áreas dos assentamentos, na qual o governo buscou levar em consideração no momento de divisão dos lotes dos imóveis adquiridos, o levantamento da aptidão agrícola das regiões, a capacidade de uso dos solos e o zoneamento ambiental. Tratava-se de um procedimento recente, desenvolvido pelo INCRA e que depois foi incorporado pelo DRA/GRA, pois nos assentamentos implantados anteriormente tais critérios não eram levados em consideração. A opção do DRA/GRA por essa metodologia permitiu a criação de uma rotina nos processos de obtenção de terras via FUNTERRA, de tal modo que novos núcleos se constituíram de forma mais planejada e racional. Nesta direção, buscou-se envolver o público assentado no acompanhamento do trabalho técnico, a fim de que estes pudessem se apropriar de conhecimentos relativos às possibilidades e limitações de uso dos lotes de terra que estavam recebendo⁵⁴.

No que se refere à *política estadual de assentamentos e reassentamentos de agricultores*, observa-se que esta foi a principal base de operacionalização do PERA, pois o seu objetivo era atingir a meta anunciada em campanha eleitoral. Ao analisarmos os resultados atingidos pelo governo da *Frente Popular*, convém registrar que até 1998, o INCRA contabilizava no RS a existência de 167 projetos de assentamentos (PA's) oriundos da ação de governos estaduais e federais, numa área de 156.078,22 hectares, com 6.980 famílias assentadas. Desse total de projetos 98 deles haviam sido realizados pelos governos federais, numa área de 117.762,49, com 5.039 famílias assentadas. Os projetos implantados pelos governos estaduais somavam 69, numa área de 38.315,74 hectares, na qual foram assentadas 1.941 famílias. Posteriormente, entre os anos de 1998 e 2002, este número saltou para 283 projetos, numa área de 248.258,46 hectares e com 11.150 famílias assentadas, indicando que neste período ocorreu uma ação governamental mais vigorosa que em outros momentos, marcando um incremento de 69,46% sobre os PA's até então existentes, de 110,81% na área de terra adquirida e 59,74% no número de famílias assentadas, conforme indica a tabela a seguir.

⁵³ Depoimento de Vulmar Leite (GRAC/RS).

⁵⁴ Depoimento de Paulo Schneider (DRA/GRA/RS).

Tabela 1: Projetos de assentamentos implantados no RS entre os anos de 1999 a 2002 pelos governos federal e estadual.

Período	Origem do projeto de assentamento	Número de Assentamentos	Área total em hectares	Número de famílias
1979 - 1998	Governos federais	98	117,762	5.039
1979 - 1998	Governos estaduais	69	38.315,74	1.941
Subtotal		167	156.078,22	6.980
1999-2002	Governo Federal	27	23.347,00	995
1999-2002	Governo Estadual	62	47.945,71	2.265
1999-2002	Convênio (União/estado)	27	20.417,32	910
Subtotal		116	92.103,87	4.170
Total geral		283	248.258,46	11.150

Fonte: Incra (06/10/03)

Os dados da tabela acima informam que a ação do governo da *Frente Popular* foi bastante vigorosa, a ponto de ter contribuído com 53,45% dos PAs implantados no quadriênio de 1999/2002, com 52,056% da área de terra adquirida e com 54,31% das famílias assentadas, enquanto que o governo federal contribuiu com 23,27% dos PAs, com 25,34% da área adquirida e 23,86% das famílias assentadas. Tais números atestam o grau de prioridade conferido à política agrária estadual no período em tela. No que diz respeito aos PAs implantados através do convênio de aquisição compartilhada, observa-se que este foi responsável por 23,27% dos PAs, por 22,16% da área de terra adquirida e por 21,82% das famílias assentadas, indicando uma contribuição expressiva no total dos projetos, dado o seu curto prazo de efetivo funcionamento.

No que se refere ao impacto da política fundiária do governo da *Frente Popular* em relação aos governos anteriores, os dados da tabela a seguir ilustram o contraste existente entre eles.

Tabela 2: Projetos de assentamentos realizados no RS pelos governos estaduais entre os anos de 1979 a 2002, com distribuição nos períodos respectivos à vigência dos seus mandatos.

Período	Governador	Número de Assentamentos	Área total em hectares	Número de famílias
1978-1982	Amaral de Souza (ARENA)	06	5.056,67	320
1983-1986	Jair Soares (PDS)	10	5.113,03	344
1987-1990	Pedro Simon (PMDB)	37	20.279,01	820
1991-1994	Alceu Colares (PDT)	14	5.466,03	373
1995-1998	Antonio Britto (PMDB)	02	2.401	84
1999-2002	Olívio Dutra (PT)	62	47.945,71	2.265
Total		131	86.261,45	4.206

Fonte: Incra (06/10/03)

Como se vê, há uma diferença significativa nos resultados alcançados em cada período, os quais estão diretamente relacionados às oscilações observadas na luta política em torno da questão agrária gaúcha, assim como, do maior ou menor grau de abertura dos governos estaduais no atendimento das reivindicações dos agricultores sem-terra. Os dados informam que no período anterior ao ano de 1998, existiam 69 PAs estaduais implantados, numa área de 38.315,7526 hectares, com 1.941 famílias beneficiadas, em 20 anos de atuação dos governos estaduais, o que perfaz uma média de 97 famílias assentadas por ano. Apesar do governo Olívio Dutra não ter cumprido a meta prometida, ainda assim, os resultados atingidos pela sua política fundiária são bastante superiores aos demais governos, representando 47,32% dos PAs implantados, 55,58% da área de terra adquirida e 53,85% das famílias assentadas. A média anual de famílias assentadas durante o seu mandato foi de 566, um número quase seis vezes superior à média anual atingida nos governos anteriores, sendo que aí não estão computados os assentamentos implantados pelo convênio com o governo federal, o que aumentaria ainda mais a diferença.

A tabela a seguir informa como foi a distribuição anual dos projetos de assentamentos implantados pelo governo da *Frente Popular*.

Tabela 3: Distribuição anual dos projetos de assentamentos implantados, número de famílias assentadas e área adquirida pelo governo da *Frente Popular*

Ano	Nº. PAs	Nº. Famílias	Área adquirida
1999	03	259	8.024,76
2000	28	864	16.985,87
Subtotal da 1º Fase	31	1.123	25.010,63
2001	22	768	13.364,49
2002	09	374	9.570,59
Subtotal da 2º Fase	31	1.142	22.935,08
Total Geral	62	2.265	47.945,71

Fonte: Incra (06/10/2003).

Os dados da tabela mostram que durante o ano de 1999 registrou-se o menor número de PAs implantados, de famílias assentadas e de área de terra arrecadada, em face dos esforços do governos terem se concentrado primeiramente na constituição do DRA, na formulação do PERA e na definição das estratégias de obtenção de terras. Esse quadro se modificou no ano seguinte quando houve um aumento expressivo nos resultados atingidos pela política agrária estadual, os quais se mantiveram em patamares semelhantes em 2001 e caíram drasticamente em 2002.

Essa oscilação está relacionada à dinâmica da luta política ocorrida no período e ao uso de diferentes instrumentos de obtenção de terras pelo governo estadual, sendo que na primeira fase as compras foram utilizadas com mais intensidade e, na segunda fase, as desapropriações por interesse social. Ambas as estratégias de obtenção de terras foram beneficiadas inicialmente pela conjuntura de baixa nos preços dos imóveis rurais, em face da crise vivida pelo setor agropecuário gaúcho, o que explica em parte os resultados expressivos obtidos pelo governo nos anos de 2000 e 2001 (BENETTI, 1997 e 2000). Nos anos seguintes esta conjuntura se modificou, em função dos seguintes aspectos: 1) da elevação dos preços das terras decorrente da política de desvalorização cambial e da reação nos preços internacionais das *commodities agrícolas*, em especial da soja, que costuma ser utilizada como indexador nas operações de compra e venda de imóveis rurais no RS; 2) da diminuição da prioridade conferida pelo governo estadual à reforma agrária, em face da aproximação do calendário eleitoral e das suas dificuldades orçamentárias; 3) dos obstáculos encontrados para dar continuidade às desapropriações por interesse social, em face das contestações judiciais e da ação impetrada na justiça estadual pela FARSUL.

Na tabela a seguir são apresentados os dados relativos à distribuição anual dos PAs oriundos das desapropriações por interesse social com base na Lei 4.132. Essa informação foi obtida mediante o confronto dos decretos emitidos pelo governo estadual com as listas nominais dos assentamentos estaduais registrados no INCRA/RS e no GRA⁵⁵.

Tabela 4: Distribuição anual dos PAs, do número de famílias assentadas e da área de terra adquirida pelo governo da *Frente Popular* mediante o uso das desapropriações por interesse social.

Ano	Nº. PAs implantados	Nº. Famílias assentadas	Área adquirida
2001	16	616	10.591,77
2002	09	374	9.570,59
Total	25	990	20.162,36

Fonte: INCRA (06/10/2003) e Decretos de desapropriação por interesse social (Disponível em www.al.gov.br/legis).

Os dados da tabela acima confirmam as análises de que o instrumento da desapropriação por interesse social foi intensificado na segunda fase da política agrária estadual. Ao cruzarmos os resultados apresentados na tabela 4, com os da tabela 3, verifica-se que o governo Olívio implantou 62 PAs, que resultaram no assentamento de

⁵⁵ Nas listas do GRA e do INCRA não há uma discriminação dos assentamentos de acordo com a sua modalidade de aquisição. Por essa razão, é possível que o número de desapropriações por interesse social seja maior do que aquele apresentado na tabela 5, pois o cruzamento dos decretos com a lista nominal dos assentamentos nem sempre possibilita a identificação exata do imóvel que foi desapropriado.

2.265 famílias, em 47.945,71 hectares, nos quais a participação das desapropriações por interesse social resultou na implantação de 25 PAs, no assentamento de 990 famílias, em 20.162,36 hectares. O que corresponde respectivamente, em termos percentuais a 40,32% dos PAs implantados, 43,71% das famílias assentadas e a 42,05% da área total. Estes dados atestam a magnitude e a importância assumida pelo uso da Lei 4.132/62 no conjunto dos resultados globais alcançados pela política agrária estadual.

Além de perseguir uma meta quantitativa, o PERA previa também alguns objetivos qualitativos, entre os quais se destacava a necessidade de constituir *áreas reformadas*, definidas como: “(...) um conjunto de assentamentos estabelecidos numa mesma área geográfica, com proximidade entre eles para que os investimentos beneficiem um maior número de pessoas” (PERA, s/d, p. 3). A constituição destas áreas fazia parte da tentativa do governo da *Frente* em planejar as suas ações fundiárias no longo prazo, cujo corolário seria a formação de *pólos regionais de desenvolvimento sustentável* (PRDS). Tais pólos foram definidos a partir da escolha de regiões estratégicas para a implantação dos assentamentos, a fim de que estes pudessem promover mudanças estruturais numa determinada micro-região, contribuindo na constituição de redes viárias, de comunicação, de educação, de comércio e de indústrias (PERA, s/d, p. 42).

Com essa orientação, o governo estadual esperava corrigir as distorções presentes nas políticas fundiárias anteriores, caracterizadas pela dispersão dos assentamentos sobre o território, o que além de aumentar o seu isolamento, dificultava a sua viabilização sócio-econômica. Este diagnóstico vem sendo confirmado por algumas pesquisas recentes sobre os assentamentos de reforma agrária no Brasil (HEREDIA et alii, 2002; LEITE et alii, 2004). Nesta direção, os integrantes do DRA e dos movimentos sociais do campo definiram sete regiões de referência que abrangiam os seguintes municípios: 1) Palmeiras das Missões/Sarandi; 2) Bagé/Hulha Negra/Candiota; 3) Júlio de Castilhos/Tupanciretã; 4) Alpestre/Planalto; 5) os municípios situados no Vale do Taquari-Jacuí; 6) Herval/Pinheiro Machado; 7) Canguçu/Piratini (PERA, s/d, p.43-44).

A escolha dessas regiões baseou-se no grau de concentração dos núcleos já implantados e na tipificação dos solos existente no RS, orientando, na medida do possível, as compras e as desapropriações de imóveis rurais efetivadas pelo governo, além de contribuir para a regionalização do trabalho do DRA/GRA. Como resultado dessa orientação, a política fundiária estadual acabou contribuindo para intensificar o processo de concentração dos assentamentos em algumas das regiões escolhidas, somando-se aos núcleos implantados pelo governo federal, cujos impactos sócio-econômicos ainda estão à espera de pesquisas futuras.

Outro problema fundiário que o governo da *Frente Popular* teve que equacionar foram as ocupações irregulares de áreas pertencentes aos índios Kaingangues por colonos descendentes de imigrantes europeus, na região Norte do RS. Estas áreas haviam sido demarcadas no início do século XX, mas, ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960 foram destinadas ilegalmente por sucessivos governos estaduais para fundar novas colônias de agricultores. A entrada dos colonos nas áreas que por direito pertenciam aos indígenas deu início a uma série de conflitos entre estes grupos sociais que se perpetuaram até os dias atuais (CARINI, 2005). Com a promulgação da Constituição de 1988, foi reconhecida juridicamente a identidade étnica e cultural dos índios, na qual ficou determinada que o governo federal teria um prazo de 05 anos para concluir a demarcação das áreas de terras por eles ocupadas⁵⁶. Dessa forma, coube aos governos estaduais indenizarem ou reassentarem as famílias que estivessem ocupando irregularmente as áreas indígenas⁵⁷.

No RS, a resolução desta situação foi protelada inúmeras vezes, até que no dia 30 de dezembro de 1996, o governo Antônio Britto determinou por meio de um decreto, a criação de um grupo de trabalho para subsidiar a ação governamental na questão indígena.

⁵⁶ Conforme o Artigo n. 231 e o Artigo 67 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2003, p. 151 e p. 175).

⁵⁷ Conforme o Artigo n. 32 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do RS (Rio Grande do Sul, 1989, p. 128).

O relatório final do grupo reuniu uma vasta documentação sobre o assunto, detalhando minuciosamente a situação das áreas indígenas do estado e, apontou para a existência de quatro áreas em conflito, entre as quais estavam: a) *Ventarra*, no município de Erebangó; b) *Monte Caseros*, localizada nos municípios de Ibiraiaras e Multiterno; c) *Nonoai*, localizada no município de Nonoai, Rio dos Índios, Gramado dos Loureiros e Planalto; d) *Serrinha*, localizada nos municípios de Constantina, Engenho Velho, Ronda Alta e Três Pinheiros. No relatório foram sugeridas três opções para o reassentamento dos colonos localizados de forma irregular: a) o reassentamento que implicava na aquisição de terras pelo governo estadual, a cobertura das despesas de infra-estrutura e a transferência das famílias de colonos; b) a indenização da terra, em dinheiro, às famílias dos colonos possibilitando a compra de uma outra área; c) o reassentamento com financiamento para complementar a aquisição de área correspondente ao módulo regional. Contudo, durante o governo Antonio Britto foram indenizadas apenas 115 famílias retiradas das áreas de Votouro e Guabiroba⁵⁸.

Ao tomar posse, o governo da *Frente Popular* não apenas deu seqüência às ações sugeridas pelo grupo de trabalho criado na gestão anterior, como também imprimiu um maior ritmo e escala ao processo de devolução das áreas indígenas. Para tanto, foi elaborado um “Plano de Reassentamento de Agricultores Residentes em Áreas Indígenas”, cujo objetivo principal era a manutenção no campo das famílias de agricultores residentes em áreas consideradas legalmente indígenas e a recomposição de seus bens imóveis, especialmente a terra, em iguais ou melhores condições do que as anteriores (PERA, s/d, p. 51). O Plano oferecia aos agricultores residentes duas opções: o *reassentamento*, ou a *indenização em dinheiro* no valor equivalente das suas terras. A responsabilidade pela compra ou indenização da terra nua era do governo estadual, enquanto que as benfeitorias eram pagas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁵⁹.

Os beneficiários dessa política foram todos os agricultores e trabalhadores rurais ocupantes das áreas indígenas em conflito, devidamente cadastrados pelos levantamentos da FUNAI, da SAA e do INCRA. Dentre os critérios utilizados para atender os beneficiários prevaleceu a troca de terra por terra, sendo que os agricultores com área igual ou inferior a 01 módulo (mínimo 15 hectares) recebiam a mesma área ou complementação dela, sem levar em conta a capacidade de uso das suas antigas posses. Nos casos de agricultores com de áreas superiores a 02 módulos a troca levou em consideração a capacidade de uso das suas antigas posses, cujos resultados globais estão apresentados na tabela a seguir (PERA, s/d, p. 52).

Tabela 5: Resultados da política do governo estadual de reassentamento e indenização de agricultores ocupantes em áreas indígenas, no período de janeiro de 1999 a 30 de junho de 2002.

Áreas indígenas	Situação original (hectares)		Situação atual (hectares)		Famílias Reassentadas	Famílias indenizadas
	Agric.	Indig.	Agric.	Indig.		
Serrinha	11.900	-	5.228	6.672	242	277
Nonoai	2.499	-	1.599	900	39	80
Monte Caseros	1.004	-	-	1.004	80	21
Ventarra	784	-	-	784	21	14
Total	16.187	-	6.827	9.360	382	392

Fonte: GRA (30/06/2002)

Os dados da tabela 5 mostram que durante o governo da *Frente Popular*, dos 16.187 hectares ocupados irregularmente por agricultores nas quatro áreas mais conflituosas, 9.360

⁵⁸ Com a Lei n. 10.968, de 26 de julho de 1997 foi alterado o artigo 1º da Lei 7.916 de 16 de Julho de 1984 que instituiu o FUNTERRA, de modo a permitir que os recursos do mesmo fossem utilizados também no pagamento das indenizações (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2003).

⁵⁹ No dia 25 de junho de 1999, por ocasião do encerramento do Fórum dos Povos indígenas, o governador Olívio Dutra e o presidente da FUNAI assinaram dois protocolos de intenções definindo ações conjuntas para a regularização fundiária das terras indígenas Kaingang e Guarani (Correio do Povo, 25/06/99).

hectares foram devolvidos aos indígenas, restando ainda por devolver 6.827 hectares, ou seja, o governo devolveu aos indígenas 57,62% da área, restando apenas 42,18% para a devolução. Se compararmos o total de famílias indenizadas e reassentadas do governo Olívio Dutra que perfaz um total de 774 famílias beneficiadas, veremos que houve um aumento de 6,73 vezes sobre o número de indenizações ocorridas nos governos anteriores, que foi de 115.

Outra ação da política fundiária estadual foi o reassentamento e a indenização das 500 famílias atingidas pela construção de uma usina hidroelétrica no município de Dona Francisca. Tratava-se de um projeto antigo que estava paralizado por mais de 20 anos. Contudo, logo após o processo de privatização do setor elétrico, ocorrido durante o primeiro governo Cardoso, as obras foram retomadas, dando início a um novo conflito fundiário. Na interpretação dos representantes do MAB, o acordo feito pelo governo Antonio Britto e o consórcio de empresas privadas responsáveis pela construção usina, não contemplava a totalidade da população atingida pela barragem, pois as indenizações incluíam apenas aos proprietários com título reconhecido. Por essa razão, o MAB reivindicou uma intervenção do governo Olívio Dutra no sentido de garantir que todos os atingidos fossem reassentados ou indenizados. Em atendimento a estas reivindicações, os integrantes do DRA realizaram um acordo com os membros da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEE) e do consórcio de empresas privadas, no qual ficaram definidos os critérios que norteariam a reparação dos direitos dos atingidos, objetivada na elaboração de um plano de ação governamental.

O Plano considerava como portadores de direito ao reassentamento todos os agricultores e trabalhadores rurais atingidos pela barragem, cadastrados até o ano de 1997, ou por ocasião da revisão do cadastro nos meses de outubro e novembro de 1999. Os atingidos foram divididos em três categorias: *os proprietários* (com áreas de até 50 há), *os não proprietários* (arrendatários, agregados, parceiros rurais, meeiros e assalariados rurais), *os filhos de proprietários e não proprietários* (*casados* ou *solteiros* com idade mínima de 18 anos) (PERA, s/d: p. 59). No Plano foram estipulados dois tipos de reassentamentos: a) o reassentamento com lotes individuais em grandes áreas; b) o reassentamento individual.

Na primeira situação a família tinha o direito a um lote individual dentro de um projeto maior envolvendo outras famílias. Nesse caso, as áreas eram situadas num raio de até 300 km da região alagada, sendo que não poderiam comportar menos de 15 famílias, cujo tamanho mínimo do lote ficou estipulado em 17 hectares agricultáveis⁶⁰. Para os proprietários de até 20 hectares era garantida a troca de *terra por terra* e nos casos de lotes menores fazia-se uma complementação do seu lote com o financiamento do FUNTERRA. Quanto aos agricultores com áreas entre 20 e 50 hectares, toda a sua propriedade era trocada por apenas um lote com o mesmo tamanho do lote padrão. Na segunda situação, a família que optasse pelo reassentamento individual tinha direito à compra de uma propriedade com tamanho máximo de 20 hectares, sendo que esta alternativa era válida somente aos proprietários. O valor da indenização da terra nua servia como entrada no pagamento da sua nova propriedade, sendo que o valor restante era financiado pelo BANRISUL, cuja amortização era feita em 10 anos, com 02 de carência e a dívida convertida em sacas de milho, no valor do preço mínimo da época. Em ambas as modalidades era necessária a aprovação das áreas pelo DRA/GRA e pelos próprios atingidos (PERA, s/d, p. 60).

Na tabela a seguir são apresentados os resultados do governo no tocante aos reassentamentos de agricultores atingidos por barragens.

⁶⁰ O critério de manter um raio de distância máxima de até 300 Km da área alagada, relacionava-se a preocupação de adquirir áreas nas quais a semelhança de solos fosse mais próxima possível da situação anterior (Depoimento de Ricardo Montagner – MAB/RS).

Tabela 6: Resultados da política de reassentamento de agricultores atingidos pela barragem de Dona Francisca, no período de janeiro de 1999 a 30 de junho de 2002.

Formas de aquisição	Número de famílias	Número de Imóveis	Área em hectares
Desapropriação	86	03	1.906,59
Compra	173	03	2.854,64
Total	259	06	4.761,23

Fonte: GRA (30/06/2002)

Os dados da tabela 8 mostram que o governo estadual beneficiou um pouco mais da metade das cerca de 500 famílias desalojadas pela construção da barragem. As demais famílias optaram pelo reassentamento individual e foram indenizadas pela CEEE (Marangon, 2002, p. 195).

No que se refere às terras públicas, a ação do governo Olívio Dutra concentrou-se em dois eixos principais: a) na identificação dos imóveis patrimoniais em desuso para destiná-los a implantação de novos assentamentos; b) na regularização fundiária dos posseiros ocupantes de áreas públicas. No primeiro caso, a Divisão de Terras Públicas (DTP), que é o órgão encarregado destas funções, realizou no primeiro semestre de 2001, um levantamento para identificar os imóveis públicos registrados no Departamento de Patrimônio do Estado como “não localizados”. A partir daí, foi feita uma seleção de 100 imóveis com áreas entre 90 até pouco mais de 8.000 hectares e, posteriormente, realizou-se um trabalho de campo para localizá-los, sendo que alguns foram recuperados e destinados à implantação de assentamentos⁶¹, conforme indica a tabela a seguir.

Tabela 7: Relação dos imóveis, da área em hectares, do número de famílias assentadas e do público beneficiado pela política de arrecadação de terras públicas do governo da *Frente Popular*.

Imóveis destinados	Área em hectares	Número de famílias	Público beneficiado
05	2.160,00	123	Agricultores sem terra
01	291,24	15	Agricultores ocupantes de áreas indígenas
Total	2.451,24	138	

Fonte: GRA (30/06/2002).

No segundo caso, o governo emitiu 469 cartas de concessão de uso aos agricultores ocupantes de áreas públicas, regularizando as suas posses. Esse documento permitiu a inclusão social desses agricultores, na medida em que oportunizou a obtenção do bloco de produtor rural e o acesso ao crédito rural oficial (Marangon, 2002: p.196). Essas ações da DTP, apesar de importantes, não chegaram a ter um peso decisivo nos resultados globais atingidos pelo DRA/GRA. A opção pela realização de uma discriminatória, que poderia ter dado maior escala à utilização das terras públicas na política fundiária estadual, contribuindo para reduzir os seus custos, chegou a ser considerada na fase de funcionamento do DRA, mas não foi levada adiante por ocasião da montagem do GRA⁶².

Além dessas ações que já estavam previstas no PERA, o governo da *Frente Popular* buscou atender as reivindicações dos pequenos arrendatários do arroz, criando o programa de crédito fundiário “*Terra e Arroz*”. Neste caso, houve uma reformulação de um projeto de colonização, implantado no final do governo Antonio Britto, sob a denominação de “*Minha Terra*”⁶³. O programa previa um financiamento para a aquisição de áreas destinadas aos

⁶¹ Depoimento de Paulo Freire Mello (DRA/GRA).

⁶² Depoimento de Paulo Freire Mello (DRA/GRA).

⁶³ Este programa foi lançado no dia 04 de agosto de 1998, tendo como objetivo a criação de 12 pólos de desenvolvimento na metade sul para beneficiar 600 famílias de trabalhadores rurais. O programa previa o repasse de R\$ 31 milhões para a aquisição de terras, moradia, custeios e investimentos, sendo que os financiamentos para a compra dos lotes teriam prazo de 20 anos, com 6% de juros ao ano. Na ocasião, o governo deixou claro que não se tratava de um projeto de reforma agrária para sem-terra, mas que se destinava especialmente aos filhos de pequenos agricultores que não tinham terras suficientes para cultivar (Correio do Povo, 04/08/1998).

arrendatários, meeiros e filhos de pequenos agricultores da lavoura de arroz da metade sul do estado. A pré-condição exigida pelo governo estadual aos pretendentes era de que estes estivessem organizados em cooperativas ou associações. As áreas adquiridas deveriam comportar no mínimo 12 famílias (número mínimo para a formação de uma associação) ou 21 componentes (mínimo para a formação de uma cooperativa). As associações e/ou cooperativas eram cadastradas pelo GRA, sendo que a aquisição das áreas era submetida à aprovação do Conselho do FUNTERRA (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001).

O prazo dos financiamentos para a aquisição de terras era de 20 anos com carência de quatro anos. Para os investimentos, o prazo era de oito anos com carência de dois anos. A meta do governo estadual era beneficiar 500 famílias ao custo médio de R\$ 46.000 reais para cada uma delas, sendo R\$ 30.000 para a aquisição de terras e 16.000 para investimentos. Os recursos previstos para a aquisição dos imóveis tinham como fonte o BNDES, os quais eram intermediados pelo BANRISUL (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2001).

No levantamento realizado pelo GRA foi constatada a presença de 22 associações já organizadas em municípios arrozeiros do RS, perfazendo um total de 490 famílias. Ao término do governo Olívio Dutra, oito destas associações encontrava-se com os seus projetos em análise no BNDES, sendo que duas delas já haviam efetuado a aquisição e o pagamento da terra mediante um empréstimo-ponte do BANRISUL, faltando-lhes apenas os recursos para investimentos, tendo atingido apenas 28 famílias de agricultores (Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2002). Estes resultados indicam que o “Terra e Arroz” teve um alcance limitado quando comparado com as demais ações fundiárias do governo.

Por fim, o GRA desenvolveu também o “*Projeto Rurbano*”, objetivando atender as reivindicações de outro público bastante específico: os trabalhadores desempregados. Esta iniciativa resultou das negociações travadas entre os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e do governo estadual em uma audiência ocorrida no dia 12 de dezembro de 2000. Naquela ocasião, o governo estadual se comprometeu em desapropriar de uma área de 450 hectares no município de Eldorado do Sul a fim de assentar as famílias acampadas próximas ao complexo automotivo da General Motors (GM). Além disso, formou-se um Grupo de Trabalho (GT) composto por representantes de diversas secretarias do governo. Nesse processo foram visitadas as experiências com o programa *Vilas Rurais* no estado do Paraná e de outros estados (Guterres, 2002, p. 13).

O trabalho do GT resultou na proposta dos *assentamentos rurbanos*, os quais se distinguiriam por localizarem-se em áreas rurais ou urbanas de ocupação extensiva, e/ou, em áreas de extensão rural próximas aos grandes centros urbanos. A criação destes núcleos tinha por objetivo principal reintegrar os trabalhadores urbano-rurais, submetidos a uma situação de desemprego ou subemprego nas periferias das grandes cidades. Na concepção do projeto, os beneficiários morariam no assentamento atuando na área agrícola, dentro de princípios agroecológicos e/ou desenvolvendo atividades não-agrícolas, tanto no assentamento como na cidade (Governo do Estado do RS, s/d). Como resultado dessa formulação, o governo implantou em 2001, no município de Eldorado do Sul, o assentamento Belo Monte, beneficiando inicialmente 95 famílias, numa área total de 442,95 hectares, o que perfaz uma área média de 4,66 hectares por família. Posteriormente, em 2002, foram implantados mais dois assentamentos rurbanos, o *Portal dos Pinheiros*, localizado num bairro urbano da cidade de Gravataí e o *Zumbi dos Palmares*, localizado numa área agrícola no município de Caxias do Sul⁶⁴. Como se vê, trata-se de uma experiência bastante incipiente, cuja análise dos seus limites e potencialidades, está em aberto para as pesquisas futuras.

⁶⁴ Depoimento de Paulo Becker (MTD/RS).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar a política fundiária executada pelo governo da *Frente Popular* no RS. Nesta direção, destacou-se que a sua especificidade estava relacionada ao perfil das forças políticas que compuseram a sua base de sustentação, ao conteúdo das diretrizes programáticas de desenvolvimento rural que o informaram e à criação de um aparato estatal específico para o tratamento dos assuntos fundiários. O fato de este governo ser integrado por uma coalizão de partidos de esquerda e apoiado por diversos movimentos sociais foi determinante na elaboração de diretrizes programáticas que se opunham à plataforma política do governo Cardoso, em nível nacional e ao governo Britto, em nível estadual. Por essa razão, na estratégia de desenvolvimento rural preconizada pelo governo da *Frente Popular*, a efetivação de uma política fundiária foi concebida para fortalecer e rejuvenescer as formas familiares de produção, em contraposição às políticas de incentivo à agricultura capitalista de grande escala e à política fundiária centrada nos instrumentos de obtenção de terras pela via do mercado, preconizadas pelo governo federal.

Apesar de ter ciência dos limites da atuação dos estados na reforma agrária e de destacar que a maior responsabilidade cabia a União, ainda assim, a *Frente Popular* se comprometeu com uma meta bastante audaciosa de assentar 10.000 famílias de agricultores sem terra. Esta meta, além de não ter sido endossada pelo MST, se constituiu numa armadilha política para o governo, uma vez que o forçou a trabalhar sob pressão, não apenas por parte dos sem-terra, mas pelo conjunto das organizações da sociedade civil gaúcha que cobravam pelo seu cumprimento integral. Ademais, a meta contribuiu, em parte, para deslocar o foco das pressões sobre o governo federal, a quem cabia a atribuição constitucional na execução das políticas de reforma agrária no país, num momento em que as desapropriações deixaram de ser prioridade e se apostava fortemente nos instrumentos de obtenção de terras baseados no mercado.

Se, por um lado, havia esta ambigüidade, por outro, é importante destacar que foi precisamente a declaração pública desta meta que mobilizou o conjunto do governo a criar as condições para cumpri-la. Nesta direção, foram tomadas medidas no sentido de institucionalizar a política fundiária, entre as quais se destacaram: 1) a criação do DRA, posteriormente transformado em GRA; 2) o fortalecimento orçamentário do FUNTERRA; 3) a elaboração do PERA e sua oficialização; 4) e a definição dos instrumentos para a obtenção de terras para a implantação dos assentamentos. O compromisso com uma meta de famílias de agricultores sem-terra a serem assentadas e a efetivação das medidas mencionadas, conferiram especificidade ao governo Olívio Dutra em relação aos seus antecessores. Isto, porque, pela primeira vez na história recente do RS, um governo estadual se propugna a implantar uma política de assentamentos articulada à sua estratégia de desenvolvimento rural e, não apenas, como resposta episódica ao acirramento dos conflitos fundiários.

Contudo, o traço mais singular do governo da *Frente Popular*, foi sem dúvida, a participação de representantes dos MSC ou de pessoas que se aproximavam politicamente a eles, na estrutura da SAA e dos seus departamentos. Conforme já foi destacado, isso não ocorreu apenas por concessão do governo, mas sim, por uma decisão dos movimentos que desejavam influir no processo de elaboração e execução das políticas públicas. Porém, essa participação além de ter gerado dúvidas acerca dos papéis a serem cumpridos de parte a parte, contribuiu internalizar na SAA as divergências existentes entre os movimentos da Via Campesina e o movimento sindical rural ligado à CUT. Tais divergências geraram tensões que interferiram diretamente na dinâmica de operacionalização das políticas da SAA, em especial à política fundiária que passou por dois momentos distintos. O centro dessas divergências relacionava-se ao grau de prioridade a ser conferido pelo governo estadual à reforma agrária. O MST e seus aliados concentraram todas as forças no sentido de pressionar o governo a cumprir a sua meta, o que acabou resultando na criação do GRA. No entanto, o cumprimento integral da meta significaria conferir uma prioridade ainda maior à

política agrária, algo que deixou de ser consensual na segunda metade do mandato, sendo questionada pela CUT rural e por outras forças políticas que integravam o governo.

No âmbito dos embates com o patronato rural gaúcho, a opção do governo da *Frente Popular* em adotar uma política fundiária foi severamente criticada pela FARSUL, que sempre se opôs à implantação de novos assentamentos por considerá-los economicamente inviáveis, alertando ainda, que estes desvalorizariam as terras circunvizinhas, favorecendo a expansão territorial do MST no RS. Esta entidade também condenou a relação de sintonia do governo estadual com o MST, entendendo que ela teria contribuído na intensificação dos conflitos fundiários no estado, desconsiderando as suas possíveis conexões com outros fatores de ordem estrutural e conjuntural.

No entanto, o que mais desagradou os integrantes da FARSUL, não foi o aumento das ocupações em si – as quais foram parcialmente estimuladas pela meta de assentamentos anunciada pelo governo –, mas, sim, a opção do governo em tratá-las por meio da negociação política, em detrimento do uso da repressão policial como havia sido nos governos anteriores. Isto contrariou os interesses das organizações do patronato rural gaúcho que sempre entenderam que a função do Estado era assegurar o direito de propriedade a qualquer custo. Desse modo, a cada ocupação realizada pelo MST, o governo estadual via-se diante de uma situação bastante contraditória, pois o descumprimento das ordens judiciais de despejo dos ocupantes implicaria num desrespeito ao ordenamento constitucional, ao passo que o cumprimento à risca implicaria numa ruptura com os seus compromissos eleitorais e com as suas premissas ideológicas. Apesar de estas contradições terem sido exploradas pelas forças de oposição ao governo estadual para desgastá-lo, constatou-se que a orientação de privilegiar a negociação política em detrimento da repressão prevaleceu ao longo de todo o mandato.

No que se refere à operacionalização da política fundiária, demonstrou-se que juntamente à montagem e estruturação do DRA/GRA, o fortalecimento orçamentário do FUNTERRA constituiu-se numa das medidas mais importantes acionadas pelo governo estadual para concretizar a sua meta. Com isso, a obtenção de terras foi viabilizada, mediante o uso de três modalidades: as compras sem licitação, as compras compartilhadas com a União e as desapropriações por interesse social através da Lei 4.132/62. Destas, a última se constituiu numa inovação em matéria de política fundiária no RS, pois possibilitou a abertura de uma rota alternativa na obtenção de terras, contribuindo significativamente nos resultados globais atingidos pelo DRA/GRA. Porém, os altos custos envolvidos nas indenizações dos proprietários desapropriados, associados aos riscos destes contestarem os decretos governamentais na justiça, apresentam-se como limites objetivos para o uso generalizado deste instrumento em governos futuros.

Além de se orientar pelo cumprimento da meta, a ação do governo estadual visou atender também aos objetivos gerais e específicos preconizados pelo PERA e por seus subprogramas. Nesta direção, o DRA/GRA procurou equacionar a heterogeneidade dos conflitos fundiários presentes no campo gaúcho, contemplando vários grupos sociais. Com a elaboração do PERA, a implantação dos assentamentos guiou-se pela necessidade de constituir *áreas reformadas* para posteriormente formarem *pólos regionais de desenvolvimento*, numa tentativa de evitar a dispersão dos núcleos, assim como, o seu isolamento. Essa orientação contribuiu para a concentração dos assentamentos em algumas regiões do estado, em especial na chamada Metade Sul. Na seleção dos imóveis rurais para implantação dos assentamentos houve a preocupação de fazer um levantamento criterioso das suas condições sócio-ambientais, valendo-se da metodologia da *divisão racional de terras*. Apesar das limitações interpostas à execução de uma política agrária estadual, constatou-se que a ação do governo Olívio Dutra foi a mais vigorosa se comparada aos governos que o antecederam, o que permitiu um avanço significativo no número de assentamentos rurais no estado, contribuindo para ampliar consideravelmente o universo das famílias beneficiadas.

Contudo, essa ampliação do número de assentamentos ficou bastante aquém da meta prometida pelo governo estadual. Ao analisarmos as razões que explicam o desencontro entre a promessa e os resultados atingidos, é possível listar as seguintes: a) a

definição da meta do governo estadual foi feita com base num diagnóstico que superestimava as condições efetivas para a sua realização; b) os instrumentos de obtenção de terras disponíveis aos governos estaduais são bastante limitados, o que levou o governo Olívio Dutra a se concentrar principalmente nas compras (via FUNTERRA ou conveniadas com a União) e nas desapropriações por interesse social, cujos custos elevados acabaram limitando a sua ação; c) a desvalorização do dólar (ocorrida em 1999) somada à reação nos preços internacionais das *commodities agrícolas* (ocorrida a partir de 2001) elevaram os preços das terras no RS, o que reduziu as ofertas e dificultou novas aquisições pelo governo; d) a partir da segunda metade do governo, a prioridade conferida à política fundiária deixou de ser consensual, uma tendência que se agravou com a aproximação do calendário eleitoral; e) e, por fim, pelo fato do governo estadual não ter optado em realizar uma ação discriminatória, o que poderia ter garantido a aquisição de terras praticamente sem nenhum custo.

A análise do conjunto das ações fundiárias adotadas pelo governo da *Frente Popular* demonstra que a despeito dos compromissos eleitorais e das disposições favoráveis dos governos estaduais em adotarem políticas fundiárias próprias, estas somente podem ser pensadas em caráter complementar às ações do governo federal. Isto porque, no atual ordenamento constitucional, o espaço para a atuação dos governos estaduais é bastante limitado, principalmente no que se refere aos instrumentos de obtenção de terras. À exceção da modalidade que envolve a disponibilização de áreas públicas (patrimoniais ou devolutas), cujos custos são praticamente nulos, nas demais modalidades tais como, as compras governamentais, as desapropriações por interesse social ou por utilidade pública e os programas de crédito fundiário, todas, sem exceção, dependem de elevadas inversões financeiras por parte dos governos estaduais. Isto além de encarecer a execução de uma política fundiária, contribui para remunerar os antigos proprietários dos imóveis adquiridos pelo governo, nos preços praticados pelo mercado de terras. No caso do governo da *Frente Popular*, contata-se que este foi o seu principal paradoxo, pois o acionamento dessas modalidades de obtenção de terras o colocou em contradição com o seu discurso de oposição ao modelo de reforma agrária de mercado adotado pelo governo federal.

A análise das ações fundiárias adotadas pelo DRA/GRA, além de reforçarem a percepção de que a responsabilidade maior na execução de uma reforma agrária compete à União, demonstraram que a complementaridade da atuação dos estados depende de uma convergência mínima de objetivos políticos entre ambos. Por essa razão, nos casos em que a demanda por terra se apresenta de forma bastante intensa e não há uma disposição favorável por parte do governo federal à adoção de uma política fundiária mais abrangente, a atuação dos governos estaduais não só é justificável como necessária.

Referências bibliográficas

BARRACLOUGH, Sólón L. “A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e outros agentes”. In: TEÓFILO, Edson (org.). *A economia da reforma agrária: evidências internacionais*. Brasília: NEAD/MDA, 2001.

BENETTI, Maria Domingues. “Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital”. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (coord.). *A economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000, p. 63-116.

BENETTI, Maria Domingues. “Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período de 1990, e questões emergentes”. In: *Indicadores Econômicos FEE*. Porto Alegre: FEE, 1997, vol. 25, n. 3, p. 169-209.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

BRAGA, Cristiano et. al. (Orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inovação competitiva*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará/Brasília: DF: SEBRAE, 2004.

BRASIL - *ESTATUTO DA TERRA*. Editora Saraiva/Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.

BRUMER, A. Considerações sobre uma década de lutas no extremo sul do Brasil (1978-1988). *Ensaio FEE*, nº 11 (1), p. 124-142, 1990.

BRUNO, Regina. “Nova República: a violência patronal rural como prática de classe”. In: *Sociologias*. Porto Alegre: 2005, ano 5, n. 10, p. 284-310.

BUSSINGER, Vanda Valadão. As marcas políticas de um programa de governo: o caso do Espírito Santo. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, setembro/dezembro, 1994, pp. 54-69.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: conflito na reserva indígena de Serrinha – norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA ROS, César Augusto. “A implementação do Banco da Terra no Rio Grande do Sul: uma leitura política. In: SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Márcio Mendes. *Capturando a Terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b, p. 259-284.

DA ROS, César Augusto. *As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2006a (Tese de doutorado).

DEERE, Carmen Diana & LEÓN, Magdalena. “O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina”. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

Delgado, Guilherme C. “Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária”. In: *Estudos Avançados*, Volume 15, 2001.

Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconomicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. *Estatísticas do meio rural*. Brasília: MDA:DIEESE, 2006.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. *Capacidade de pagamento do crédito fundiário no sul do Brasil: Análise a partir do programa o Banco da Terra – Relatório de pesquisa*. Curitiba: 2005.

FERNANDES, B. M. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”. In: *OSAL: Observatório Social de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, Ano 6, n. 16, 2005.

FERREIRA, Mariluci Melo. *Tramas do poder: a política no Rio Grande do Sul (século XIX)*. Passo Fundo: UPF, 2003.

FIORI, José Luís. “Para um diagnóstico da modernização brasileira”. In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GOMES DA SILVA, José. Estatuto da Terra (ET), 30 anos. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*, janeiro/abril, 1995, pp. 07-38.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUTERRES, Enio. *A formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD – no Rio Grande do Sul e o primeiro assentamento urbano*. Monografia de Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (*lato senso*) CPDA/UFRRJ, Porto Alegre, 2002.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 173-180, abril de 2002.

JANSEN, Suzel Lisiane. *Evolução da estrutura fundiária do Rio Grande do Sul: uma análise do período de 1940 a 1995/96*. Porto Alegre: II Encontro de economia gaúcha, 2004. Disponível em : www.fee.rs.gov.br (acessado em 22/01/2006).

KAY, Cristóbal. “Desarrollo rural e cuestiones agrárias em la América Latina Contemporânea”. In: *Agricultura y Sociedad*, La Rioja: Espanha, 1995.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *RS: Terra e poder – História da questão agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxen. “Capitalismo e colonização – Os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. & GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 9-46”.

LEITE, Sérgio Pereira et. Al., (Coord.) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira. “A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sen”. In: *Boletim de Ciências Econômicas XLX*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

MARANGON, Antonio. A reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: SOARES, L. T. (Org.) *Tempo de desafios: A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes 2002, pp. 181-198.

MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, L. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo & LEITE, Sérgio Pereira. “Marchas e contramarchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)”. In: INESC (org.) *A era FHC e o governo Lula: Transição?* Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2004, disponível em www.inesc.org.br.

MICHAELIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico”. In: MELLO, Nelli Aparecida & OLIVEIRA Jr., Rosalvo (orgs.).

Anais da oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

MOYO, Sam; YEROS, Paris. “El resurgimiento de los movimientos rurales bajo El neoliberalismo” Em publicação: *Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina*. Sam Moyo y Paris Yeros [coord. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

NAVARRO, Z., MORAIS, M. E., MENESES, R. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

NAVARRO, Zander. “Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NOVICKI, Vitor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983-1987)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.

PEREIRA, João Márcio Mendes. “A disputa política-ideológica entre a reforma agrária distributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005)”. In: *Sociedade e Estado*, Volume 20, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. “A política agrária do Banco Mundial em questão” In: *Estudos Avançados* (São Paulo), vol.20, 2006.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O modelo de reforma agrária do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados*. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade/UFRRJ – Dissertação de mestrado, 2004.

POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ª edição, 1985.

RIO GRANDE DO SUL. *Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (Atualização)*. Porto Alegre: CORAG – Assessoria de Publicações Técnicas, 10º edição, 2002.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, I. C. Participação popular na construção de uma nova cultura política. In: SOARES, L. T. (Org.) *Tempo de desafios: A política social democrática e popular no governo do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes 2002, p. 329-334.

SANTOS, B (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELTMEYER, Henry. “La dinámica de las ocupaciones de tierras en América Latina”. In: *Recuperando la tierra. El resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina*. Sam Moyo y Paris Yeros (coord.). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008.

Entrevistas concedidas ao pesquisador

1. **Adelar Pretto** - Membro da Direção estadual do MST, concedida em 15/05/2003.
2. **Álvaro Dellatorre** – Engenheiro Agrônomo, membro da Coordenação Estadual do MST, concedida em 08/05/2003.
3. **Antonio Marangon** - Ex-Secretário Extraordinário da Reforma Agrária (Gabinete da Reforma Agrária - GRA), concedida no dia 13/11/2004.
4. **Bruno Castro Winckler** – Advogado, membro da Procuradoria de Domínio Público Estadual, concedida em 09/11/2004.
5. **Flávio Santana Xavier** - Procurador do Incra, Ex-Assessor de Assuntos Jurídicos do DRA, concedida em 30/08/2004.
6. **Frei Sérgio Antonio Görgem** - Deputado Estadual pelo PT, Ex-Coordenador do DRA e membro da Via Campesina, concedida em 16/11/2004.
7. **Gedeão Pereira Silveira** – Ex-Presidente do Sindicato e Associação Rural de Bagé e Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários da FARSUL, concedida em 17/09/2004.
8. **Inácio Benincá** – Ex-Coordenador do Programa de Agroindústrias familiares da SAA e Ex-dirigente sindical da FETRAF-SUL, concedida no dia 30/09/2004.
9. **José Hermetto Hoffmann** - Ex-Secretário da Agricultura do Governo Olívio Dutra, concedida em 05/02/2004.
10. **Marcelo Botton Piccin** – Coordenador da Divisão de Assentamentos do DRA/GRA, concedida em 16/05/2006.
11. **Mário Lill** - Membro da Direção Estadual do MST, concedida em 4/09/2004.
12. **Nestor Hein** - Presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), concedida em 08/09/2004.
13. **Paulo Becker** – Membro da Coordenação Estadual do MTD, concedida em 07/09/2004.
14. **Paulo Freire de Mello** – Coordenador da DTP, concedida em 01/04/2005.
15. **Paulo Schneider** – Engenheiro Agrônomo, integrante do Setor de Divisão Racional de Terras do GRAC.
16. **Ricardo Montagner** – Coordenador do MAB na bacia do rio Uruguai, concedida em 16/09/2004.
17. **Vulmar Leite** – Ex-Coordenador do Banco da Terra e Secretário Estadual da Reforma Agrária e do Cooperativismo (GRAC) do governo Germano Rigotto, concedida no dia 09/09/2003.

Documentos consultados

BRASIL. MDA/INCRA/GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/GRA. *Convênio para obtenção conjunta de imóveis rurais para fins de reforma agrária*. Brasília, 08 de agosto de 2000.

FRENTE POPULAR (PT, PSB, PC do B, PPS, PSTU, PCB e PV). *Programa de governo – Texto para discussão (versão preliminar, não revisada 23/07/98)*.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Estado da Participação Popular. *Projeto de Assentamento rururbano – Versão Final*. Porto Alegre: S/d.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Estado da Participação Popular. *Projeto de Assentamento urbano – Versão Final*. Porto Alegre, S/d.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. *Questão das Terras Indígenas: Alternativas de ressarcimento para as famílias desalojadas*. Porto Alegre, 2003 (mimeo).

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Secretaria da Agricultura e Abastecimento – Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária. *Programa estadual de Reforma Agrária*. Porto Alegre: S/d.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Secretaria da Fazenda – Contadoria e Auditoria Geral do Estado – *Balanço Geral dos anos de 1995-2002 – Demonstrativos da Administração Direta*.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/GRA/DIVISÃO DE ASSENTAMENTOS. *Proposta de crédito fundiário do estado do Rio Grande do Sul – Bannisul/BNDES/Funterra – Programa Terra e Arroz*. Porto Alegre: 2001.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL – Gabinete da Reforma Agrária. *Programa Estadual da Reforma Agrária – Dados de 1999 a 2002*. Porto Alegre, dezembro de 2002.

GRAU, Eros Roberto. *Parecer sobre a consulta encaminhada pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre o processo de Desapropriações por interesse social*. Minas Gerais: Tiradentes, fevereiro de 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Parecer sobre a consulta encaminhada pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura sobre o processo de Desapropriações por interesse social*. São Paulo, fevereiro de 2001.

RIO GRANDE DO SUL – GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA. *Números gerais da reforma agrária e organograma*. Porto Alegre: 2002.

Matérias de jornais citadas

Secretário visita acampamento do MST. Hoffmann vai pressionar o governo federal a acelerar o processo de desapropriação de terras no Rio Grande do Sul. *Zero Hora*, Porto Alegre, 5 jan. 1999.

Olívio visita acampamento de colonos sem-terra – Governador repete promessas de campanha, mas deixou para o Incra a desapropriação de áreas para assentamentos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 jan. 1999.

Demissão de líder agrário distancia Piratini e MST. *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 dez. 2000.

Frei Sérgio exonera-se do cargo. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08 dez. 2000.

Governo lança programa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 agost. 1998.

Confronto entre BM e colonos na capital, *Zero Hora*, Porto Alegre 24 set. 2000.

Brigada retira colonos das áreas públicas, *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 set. 2000.

PMs ferem aliado do governo ao reprimir invasão da usina. *Zero Hora*, Porto Alegre, 13 mar. 2002.

Barragens: cinco feridos em confronto. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 mar. 2002.

Governador encerrou fórum dos povos indígenas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 jun. 1999.

Governo lança programa. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 4 ago. 1998.

Páginas na Internet consultadas

1. www.bcb.gov.br/leisdecretos
2. www.al.gov.br/legis

O conceito de território e o agroartesanato *

Márcio Freitas Eduardo

Mestre em Geografia pela FCT/UNESP (2008)

Endereço eletrônico: marciofreitaseduardo@yahoo.com.br

Resumo

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade. A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, apresentava-se associado à policultura familiar como produção subsistencial. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense. No artigo, iremos apresentar a leitura que adotamos ao abordar o conceito de território sob a égide da pesquisa que desde 2002 desenvolvemos sobre o território do agroartesanato no Sudoeste paranaense.

Palavras-chave: território; questão agrária; agroartesanato.

Resumen

El concepto de territorio y la agroartesanía

El territorio congrega múltiples formas de la dinámica social en el espacio; formas producidas, reproducidas y definidas históricamente desde códigos concretos y abstractos de amigabilidad. La producción y la transformación familiar y artesanal de alimentos o, “simplesmente”, la agroartesanía tienen origen antiguo, vinculada al patrimonio cultural de territorialidad del campesinado europeo, especialmente italiano, polonés y alemán. La agroartesanía, complementar a la dinámica agropecuaria campesina, se presentaba asociado a la poli cultura familiar como producción subsistenciales. Elementos tradicionales agregados el ese génesis histórico aún permanecen, en cierto grado, en la dinámica territorial de la agroartesanía en Francisco Beltrão/PR y en el Sudoeste paranaense. En el artículo iremos a presentar la lectura que adoptamos al abordar el concepto de territorio bajo la égida de la pesquisa que desde 2002 desarrollamos sobre el territorio de la agroartesanía en el Sudoeste paranaense.

Palabras-clave: territorio; cuestión agraria; agroartesanía.

Abstract

The concept of territory and agroworkmanship

The territory congregates all-purpose forms of social dynamics in space, produced, reproduced forms and historically ressignified from real and abstract codes of

* O texto apresentado é derivado da dissertação de Mestrado intitulada “A Dinâmica Territorial das Agroindústrias Artesanais de Francisco Beltrão/PR”, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP e defendida em setembro de 2008.

conversableness. The familiar and workmanship production and transformation of nutrients or, simply, the agroworkmanship has the antique origin, joined to the cultural patrimony of rural agro cattle raising dynamic, showed associated to the familiar mixed farming as subsistencial production. Traditional parts aggregated to this historical genesis still remain, in some extent on the territorial dynamic of agroworkmanship in Francisco Beltrão/PR and in southeast of Paraná. In the item, we are going to report the reading that standardized on using the concept of territory beneath the research protection that since 2002 developed about the agroworkmanship territory in southeast of Paraná.

Keywords: territory; agricultural subject; agroworkmanship.

Introdução

Entre os anos de 2002 e 2008 desenvolvemos pesquisa acadêmica no afã de identificarmos e compreendermos elementos intrínsecos e extrínsecos a organização territorial do agroartesanato no Sudoeste Paranaense; pesquisa que culminou numa dissertação de mestrado, defendida em 2008, sob o título “A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR”. Durante esse período, nosso envolvimento com o GETERR (Grupo de Estudos Territoriais) suscitou-nos a estarmos refletindo sobre o conceito de território e construir uma argumentação teórico-conceitual importante a qual embasou a produção da referida dissertação.

Iremos, na seqüência, estar apresentando a leitura que adotamos ao abordar o conceito de território sob a égide do agroartesanato.

Agroindústrias artesanais (agroartesanato) são pequenas unidades – em escala de produção e produtividade e em estrutura física (estabelecimento) – que transformam alimentos, sem o sistema típico de integração utilizado pelas grandes agroindústrias integradoras. Estas unidades têm como característica um ritmo de produção artesanal com centralidade no trabalho familiar e com uma abrangência de mercado eminentemente local.

A produção artesanal e familiar efetiva-se como uma atividade não especificamente capitalista, como é caracterizado em Eduardo (2008). Nessa lógica, as relações de trabalho familiares, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho otimizam o ciclo da reprodução familiar. Sob a ótica mercantil do modo capitalista de produção, ingressam no mercado, periféricamente, e participam do que Marx (2002) designou de “circulação simples de mercadoria”.

Com a agroindústria artesanal, busca-se, fundamentalmente, agregar mais valor ao trabalho familiar, por intermédio da produção e transformação intra-unidade (*in loco*) de alimentos e a venda direta ao consumidor. Constata-se maior autonomia na organização desse território, tendo em vista a baixa participação do capital comercial e financeiro nos parâmetros de produção e circulação de mercadorias das unidades agroartesanais e familiares.

A conotação artesanal da produção também ganha destaque devido à baixa escala de produção existente nessas unidades, cuja base está no uso de tecnologias rudimentares e, principalmente no trabalho familiar, sustentando a reprodução simples da família.

Como permanência histórica de uma forma antiga de transformar alimentos, os parâmetros (técnicas e instrumentos de trabalho) artesanais de produção representam a reprodução local de um conhecimento tradicional herdado no contexto da reterritorialização italiana e alemã no Sul do Brasil.

É importante esclarecer a particularidade cultural do saber fazer produtivo dos *colonos* eurobrasileiros, difundido localmente na formação territorial do Sudoeste do Paraná e diferenciar a atividade agroindustrial artesanal das grandes unidades agroindustriais tipicamente capitalistas, integradoras e nós constitutivos das redes sustentadas pelos preceitos organizacionais dos complexos agroindustriais (CAIs).

A primazia pelo conceito de território, em nosso enfoque analítico sobre as agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR, justifica-se pelo fato de que, partindo

desse viés teórico-conceitual, é possível identificar as distintas dimensões da produção do espaço: aspectos da economia, da organização política, da cultura, das relações de poder, das rupturas e permanências são possíveis de serem identificados como elementos ativos e conexos na organização de cada território construído no desenvolvimento da atividade agroartesanal.

O território forma-se a partir do espaço e só por intermédio deste ele se realiza. As diferentes relações sociais que se sustentam no espaço dividem-no, mesmo sendo indissociável, único e indivisível, como destaca Santos (1978). Cada forma de apropriação social do espaço através das dimensões econômica, política e cultural produz “descontinuidades”, surgindo os territórios. As formas de poder engendradas em cada território imprimem, nos diferentes lugares, formas próprias de concorrência e solidariedade que, articuladas, dotam de dinamicidade o todo social.

Acreditamos que a partir de nossa leitura empírica um esclarecimento desses fundamentos proporcionará maior clareza teórico-metodológica. Na abordagem territorial, as dimensões econômica, política e cultural são analisadas a partir da apropriação do espaço. Imbricadas ao poder (este visto como produto das cotidianidades sociais), as diferentes dimensões da atividade social são apreendidas pela relação que a sociedade mantém com o espaço, no seu uso e consumo em diferentes ritmos e intensidades.

Os conceitos derivados de desterritorialização e desterritorialidade auxiliam no intuito de compreendermos a produção do espaço de maneira mais completa, abordando o fenômeno histórico como movimento. Desterritorialização e desterritorialidade são conceitos que, em nossa pesquisa, contribuíram no sentido de abordar o conteúdo dinâmico e histórico (político, econômico e cultural) das atividades artesanais em Francisco Beltrão/PR.

Um território significa dominação e espelha uma relação de dominação/sujeição, que não é condição permanente. É construído socialmente e, por isso, constantemente reestruturado. Considerado “toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-4).

A construção do território é passível de apreensão apenas se alocados esforços na identificação dos fatores de sua produção, quer dizer, na historicidade dos condicionantes sociais que consubstanciaram dada formação territorial. Um território tem seu suporte no passado, tem um presente, mas é sempre devir. Numa percepção *imediate* do território, a princípio, este aparece como estável e imutável, entretanto suas intrínsecas contradições é que nutrem de possibilidades seu devir. O conceito de território não pode ser pensado de modo estanque, mas como produto inacabável (infindável) oriundo das contradições sociais cotidianas.

Nossa abordagem sobre a dinâmica territorial das unidades produtivas agro artesanais selecionadas caminhará por uma leitura mais econômico-cultural do território (produção, circulação, patrimônio cultural), fazendo tão somente algumas considerações acerca da organização política e atuação de algumas instituições como a EMATER, a ASSESOAR e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Dessa forma, necessitamos expor, em linhas gerais, algumas noções da abordagem de território adotada, considerando que existem diversas leituras, muitas delas divergentes, sobre o conceito.

Efetivando uma leitura do território

Para que uma efetiva abordagem geográfica, cujo fundamento inscreve-se no âmbito da investigação e da compreensão da complexidade com que o espaço geográfico é apropriado por um determinado “tecido social”, compreendemos que a pesquisa deva apoiar-se em certas categorias e conceitos analíticos.

Tais categorias e conceitos, ao serem utilizados e devidamente amparados por um método investigativo, demandam, por si, outros temas e/ou noções que o pesquisador terá que dar conta, caso pretenda utilizá-los no intuito de compreender a realidade objetiva e subjetiva.

Em nossas análises, acerca da formação e dinâmica territorial das agroindústrias artesanais em Francisco Beltrão/PR, primamos pelo território como conceito central. O conceito de território, numa perspectiva relacional, conforme sugere Raffestin (1993), orienta-nos a abordar mais de perto a questão do poder, ou melhor, dos poderes, como caminho para o estudo e a compreensão dos movimentos do social.

Inerente a todas as relações, em todas as fissuras sociais, o poder, imbricado à lógica territorial, é elemento fundamental que possibilita avançar no desvendamento de aspectos da produção e da apropriação do espaço territorialmente. Como trataremos posteriormente, para várias famílias de produtores agroartesanais analisadas, o acirramento da conflitualidade entre as formas de organização familiar e o desenvolvimento regional do modelo produtivo do agronegócio foi o elemento central para o surgimento e intensificação da produção agroartesanal beltronense. A conflitualidade, a exploração demasiada do agronegócio fizeram com que famílias rompessem com pactos de poder estabelecidos e, territorializando seus conhecimentos produtivos tradicionais, expandissem os domínios de suas produções agroartesanais para além da subsistência familiar, construindo relações econômicas no comércio local e regional. Nesse sentido, o agroartesanado significa enfrentamento, resistência, poder, integração ao mercado.

O território é esse *locus* de relações, portanto, de poderes, amalgamados no espaço, em constante movimento. Além disso, como sustenta Haesbaert (2005, p. 87):

Todo conceito, como toda teoria, só tem validade quando referido a uma determinada problemática, a uma questão. Assim, o território é um dos principais conceitos que tenta responder à problemática da relação entre a sociedade e seu espaço.

O território realiza-se no espaço por intermédio das relações sociais materializadas, e estas resultam das múltiplas facetas assumidas pelo(s) poder(es). Assim, a análise do poder torna-se fundamental na abordagem territorial. Não existe território sem poder e nem poder sem um sustentáculo territorial, conforme sugere Raffestin (1993). Podem existir territórios imateriais como, por exemplo, através da língua, da informação, das ideologias, das leis etc.; de alguma forma, entretanto, essas ações manifestam-se no espaço e materializam-se, conduzidas pela dinâmica do(s) poder(es).

Determinados autores serviram-nos de base para efetivarmos algumas considerações a respeito do estudo do território e seus aspectos objetivos e subjetivos. Nossas principais referências são Raffestin (1993), Maia¹ (1995), Saquet (2004 e 2005) e Haesbaert (1997, 2002 e 2005). Para compreendermos algumas relações de trabalho, fizemos leituras em Antunes (2005), Marx (2004), entre outros autores.

Em nossos estudos, fundamentamo-nos, inicialmente, em Raffestin (1993), que tece uma análise mais econômica e política do território, primando por um estudo do território numa perspectiva relacional, assim como M. Foucault o faz em suas análises acerca do poder, como bem aponta Maia (1995). Haesbaert (2005), seguindo uma análise do território numa vertente mais culturalista e política, também nos auxiliará no intuito de analisarmos o território como multidimensionalidade.

Outro autor, Saquet (2003 e 2005), propõe uma interpretação das interfaces do território, privilegiando não apenas uma de suas dimensões, mas o tripé economia, política e cultura condicionando e caracterizando certa formação territorial.

Na abordagem territorial, há posições múltiplas, como aponta Saquet (2004), que tentam contemplar as relações entre as dimensões da economia, da política e da cultura, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, conforme Raffestin (1993) e Saquet (2003), ora culturais e políticos, segundo Haesbaert (1997) e outros; também há aqueles que enfatizam uma dessas dimensões, como Ratzel (1990) e Sack (1986). Embora sem adentrarmos na questão, o território também pode ser apreendido sob diferentes métodos investigativos e/ou modelos teórico-conceituais como, por exemplo, o materialismo e a fenomenologia.

Inicialmente, faremos algumas considerações sobre o território em suas diferentes

abordagens, para depois discutirmos o poder como elemento imbricado ao sistema territorial.

Podemos assinalar que a dinâmica territorial é compreendida, concomitantemente, como objetivação e reflexo das relações sociais (econômicas, políticas e culturais – em uma palavra: sociais) agidas e vividas no espaço e com a apropriação deste no tempo. Segundo Raffestin (1993, p. 7-8),

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].

Nesse sentido, a problemática social envolve a processualidade histórica do(s) poder(es) como essência do sistema territorial. O poder, conforme afirma Raffestin (1993), não é uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda relação que se apóia no espaço e no tempo; é o elemento que, ao mesmo tempo, anima o território, objetiva-o e “desagrega-o”. O poder, como relação social historicamente reproduzida, é exercido e também significa “fluidez”. “Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2005, p. 101).

O território: diferentes abordagens

Como nos lembra Sposito (2005), na Geografia existem várias concepções de território que servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito. O autor acima identifica três vertentes básicas que, historicamente, serviram para tratar do estudo do território, ou melhor, que serviram para interpretá-lo e cujo arcabouço teórico ainda se faz presente, em vários momentos, quando se aborda esse conceito.

São essas vertentes divididas em: a) naturalista: “segundo a qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação e pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”; b) uma abordagem “mais voltada para o indivíduo [que] diz respeito à territorialidade e sua apreensão [...]. Aí temos o território do indivíduo, seu ‘espaço’ de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade”; e c) quando sua utilização confunde-se com o conceito de espaço. (SPOSITO, 2005, p. 17)

A tradição naturalista de apreensão do território e da territorialidade já foi, com veemência, criticada por Raffestin (1993), pois as territorialidades derivam de um tecido social complexo e dinâmico marcado pelas relações de poder, pelas intencionalidades, pelas inter-relações, pelo jogo ideológico etc.

A segunda vertente de apreensão do território, descrita por Sposito (2005), está mais sistematicamente direcionada aos anseios cognitivos de uma Geografia com forte conotação cultural(ista). Em tal caso, os sentimentos de pertencimento, de identidade, os espaços de representação, o enraizamento, entre outros elementos, interagidos com as demais dimensões do território, efetivam formas particulares de apropriação e de produção do espaço via territorialidade.

A atribuição de significados a recortes espaciais pode produzir identidades territoriais específicas, o que acresce, na questão política do território, como aponta Saquet (2003), um caráter cultural mais subjetivo e simbólico. É enfatizada, nessa ótica, sobretudo, na Geografia, a territorialidade dos indivíduos, discutida também no conceito de lugar.

No entanto, abordar o território sob uma perspectiva estanque e unidimensional, utilizando como exemplo o caso da dimensão cultural, não traz avanços. “É evidente que ainda se poderia evocar os elementos dos códigos culturais, por exemplo, mas eles também são atravessados pelo código econômico e pelo código político” (RAFFESTIN, 1993, p. 47).

O território, em nossa compreensão, precisa ser abordado em sua

multidimensionalidade. Seu âmago é social, portanto, suas dimensões são a política, a economia e a cultura, imbricadas relacionalmente pela historicidade e conflitualidade inerente a toda sociedade.

Nesse sentido, temos a contribuição do geógrafo Saquet (2003), que fez um esforço significativo no sentido de construir uma argumentação teórico-metodológica que articule o tempo, o espaço e o território, englobando aspectos da economia, da política e da cultura, representado pelo autor como EPC. O território é construído socialmente por um jogo de forças e relações que estão em unidade e conflitualidade.

Na literatura geográfica, em algumas situações, o território também tem sido, eventualmente, confundido com o conceito de espaço, conforme sinaliza Sposito (2005) quando enuncia a terceira tradição de estudo daquele. A essência desta confusão reside no fato de que muitos autores, por partirem do pressuposto de que o território é efetivado a partir da apropriação social do espaço, consideram-no apenas como sinônimo de chão, de propriedade, de área, de limite político-administrativo.

Porém, o território, consoante afirma Saquet (2003), é um lugar de relações e este, um território, a partir da apropriação e produção do espaço. O sistema territorial é, portanto, segundo aponta Raffestin (1993), produto e condição socioespacial.

Espaço e território não são sinônimos. O espaço é anterior ao território. Nesse sentido, corroboramos com Raffestin (1993, p. 143) quando o autor afirma que: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator 'territorializa' o espaço”.

É fundamental ressaltar que o espaço constitui, metaforicamente, a “matéria-prima” para a produção do território, ou seja, o espaço é anterior ao território. O território é uma produção a partir do espaço. Cristaliza-se através da apropriação social do espaço (econômica, política e culturalmente) por atores que realizam determinadas atividades sociais: os atores sintagmáticos, cujas intencionalidades e comportamentos, de diferentes maneiras e intensidades, territorializam-se vivendo relações de poder.

Em seu raciocínio, Saquet (2003, p. 24) afirma que:

O território se dá quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

O território, antes de qualquer outra coisa, é relação social, é conflituosidade geografizada. O território é expressão do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o redefinem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças”, nas mais variadas intensidades e ritmos.

O território não é apenas chão e propriedade, é relação social. “Por meio de vínculos, por criações ou invenções humanas, através de práticas sociais, é que se produz território [...]” (HEIDRICH, 2005, p. 56).

O território, de acordo com Saquet (2005, p. 144): “[...] é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, idéia e matéria [...] é local e global [...]; terra, formas espaciais e relações de poder [...]”.

Retornando às abordagens do território, merecem destaque as sínteses efetivadas por Haesbaert (1997), que agrupou essas concepções em três vertentes básicas, similares às destacadas anteriormente por Sposito (2005):

a) Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa às relações espaço-poder institucionalizado): o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

b) Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: aquela que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto

da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

c) Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas; o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho, por exemplo.

Esse mesmo autor faz, ainda, alusão à vertente naturalista, segundo ele, menos vinculada hoje às ciências sociais, que se utilizam de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza.

Há interfaces entre essas abordagens, segundo indicam Haesbaert (1997), Saquet (2004) e como estamos tentando argumentar. O território pode ter um caráter mais econômico como os dinamizados por empresários, por exemplo; mais político, como o de partidos políticos; e/ou, mais culturais, como o território de domínio da igreja católica, para mencionarmos apenas alguns exemplos. Reflete, em última instância, toda a produção que deriva das relações entre os homens e destes com a natureza.

Os territórios são construídos socialmente pelo exercício do poder das classes que compõem a sociedade. Desse modo, podemos fazer abordagens bem diferentes da de Ratzel (1990), por exemplo, que fundamenta sua análise geográfica nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas e cujo método está centrado na indução: observação, descrição, comparação e classificação, partindo do pressuposto de que uma análise fundamentada cientificamente deveria ter como fonte as ciências mais desenvolvidas até então: as ciências naturais. “Somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis gerais[...]” (RATZEL, 1990, p.34). Assim, Ratzel fundamenta um estudo a serviço do Estado alemão de sua época (final do século XIX), em fase de definição territorial intimamente ligado à expansão do capitalismo naquele país em formação. O território, para Ratzel, seria sinônimo de solo. Mais que isso: dimensão eminentemente política, cujo epicentro do poder, ou seja, cuja hegemonia e soberania revelar-se-iam na figura do Estado-nação em sua forma plena.

Noutra compreensão, todos nós somos atores reprodutivos de relações sociais, de poder em diferentes momentos e intensidades. As relações e interesses não são isoladas, mas articulados, porque o modo capitalista de produção detém formas singulares de organização baseadas na interconexão dos fenômenos.

Se delimitarmos uma porção do espaço geográfico, poderemos perceber algumas relações políticas, econômicas e culturais que ocorrem e dão conformidade às diversas manifestações territoriais, como no caso do território do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR. Como bem ressalta Lefebvre, apud Raffestin (1993), um território é constituído quando é transformado pelas modificações feitas pelo homem convivendo em sociedade.

Assim, consoante Raffestin (1993, p. 143 - 4), “o território é um espaço; onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação”; ali se encontram relações de poder e interesses. Toda ação cristalizada no espaço demonstra, em algum nível, um território efetivado (infra-estruturas públicas ou privadas, centros financeiros, construções históricas, organizações políticas etc).

O território, como aponta Raffestin (1993), é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o mesmo. Lefebvre, apud Raffestin (1993), argumenta que a produção do espaço, o território nacional, espaço físico, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam como rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc. são alguns dos elementos que marcam a passagem do espaço ao território. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, como já assinalamos, revela relações marcadas pelo poder.

Os projetos sociais efetivados no espaço geográfico, dotados de representação, também revelam a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993). A imagem manifestada como representação da realidade é um instrumento de poder que tem como essência uma estrutura pré-disposta a seus princípios e relações sociais de dominação.

De acordo com Raffestin (1993, p. 150), “toda prática espacial, mesmo embrionária,

induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes”. É interessante destacar, a esse respeito, que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar suas ações. Os indivíduos ou os grupos sociais ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos pré-definidos aliados à dinâmica do modo de produção em determinado período histórico.

A interação entre os diferentes locais pode ser política, econômica e cultural, e resulta de um intenso e recíproco relacionamento entre todos os elos da estrutura que compreendem e sustentam a dinâmica social em sua complexidade. Os fatores que sustentam a formação dos sistemas de malhas, de nós e redes interagem no espaço e constituem, de algum modo, as bases de sustentação do(s) território(s).

Cada território, assim, deve ser pensado em rede, articulado a outros territórios, em interação, em complementaridade, pois o território brasileiro resulta da interação de temporalidades e de uma pluralidade de territórios, cada qual com especificidades políticas, econômicas e culturais. (SAQUET, 2003, p. 222)

Todos nós elaboramos estratégias de produção e de vida, que se correlacionam com outras estratégias, em diferentes relações de poder, com outras pessoas e lugares. Os atores agem e interagem, conseqüentemente, objetivam relações de influência e/ou controle, afastamento e/ou proximidade e, assim, criam redes entre si. Segundo Raffestin (1993), uma rede pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. São as redes que asseguram o controle do espaço geográfico através da circulação material e de informações. Toda rede é uma imagem do poder, produto e condição das determinações históricas do desenvolvimento. As redes, em suas diversas manifestações, garantem, nessa perspectiva, ao sistema territorial, *status* de produto e meio de produção.

Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de suas atividades diárias. Através das relações de poder, instauram atos de dominação e subordinação, de forma tácita ou explícita, nas interações que os sujeitos sociais mantêm em suas relações cotidianas.

O poder é inevitável, afinal, se há atores que desempenham determinadas atividades e/ou funções, compreendemos que, eventualmente, existam outros atores empenhados em “orquestrar” devidamente as atividades. É o que ocorreu com o trabalho, historicamente, ou melhor, com a apropriação deste, socialmente, nos diferentes modos de produção.

Por ora, limitar-nos-emos ao fato de que, historicamente, cada modo de produção suscitou diferentes formas de produção e apropriação do espaço, isto é, configuraram-se diferentes arranjos territoriais. Como exemplo, Corrêa (1998) argumenta que, além da organização espacial capitalista, as singularidades dos modelos espaciais organizados pelas sociedades feudal e colonial estabeleceram diferentes “imagens” do território. Cada modo de produção efetiva especificidades espaciais, segundo as determinações, necessidades e interesses das classes dominantes de cada período da história. Fato é que o modo capitalista de produção assume um arranjo territorial característico, particular, já que aglutina e articula processos político-jurídicos, econômicos e culturais específicos em seus conteúdos.

Diversas produções organizam-se, no espaço, de diversos modos, em diferentes tempos e intensidades, formando as mais variadas configurações do território, que adquire, como enfatiza Raffestin (1993), propriedades de descontinuidade e heterogeneidade, sobrepondo-se ao espaço e aos outros territórios de acordo com as características de cada lugar e momento histórico.

Como existem, no mesmo espaço geográfico diversas produções cristalizadas, organizadas em arranjos territoriais próprios, distinguindo-se por diversos fatores, é necessário analisar individualmente cada arranjo territorial.

Sem jamais limitar as análises apenas à aparência, é de fundamental importância uma busca histórica para compreender a gênese dos fenômenos, dos elementos e dos

fatores que condicionaram a estrutura em si. Cabe à ciência geográfica um papel muito importante no sentido de interpretar as múltiplas facetas da organização territorial.

O poder: efetivação do território

Como vimos, diversas são as definições e apreensões do(s) território(s). Fugindo a qualquer unanimidade, o conceito de território vem sendo amplamente difundido, na Geografia e em outras ciências sociais, em suas diversas perspectivas analíticas.

Dentre as distintas definições de território descritas anteriormente, as mais difundidas, e que caracterizam a gênese do conceito, são aquelas que enfatizam a sua vinculação com as relações de poder, predominando sua dimensão mais política.

Nossa intenção, nesta altura do texto, é a de construirmos algumas argumentações sobre a correlação entre o conceito de território e a noção de poder. Para tanto, mais uma vez vale a pena dizer que adotamos uma perspectiva relacional do território e do poder, tendo como referência Raffestin (1993) e idéias formuladas por M. Foucault, sistematizadas na obra de Maia (1995).

De início, Russell (1990, p. 29) apresenta-nos uma idéia bastante ampla sobre a qualidade do poder quando afirma que “o poder pode ser definido como a produção de efeitos pretendidos”. Por seu turno, Raffestin (1993, p. 51) alerta-nos que “se há uma palavra rebelde a qualquer definição, essa palavra é poder”.

A questão do poder foi tema abordado por F. Ratzel na tradição geográfica de estudo do território – uma referência obrigatória para a Geografia Política – no final do século XIX, em suas obras “Antropogeografia” (1882) e “Geografia Política” (1897).

Para Ratzel, o questão do poder, inerente ao sistema territorial, está intimamente vinculada ao aparelho estatal. Por um lado, nota-se a estreiteza da noção de poder em suas concepções de geografia política², por outro, esse pensador dá uma grande contribuição, quando defende a idéia de que o território (e o poder) é (são) imprescindíveis para alcançar objetivos políticos desejados. Para ocorrer o domínio do Estado, seria necessário, a seu ver, existir um território, com determinado tipo de solo e clima.

Aqui temos uma definição de território como “solo”, cujo poder resume-se na soberania do Estado-Nação. Para Ratzel, assim comenta Raffestin (1993), tudo se desenvolve como se o Estado fosse o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele. O poder emergiria, nessa ótica, de um ponto “fixo” e se materializaria nas determinações do Estado na gestão do território. É o território área, território propriedade, que selaria uma tradição de sua caracterização na Geografia Política: sua visão, embora superada, naquele contexto histórico do território alemão era compreensível, pois o Estado era o único agente capaz de promover a gestão do território naquelas circunstâncias, dada a inexpressiva atuação privada em um país recém-unificado politicamente.

Numa perspectiva relacional do território, o poder, tramitando por uma vertente foucaultiana, jamais pode ser restringido a uma forma única e acabada. É esta a crítica de Foucault em suas análises sobre o poder: a aversão de uma analítica do poder que tome o direito como modelo. Dessa forma, como aponta Maia (1995, p. 86): “procura-se fugir de uma tradição onde se utiliza o modelo formal e centralizador do Direito como parâmetro à compreensão das relações de poder, modelo este que tem se revelado insuficiente para dar conta da incessante, fluida e matizada movimentação das relações políticas e de poder”.

Como assinala Maia, referenciado em Foucault “[...] o poder é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações [...]” (MAIA, 1995, p. 85). Como oportunamente lembra H. Lefebvre, apud Raffestin (1993, p. 1), é “preciso dissipar a freqüente confusão entre Estado e poder. O poder nasce muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer”.

O poder, para Foucault, deve ser analisado não em termos de propriedade, mas em termos de estratégia. “Isso implica que qualquer agrupamento humano vai estar sempre permeado por relações de poder, posto que a existência deste tipo de relação é coexistente

à vida social” (MAIA, 1995, p. 87). O papel do Estado, numa perspectiva relacional, tem que ser redimensionado, frente a todo exclusivismo exacerbado outrora outorgado na tradição da Geografia Política clássica do estudo do território.

Obviamente, o Estado ainda é um elemento muito importante para se compreender o território, principalmente porque, no modo capitalista de produção, o Estado atua como agente organizador da economia, embora seja legitimando e objetivando as ações e determinações do capital, proporcionando condições, em forma de subsídios, para uma precisa difusão do capital, que mobiliza todo um aparato jurídico, político e ideológico, materializado na forma de empréstimos e financiamentos, incentivos econômicos, difusão de informações o que demonstra alguns dos vários exemplos do pacto estatal com os agentes do capital.

Além do mais: “[...] o Estado, enquanto forma de controle do homem sobre as coisas e não sobre outros homens, subsistirá inclusive na sociedade muito mais desenvolvida do futuro” (SCHAFF, 1990, p. 34).

Mesmo tendo em vista que, adentro no sistema produtor de mercadorias, o Estado acaba por canalizar boa parte dos focos de poder, redimensionando-o e, mesmo, maquiando-o, precisamos lembrar que, como assinala Maia (1995, p. 90):

[...] as relações de poder se dão num campo aberto de possibilidades onde, embora constata-se o fato de encontrar-se todo o tecido social imerso em uma ampla rede de relações de poder, não temos como corolário a existência de um poder onipresente, esquadrinhando todos os recantos da vida em sociedade levando a uma situação na qual não haveria espaço a resistência e alternativas de transformação.

Não somos totalmente aprisionados pelo poder, como assinala Maia (1995, p. 91), pois “[...] a base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante [...]”. Acrescenta esse autor, fundamentado em preceitos da analítica de Foucault, que: “[...] há, nas relações de poder, um enfrentamento constante e perpétuo. Como corolário dessa idéia teremos que estas relações não se dão onde não haja liberdade” (MAIA, 1995, p. 89).

O exercício do poder pressupõe a afirmação da idéia de existência de indivíduos livres socialmente. No capitalismo, como em qualquer organização que se fundamente nos princípios inerentes à propriedade privada, em consequência lógica, os sujeitos encontram-se em uma liberdade alienada - requisito essencial para atuarem, com seu trabalho, de maneira determinada no complexo jogo de reprodução da vida em sociedade.

Numa tentativa de precisar o poder, Foucault fez uma série de proposições que, segundo discorre Raffestin (1993, p. 53), elas não o definem, mas são mais importantes que uma definição uma vez que visam à natureza do poder: a) o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; b) as relações de poder também ocorrem em outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.); c) o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; d) as relações de poder são, concomitantemente, intencionais; e, e) onde há poder há resistência, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

Como percebemos, nas proposições de Foucault sistematizadas por Raffestin (1993), com respeito à questão da essência do poder, este pode originar-se e adquirir propriedades incontáveis, pois sua natureza provém de uma “ordem” também inesgotável em termos de potencialidade. A saber, a sociabilidade humana. Assim, toda “[...] relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Em sua obra “O poder: uma análise social”, Bertrand Russell (1990, p. 13) fundamentado em outra concepção de poder, chega a afirmar que “as leis da dinâmica social são leis que só podem ser formuladas em termos de poder, não em termos desta ou daquela forma de poder”. E acrescenta: “só percebendo que o amor ao poder é a causa das

atividades que são importantes nos assuntos sociais é que a história, quer a antiga ou a moderna, pode ser interpretada corretamente” (RUSSELL, 1990, p. 13).

Russell (1990, p. 14) compara o poder à energia quando afirma que ele “deve ser encarado como estando continuamente a passar de uma das suas formas a qualquer das outras, e deveria ser o trabalho da ciência social procurar as leis de tais transformações”.

O importante é atentarmos para a circunstância de que, sendo inerente a qualquer relação, torna-se desnecessário distinguir um poder político, de um econômico ou cultural etc. Relação social, em qualquer dimensão (política, econômica e cultural), significa poder em vias de territorialização, ou seja, territorialidade – conceito que exprime as múltiplas formas de viver no território.

O território, seja em suas dimensões mais objetivas (política e econômica), seja em sua dimensão cultural mais subjetiva é, sem dúvida, produto do trabalho humano. Trata-se do território apreendido em termos de poder, de apropriação e de dominação. “As organizações podem, em seguida, controlar mais facilmente os fluxos de energia e os fluxos de informação. Portanto, a partir daí, podem reparti-los, distribuí-los, fazê-los circular, aplicá-los em pontos precisos para obter um outro resultado” (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

É importante destacar, ainda, que há uma multidimensionalidade do poder na territorialidade, na qual as projeções e possibilidades dos poderes, como fluidez, são variadas. A territorialidade é sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores. Justamente por consistir em relação, o poder configura-se no formato de rede, ou melhor, em sistema de redes em amálgama, no qual territórios heterogêneos entrecruzam-se constantemente com suas propriedades de descontinuidade e de sobreposição.

Eis a razão por que a apreensão do sistema territorial precisa estar embasada na noção de rede. Rede esta, como aponta Maia (1995), que permeia todo o tecido social, articulando e integrando os diferentes focos de poder (Estado, escola, prisão, hospital, asilo, família, fábrica, vila operária etc.) que se apóiam uns nos outros. Outro componente fundamental do território é a identidade de cada grupo social.

Território e identidade

Como já enfatizado, o território é uma expressão do espaço produzido/consumido. Por isso, indissociavelmente, suas dimensões são: economia, política, cultura e natureza. Dimensões que redefinem o complexo jogo relacional da sociedade no território.

Como em qualquer relação, o poder é constante. Em graus variados, os poderes coexistem no tempo e no espaço manifestando as contradições e as múltiplas formas de vivência (territorialidades) e interações no território.

A territorialidade, ou seja, o viver e o acontecer cotidiano no território, representa os mandos inerentes ao próprio território e sua dinâmica relacional. Edificações, pavimentações, leis, fronteiras, economia, mercadoria, ideologia, política, identidade, linguagem, propriedade, entre outros, são exemplos de elementos do território, produzidos por intermédio da territorialidade cotidiana. A territorialidade corresponde às múltiplas formas de vivência no território como expressão do jogo relacional do(s) poder(es), da sociedade (RAFFESTIN, 1993).

Os códigos simbólicos do território (símbolos, identidade, representação, aspirações etc.) igualmente são elementos constitutivos da sociedade, logo, imaterialidade e condicionante do poder e da territorialidade. Os códigos de identidade, intrínsecos aos patrimônios culturais, são reproduzidos no território, no qual há diferentes ritmos e lógicas: consubstanciam-se poderes e formas de organização territoriais. Diferentes grupos sociais em distintos períodos históricos podem ter diferentes identidades bem como estas podem ser reproduzidas historicamente, como ocorre com aspectos do campesinato instalado no Sul do Brasil durante o século XIX. Diferentes grupos de italianos, alemães e poloneses dão continuidade a certas características da vida que tinham em seus países de origem, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná, como demonstramos em

Eduardo (2008).

Nessa perspectiva, num território, as centralidades culturais do passado chocam-se com os códigos culturais difundidos no presente em sentido de contradição e/ou complementaridade: o território é esse amálgama de mudanças e permanências.

O movimento de desterritorialização implica ao sujeito social o afastamento físico de seu espaço de relações. Produto das contradições, pode processar-se lenta ou abruptamente, gerando a reterritorialização, por exemplo, através de CTGs, festas tradicionalistas, religiões, valores morais, técnicas produtivas, linguagens, vestimentas etc.

A desterritorialidade implica o desvencilhamento de certas relações simbólicas e identitárias (culturais) que os sujeitos mantêm com determinado território. No entanto, esses elementos, códigos culturais, podem permanecer ativos durante muito tempo, mesmo sem uma relação direta com o território que, no passado, os produziu. Por sua propriedade de permanência, os códigos simbólicos não se aniquilam em processos “imediatos” em que se consubstanciam as contradições da desterritorialização. São mais complexos.

Em territórios e ritmos atuais, a desterritorialização, a reterritorialização e a dinâmica das redes (de migração) remetem-nos à possibilidade de permanências de elementos que já constituíram outros territórios, em outra temporalidade. Em Francisco Beltrão/PR, no que tange à difusão da prática artesanal da produção de alimentos, a reprodução do legado cultural através do tradicional conhecimento produtivo agroartesanal é traço muito evidente de certa identidade construída historicamente.

O legado cultural, artesanal, derivado das territorialidades de italianos, alemães e poloneses em suas práticas de vida, constitui a essência dos códigos simbólicos da reterritorialização dos imigrantes no Sul do Brasil, sendo, posteriormente, reproduzido por seus descendentes como permanências de uma identidade, ou seja, de um passado “presente”.

A reprodução, no Sudoeste paranaense, do saber-fazer produtivo, artesanal e familiar denota um aspecto de reterritorialização associada ao patrimônio simbólico dos *gaúchos* e catarinenses, descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, sobretudo.

Através das redes de migração, no processo *des-re-territorialização*, a afirmação da reprodução de atividades não tipicamente capitalistas e de identidades ligadas a pressupostos culturais artesanais e familiares foi muito importante na formação territorial do Sudoeste paranaense a partir da colonização efetiva (pós – 1940).

As redes, o território, a territorialidade e suas representações sociais configuram-se como um misto de relações: de sujeição e dominação, de realizações, de subserviência etc. O trabalho, desenvolvido por atores sintagmáticos, circunscreve-se como elemento central na análise territorial. Território, porém, não é sinônimo de liberdade; é realização para uns, e para outros, desencanto social. O território, as redes, a identidade, o trabalho e o poder são elementos indissociáveis e a geografia precisa buscar elaborar uma linguagem consistente que vislumbre suas estruturas históricas, para, somente assim, compreender o devir do(s) território(s) em sua multidimensionalidade vivida e agida.

O território e a questão agrária

Na produção teórica concernente à(s) questão (ões) agrária(s), a retórica das múltiplas facetas do avanço capitalista no campo sempre alcançou lugar de destaque; abordagens fundamentadas no efeito desagregador de relações tradicionais dada a ênfase atribuída à imperiosidade sistêmica do capital no âmago das relações sociais de produção na atualidade produziram uma visão homogênea do desenvolvimento centrada nas particularidades do modo de produção capitalista e na não conflitualidade no território. O território, pelo contrário, é multidimensionalidade, heterogeneidade, conflitualidade sociais.

Na produção artesanal e familiar, ao mesmo tempo em que o capitalismo avança fomentando redefinições na orientação das unidades produtivas rurais, nota-se uma reafirmação de elementos de territorialidades antigas, tradicionais, camponesas, estas

resignificadas na conflitualidade imanente aos dilemas do novo agrário.

Desse modo, temos de um lado situações estimulantes para a revivência de padrões “tradicionais”, costumeiros e antigos, de utilização da terra, da força de trabalho e do equipamento rústico, nas quais a modernização conforme a concepção urbana, pode ocorrer em condições artificiais e não se ligar a processos sociais de reformulação da atividade econômica. (MARTINS, 1975, p. 40)

O “novo” do capitalismo agrário, para a produção artesanal e familiar, significa as diferentes estratégias que os atores têm que desenvolver para se autoafirmarem como sujeitos sociais no território. Nessas circunstâncias, a conjugação de diferentes relações no território associam os velhos e os novos conteúdos na atual dinâmica da questão agrária. Em algumas unidades familiares, a produção mercantil, o incremento técnico, a utilização do trabalho da família e de vizinhos, o agroartesanato e a policultura de subsistência mesclam-se e apresentam-se como possibilidades de resistência e de manutenção de uma prática de vida específica. Relações novas e mais tradicionais realizam-se no território da produção familiar, porém, a reprodução familiar é o anseio e também o que enseja essas dinâmicas.

Na lógica de organização territorial desses produtores familiares, a resistência cristaliza-se na inserção mercantil. Produz-se soja e aves consoante ao paradigma do agronegócio; efetiva-se melhoramentos técnicos na unidade produtiva buscando dar continuidade à condição de vida em que se apresentam. Não há, com isso, acúmulo de capital pelos produtores ao adotar tais mecanismos. O que existe é um acirramento da conflitualidade entre a lógica organizacional do território da produção familiar e do agronegócio capitalista. O desenvolvimento capitalista acarreta um nível mais intenso de exploração desses produtores familiares que, para permanecerem como produtores proprietários, necessitam de melhores estratégias e de mais energia da família. Vejamos o que Ademar Crestani, dono de uma agroindústria artesanal de leite pasteurizado, ressalta em entrevista realizada em 2006:

Eu sempre falo assim: a fatia maior do bolo fica na mão do grande. Se for analisar, todos os pequenos produtores que trabalham são praticamente terceirizados por essas empresas grandes, que visam praticamente ganhar em cima disso: mão-de-obra. Porque a mão-de-obra, aí, não precisa pagar muito; nem décimo terceiro salário, nem nada. Eles tem o peão deles, é fixo deles, mas eles não têm compromisso nenhum com esse pessoal, né. Então as grandes empresas trabalham basicamente em cima disso.

Por sua vivência e experiência, o produtor familiar adquiriu um nível de conhecimento considerável sobre a situação do segmento a que pertence. Crestani compara os produtores familiares a trabalhadores assalariados, dado o nível de exploração que o agronegócio empreende, fornecendo, em troca, um mínimo de recursos unicamente para a satisfação das necessidades desses produtores.

Em contraposição, quanto mais o capitalismo avança no espaço rural, o trabalho agrícola torna-se mais intenso; para os produtores rurais familiares, em circunstâncias conflituosas, o trabalho não representa sorte, mas empobrecimento.

O artesanal consolida-se, na atualidade, como uma *velha* forma carregada de novo sentido: é “o capital que assegura as formas e distribui os sentidos, apropriando-se deles” (VERGOPOULOS, 1986, p. 47). É por isso que a produção artesanal e familiar está distante da profecia que propagou seu desaparecimento: isso se deve por sua lógica existencial estar pautada na subsistência, no que Tavares dos Santos (1978) designou por *ciclo de reprodução da família*. O campesinato, sua capacidade de autoexploração e sua lógica de subsistência asseguram uma oferta de produtos a baixos custos, sendo competitivos mesmo em territórios com técnicas sofisticadas.

Em se tratando do agroartesanato, a baixa composição orgânica dessas unidades,

devido à permanência de elementos tradicionais de produção nos códigos de territorialidade das famílias, mostrou-se capaz de inserir-se no campo de força das relações mercantis locais. Especialmente porque os alimentos produzidos pelo agroartesanato são diferenciados, não concorrendo diretamente com os produtos das grandes agroindústrias. Observemos o depoimento de Arthur Ferrari sobre a orientação produtiva de sua unidade:

Faço só embutido. Tem que fazer o que dá dinheiro. Não adianta fazer bacon, salame defumado, não adianta fazer isso, fazer aquilo. Você leva uma ponta de peito coloca no mercado, o cara vai lá, leva 200 gramas, dali a pouco fica embolorado, tem que trocar. Tem que trabalhar em cima daquilo que você ganha dinheiro. Deixa o bacon pra Sadia fazer assim os pedacinhos de 200 gramas, 100 gramas, embalado a vácuo, certinho.

Arthur Ferrari, produtor absenteísta, tem uma unidade com um nível de inserção mercantil mais acentuado, trabalha com sua família na unidade e possui mais quatro funcionários fixos, com carteira assinada, no processo produtivo. Primou pela especialização produtiva do salame como diferencial produtivo, vende o salame por nove reais ao quilo, enquanto o salame Italiano produzido pela Sadia, por exemplo, custa em média quatorze reais em Francisco Beltrão/PR.

A boa qualidade do produto, ressaltada pelos produtores, a oferta de produtos diferenciados (como geléias, pães, copa suína, dificilmente produzidos pelas grandes unidades) faz com que haja em Francisco Beltrão uma disputa e também uma sobreposição de territórios. A grande e a artesanal produção conflituam-se e complementam-se na dinâmica do território local.

As estratégias no território e pelo território são múltiplas. Os produtores artesanais caracterizam-se, sobretudo, por produzirem territórios de resistência contra as estreitezas e exclusão do modo capitalista de produção. A agroindústria artesanal é um trunfo territorial dos produtores familiares.

As novas técnicas, mais aprimoradas, necessárias à produção e que são exigidas pela economia mercantil, eleva, assim, os custos de produção; faz com que grande parte da renda fundiária familiar seja socialmente canalizada para o comércio, para o segmento industrial e financeiro: o capital é esse “[...] trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna” (MARX, 2002, p. 271).

Em situação debilitada, o campesinato insere-se no mercado capitalista, baseado num intercâmbio desigual de trocas, configurando-se o próprio parâmetro de sua reprodução simples. Isso se deve ao fato de o valor cristalizado em sua mercadoria ser superior ao seu preço pago pelo mercado, consoante demonstra Santos (1978), ao analisar os *colonos do vinho*.

O conflito entre o campesinato e o agronegócio desenvolve-se com veemência e constância. O enfrentamento depende do poder de resistência e esta dos atributos do território camponês.

Conforme Fernandes (2007), a questão agrária é resultante dos aspectos estruturais do modo capitalista de produção.

Este problema é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração de poder criando o poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente.

O autor destaca ainda que, por ser estrutural, a questão agrária é insolúvel sob a ótica do modo capitalista de produção. Em consequência, o desequilíbrio de forças nutre de conflitualidade a relação territorial entre a produção agrária capitalista e não-capitalista. A análise da questão agrária com vistas à conflitualidade presente na produção no(s) território(s) circunscreve-se ao que Fernandes (2007) denomina Paradigma da Questão

Agrária (PQA). O conjunto de autores que pertencem ao PQA reconhecem a insustentabilidade do modo de produção capitalista em promover o desenvolvimento democrático dos diferentes territórios (camponês e do agronegócio); a análise situa-se na conflitualidade de classes e nos espaços de enfrentamento (econômico, político, ideológico etc.). Lênin e Kautsky, conforme aponta Fernandes, foram os pioneiros do PQA.

De outro lado, um conjunto de diferentes autores adotam uma posição paradigmática dessemelhante ao analisarem a questão agrária: o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). A análise é deslocada da estrutura para o indivíduo, e a noção de conflitualidade de classes perde forças ao se examinar a questão agrária. A tendência a homogeneidade das relações sociais e o papel do mercado na definição dessas relações e do território são enaltecidos.

A adjetivação “produtor familiar” foi amplamente utilizada pelo PCA para designar a progressiva transformação do sujeito social camponês em produtor mercantil capitalista. Como menciona Fernandes (2007),

[...] não é a participação do camponês no mercado capitalista que o torna capitalista. Como também não o uso de novas tecnologias ou a venda para a indústria que o torna capitalista. É a mudança de uma relação social organizada no trabalho familiar para uma relação social organizada na contratação do trabalho assalariado [...].

Reconhecemos o camponês também como produtor familiar, pois o campesinato trabalha com a família. Em nossas análises, queremos enfatizar que, hoje, as estratégias territoriais de mercado são essenciais no enfrentamento das famílias produtoras.

O território congrega múltiplas formas da dinâmica social no espaço; formas produzidas, reproduzidas e ressignificadas historicamente a partir de códigos concretos e abstratos de sociabilidade.

Considerações finais

A produção e a transformação familiar e artesanal de alimentos ou, “simplesmente”, o agroartesanato tem origem antiga, vinculada ao patrimônio cultural de territorialidade do campesinato europeu, especialmente italiano, polonês e alemão. O agroartesanato, complementar à dinâmica agropecuária camponesa, apresentava-se associado à policultura familiar como produção subsistencial. Elementos tradicionais agregados a essa gênese histórica ainda permanecem, em certo grau, na dinâmica territorial do agroartesanato em Francisco Beltrão/PR e no Sudoeste paranaense.

Como atividade não-capitalista, o agroartesanato apresenta-se como um trunfo territorial da produção familiar e camponesa. Alocar esforços para a compreensão de seu real conteúdo e estrutura é essencial no afã de propor medidas políticas e econômicas condizentes com sua dinâmica territorial.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e modernização agrícola. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.149-170.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORRÊA, R.L. Regionalização e Organização Espacial. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1983.

EDUARDO, Márcio F. A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR (Dissertação de Mestrado em Geografia). FCT-UNESP: Presidente Prudente/SP, 2008.

EDUARDO, Márcio F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

EDUARDO, Márcio F. A Dinâmica Territorial da (agro)indústria em Francisco Beltrão/PR. UNIOESTE: monografia de bacharelado em Geografia, 2004.

FERES, João Bosco. Propriedade da Terra: opressão e miséria. Latin American Research, 56. Amsterdam. s/d.

FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, M. I.; SUZUKI, J. C. Geografia agrária: teoria e poder. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 382 p.

FERNANDES, Bernardo M. MST: formação e territorialização. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.). Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. 1 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Rabinow. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Trad. Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberdo Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (Coletânea de textos de Foucault organizados e traduzidos por Roberto Machado).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 7. ed. Petrópolis: vozes, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Fábrica do Agricultor Del estado de Paraná, Sur de Brasil. Disponível na internet: http://www.rimisp.cl/dfid/fabrica_br.pdf, dia 22 de julho de 2006, 12:14.

- GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GREGORY, Valdir. Os Eurobrasileiros e o Espaço Colonial: Migração no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Niterói/RJ: Ed. UFF; São Paulo: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 87-120.
- HEIDRICH, Álvaro L. Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HEIDRICH, Álvaro L. Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Exclusão Social. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-65.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Abril Cultural, 1986.
- KALNIN, Joanir L. Desenvolvimento local/regional focado na agroindústria familiar: experiências em Santa Catarina. (tese de doutorado em engenharia de produção). Florianópolis: UFSC, 2004.
- LAZIER, Hermógenes. Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense. Curitiba, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal. Lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100).
- LÊNIN, Vladimir Ilich. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria. Trad. de José P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MAIA, Antônio C. Sobre a analítica do poder de Foucault. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n.1-2, p. 83-103, out. 1995.
- MARIOT, Edson João. Produtos agroalimentares típicos (coloniais): situação e perspectivas de valorização no município de Urussanga, Santa Catarina, Brasil. Dissertação de mestrado internacional em gestão do desenvolvimento rural (universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/Universidade de Santiago de Compostela): Vila Real, 2002.
- MARTINS, José de Souza. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. v. 1.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. Tradução de Alex Marins. São Paulo:

Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. Introdução. IN: Contribuição à Crítica da Economia Política. SP: Martins Fontes, 1983;

MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NEVES, Delma. P. Diferenciação sócio-econômica do campesinato. In: Revista ciências sociais hoje, 1985, p. 220-41.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Agricultura Camponesa no Brasil. 4. ed. São Paulo: contexto, 2001.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. In: Revista de ciências humanas, UFSC, 2002, p. 133-53.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p 32-150. (Col. Grandes Cientistas Sociais, 59).

RATZEL, Friedrich. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, Antonio Carlos. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.

RIBEIRO, Darcy. O Processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural. São Paulo: vozes, 1978.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Trad. Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSSELL, Bertrand. O poder: uma análise social. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990.

SACK, Robert. Human territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton et alii. Território. Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994;

SANTOS, Milton Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996 a.

SAQUET, Marcos. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

SAQUET, Marcos. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: SPOSITO, E; SAQUET, M; RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p.121-147.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática: as conseqüências da segunda revolução industrial. Tradução de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo:

Editora Unesp; Brasiliense, 1990.

SPOSITO, Eliseu S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, E., SAQUET, M., RIBAS, A. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005. p. 15-36.

WACHOWICZ, Ruy. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba: Ed. Literotecnica, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: XX Encontro Anual da ANPOCS: Processos Sociais e Agrários. Caxambu/MG, 1996.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008, v., p. 161-190.

¹ Maia (1995) faz um resgate primoroso do legado de Foucault em sua analítica do poder.

² O enfoque unidimensional do poder como monopólio estatal, presentes na literatura da Geografia Política Clássica – uma visão política e paradigmática do poder advinda do Direito – dificulta a possibilidade da análise relacional do poder.

Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes

Elder Andrade de Paula

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2003)

Professor Adjunto do CFCH/UFAC

Endereço eletrônico: elderpaula@uol.com.br

Silvio Simione da Silva

Doutor em Geografia pela FCT/Unesp (2005)

Professor Adjunto do CFCH/UFAC

Endereço eletrônico: ssimione@terra.com.br

Resumo

Governo do Estado do Acre, instituições do governo federal, Comitê Chico Mendes, representantes do sindicalismo rural e Rede Globo tomaram a iniciativa em 2008, de marcar através de uma série de eventos, os “vinte anos sem Chico Mendes”. As diversas encenações anunciadas procuram coroar em “alto estilo” uma monumental transmutação do legado revolucionário de uma das principais lideranças do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, convertido em pacato “ambientalista”. O objetivo desta Comunicação é mostrar que essa transmutação foi habilmente articulada pelo Estado (no sentido ampliado) na tentativa de re-significar a natureza e a cultura para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável” e assim, facilitar o processo de espoliação em curso na Amazônia. Nas conclusões, procura-se mostrar que apesar de bem sucedida no decorrer dessas duas décadas, essa estratégia começa a mostrar sinais de esgotamento, existem evidências de retomada da “voz” por parte de alguns movimentos sociais na região, como é o caso da Via Campesina. A abordagem está referenciada no método histórico comparativo e na análise de processos e fenômenos sociais vinculados ao ambientalismo internacional.

Palavras-chave: Chico Mendes; Amazônia/ambientalismo; movimentos sociais.

Resumen

Movimientos sociales en la Amazonía brasilera: veinte años sin Chico Mendes

El Gobierno del estado de Acre, instituciones del gobierno federal, el Comité Chico Mendes, representantes del sindicalismo rural y la Red Globo de Televisión tomaron la iniciativa en 2008, de marcar a través de una serie de eventos los “veinte años sin Chico Mendes”. Las diversas escenificaciones anunciadas procuran coronar con “gran estilo” una monumental transmutación del legado revolucionario de uno de los principales líderes del sindicalismo rural en la Amazonía brasilera, convertido en pacato “ambientalista”. El objetivo de esta comunicación es mostrar que esa transmutación fue hábilmente articulada por el Estado (en el sentido ampliado) en una tentativa de re-significar la naturaleza y la cultura para fines de legitimación de la ideología del “desarrollo sostenible” y así facilitar el proceso de expoliación en curso en la Amazonía. En las conclusiones, se procura mostrar que a lo largo de esas dos décadas esa estrategia, a pesar de exitosa, comienza a mostrar señales de agotamiento, existen evidencias de retoma de la “voz” por parte de algunos movimientos sociales en la región, como es el caso de Vía Campesina. El abordaje está referenciado en el método histórico comparativo y en el análisis de procesos y fenómenos sociales vinculados al ambientalismo internacional.

Palabras-clave: Chico Mendes; Amazonía/ambientalismo; movimientos sociales.

Abstract

Social Moviments in Brazilian Amazon: twenty years without Chico Mendes

The government of Acre, federal governmental institutions, the Chico Mendes Committee, representatives of the rural syndicalism and the Rede Globo TV had in 2008 the initiative to celebrate through several events “Twenty Years without Chico Mendes”. The different announced exhibitions pretended to crown in “high style” a monumental transmutation of the revolutionary legacy of one of the principal leaderships of the rural syndicalism in Brazilian Amazon converted in *insignificant* “environmentalist”. The objective of this paper is to show that this transmutation was skillfully articulated by the State (in wide conception) in an attempt of re-signifying nature and culture in order to legitimate the ideology of “sustainable development” to facilitate the process of spoliation already ongoing in the Amazon. In the conclusions we demonstrate that after two decades of apparently success, this strategy begins to show signs of collapse and there are evidences of some social movements, like Via Campesina, who are re-taking the “voice” of control in the region. The approach of this work is referenced in the historic comparative method and in the analysis of social process and phenomena connected to the international environmentalism.

Keyword: Chico Mendes; Amazon/Environmentalism; Social Movements.

Introdução

O filme “Adeus Lênin” (Alemanha, 2003), dirigido por Wolfgang Becker, mostra de forma magnífica e com refinado humor, a manipulação de imagens com o intuito de esconder as transformações na antiga Alemanha Oriental após a queda do muro de Berlim e fazer crer a uma simpática sexagenária recém saída de um estado de coma, que nada havia mudado no país. Ao olharmos a manipulação da imagem de Chico Mendes nessas duas décadas pós assassinato parece que assistimos ao referido filme, porém, com intenções opostas. Isto é, neste caso, todos os esforços se voltam para convencer não a uma simpática senhora apaixonada pelo socialismo, mas sim a grandes multidões, de que tudo está mudando, quando na realidade, **essencialmente** (grifo dos autores) nada mudou. Embora esse “espetáculo” seja encenado num palco permeado pelas fumaças da devastação da exuberante floresta e contaminado pela insalubridade do odor da degradação social produzida nesse processo e, ainda assim, prevalece a imagem do seu oposto. Como explicar esse fenômeno? Obviamente, se tomarmos como referência a proeminência da imagem naquilo que Debbord (1997) denominou como “sociedade do espetáculo”, parece não haver grandes novidades no exame da questão proposta. Contudo, se o analisarmos por outros ângulos, tanto no que diz respeito ao lugar da encenação quanto ao elenco de “atores” nela envolvidos, acreditamos na possibilidade de escaparmos de desnecessários exercícios tautológicos.

Assim, nesta comunicação, procuramos analisar as singularidades dos usos e manipulações da imagem de Chico Mendes e as suas repercussões nos movimentos sociais atuantes na Amazônia brasileira. Para tanto, a subdividimos em três partes. Na primeira, “Chico Mendes em movimento”, procuramos situar a trajetória dessa liderança; na segunda, “Movimentos sociais com Chico Mendes”, colocamos em relevo o conteúdo inovador das alternativas apontadas pelos movimentos sociais no curso da luta de resistência pela terra; por fim, na terceira parte, “Vinte anos sem Chico Mendes”, situamos o processo de apropriação e manipulação da imagem para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável”, bem como, os sinais de reação a ela por parte de alguns movimentos sociais, como é o caso da Via Campesina.

A base de dados aqui mobilizadas é resultante de um conjunto de pesquisas relacionadas com os movimentos sociais e sua interface com o processo de “modernização” capitalista na Amazônia Ocidental. Pesquisas estas desenvolvidas desde os anos de 1990 pelos autores, bem como de um envolvimento militante do primeiro autor nesses movimentos desde meados dos anos de 1980, quando Chico Mendes ainda vivia.

Chico Mendes em movimento

Em uma de suas últimas entrevistas¹, concedida no final de novembro de 1988 a Pedro V. Costa Sobrinho, então professor da Universidade Federal do Acre, Chico Mendes parecia antever o final próximo e trágico de sua existência. Nesse rico e apaixonado depoimento, ele registra de forma articulada e coerente os momentos que considerava mais marcantes na sua trajetória política, do contato inicial de um jovem morador das matas amazônicas, destituído do “conhecimento letrado”, com as idéias de um militante comunista originário do Nordeste brasileiro, até suas andanças no circuito ambientalista internacional três décadas depois. Como bem sugere Gabriel Garcia Márquez em “Viver para contar” (2003), “a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. Se é assim, poderíamos intuir que as recordações de Chico Mendes e a maneira como ele as transmite no seu relato podem, quando confrontadas com as proposições políticas materializadas no escopo das reivindicações do movimento dos seringueiros, servir como base de referência razoavelmente sólida para uma compreensão do legado deste personagem.

Chico Mendes nasceu em 15 de dezembro de 1944 na “colocação Bom Futuro”² no Seringal Porto Rico, localizado no então município de Xapuri, no estado do Acre. A migração ocorria e ocorre ainda com frequência nos seringais e com a família de Chico Mendes não foi diferente. Quando acontece um encontro que seria decisivo na sua trajetória, ele já estava morando na “Colocação Pontão” no Seringal Cachoeira, também localizado no município de Xapuri. Foi nesta localidade que Chico Mendes relatou ter conhecido, aos dezoito anos de idade, Euclides Fernandes Távora (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 25), um velho militante do Partido Comunista Brasileiro refugiado nas matas amazônicas. Depois de participar de diversos movimentos insurgentes no Brasil e na Bolívia, Euclides fazia-se passar por seringueiro vivendo numa “colocação” no Seringal Cachoeira.

Tanto nas conversas informais com Chico Mendes quanto na leitura de suas entrevistas transparece a idéia de um virtuoso encontro entre ele e Euclides, marcado por uma simpatia mútua. O jovem seringueiro demonstrava curiosidade sobre “as coisas do mundo” e vontade de aprender a ler, dado que não havia escolas nos seringais e a esmagadora maioria da população era desprovida do conhecimento letrado. O velho militante comunista, ao perceber o interesse que deve ter se sobressaído em relação aos demais com que mantinha contato, possivelmente intuiu que valeria a pena “investir politicamente” naquele trabalhador interessado e interessante. Assim, com o consentimento do pai de Chico Mendes, Euclides iniciou o processo de sua alfabetização. O método utilizado envolvia desde o uso de recortes de velhos jornais que Euclides guardava consigo, até os noticiários internacionais transmitidos pelo rádio, como os veiculados pela Central de Moscou e Voz da América. Na medida em que ia aumentando sua confiança no “aprendiz”, Euclides revelava o que ocultara dos demais seringueiros: a sua trajetória de militância política no Partido Comunista e sua dedicação apaixonada à causa revolucionária.

Caberia aqui um breve parêntese para refletirmos sobre as “peripécias” que os olhares de dois Euclides produziram na História. No início do Século XX, Euclides da Cunha,

¹ A referida entrevista foi compilada e publicada em dois formatos distintos: 1) “O Testamento do Homem da Floresta, Chico Mendes por ele mesmo”, organizado por Cândido Grzybowski editado pela FASE (1989); 2) “Chico Mendes: trajetória de uma liderança”, Costa Sobrinho (2006).

² “Colocação” é a denominação atribuída às unidades individuais de produção de borracha natural nos seringais nativos da Amazônia.

informado pelo pensamento positivista, lança um olhar sobre a dramática situação de exploração a que estão submetidos os seringueiros e os interpela como pobres coitados condenados a viverem à “margem da História”. Esse tipo de olhar influenciou de forma decisiva a construção de uma historiografia predominantemente caudatária dessa idéia de “ausência de sujeitos”. Meio século depois, Euclides Távora, com as lentes do pensamento marxista enxerga naquele mundo de exploração os sujeitos capazes de realizarem sua própria emancipação. Com as ferramentas ofertadas por Euclides Távora, Chico Mendes não só aprendeu a ler e escrever. Apreendeu, sobretudo, a paixão pelas idéias revolucionárias de seu “velho amigo e instrutor” (forma respeitosa com que se referia a Euclides) e ao seu modo, um método de análise da realidade que orientou sua trajetória política e o projetou para reescrever a História da luta de resistência de uma parcela dos segmentos sociais subalternos na Amazônia brasileira. Ainda há uma enorme lacuna no que diz respeito ao estudo dessa questão, isto é, como os ideais socialistas são apropriados por um morador das matas e reinterpretados de forma articulada com um “mundo estranho” à sua base de referência?

A rigor, essa apropriação/reinterpretação em contexto latino-americano não expressa nenhuma novidade, como evidencia, entre outras, as obras do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui e do argentino Che Guevara. O que há de efetivamente singular é o tipo de intelectual que a catalisa, um camponês que não teve acesso à escola. É nas palavras do próprio Chico Mendes que podemos dimensionar o modo como ele interpretava esse fenômeno:

Sempre me perguntaram como é que cheguei a me tornar uma liderança importante no movimento dos trabalhadores. Será que eu sou o melhor de todos? De repente eu tinha uma cabeça melhor do que a de todos os outros companheiros. Essa pergunta até bem pouco tempo me recusava a responder. Agora posso explicar e aí é que está o âmago da história.

Ao explicar em detalhes o “âmago da história”, ele vai relatando o contato e a formação proporcionada por Euclides Távora, enfatizando o papel crucial do protagonismo dos trabalhadores na luta pela emancipação política. Para tanto, tornava-se imprescindível organizar associações, sindicatos, partidos políticos para levar adiante esse processo. Diz Chico Mendes (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 28-29),

Os últimos contatos com Euclides foram no ano de 1965. Nesse, suas conversas foram reveladoras. Dizia ele: Chico nós temos pela frente duros anos de repressão, de ditadura, de linha dura, mas fique certo de que o movimento de libertação nesse país e de qualquer lugar do mundo nunca se acabará. Eu ficava emocionado quando ele colocava aquilo. Falava que o ideal de liberdade iria continuar vivo. A ditadura podia continuar, 15, 18 anos, mas não duraria todo o tempo. O movimento de resistência iria se fortalecer, abrindo brechas para criação de novas associações e sindicatos. Apesar do controle das organizações trabalhistas pelo governo é lá que você tem que atuar. Euclides, meu velho amigo e instrutor, queixava-se de se encontrar muito doente. Nesse mesmo ano, saiu de sua colocação para Xapuri. Não voltei a encontrá-lo.

Depois do misterioso desaparecimento de Euclides Távora³, continua Chico Mendes, “fiquei isolado **com as idéias na cabeça**. Sem rumo, feito uma cortiça no meio do mar. E daí, o que fazer?” (grifo nosso). Acreditamos que essa “confissão” sintetiza de forma monumental a centralidade da figura de Euclides na formação de Chico Mendes, bem como o modo como este apreendeu a dialética: ele havia procurado no “amigo e instrutor” as ferramentas para compreender o mundo, de posse delas, ficou “sem rumo, feito cortiça no meio do mar” e entendeu que se “acharia” na ação, foi o que fez a partir de então. Colocou

³ Ainda não foi esclarecido até o presente (2008), o destino desse grande revolucionário brasileiro.

as idéias em ação e, no cotidiano dos embates políticos, teve a rara sensibilidade de buscar nos “ensinamentos do amigo e mestre” as certezas e incertezas que permeiam a ação dos sujeitos em particular e os eventos da História em geral.

Logo depois da partida de seu “amigo e instrutor”, Chico Mendes relata que começou a luta organizando atos de desobediência dos seringueiros em relação aos patrões. Tais atos consistiam basicamente em burlar a vigilância interna nos seringais e vender parte da produção para os intermediários, que pagavam um preço melhor. Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1975, participou da fundação e da primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasília e, em 1977, da fundação do STR de Xapuri, assumindo neste o cargo de presidente, de 1982 até o dia em que foi assassinado, 22 de dezembro de 1988. Nesse período participou ainda da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participando da Direção Nacional e da CUT estadual no Acre como primeiro presidente eleito. Liderou as articulações que resultaram na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985. Atuou também ativamente na política partidária, elegendo-se vereador em 1976 pelo então MDB, partido de oposição à ditadura militar. Ao perceber que o MDB “fazia o jogo dos patrões”, assumiu junto com outros sindicalistas a tarefa de construir o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, a partir de 1980. Por esse partido, concorreu nas eleições de 1982 e de 1986 a uma vaga de deputado na Assembléia Legislativa Estadual. Militante de uma corrente clandestina organizada nos moldes do marxismo-leninismo, que atuava no interior do PT, denominada a partir de 1984 Partido Revolucionário Comunista (PRC), Chico Mendes enfrentou severas perseguições também no interior do PT, tendo sido derrotado nas eleições de 1982 em razão da campanha anticomunista desencadeada contra ele por uma parte da hierarquia e da militância “petista” da Igreja católica.

Essa rica, tensa e intensa trajetória política aqui sumariada, nos possibilita dimensionar razoavelmente a magnitude dos desafios enfrentados por Chico Mendes no sentido de mover-se em tantos “campos minados”: o sindicalismo rural e urbano, a militância clandestina e a política partidária com todo o universo de conflitos inerentes a cada um desses espaços de ação política. Como se ainda não bastasse, após a criação do CNS, Chico Mendes se defrontou com interlocutores ligados ao ambientalismo internacional, com toda a complexidade da sua linguagem e tendências internas. Sobre essa novidade, o “amigo e instrutor” Euclides, obviamente por não ter vivenciado a emergência da “onda verde”, não o havia advertido. As propostas inovadoras ensejadas na luta de resistência dos seringueiros, sejam na forma de organização política (CNS), sejam de reforma agrária (Reservas Extrativistas) não podem ser compreendidas fora desse contexto. Dito de outro modo, se é verdade, como queria o próprio Chico Mendes, que ele não poderia ser analisado “individualmente”, à revelia do movimento do qual era integrante, também não é possível analisar com profundidade o referido movimento sem levar em conta as singularidades de sua liderança mais expressiva, dado o seu papel crucial na mediação com interlocutores diversos, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, no sentido atribuído por Gramsci (1979).

Movimentos sociais com Chico Mendes

No começo dos anos de 1980, tornavam-se mais visíveis as imagens da produção destrutiva resultante da expansão capitalista para a Amazônia. O conjunto de políticas implementadas pela ditadura militar no sentido de “integrar” a Amazônia ao “desenvolvimento” do país, mormente àquelas voltadas para implementação de grandes projetos na área de mineração e siderurgia, pecuária extensiva de corte, exploração florestal madeireira e toda implantação de infra-estrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação, produziu, em pouco mais de uma década, impactos brutais sobre a vida das populações locais e o meio ambiente em geral.

Na esteira dessa marcha destrutiva rumo à Amazônia, vão se re-configurando as inúmeras formas de resistência que marcam a trajetória das populações dessa região desde

a chegada do colonizador europeu em fins do século XVI. Diante de uma monumental escala de intervenção territorial que atinge simultaneamente populações indígenas e camponesas diversas, estas passam a buscar formas de enfrentamento correspondentes às necessidades de sobrevivência. A percepção endógena dessa situação acaba se confluindo, ainda que provisoriamente, com os influxos externos de diferentes sujeitos e atores sociais que passam a se fazer presentes para “organizar” as diferentes lutas de resistência. No caso do campesinato, o sindicalismo rural liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a ter um papel crucial, tanto na parte oriental quanto na ocidental, em especial no Pará e Acre, respectivamente. O sindicato como forma de organização política e o Estatuto da Terra como referência jurídica legal para resolução dos conflitos fundiários, acabariam “forçando por baixo” a contra-face da homogeneização impulsionada “de cima” pelo capital.

Dito de outro modo, ao desconsiderar ou desconhecer as formas existentes de organização dos diferentes segmentos desse campesinato – tais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu – e enquadrá-los no modelo distributivista de reforma agrária previsto no Estatuto da Terra, tanto CONTAG quanto CPT concorrem efetivamente para padronizar formas de organização política e de reprodução social dessas populações camponesas. Deve-se lembrar que a sua complexidade e diversidade foi consideravelmente acentuada com o fluxo de migração dirigida pelo Estado brasileiro no pós 1970, via criação de projetos de colonização na região amazônica, que atraiu uma grande quantidade de famílias de migrantes expropriados da terra no Centro-Sul. É nessa perspectiva que se deve problematizar a trajetória do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, um dos movimentos mais expressivos e emblemáticos da luta de resistência pela terra entre os anos de 1970/80. Sem essa problematização, não se consegue perceber com “todas as cores” a importância de Chico Mendes nesse movimento.

Ao analisarmos em outro lugar (PAULA & SILVA, 2008) a trajetória desse sindicalismo na Amazônia Ocidental, procuramos mostrar as nuances que concorreram para fazer com que, no Acre, uma parcela desse sindicalismo vislumbresse uma dupla ruptura: com a homogeneização imposta de “cima” pelo capital e com aquela “forçada por baixo” pelo sindicalismo da CONTAG. Aqui reproduzimos com algumas modificações um trecho síntese da referida análise. No Acre, dada a forte resistência do campesinato e populações indígenas ao processo de expropriação capitalista na sua fase inicial, a destruição acabou sendo um pouco mais contida, diferentemente do que ocorreu em Rondônia. No decorrer de apenas uma década, praticou-se um desmatamento em larga escala, para fins de implantação de uma agropecuária “moderna”, deixando um rastro de destruição ambiental agravado pelo massacre sistemático dos povos indígenas que viviam/vivem habitam o território rondoniense.

Esse fato passou a ser largamente denunciado por organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Dado que o Banco Mundial teve um papel ativo nesse processo, via financiamento de obras de infra-estrutura – como a pavimentação da BR 364 no trecho Cuiabá-Porto Velho – a instituição passou a constituir-se num dos principais focos de pressão desses movimentos. O caso de Rondônia anunciava o futuro reservado às terras acreanas nesse processo intenso de expansão da fronteira.

Diferentemente do momento de fundação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) no Acre (a partir de 1975), em que havia uma forte unidade em torno da matriz do Estatuto da Terra como marco de referência legal para encaminhamento das reivindicações do campesinato no que diz respeito à regularização da posse e uso da terra, nos anos de 1980 essa unidade seria rompida. Seja em razão das diferentes leituras da chamada “redemocratização do país”, interpretada em chave liberal como o retorno dos civis ao governo, seja daquelas estritamente voltadas para a resolução dos problemas fundiários. Enquanto o grupo majoritário de lideranças do MSTR ligadas à CONTAG passa a privilegiar sua ação política na esfera institucional, ocupando espaços abertos no âmbito do governo

estadual⁴ a fim de viabilizar a “reforma agrária possível”, os dirigentes do STR de Xapuri e aqueles ligados às oposições sindicais vinculados à CPT decidem manter-se numa posição de independência e apostar na intensificação das mobilizações coletivas como principal forma de luta pela terra.

Não havia, contudo, consenso nessa dissidência do MSTR no Acre em termos do “modelo” de reforma agrária a ser seguido. Os sindicalistas ligados à CPT não rompem com o modelo distributivista e produtivista que inspirava o Estatuto da Terra, mantendo-o, a exemplo da CONTAG, como referência de atuação no enfrentamento dos conflitos fundiários. As lideranças do STR de Xapuri, preocupadas em atender as demandas de sua principal base social, os seringueiros, começam a defender a idéia de que a resolução efetiva dos conflitos passava necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos sobre a área total de suas colocações. A avaliação de Chico Mendes, que foi presidente do STR de Xapuri entre 1982 e 1988, é muito precisa nesse sentido. De acordo com ele, além de legitimar a usurpação da terra – ao reconhecer os latifundiários como proprietários, seja na forma de desapropriação pelo INCRA para criar projetos de colonização, seja nas negociações diretas – a saída dos seringueiros para os loteamentos havia resultado em grande fracasso (LINHARES, 1992).

A importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores sociais e interlocutores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma tão “harmônica”.

Apesar da concordância entre esses diversos atores sociais em torno de um objetivo comum – impedir a devastação da floresta amazônica – existiam (existem) enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Para aquelas organizações e movimentos ambientalistas inspiradas no antropocentrismo, dever-se-ia pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente; para as de inspiração ortodoxa⁵, o fundamental era preservar o ambiente natural. Logo, não há uma aproximação automática com os “ambientalistas” quando se trata de pensar as alternativas. Imaginemos, portanto, Chico Mendes buscando aliados nesse “ambiente político”! Do mesmo modo, transitar no interior do sindicalismo e de organizações partidárias de esquerda, como fazia Chico Mendes, com idéias consideradas “ambientalistas”, também não era fácil.

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ocorre nesse contexto. Abordada por diversos autores – Grzybowski (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991; 2005); Aymone (1996); Gonçalves (1998); Silva (2001); Silva (2005) – é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. Valendo-se da experiência de Xapuri⁶, o CNS teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da

⁴ A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo MDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982, acenando com a promessa de atender diversas demandas sociais reprimidas.

⁵ Para o antropocentrismo a relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitaristas, definidos a partir das necessidades humanas; entre os ortodoxos a percepção é inversa, isto é, a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica (VINCENT, 1995).

⁶ Os inúmeros “empates” realizados na década de 1980 em Xapuri, produziram como um de seus resultados a formação de uma identidade política dos seringueiros. Em síntese, ela expressa a oposição aos fazendeiros e afirmação de direitos e valorização do seringueiro como “protetor” da floresta. Maiores informações ver Paula (1991).

sociedade civil em nível nacional e internacional. A rigor, as intenções iniciais que nortearam sua formação pareciam bem mais modestas. Somente a partir do II Encontro Nacional, em 1989, que passa a ter a amplitude supra referida. Chico Mendes afirma que o surgimento do CNS resultava principalmente das limitações do sindicalismo rural em incorporar bandeiras de lutas de categorias minoritárias. Ao analisar as relações dessas “unidades de mobilização” com o sindicalismo rural, Almeida (1989, p.13) afirma que elas “apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na sua condução e orientação das lutas, onde elas se mostram frágeis e subordinaram-se ou têm sido conduzidos por elas onde se mostraram eficazes nas mobilizações”. Afinal, continua o referido autor, “também nas estruturas sindicais são detectados níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória”.

As estratégias adotadas pelo CNS para legitimar-se como representação política na região amazônica confirmam as observações acima. Tanto na Amazônia-acreana, quanto no Sudeste do Pará e Maranhão, o CNS apoiou-se no sindicalismo mais mobilizado. Em alguns municípios, articulou-se com as oposições sindicais e estabeleceu como meta conquistar as direções dos respectivos sindicatos. Onde não havia organização sindical, como Rondônia, ou a sua presença era pouco expressiva, procurou estruturar outras formas organizativas como associações de seringueiros e as comissões municipais e regionais do CNS.

Ao olharmos a trajetória do CNS nessas duas décadas de sua existência, podemos ter uma idéia das ambigüidades e indefinições que a caracterizam. Num primeiro momento – compreendido entre o I e II Encontro – os esforços da direção provisória concentram-se na ampliação de sua base de apoio interna e externa. Enquanto no âmbito interno a estrutura sindical representou principal ponto de apoio, externamente, diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos ambientalistas cuidaram de fazer a “ponte” com a sociedade civil nacional e internacional, divulgando a luta dos seringueiros. A idéia de alternativas àquele modelo de produção destrutiva na Amazônia contida no escopo da proposta de Reserva Extrativista (RESEX)⁷, cumpriu papel decisivo, atraindo simpatias em segmentos diversos. Em linhas gerais, propunha-se com as RESEXs uma transformação radical na lógica de apropriação dos recursos naturais e dos resultados do trabalho. Isto é, ao invés de ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as forma de gestão e uso social, mediante estabelecimento de contratos de Concessão Real de Uso. Aí residiram formas de conquista de territórios por populações que há anos já estavam a produzir nestes espaços. Em linhas gerais, esses são os pressupostos que deram suporte teórico à proposta que levou à territorialização das Reservas Extrativistas⁸.

Para viabilizar as RESEXs, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade requeria, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza. Ou seja, dado que a biodiversidade era – e continua sendo – largamente desconhecida na Amazônia, dever-se-ia, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com intuito de apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para a utilização dos diversos recursos naturais. No curto prazo, priorizar-se-ia a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente exploradas pelas populações extrativistas. Cabe ressaltar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista. Compõe ainda esse conjunto de

⁷ Apesar de ter sido elaborada formalmente em meados de 1985, com contribuições de intelectuais diversos, as RESEX foram gestadas no processo de resistência secular dos seringueiros. A esse respeito ver entre outros (PAULA, 1991).

⁸ As RESEX foram instituídas através do Decreto-Lei Presidencial n.º 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas inicialmente como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas.

proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas para criarem ou fortalecerem organizações destinadas a assegurar a autonomia e autogestão. Tais objetivos traduzem-se em iniciativas do tipo cooperativista voltadas para eliminar as práticas de exploração do trabalho engendradas sob o contexto das relações mercantis, bem como naquelas de cunho mais político direcionadas para coordenar a gestão nas RESEXs, visando assegurar o máximo possível de autonomia. Ou seja, pretendia-se construir “por baixo” a sustentabilidade econômica sociocultural e política da RESEX. Deve-se lembrar que não se trata de um fenômeno isolado. Iniciativas similares ocorrem em diversos países da América Latina, conferindo novos significados “às lutas dos grupos indígenas e camponeses pela socialização da natureza, pela re-apropriação democrática de seu patrimônio de recursos naturais e culturais e pela autogestão de suas potencialidades ambientais” (LEFF, 2000, p. 345). É nessa direção que o movimento dos seringueiros marchou no “tempo de Chico Mendes”.

Vinte anos sem Chico Mendes

O episódio do assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 produziu inimagináveis repercussões de alcance mundial. Vinte anos depois, ainda não fica inteiramente compreensível porque esse, entre centenas de crimes similares contra lideranças camponesas e indígenas na Amazônia, teria sido o “eleito” pela mídia internacional para emblematicar, a seu modo, a “questão ambiental” na região. Esses crimes continuaram e continuam acontecendo, às vezes envolvendo grandes massacres, como foram os casos ocorridos na década de 1990, de Corumbiara em Rondônia e Eldorado dos Carajás no Pará, que juntos somaram cerca de cinquenta assassinados e cuja repercussão nem de longe se aproximou ao “caso Chico Mendes”. O Único crime que teve repercussão internacional comparável foi o assassinato da irmã Doroth Stang (natural dos Estados Unidos da América) em Anapu, Pará, no ano de 2005.

Depois de passadas duas décadas, é possível percebermos a partir dos usos e abusos da imagem de Chico Mendes, inclusive por parte de seus algozes, que este pode ter sido tudo, menos um evento aleatório, espontâneo. É possível admitirmos a hipótese de que o chamado ambientalismo internacional, nas suas diversas tendências ideológicas e interesses que as consubstanciam, teria sido o principal agente de indução desse fenômeno em escala mundial. Apesar do espaço nessa comunicação ser insuficiente para apresentar a bases de sustentação dessa hipótese, esperamos apontar, no seu conjunto, evidências razoavelmente substanciais nessa direção.

Dados esses esclarecimentos preliminares, podemos seguir adiante. A monumental repercussão mundial do assassinato de Chico Mendes interferiria de maneira significativa não só na trajetória do CNS, como também, do sindicalismo rural, movimento indígena e demais movimentos sociais emergentes na Amazônia brasileira. Repentinamente, o CNS passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político regional e grande visibilidade internacional, particularmente na Europa Ocidental e EUA. O II Encontro dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, que reuniu seringueiros e índios em Rio Branco, Acre, em fevereiro de 1989, foi financiado por Agências Não-Governamentais (ANGs) internacionais através da intermediação de ONGs que exerceram forte influência na condução do Encontro, inclusive na modificação do Estatuto do CNS (PAULA, 1991).

Ao analisar a aproximação de organizações ambientalistas com movimentos indígenas na América Latina, Leff (2000) afirma que elas teriam contribuído para difundir uma cultura democrática no continente. Neste caso analisado aqui, parece não se confirmar essa suposta afirmação de valores democráticos por parte da maioria dessas organizações. Ao contrário, elas estiveram – e estão – mais empenhadas em impor uma visão sobre a questão ambiental mais conveniente a re-configuração do domínio de tipo neocolonial na Amazônia, conforme mostra Paula (1991; 2005; 2006; 2008). As encenações que marcaram o II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta em Rio Branco (1989) parecem bastante reveladoras nesse sentido. Além de uma exploração exaustiva de

imagens do exotismo dos “povos da floresta”, diversas ONGs e movimentos ambientalistas procuraram dar a “direção” para o evento. As mudanças operadas no Estatuto do CNS nesse Encontro, atribuindo maior ênfase à sua face ambientalista, bem como a formalização da “Aliança dos Povos da Floresta”, que pretendia unificar os movimentos de seringueiros e índios, resultou em grande medida da interferência dessas organizações.

Entre o II e o III Encontros, um grupo de lideranças sindicais e assessores diretos do CNS ligados à CUT pela Base⁹ procuravam imprimir uma reorientação política ao CNS, apoiada em três eixos fundamentais: 1) afirmação da autonomia do CNS frente a “tutela” das ONGs ligadas ao ambientalismo internacional; 2) priorização de uma política de alianças com organizações e movimentos envolvidos na luta pela reforma agrária, tal com queria Chico Mendes; 3) fortalecimento da organização sindical de base. No III Encontro (1992) houve a consagração dessa estratégia política. Diferentemente dos Encontros anteriores, em que a participação nos debates era livre, com a palavra franqueada a todos os participantes, neste só o faziam os delegados eleitos; e a sua condução foi centralizada pelas principais lideranças do movimento, a exemplo do que ocorre nos congressos da CUT e CONTAG. Foi uma espécie de recado dirigido aos representantes de diversas ONGs e outros observadores presentes, isto é, a partir daquele momento a direção do CNS pretendia afirmar a autonomia do movimento e assumir o controle do processo de mediação, seja com instituições governamentais ou com as não-governamentais e multilaterais, diretamente, sem intermediações.

Essa atitude, somada ao perfil da “nova aliança” entre seringueiros e trabalhadores agroextrativistas da Amazônia Oriental, teve repercussões profundas nas relações externas do CNS. Muitas ONGs afastaram-se e algumas agências começaram a fazer restrições a seus projetos de financiamento. Enfim, houve uma reconfiguração das relações instituídas até então. Procurou-se estabelecer uma aproximação maior com movimentos ambientalistas como o Greenpeace, que participou ativamente da mobilização coletiva mais expressiva da História do CNS: o “Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta Amazônica”, realizado em meados de 1993¹⁰.

Em face do aumento das pressões internacionais sobre o governo brasileiro e da criação das primeiras RESEXs, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de desenvolvimento “mais concretas”. No caso específico do Acre, “terra de Chico Mendes”, o CNS transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região – sua presença tornou-se obrigatória em todos os eventos dessa natureza – e possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as “alternativas de desenvolvimento”.

A reivindicação de políticas públicas específicas para seus representados, articuladas com incentivos à adoção de “alternativas de desenvolvimento” apoiadas em financiamentos externos provenientes de diversas ANG¹¹, constitui-se na marca fundamental das estratégias adotadas nessa fase pelo CNS. No plano institucional, as “Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia” (1993) sintetizam em quatro eixos as demandas de sua base social: 1) Resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEXs; 2) Dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas; 3) Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEXs; 4) Subsídios e garantia de mercado para borracha natural oriunda dos seringais nativos. Pode-se afirmar que o referido Programa, que estampa a fotografia de Chico Mendes na

⁹ Trata-se de uma corrente sindical formada por sindicalistas ligados a organizações de esquerda marxista e de extração católica.

¹⁰ Teve como objetivo pressionar o governo federal para elevar os preços da borracha natural e criar subsídios. As manifestações ocorreram em diversas capitais. Em Brasília, a caravana de extrativistas bloqueou a entrada do Ministério da Fazenda, que acabou atendendo parcialmente as reivindicações.

¹¹ As Agências Não-Governamentais (ANGs) repassam esses financiamentos (via de regra, a fundo perdido) através de complexos circuitos transnacionais de intermediações que envolvem as ONGs, os movimentos sociais e/ou “comunidades locais”. Maiores informações sobre a atuação delas no Acre, ver Paula (2005).

capa, representou nesses últimos vinte anos a única iniciativa de maior envergadura desse movimento no sentido de associar o conteúdo da luta dessa liderança à sua imagem, tanto é que foi reproduzido também em língua inglesa.

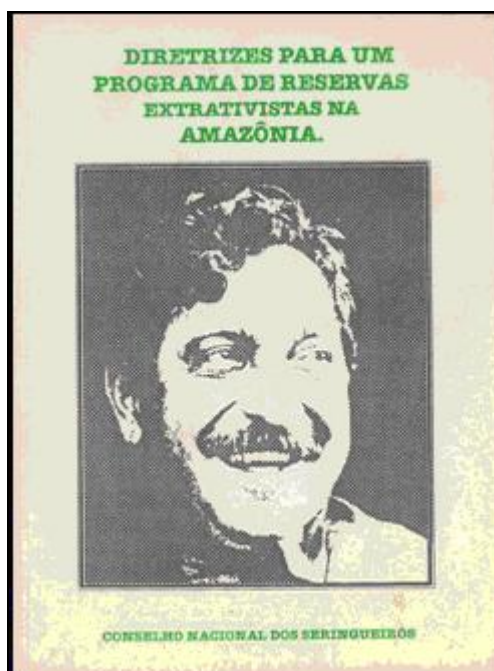


Figura 1: Imagem da Capa das Diretrizes (1993)

Obviamente, o “hegemon” do ambientalismo internacional além de ignorar de forma solene as “Diretrizes”, intensificou a sua ofensiva no sentido de impor o seu receituário. Na esteira da “Eco 92” realizada no Rio de Janeiro e sob os auspícios do Banco Mundial – via “Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil” (PPG7)¹² – promove um conjunto de ações articuladas e bem sucedidas no sentido de desarticular a resistência das populações camponesas e indígenas na Amazônia. A criação na cúpula gerencial do PPG7 em Brasília de uma rede de organizações atuantes na Amazônia denominada “Grupo de Trabalho Amazônia” (GTA), que agrega atualmente cerca de 600 organizações dos mais variados tipos, inclusive ONGs, cumpriu eficazmente o seu papel de difusão na esfera da sociedade civil, da ideologia do “desenvolvimento sustentável” preconizada pelo Banco Mundial. Assim, diferentemente do início dos anos de 1990, caracterizado pela tentativa de reconquistar uma “autonomia relativa” desse movimento, a partir do IV Encontro Nacional do CNS, realizado em Brasília no ano de 1995, a política de aproximação de forma subordinada da direção do CNS a esse ambientalismo internacional se intensifica. Havia chegado a hora, diziam as principais lideranças do CNS, de mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos, como o Projeto Reservas Extrativistas, instituído no âmbito do PPG7.

Esse movimento de cooptação ganha maior fôlego com a vitória da “Frente Popular” no estado do Acre nas eleições para o executivo estadual em 1998. Liderada pelo Partido dos Trabalhadores, essa coalizão de 13 partidos, a maioria de centro-direita, na figura de seus principais dirigentes, Jorge Viana (governador) e Marina Silva (senadora), aprofunda em nível a adoção das diretrizes do modelo de “desenvolvimento sustentável” imposta pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A imagem de Chico Mendes,

¹² Programa financiado pelo “Grupo dos oito países ricos”, por intermédio do Banco Mundial, teve como objetivo implícito, impor o re-ordenamento do uso do território amazônico segundo o doutrinário neoliberal consubstanciado no modelo de “desenvolvimento sustentável” por ele difundido. A legitimação do saque dos recursos naturais, nessa nova fase de espoliação, passava necessariamente pelo “amansamento” das chamadas “populações tradicionais”, usando, sobretudo a cooptação das lideranças dos movimentos sociais reativos, um velho artifício usado há séculos pela colonização euro-estadunidense.

que já vinha sendo “destilada” de seu conteúdo passa a ser re-significada de forma mais ousada para fins de legitimação do grupo governante e, obviamente, abre passagem para um tipo de espoliação¹³ consentida pelos “de baixo” e aplaudida pelos de “cima”.

Sob a insígnia do “desenvolvimento sustentável” foram tomadas diversas iniciativas – envolvendo empresas, governo, ONGs e organizações comunitárias – voltadas para a satisfação dos interesses das grandes corporações, do agronegócio, especialmente da madeira e pecuária. Instrumentos como a concessão de florestas públicas para exploração de madeiras por empresas privadas, instituídas através de legislação estadual e federal (Lei estadual 1427, aprovada na Assembléia Legislativa do Acre em 2001, lei 11284, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em março de 2006), desregulamentação do uso das unidades de conservação como as Resexs, para fins de exploração madeireira, legalização da grilagem de terras (MP 422/2008) linhas de crédito para a expansão da pecuária, denotam uma pequena amostra dessa monumental ofensiva nessa nova escalada da mercantilização da natureza em território amazônico. As imagens reproduzidas a seguir (figuras 2, 3 e 4) mostram por si a magnitude dessa operação.

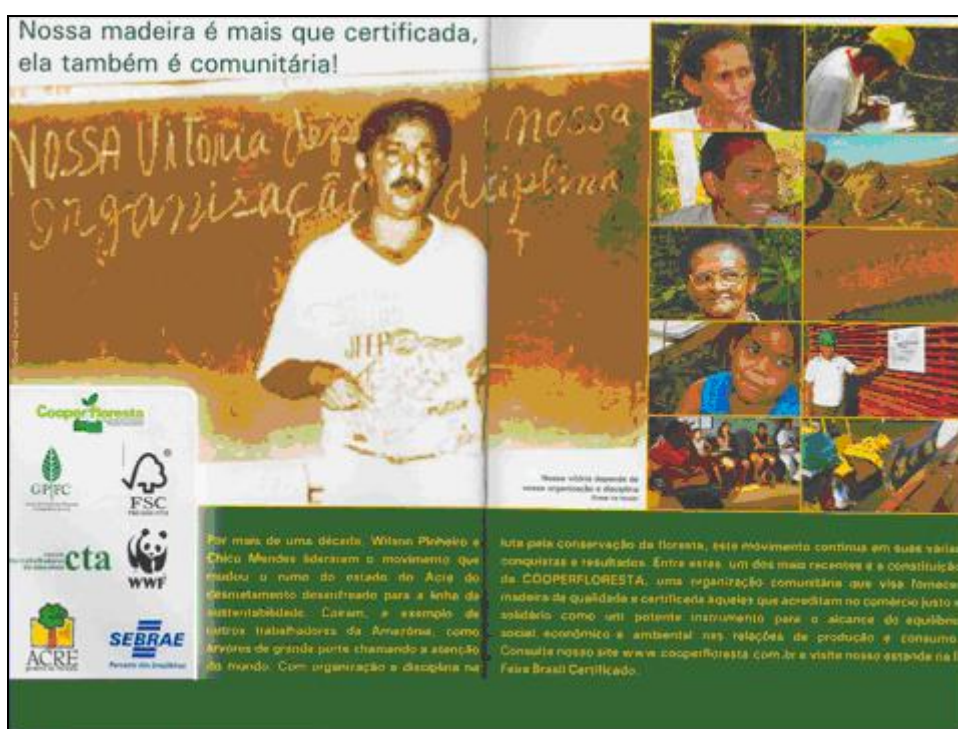


Figura 2: Matéria publicada na *Revista Referência VIII* (54), abril de 2006.

¹³ Ao nos referirmos a “espoliação” o fazemos no sentido atribuído por Harvey (2004). De acordo com ele, a “acumulação via espoliação” é caracterizada de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”, expressa entre outros, nas privatizações, agravamento da destruição ambiental, supressão de direitos e intensificação da mercantilização da natureza.

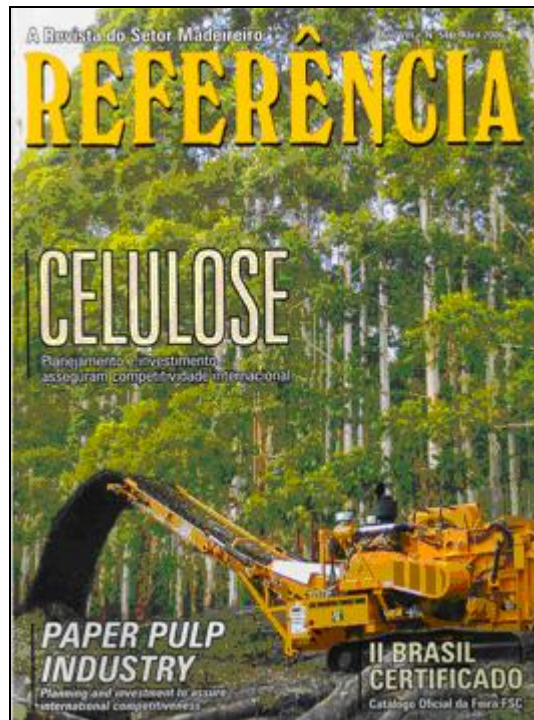


Figura 3: Capa da *Revista Referência*, VIII (54), abril 2006



Figura 4: Fotografia de Chico Mendes na Expoacre, 2008 (Fotografia: Paula Ramila de Freitas)

Na figura 2, gostaríamos de chamar a atenção para quatro aspectos essenciais: 1) a matéria está publicada numa revista de “referência” do agronegócio da madeira, cuja capa aparece na figura 3; 2) a articulação entre empresa (a revista e o Sebrae), governo (símbolo do “governo da floresta”), “organizações comunitárias” (Cooperacre), ONGs (CTA) e ambientalismo internacional (WWF e FSC) aparece de forma cristalina; 3) a imagem de Chico Mendes é usada sem “cerimônias” por uma das expressões máximas do capitalismo predatório na Amazônia e no mundo, por essa razão, combatido intransigentemente pelo movimento liderado por esse personagem que empenhou sua vida nessa luta. É exatamente essa radicalidade do legado de Chico Mendes que a referida imagem procura ocultar; 4)

além de usar fotografias descontextualizadas de “gentes da floresta” para criar uma falsa sensação de aprovação do “manejo sustentável” da “exploração comunitária” de madeira, a organização que supostamente os representaria, a Cooperacre, na realidade representa os interesses empresariais, e é para isso que ela foi criada por iniciativa do governo estadual do Acre.

Na figura 4, a manipulação e re-significação da imagem de Chico Mendes alcança um grau ainda mais sofisticado e inimaginável para os que acompanharam de perto a trajetória das lutas de resistência na Amazônia e não se converteram em “mercadores da natureza”¹⁴. Ela tem dois componentes interessantes. O primeiro busca reforçar a versão oficial do “governo da floresta” pautada numa reinvenção da História da conquista do Acre. Ela passa a ser interpretada como uma sucessão de episódios marcados pela presença de heróis que atuaram de forma decisiva na afirmação dessa conquista. A fotografia situada no lado esquerdo da de Chico Mendes é a do patrão seringalista Plácido de Castro, herói da chamada “Revolução Acreana”, denominação atribuída aos conflitos fronteiriços que resultaram na anexação ao território do Estado brasileiro no início do século XX de uma porção territorial então pertencente à Bolívia e ao Peru. Com esse tipo de associação de imagens, procura-se apagar por completo a violência da conquista do território que envolveu não só as escaramuças com os países vizinhos, mas também e, sobretudo, a brutal exploração da força de trabalho praticada pela empresa seringalista. Além da dizimação e escravização de povos indígenas, a empresa seringalista submeteu a um regime de semi-escavidão os migrantes pobres do Nordeste brasileiro deslocados para as matas amazônicas. É dessa linhagem de gentes exploradas que surge o seringueiro Chico Mendes, cuja vida foi dedicada à luta pela emancipação dessas populações e da classe trabalhadora em geral. Portanto, não existe a linha de continuidade em relação ao gaúcho e seringalista Plácido de Castro. Ao contrário, o legado de Chico Mendes aponta para uma ruptura. O segundo componente diz respeito ao lugar em que foram estampadas as imagens, a “Feira agropecuária do Acre”, uma espécie de “templo” do agronegócio da pecuária e madeira na região. O disparo que ceifou, prematuramente, a vida de Chico Mendes, foi feito por um fazendeiro pecuarista. O planejamento e financiamento do crime teriam envolvido, segundo os noticiários, organizações representativas deste segmento, como a União Democrática Ruralista (UDR). Enfim, como num ato mágico, as imagens vão adquirindo vida e, neste caso, servindo para negar a existência da vida do revolucionário Chico Mendes, na forma de espetáculo. Lembrando Debord (1997, p. 18):

Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa à atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui.

Assim, valendo-nos ainda de Debord, diríamos que um dos maiores desafios dos movimentos sociais hoje na Amazônia é o de escapar das imagens, do espetáculo que encobre esse monumental aparato de espoliação capitalista em marcha batida também na Amazônia. Trata-se de um período nitidamente diferenciado daquele em que viveu Chico Mendes, marcado pelo triunfo avassalador da hegemonia neoliberal, cujos efeitos sobre as

¹⁴ Expressão utilizada por Paula (2005), para designar um vasto segmento de lideranças sindicais, comunitárias, partidárias, intelectuais orgânicos, entre outros, vinculados outrora às lutas de resistência e que passam na virada do século XX a aderir a ideologia do “desenvolvimento sustentável” difundida pelo imperialismo.

lutas de resistência camponesa e indígena na Amazônia ainda não foram suficientemente analisados. Dito de outro modo, deslindar as imagens que compõem o espetáculo na sua forma contemporânea pode nos auxiliar a compreender as razões que levaram a maioria dos movimentos sociais a aderir de forma ativa a um projeto que na sua essência expressa a negação das bandeiras de lutas empunhadas anteriormente. Estamos nos referindo explicitamente à adesão desses movimentos à ideologia do “desenvolvimento sustentável” preconizada pelo Banco Mundial e demais agências multilaterais, ANGs e ONGs.

No decorrer de uma década, naturalizou-se a idéia de que a conservação dos bens naturais estaria sujeita às supostas “determinações de mercado”. Difundiu-se, ainda, a idéia de que não fazia mais sentido pensar em projetos “totalizantes”, dever-se-ia concentrar esforços em iniciativas de cunho local. Todo o arcabouço ideológico do “desenvolvimento sustentável” imposto pelo imperialismo está ancorado nesses fundamentos que acabam de ruir com a recente crise financeira. O mais incrível de tudo isso, é que até o momento (13 de novembro de 2008) os “mercadores da natureza”, tão convictos das virtudes do “mercado” como “benfeitor” da natureza, parecem manter inalteradas suas ladainhas. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com outra, isto é, a crise do sistema financeiro com a ideologia neoliberal.

Finalmente, ao sucumbirem no turbilhão produzido pelo espetáculo, parte substancial de importantes movimentos sociais de outrora, como o sindicalismo rural e CNS, saíram da condição de protagonistas da luta de resistência e passaram a constituir-se em meros objetos do capital. Em decorrência dessa subordinação e dos efeitos dela resultantes, tornaram-se “peças decorativas na região” e atravessam uma grave crise de representação. É nesse sentido mais subjetivo, e não em face do assassinato, que eles estão “sem Chico Mendes”. Contudo, é possível vislumbrar as lutas de resistência que notabilizaram a trajetória de Chico Mendes em outros movimentos emergentes, como é o caso da Via Campesina, que podem sinalizar uma nova fase de lutas. Nela vislumbram-se, a exemplo do que vem ocorrendo em vários países da América Latina, como Bolívia, Peru, Equador, Paraguai, Colômbia e México, tentativas de responder à ofensiva da internacionalização do capital na região com estratégias de resistências que se projetam para além das fronteiras nacionais, ancoradas em lutas concretas nessa escala. As ações protagonizadas pelo MAB/Rondônia contra as hidrelétricas do rio Madeira, os encontros de povos indígenas da fronteira tri-nacional (Brasil, Peru, Bolívia) indicam algumas dessas evidências.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. W. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. Revista da ABRA, 19(1), 1989.

AYMONE, T. I popoli della foresta. Torino: Bollati Boringhiere Ed., 1996.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. Estudos Avançados, 19(54), 2006.

BORON, A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. V.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA SOBRINHO, P. V. Chico Mendes: trajetória de uma liderança. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org). Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997

GONÇALVES, C. W. Geografando nos Varadouros do Mundo da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira: do seringal à Reserva Extrativista. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, 1998.

- GRAMSCI, A. Obras escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRYBOWSKY, C. O testamento do homem da floresta: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- HARVEY, D. (2004). O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFF, E. (2000). Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB. 95-141, 2000.
- PAULA, E. A. de. Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991.
- _____. (Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco, Edufac, 2005.
- _____. A conquista da floresta nas terras do Acre. In MEDEIROS & LEITE (Org) A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil. Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- _____. Movimento Sindical e Luta pela Terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org) Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006.
- _____. Revista da ALASRU, Nueva Época n.2. Analisis latinoamericano del médio rural. Chapingo-México. 177-201, 2006a.
- _____. O conto da Floresta Pública e o canto da sereia: Lei 11284/2006. In CANUTO *et alii*, Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT Nacional, 2006b
- _____. Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatório Latinoamericano de Geopolítica <http://www.geopolitica.ws/home.php>
- PAULA, E. A. & SILVA, S. S. da (Org) Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana. Rio Branco: Edufac, 2006
- QUINJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SILVA, M. R. Sindicato em Movimento: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri. Dissertação (Mestrado). CPDA/UFRRJ, 2001.
- SILVA, S. S. da.. A Fronteira Agropecuária Acreana. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, 1999.
- _____. Desenvolvimento agrário e resistência camponesa na Amazônia-acreana. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP, 2005.
- THOMPSON, E. P. Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais

Marcos Aurelio Saquet

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP (2001)
Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq
Endereço eletrônico: saquetmarcos@hotmail.com

Marcos Leandro Mondardo

Mestre em Geografia pela UFGD (2009)
Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS
Endereço eletrônico: marcosmondardo@yahoo.com.br

Resumo

Considerando que, de maneira geral, as teorias clássicas que tratam das migrações apoiaram-se, principalmente, em análises macroeconômicas dando ênfase, sobretudo, às determinações econômicas em detrimento dos fatores políticos e culturais, fez-se necessário, nos últimos anos, estudar e tentar elaborar uma concepção mais ampla e multifacetada dos processos migratórios. Para tanto, o debate sobre o território foi e permanece bastante fecundo, evidenciando-se as determinações econômicas, políticas e culturais e, substantivando uma abordagem multidimensional do território e da migração que reconhece e destaca o papel exercido pelas redes de relações sociais. Assim, entendemos o fenômeno migratório como produto e produtor de uma complexa trama territorial entre os territórios de origem e de destino dos migrantes. Tramas que objetivam interações em rede em virtude das relações sociais que se estabelecem na mobilidade, através dos vínculos, dos contatos e das ajudas tecidas no cotidiano entre migrantes e não-migrantes.

Palavras-chave: Migração; território; redes sociais; vínculos; cotidiano.

Resumen

A construcción de la migración en los territorios a través de redes de relaciones sociales

Considerando que, en general, las teorías clásicas de la dirección de la migración que se apoya, sobre todo haciendo hincapié en el análisis macroeconómico, sobre todo, la determinación en detrimento de los derechos económicos y culturales, es necesario, en los últimos años, el estudio y tratando de concebir una más amplia y polifacética de los procesos de migración. Así pues, el debate sobre el territorio ha sido y sigue siendo muy fructífera, mostrando la determinación económica, política y cultural, substantivando un enfoque multidimensional de la migración en el territorio y que reconoce y destaca el papel desempeñado por las redes de relaciones sociales. Por lo tanto, creemos que el fenómeno migratorio como un producto y productor de una compleja trama entre los territorios de origen y de destino de los migrantes. Parcelas destinadas a la red de interacciones, porque las relaciones sociales que se establecen en la movilidad, a través de los vínculos, contactos y la ayuda en el diario entre los migrantes y no migrantes.

Palabras clave: La migración; territorio; las redes sociales; vínculos; cotidiana.

Abstract

A construction of territories in migration for networks relations social

Whereas, in general, the classical theories that address migration is supported, especially in macroeconomic analysis emphasizing, above all, determination to the detriment of economic and cultural factors, it was necessary, in recent years, study and trying to devise a more comprehensive and multifaceted process of migration. Thus, the debate over the territory was and remains very fruitful, showing the determination economic, political and cultural, nouns the multidimensional approach of the territory and migration that recognizes and highlights the role played by networks of social relations. Thus, we understand the migration phenomenon as a product and producer of a complex plot area between the territories of origin and destination of migrants. Plots aiming at network interactions because of social relationships that are established in mobility, through the links, contacts and aid in the daily made between migrant and non-migrants.

Keywords: Migration; territory; networks social; ties; everyday.

Introdução

A migração, na maioria dos casos, coincide com um processo de construção e interação territorial em rede. Desse modo, a mobilidade espacial da população produz, através de uma interação em rede, a construção de territórios interligados entre si tanto econômica como cultural e politicamente. Há territórios em rede. Na mobilidade, as relações são construídas entre os territórios de origem e de destino, e são acionadas, buriladas e mantidas pelos *vínculos* e *contatos* tecidos e construídos entre migrantes e não-migrantes através de uma interação em rede. As relações agenciam a trama de forças que produzem os territórios e as redes na migração.

Nesse sentido, nosso objetivo é analisar, a partir de uma discussão teórica em torno dos conceitos de território e migração, o papel exercido pelas redes de relações sociais na manutenção e nas conexões estabelecidas/exercidas entre migrantes e não-migrantes nos territórios de origem e de destino da/na migração. Para isso, fizemos uma reflexão com base em autores da geografia, da sociologia, da história e da antropologia que discutem a temática migração, território e redes sociais. Por isso, propomos uma análise para compreender os fenômenos migratórios através da sua construção e interação em rede, especialmente através das redes de relações sociais historicamente efetivadas no cotidiano através dos contatos, dos vínculos e das ajudas.

A migração e a construção de territórios em rede: considerações teórico-conceituais

Para compreender determinados aspectos das migrações, considerando o constante movimento de indivíduos *no* e *pelo* espaço, os múltiplos fatores e condicionantes, as direções e as interligações, faz-se necessário uma concepção de geografia que permita a identificação e explicação desse fenômeno através do processo de territorialização e da interação/articulação em rede. É fundamental elaborar uma abordagem histórica e relacional em que se reconheçam as contradições, as determinações, o movimento, as relações e as redes. Nesse sentido, segundo Haesbaert (2006), as redes podem fazer circular a memória, as representações, os vínculos, os contatos familiares, as amizades etc. Há sempre território, aquele do cotidiano, porém, sobretudo aquele da origem que carrega o simbolismo do território deixado que constitui um forte “cimento comunitário” sem o qual a rede não poderia existir e transportar sua memória, seus vínculos e contatos.

O mesmo autor, Haesbaert (1998), também propôs a noção de *rede regional* em seu estudo sobre a desterritorialização dos “gaúchos” no Nordeste brasileiro para, em substituição à metáfora “diáspora”, compreender a complexidade geográfica da migração e os vínculos econômicos, culturais e políticos mantidos entre os sulistas ou “gaúchos” com o estado do Rio Grande do Sul. As redes, que são consideradas, muitas vezes, desterritorializadoras, podem, também, como no caso dos contatos e vínculos estabelecidos na migração, ser o *elo* material e simbólico para a reterritorialização de um grupo de migrantes em outro território que não o de origem.

Nesse contexto, para o autor, a diáspora e/ou a migração é um processo *multiterritorial* que se faz pela interação em rede, pois:

Mesmo que tenhamos apenas a sobrevivência de referências territoriais puramente simbólicas, e que estas se reportem não a territórios particulares (como o Estado nação ou a região de origem), mas aos múltiplos territórios ou à própria dispersão (territórios dispersos) que compõem o grande território-rede da diáspora, ainda assim devemos falar num tipo muito próprio de reterritorialização, uma territorialização múltipla, na dispersão, articulada em rede, “com ou no movimento” (inerente à diáspora) e altamente simbólica – em outras palavras, uma multiterritorialidade em sentido estrito (HAESBAERT, 2006, p. 356).

Atualmente, portanto, as migrações constituem uma “experiência integrada” do espaço sendo, entretanto, possível somente se os migrantes estiverem articulados em rede, através de múltiplas relações que, muitas vezes, estendem-se do local ao global. Entre os territórios de origem e de destino, há várias relações e vínculos sociais realizados pelos migrantes quando percorrem suas trajetórias e quando se reterritorializam. A construção dos territórios, na migração, passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através dos vínculos e dos contatos estabelecidos.

Conforme Haesbaert (2006), para compreender os processos migratórios, o território precisa ser pensando, portanto, numa concepção reticular na forma de um *território-rede*, uma rede tanto imaterial, como a produzida pela memória dos migrantes, e, também, a partir das trajetórias individuais, na relação com o espaço, no sentido de um “conjunto de pontos e linhas”, numa perspectiva euclidiana, mas como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a “superfície” territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão e “profundidade”. A rede, desse modo, corresponde a um dos momentos constituintes do território no processo migratório.

Nesse contexto, a rede deve ser compreendida como elemento indispensável para a construção de territórios durante a mobilidade espacial da população e, ainda, deve ser elemento de solidariedade e de conflitos, enfim, do processo dialético que se circunscreve à migração através da desterritorialização e da reterritorialização. Desse modo:

(...) a rede nunca deve ser tomada como um “todo” homogêneo e a-histórico. (...) ela própria é constituinte de elementos que se diferenciam ao longo do tempo. Assim, somos levados (...) a distinguir entre seus pontos (ou vértices) e suas linhas (ou arcos), tanto em relação ao tipo de fluxos que por ela circulam. Eles são fundamentais no entendimento do papel ambivalente das redes, ao mesmo tempo territorializador (quando mais centrípetas ou introvertidas) e desterritorializador (quanto mais centrífugas ou extrovertidas em relação a um determinado território) (HAESBAERT, 2006, p. 293).

E, ainda, segundo o autor, com a intensa mobilidade espacial da população “de alguma forma, territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes”. O processo de territorialização, portanto, está ligado à migração e mesmo

à construção de redes de relações sociais cada vez mais amplas e interconectadas entre variados e longínquos lugares.

Nesse sentido, vale mencionar outro geógrafo, Claude Raffestin (1993), que se dedicou também a estudar o conceito de território e a noção de rede, gerando uma teorização inédita sobre o que determinou de *T-D-R*: territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Para ele, a concepção de território pode ser definida como o conjunto de relações efetivadas pelos indivíduos que pertencem a certa coletividade. O território corresponde a um reordenamento do espaço, onde existe um sistema informacional utilizado pelo homem enquanto pertencente a uma cultura. No território há *informação* e *comunicação* que comandam atualmente as relações sociais e o processo *T-D-R*.

O território, para Raffestin (1993), é construído pelo movimento dialético de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e, ao mesmo tempo, por redes, malhas e nós que formam a base material e imaterial de cada território. Nessa concepção, não há território sem redes, malhas e nós; é sempre permeado por relações de poder. Para o autor, as “redes de circulação e comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade” (RAFFESTIN, 1993, p. 204). As redes estão ligadas, portanto, ao processo histórico e relacional de construção do território a partir da apropriação do espaço.

Assim, para o autor, um *ator sintagmático* territorializa-se através do agenciamento de poder numa relação, através da apropriação, do controle, da efetivação de redes. O migrante, portanto, sob essa perspectiva eminentemente reticular, pode construir uma trama através das redes de relações sociais. “Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura comunicação, mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.156). A interação em rede na migração pode ou não, portanto, assegurar a comunicação e a disponibilidade da informação no processo de desterritorialização e reterritorialização.

Dessa forma, podemos inferir que, no processo migratório, a construção de territórios em rede passa pela interação da comunicação e da informação. A informação é controlada por relações de poder exercidas na interação, em redes, mesmo na mobilidade espacial da população. As pessoas envolvidas na trama territorial, como propõem Raffestin: “agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre elas” (RAFFESTIN, 1993, p.156).

Toda rede é, nesse sentido, uma imagem do poder ou, mais precisamente, do poder dos atores dominantes. Logo, as redes têm um papel contraditório: ao mesmo tempo, facilitam a mobilidade e substantivam uma estratégia de comando dos migrantes, que são direcionados para cá ou para lá, em virtude dos interesses e, portanto, do(s) poder(es) que está(ão) em jogo. As redes estão na base da criação dos territórios em rede, e são, por isso, instrumentos de poder, pois podem aprisionar ou libertar os migrantes de contextos socioeconômicos precários. Assim:

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o “instrumento” por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Toda mobilidade espacial, portanto, é construída por um *sistema* de relações sociais que se traduz por uma “produção territorial” formada por tessituras, nós e redes como nos termos propostos por Raffestin (1993). Os migrantes e não-migrantes ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, reguladores ou concentrados, construindo uma diversidade de redes de relações sociais, tanto material

como simbolicamente, e, ao mesmo tempo, constituindo territórios reticulares, isto é, em rede. Há relações, redes, contatos, vínculos, regionalização... enfim, uma conjugação entre diferentes formas de territorialização, que envolvem fixos e fluxos, áreas e redes. Os territórios são produzidos, portanto, no movimento contínuo e concomitante de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, através da territorialização do migrante, tanto econômica como política e culturalmente.

Compreensão que é ratificada por outro geógrafo, Saquet (2003 e 2007), quando propõe a compreensão da migração e do território por uma abordagem (i)material, centrada na relação espaço-tempo através da noção de espaço construído socialmente, objetiva e subjetivamente. Conforme o autor: “O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas” (2007, p. 127).

Logo, as relações de poder estão presentes no processo de estar *fixo* e na mobilidade. Saquet (2003), nesse sentido, analisando a migração de italianos para o Rio Grande do Sul no final do século XIX, assinala que “as relações sociais, de influência, interesse, símbolos, dominação etc. caracterizam e condicionam nossa vida cotidiana, tanto no *estar fixo* como no *estar em mobilidade*” (p. 129). O processo de desterritorialização é construído por um conjunto de relações sociais que são apoiadas, também, na lógica reticular, isto é, produzidas, relacionadas em rede e influenciando diretamente na apropriação do espaço e, portanto, na reterritorialização, tanto econômica como política e culturalmente, no território de destino do migrante. Assim:

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e movidas pela relação EPC¹, sendo que as redes *estão* e *atuam* em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutra, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2003, p. 218).

Portanto, a desterritorialização implica reterritorialização na mobilidade da força de trabalho em outro território através de processos econômicos, políticos e culturais que se processam através das redes de relações entre os migrantes e não-migrantes no território de destino e entre migrantes e não-migrantes do território de origem. O migrante efetiva relações com as pessoas conhecidas que ficaram no território de origem e com outras conhecidas na reterritorialização, constituindo várias redes locais e extra-locais, em diferentes escalas. A reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas por uma conexão em rede.

Isso aconteceu, no final do século XIX, quando os italianos tentavam, objetiva e subjetivamente, reproduzir aspectos da forma de vida que tinham naquele país no Sul do Brasil. Podemos lembrar o cultivo das parreiras, a polenta, os queijos, a religiosidade e assim por diante: são muitos os traços que caracterizam muito bem esse grupo social sem se desligar dos italianos que permaneceram naquele país. Redes de relações cristalizadas com os nativos (indígenas e caboclos), com portugueses e alemães no início da instalação no Sul do Brasil. Com o passar dos anos, redes foram intensificadas, especialmente a partir dos 1980, com as inovações técnicas, tecnológicas e com a miscigenação: ainda hoje há ligações entre descendentes daquelas famílias que migraram e seus parentes na Itália.

Podemos lembrar, também, a migração interna: milhares de “gaúchos”, que consubstanciaram a diáspora do pós-1920 para outros estados do Brasil, reproduzem traços fundamentais de suas vidas em outros estados, municípios, cidades, relacionando-se com pessoas do território de destino e com amigos e parentes que permaneceram naquele estado. Eles também realizam relações e redes, objetiva e subjetivamente, através de viagens (visitas), cartas, e-mails, telefonemas, convites para casamentos (e outras festas)

¹ Economia-política-cultura; significa apenas uma representação da unidade que existe, no real, entre esses processos sociais e territoriais.

etc. Não há um “descolamento” total do lugar de origem; o que ocorre é certa resistência ao desligamento; há um jogo de ações e reações para tentar manter os vínculos com o lugar, com as “coisas” e pessoas que “ficaram para trás”.

Nesse sentido, vale ainda apontar que, de acordo com Saquet (2003 e 2007), o território efetiva-se, necessariamente, em rede, envolvendo áreas e manchas, linhas e pontos no espaço. As redes, portanto, estão presentes tanto na desterritorialização como na reterritorialização, movimento no qual ocorrem, simultaneamente, processos de enraizamento e fluidez, materialidade e imaterialidade. Assim, o território é *multiescalar* e *multitemporal*, isto é, relacional (reticular) e histórico, acontecendo uma constante interligação entre os próprios migrantes e entre migrantes e não-migrantes, conectando diversos lugares e tempos, ritmos rápidos e lentos. E, para o autor, “cada indivíduo age, ao mesmo tempo, em diversas redes, participando com objetivos, formas, intensidades e significados distintos, no mesmo ou entre diferentes lugares” (SAQUET, 2007, p.159). Há, pois, construção de territórios em rede no *interior* das relações sociais produzidas pelos migrantes e não-migrantes, entre os territórios de origem e destino, na mobilidade espacial.

Os migrantes produzem territórios e redes, territórios em rede, através da integração ao mercado de sua força de trabalho, da comercialização, da comunicação, das representações, das organizações políticas, das viagens... Os fluxos cotidianos, portanto, cruzam-se construídos numa lógica de conexão em rede, articulando territórios através das redes de circulação de pessoas, de capital e de relações sociais. Há, aí, uma conjugação entre as dimensões sociais do território: economia-política-cultura. Há conexões simbólicas e identitárias; circulação de mercadorias, informações e pessoas; relações políticas, de influência e controle, regulação de parentes, amigos e mesmo de pessoas estranhas.

A trama reticular: as redes sociais nas migrações

Para o historiador Franco Ramella (1995), o conceito de rede tem-se revelado um instrumento valioso para estudar a ação social: a rede de relações do indivíduo como fator de condicionamento de seu comportamento. É nesse sentido que, ao confrontar-se com os mercados, “o conceito de rede social tem reafirmado (...) as contribuições que permitem resolver a questão do mercado de trabalho, problema que direta e indiretamente afeta qualquer investigação sobre a emigração” (p. 17).

Portanto, para o autor, as relações pessoais constituem canais de transmissão da informação e determinam *quem* terá *qual* trabalho. A informação, portanto, é um trunfo (territorial) para os migrantes que, inseridos numa rede, podem usar desse recurso que se constitui num poder. Por isso, “as redes de relações dos emigrantes influenciam na inserção no mercado de trabalho da sociedade receptora” (p. 21).

Dessa forma:

São as redes de relações sociais que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades. É nesse sentido que certas oportunidades estão *socialmente* determinadas. (...) A análise da composição das redes e de suas formas se torna o ponto central porque nos parece a chave explicativa. Em efeito, são esses elementos que abrem e fecham o acesso às oportunidades (RAMELLA, 1995, p. 21).

Também para a geógrafa Claudia Pedone (2003), a migração deve ser vista e compreendida como um processo constituído em rede por *estratégias*, *conflitos* e *solidariedades* em torno do que a autora denomina de “capital social”, que poderíamos denominar de territórios em rede, isto é, de todas as relações sociais construídas por migrantes e não-migrantes, entre a “sociedade” de origem e de destino através das interações em rede. As redes, de fato, “carregam” símbolos, representações, significados, informações, identificações e diferenças; ligam e desligam, de acordo com a situação social

de cada indivíduo. Há inclusão e exclusão no papel ambíguo exercido pelas redes; há um jogo de poder:

Todo indivíduo está preso a uma rede de comunicação, da mesma forma que todo grupo e toda sociedade. [...] Todas as redes que interessam à comunicação de massa e à comunicação interpessoal, obedecendo a uma estrutura formal, são instrumentos de poder, estreitamente controlados na maioria dos casos, pois permitem encerrar uma população numa trama informacional que as superdetermina em relação às estratégias das organizações (RAFFESTIN, 1993, p. 218).

As redes, conforme mencionamos anteriormente, revelam as relações de poder e são utilizadas para direcionar, regular, influenciar, controlar. Isso ocorre tanto no estar fixo como na mobilidade. Os fluxos migratórios e a inserção no mercado de trabalho são direcionados, controlados pelos grupos dirigentes e dominantes.

Desse modo, “La migración laboral es una estrategia mediante la cual los trabajadores y sus familias se adaptan a las oportunidades de los mercados laborales en diferentes espacios (...). Esta estrategia contribuye a explicar el carácter sostenido del flujo así como la selección de sus destinos” (PEDONE, 2000, p. 9). Assim, para a autora, “la migración laboral se concibe como un proceso de construcción gradual de una red”, e,

Las redes conectan individuos y grupos distribuidos en diferentes lugares, lo que optimiza sus oportunidades económicas al ofrecer la posibilidad de desplazamientos múltiples. En efecto, al reconstruir las trayectorias espaciales se verifica que, a veces, no hay un único punto de destino y que existen en los lugares recorridos intermedios que se constituyen en diversos referentes para los migrantes” (PEDONE, 2000, p. 10).

Pedone (2003) salienta ainda que a construção das redes de relações sociais perpassa pelas *representações* sociais, pelas ajudas entre parentes que formam as *cadeias* familiares e que passam pelos estranhamentos, pelo jogo de identidades, pelas alteridades e pelos contatos tecidos e criados que constroem as trajetórias espaciais dos migrantes. As trajetórias, nesse sentido, são realizadas através de estratégias adotadas pelos migrantes que produzem interações em rede através de solidariedades, de apoios, de conflitos, pois:

Los contactos que se establecen mediante las trayectorias espaciales, los distintos anillos de las cadenas familiares, la información disponible en el lugar de llegada y los nuevos intereses que estos aspectos originan, se convierten en elementos tan importantes como los cálculos de bienestar económico a la hora de mantener en el tiempo el movimiento cíclico del proceso migratorio. En numerosas ocasiones la propia dinámica de las cadenas y redes sigue incrementando los desplazamientos de población, aunque las ventajas laborales en el lugar de destino hayan disminuido considerablemente. Este hecho refuerza la idea de que los lazos entre lugares específicos de origen y de destino no son exclusivamente económicos, sino específicamente sociales, puesto que dependen de la existencia continuada de redes de apoyo (PEDONE, 2003, p. 105).

Nesse sentido, Fazito (2002, p.10) considera que, na migração, as redes sociais são uma noção através da qual se considera que migrantes e não-migrantes estão unidos “em uma teia complexa de papéis sociais e [de] relações interpessoais complementares”, através das relações e da experiência cotidiana. Além disso, a noção de redes sociais na migração é mais facilmente compreendida a partir de uma perspectiva micro, centralizada nas ações e interações individuais, nas sutilezas, nas vozes e também nos silêncios.

Para o autor, na migração, as redes sociais constituem a possibilidade de apreender o seu “contexto social” através das diversas interações entre migrantes e não-migrantes que possibilitam a criação de *estruturas*, papéis e posições de rede que determinam as

oportunidades (probabilidades) e regularidades do processo de migrar. Assim, podemos assinalar a interação formando territórios em rede no ato-ação-processo de migrar e nos desdobramentos de suas trajetórias espaciais.

As trajetórias espaciais são fundamentais na constituição das “redes migratórias”. Tais redes, para Fazito (2002), poderiam ser visualizadas como um “circuito elétrico”, por exemplo, no qual diversos pontos (e nós) formam um *sistema*, conectam-se através de “correntes” ou “fluxos”, nesse caso, fluxo de pessoas, informações, bens de consumo etc. Sob o ponto de vista geográfico, isso criaria a possibilidade de analisar a construção de territórios reticulares, pois é possível identificar padrões de *distribuição* e *localização* dos fluxos (relações), das redes e dos nós, possibilitando, ainda, a comparação e compreensão do processo migratório como movimento e interação, isto é, como uma das formas de unidade entre os territórios de origem e de destino, o que ocorre, através da interação em rede, pela construção das relações sociais no processo de desterritorialização-reterritorialização.

É fundamental, portanto, considerar as redes nos estudos migratórios para mostrar e explicar as interações, os fatores, os direcionamentos, as influências, enfim, o jogo de poder e o movimento, o vai e vem, às vezes mais intenso e veloz, às vezes mais lento e frágil; para explicitar a interdependência e complementaridade dos lugares, as sobreposições e articulações territoriais (SAQUET, 2008).

Numa perspectiva similar, Santos (2007) propõe compreender a migração como um processo nodal: isso significa compreender o movimento da população no espaço e suas diversas interligações, sobretudo através de malhas, que são construídas por relações sociais compostas pelos vínculos de amizade e parentesco. Segundo a autora, “a rede é sobretudo uma relação social, que prescinde do território como lugar do seu acontecimento e movimento” (p. 67).

Para Santos (2007, p. 69), a migração é um fato eminentemente político (e, portanto, de poder) e se liga ao território, ao processo de reterritorialização. Logo, nessa perspectiva, a compreensão das redes sociais possibilita trazer à luz e apreender o conteúdo cotidiano das práticas espaciais/sociais dos migrantes, atores que produzem significados e, por isso, ressignificam suas relações sociais (e, por extensão sua base material e simbólica) através das experiências imediatas (individuais e coletivas) que efetivam no território de destino.

Desse modo, a rede “possibilita-nos conhecer e compreender o sentido e o significado de suas ações, trazendo assim à luz experiências imediatas/coletivas que permanecem silenciadas e submersas” (SANTOS, 2007, p. 69). Para a autora, a rede “forma um espaço social onde é tecida uma variabilidade de ações intersubjetivas, como relações de poder, conflito, consenso, força, dissenso e sentimento de solidariedade e compaixão” (p. 70).

Logo, o território é a base material e simbólica, o espaço-tempo que permite ao migrante reconstruir suas relações sociais (domésticas e/ou familiares) e reterritorializar-se, pois:

Colocar o território como o ponto nodal, significa, sobretudo, reconhecer que o movimento da população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao se territorializar, a migração torna-se uma questão da sociedade e não dos migrantes, em sua invisível rede de solidariedade doméstica (SANTOS, 2007, p. 70).

Entretanto, além da solidariedade amistosa da rede pessoal (parentes e amigos), é necessário perguntar: quem são os outros participantes das redes de migrações e onde e como se conectam suas relações? Se a primeira propriedade das redes é a conexão e, no caso da rede social, conectar pessoas, quais são e como ocorrem as relações entre as múltiplas territorialidades e o território? Assim, durante as migrações, as redes são tecidas através do cotidiano, das relações entre amigos, parentes e não-migrantes, na igreja, no trabalho, na rua, na festa, enfim, na miríade de relações sociais que vão reterritorializando o migrante no território de destino.

Nesse contexto, na migração, a construção de redes perpassa por uma complexa rede de relações que envolvem e são envolvidas por diferentes indivíduos, grupos sociais, interesses e territórios:

A rede de migrantes consiste em ligações sociais que ligam comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidas por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. As relações sociais que constituem as redes sociais de migrantes não são exclusivas aos migrantes, mas se desenvolvem como um resultado de laços humanos universais que são moldados por circunstâncias especiais na migração (...). Esses laços sociais não são criados pelo processo migratório mas adaptados a ele, e ao longo do tempo são reforçados pela experiência comum da própria migração (MASSEY *et al apud* SANTOS 2007, p. 59).

As redes tornam-se portadoras de uma identidade construída entre territórios, na mobilidade e, pertencendo à rede, o migrante objetiva-subjetiva um território interativo, relacional, no qual a identidade poder ser compartilhada e modificada com os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral.

A construção das redes na migração está na base da conexão entre territórios, sobretudo entre os de origem e os de destino: isso possibilita a produção de territórios em rede na mobilidade espacial. A abordagem do território em rede é construída a partir das relações sociais que, produzidas no *interior* do processo migratório, estão vinculadas não só ao território mas também ao peso heurístico que é conferido às relações sociais entre migrantes e não-migrantes, às interações, comunicações e informações que criam os trunfos territoriais, os estranhamentos, a construção de identidades e representações, conflitualidades e cooperações, redefinições e adaptações, enfim, as territorialidades cotidianas e a *reterritorialização em rede*.

Considerações finais

As teorias migratórias consideradas clássicas apoiaram-se, principalmente, em análises macroeconômicas, dando ênfase, sobretudo, às determinações econômicas e pouca consideração às dimensões política e cultural do processo migratório. Ao priorizar os processos econômicos, a migração, muitas vezes, esteve limitada à análise de oferta e procura de empregos ou na teoria da expulsão e atração de determinadas regiões, de equilíbrio e desequilíbrio econômico, fundamentalmente, entre regiões desigualmente desenvolvidas.

A experiência cotidiana dos que saem de um território para o outro, a variabilidade de suas práticas sociais, as *estratégias* e os *recursos* que disponibilizam, os contatos tecidos no trajeto da migração, as relações da sociabilidade e de estranhamento entre os migrantes e as articulações internas e externas ao seu grupo apresentam-se ausentes das análises macroestruturais.

Por isso, estamos refletindo sobre a possibilidade de compreender a migração por meio de uma concepção histórica e relacional do território com destaque para seu caráter reticular e multidimensional, ou seja, para os processos e fatores econômicos, políticos e culturais. Isso possibilita a compreensão das redes de relações (ligações, interações...) no processo migratório, buscando recuperar e analisar traços econômicos, políticos e culturais durante as trajetórias dos migrantes e suas reterritorializações. Aprender as estratégias desenvolvidas durante o percurso da mobilidade, as ações criadas entre migrantes e não-migrantes no território de destino e com o território de origem, os *vínculos* culturais e econômicos, os contatos tecidos na mobilidade, os contatos cotidianos entre migrantes que

contribuem para o processo de reterritorialização e que são estabelecidos entre amigos e parentes, no trabalho, na festa, na rua, perpassa pela construção de territórios em rede. Pertencer à rede social na migração implica oportunizar recursos e informações, o que permite ao migrante amenizar as dificuldades de sua trajetória, instalação e adaptação, desde sua partida até a hospedagem no local de destino, além da abertura de possibilidades e/ou garantia do emprego.

Desse modo, entendemos a migração como um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por elas. Compreendemos que, a partir da perspectiva geográfica aqui descrita, é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementaridades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no cotidiano, durante as trajetórias e reterritorializações sustentadas por territórios reticulares. Assim, as estratégias migratórias e, sobretudo, as relações sociais (de apoio, de solidariedade e de estranhamento) produzem, na migração, as conexões, interações e sobreposições territoriais na construção do território em rede.

Referências bibliográficas

FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ouro Preto: ABEP, 2002.

HAESBAERT, Rogério. A noção de rede regional: reflexões a partir da migração “gaúcha” no Brasil. Revista Território, ano III, nº 4, jan./jun. 1998, pp. 55-71.

_____. O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

PEDONE, Claudia. “Tu siempre jalas a los tuyos”: cadenas y redes migratórias de las familias ecuatorianas hacia España. Tese de Doutorado. Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

PEDONE, Claudia. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 69 (49), 1 de agosto de 2000. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>, acesso em 25/09/2008.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMELLA, Franco. Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios. In: BJERG, María; OTERO, Hernán (Orgs.). Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995, pp. 9-21.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C. SILVEIRA, R. L. da. Redes, sociedades e territórios. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, pp. 51-78.

SAQUET, Marcos. Os tempos e os territórios da colonização italiana. Porto Alegre/RS: EST Edições, 2003 (2001).

_____. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro *et al.* A emergência a multiterritorialidade. A resignificação da relação do humano com o espaço. Canoas/Porto Alegre: ULBRA/UFRGS, 2008, p.47-60.

La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable

José Antonio Segrelles

Doutor em Geografia pela Universidade de Alicante (1990)
Profesor del Departamento de Geografía Humana de la Universidad de Alicante
Correo electrónico: ja.segrelles@ua.es

Resumen

El progresivo deterioro ambiental y la creciente destrucción de los recursos naturales a escala planetaria constituyen una clara evidencia de lo que es capaz de generar un modelo basado exclusivamente en el crecimiento económico y la obtención de beneficios inmediatos, pero también son un signo elocuente de los propios límites que presenta el capitalismo, pues este modo de producción no puede renunciar a la explotación de la mano de obra y de los países dependientes ni al saqueo de los recursos naturales. Por lo tanto, no puede haber acuerdo o convivencia armónica entre la ecología y el desarrollo sostenible, por un lado, y la economía de mercado, por otro, puesto que son claramente incompatibles. El capitalismo, con su lógica inmanente, hace inviable tanto la ecología ambiental como la ecología social, al mismo tiempo que el desarrollo sostenible es una falacia del sistema porque en su mismo nombre encierra una contradicción insuperable.

Palabras-clave: Ecología, desarrollo sostenible, capitalismo, contradicción insuperable.

Resumo

Ecologia e Desenvolvimento Sustentável contra o Capitalismo: uma contradição insuperável

A deterioração ambiental progressiva e a destruição crescente dos recursos naturais em uma escala planetária são claras evidências do que é capaz de gerar um modelo baseado puramente no crescimento econômico e na obtenção de retornos imediatos. Entretanto, são igualmente um sinal certo dos limites do Capitalismo, pois este modo de produção não pode renunciar a exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais dos países dependentes. Portanto, não pode haver acordo de convivência harmônica entre ecologia e desenvolvimento sustentável, de um lado, e a economia de mercado, de outro, pois são claramente incompatíveis. O capitalismo, com sua lógica imanente, faz inviável tanto a ecologia ambiental como a ecologia social, ao mesmo tempo que o desenvolvimento sustentável é uma falácia do sistema, porque em seu mesmo nome encerra uma contradição insuperável.

Palavras-chaves: Ecologia; desenvolvimento sustentável; capitalismo; contradição intransponível.

Abstract

Ecology and Sustainable Development versus Capitalism: an insurmountable contradiction

Progressive environmental deterioration and the growing destruction of natural resources on a planetary scale are clear-cut evidence of what a model based purely on economic growth and an immediate return of profit is capable of generating. However, they are also a sure sign of the limits of capitalism itself, since this means of production cannot operate without exploiting both labour and developing countries, or without plundering natural resources. Ecology and sustainable development on the one hand and the market economy on the other are thus clearly incompatible and there can therefore be neither agreement nor harmonious coexistence between the two. The inherent logic of capitalism renders both environmental and social ecology unviable, while sustainable development is a fallacy of the system, its very name enshrining an insurmountable contradiction.

Keywords: Ecology; sustainable development; capitalism; insurmountable contradiction.

Es desde la esperanza, y no desde la nostalgia, que hay que reivindicar el modo comunitario de producción y de vida, fundado en la solidaridad y no en la codicia, la relación de identidad entre el hombre y la naturaleza y las viejas costumbres de libertad (Eduardo Galeano (2002): El Tigre Azul y otros relatos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, p. 128)

Introducción

Como señala el ecólogo E. Leff (1998), los actuales problemas ambientales aparecen durante las últimas décadas del siglo XX como una *crisis de civilización* donde se cuestiona la racionalidad económica y la tecnología dominantes.

Esta situación crítica ha sido y es objeto de un intenso debate intelectual (Reques, 2001) que se ha intentado explicar, sobre todo en el mundo desarrollado, con renovados argumentos malthusianos, como resultado de la presión que el desaforado crecimiento poblacional ejerce sobre los limitados y ya muy castigados recursos naturales de la tierra (Arango y Espina, 1980; Cohen, 1995; Ehrlich y Ehrlich, 1993; Freenberg, 1982; Sartori y Mazzoleni, 2003). Por su parte, otros autores (Boff, 1997, 2000, 2006; Cabrera, 2002; Foster, 2002; Leff, 1998; Martínez Alier, 1991, 1992, 2005; Meadows *et alli*, 1972; Redcliff, 1987; Sachs, 2002), con una visión que predomina en los países subdesarrollados, piensan que la superpoblación, el crecimiento demográfico exponencial y la progresiva escasez de alimentos no son más que un mito interesado y que la pobreza es la causa de la superpoblación y no el revés¹. Además, analizan el problema ambiental como el resultado de la aplicación indiscriminada de las tecnologías contaminantes, el modo de producción imperante y las pautas consuntivas de los países ricos, dentro de un marco teórico-conceptual dialéctico, sistémico y holístico que no utiliza esos subterfugios y ambigüedades tan habituales en los análisis del fenómeno ecológico que se realizan en el seno de algunas ciencias sociales².

¹ Según estos autores, no es el creciente deterioro ambiental el que genera la pobreza, sino que sería ésta la causa fundamental de la progresiva degradación ecológica que experimenta el planeta.

² En numerosas ocasiones resulta curioso y a la vez incomprensible que se hayan realizado estudios de ciencias sociales muy rigurosos y amplios, bajo marcos teórico-conceptuales adecuados, sobre el ambiente y su progresivo deterioro y que en ellos no aparezca siquiera el término *capitalismo*, cuando este sistema

Por lo tanto, estos problemas ambientales característicos de la civilización moderna se pueden y deben explicar como el resultado de la acumulación y reproducción del capital y de la maximización de los beneficios en el menor tiempo posible, hecho que propicia un modelo tecnológico de uso y ritmos de explotación de la naturaleza que de forma progresiva han agotado los recursos naturales, contaminado el medio, degradado la tierra fértil y afectado a las condiciones de regeneración de los ecosistemas.

El progresivo deterioro ambiental y la creciente destrucción de los recursos naturales a escala planetaria constituyen una clara evidencia de lo que es capaz de generar un modelo basado exclusivamente en el crecimiento económico y la obtención de beneficios inmediatos, pero también son un signo elocuente de los propios límites que presenta el capitalismo.

El sistema capitalista ha demostrado durante varios siglos una capacidad enorme de autotransformación que le ha permitido adaptarse a los tiempos y a sus necesidades e intereses. Dada la incuestionable incapacidad que ha mostrado la economía de mercado para evitar la destrucción ecológica, acortar la brecha que separa a los ricos de los pobres (Athanasίου, 1996; Boff, 1997) y asegurar una calidad de vida digna a la mayoría de la población, en un editorial del diario *El País* (Madrid, 12 de julio de 2007) se dice que el neoliberalismo ya no goza de buena acogida en muchos lugares del mundo y entre diferentes colectivos sociales³. Esta aseveración, ante el peligro de un más que probable colapso ambiental a medio plazo, refleja la urgencia que el sistema capitalista tiene de transformarse de nuevo, si puede ser ofreciendo un amable rostro “ecológico” y “sostenible”, estrategia que ya desarrolla desde hace varios lustros con notable éxito.

Pese a la nueva imagen sostenible y ecológica que se intenta difundir, el mercado sigue imperando por doquier y sólo falta comprobar qué definitiva forma adoptará y que subterfugios utilizará para alejar las críticas y continuar cumpliendo sus objetivos inherentes: la acumulación y reproducción del capital. Sin embargo, a menudo se olvida, tal vez por ignorancia, quizás por cinismo, que el sistema capitalista tiene unos límites claros porque del mismo modo que no es reformable hasta el punto de renunciar a la explotación de la mano de obra o de los países dependientes, tampoco podría suprimir nunca la depredación de los recursos naturales y la destrucción ecológica.

Es más, resulta difícil que la mundialización de la economía, la liberalización comercial y el omnipresente mercado puedan asegurar un equilibrio armonioso entre la producción material y la conservación de la naturaleza. Dicho equilibrio es sencillamente incompatible con una economía mundial y un modelo de crecimiento que se sustentan en la obtención ilimitada de beneficios por parte de unas empresas que por definición persiguen este objetivo y compiten unas con otras en un mercado libre y global.

¿Es posible un Capitalismo Ecológico y Social?

El capitalismo no sólo debe entenderse como un simple modo de producción, sino también como una cultura con gran poder para adormecer las conciencias e impulsar la profusión de ideas que bloquean la capacidad de respuesta de las sociedades, sobre todo en los países ricos. El sistema capitalista ha sido capaz de penetrar en las mentes, muchas veces mediante el ahogo de cualquier intento de reflexión libre y el rechazo de todo aquel razonamiento que no se ajuste a la doctrina imperante, lo que se ha agudizado con la extensión de esa fase expansiva del capitalismo internacional que se conoce con el nombre

socioeconómico es prácticamente omnipresente en el mundo y, por lo tanto, condiciona e imprime sus exigencias a cualquier manifestación social, económica, política, cultural o ecológica.

³ Lo mismo ocurre en el caso de América Latina con el llamado *Consenso de Washington* del Fondo Monetario Internacional (FMI), que se caracteriza por imponer las ideas y patrones neoliberales en los países de la región y que cada vez es más cuestionado.

de *mundialización*⁴ (Bauman, 1998; Chesnais, 1997; Gowan, 2000; Hirst y Thompson, 1996; Houtart, 1994).

No se debe olvidar que la denominada cultura capitalista, derivada en realidad de su modo de producción, exalta el valor del individuo frente al colectivo, garantiza la apropiación privada de la riqueza conseguida con el trabajo de todos, intenta maximizar las ganancias con la mínima inversión posible, coloca como piedra angular de su dinámico comportamiento la competencia de todos contra todos, procura transformar todo en mercancía para tener siempre beneficios, se basa en la creación constante de necesidades artificiales e instaura el mercado (mundializado, en la actualidad) como el principal mecanismo que articula la totalidad de los procesos de producción, competencia, distribución y consumo.

El principal instrumento de este mecanismo es la publicidad, que puede ser considerada como la fuerza de educación y de activación capaz de provocar los cambios de la demanda que son precisos para que el sistema capitalista siga funcionando a pleno rendimiento. Por su parte, los ciudadanos pierden su rol de tales para convertirse en simples consumidores que están al servicio de la producción para asegurar de ésta las salidas que reclama. Asimismo, el consumidor se ve en la obligación de adaptarse progresivamente a los requerimientos de las producciones que las modificaciones de los cambios tecnológicos señalan como las más rentables. Ello es indispensable para que la estructura social pueda perpetuarse y, así, se reproduzcan sus desigualdades jerárquicas y se mantengan inalterados los mecanismos de dominación de las clases privilegiadas.

Huelga insistir en que el crecimiento capitalista se fundamenta en una permanente creación de necesidades, muchas de ellas artificiales, para sostener la demanda de nuevos bienes que es la que lo nutre. La sociedad capitalista de nuestros días enraíza su existencia en la producción industrial de bienes de consumo masivos, bienes que precisan una desvalorización permanente y ser desechados para continuar fabricando nuevos productos que los sustituyan, en un proceso que bien podría llamarse *obsolescencia programada*⁵.

El capitalismo histórico ha demostrado tener una capacidad sin parangón para crear enormes cantidades de bienes materiales, pero no es menos cierto que también ha supuesto una descomunal polarización de la riqueza generada. Muchos individuos se han beneficiado de forma amplia, aunque son legión los que han conocido una reducción muy sustancial de sus ingresos reales, la calidad de su vida y el deterioro progresivo de los recursos necesarios para su subsistencia. En el conjunto espacio-tiempo abarcado por el capitalismo histórico, la acumulación incesante de capital ha significado el continuo ensanchamiento de la distancia real entre las clases sociales y entre los países.

En este proceso de acumulación capitalista hay algunos individuos que viven con comodidad, incluso consumiendo en exceso, mientras que otros, la mayoría de la población mundial, sobreviven a duras penas y en ocasiones languidecen en la más absoluta miseria. Dicho de otra manera, para que a unos pocos les desborde la riqueza es necesario que existan multitudes de desposeídos. Esta desigualdad, lejos de disminuir, como cabría esperar de forma un tanto ingenua una vez terminada la *guerra fría* con la implosión y desmembración de la Unión Soviética en 1991, se ha incrementado durante los últimos decenios, ya que el 20 % de la población mundial más pobre, que concentraba en 1960 el 2,3 % de los ingresos totales, en la actualidad sólo dispone del 1,1 %. Por el contrario, el 20 % más rico absorbía hace cuarenta y cinco años el 70 % de las rentas mundiales y hoy en día supera ya el 85 % (Harnecker, 1999). Es más, la sociedad capitalista posee en su

⁴ Algunos autores hablan de *política de mundialización* y no de *mundialización*, con el fin de que nadie interprete que esto pueda tratarse en ningún caso de un proceso natural.

⁵ Durante los últimos decenios las empresas han invertido en investigación miles de millones de dólares para conseguir materiales, componentes y mecanismos perecederos que obliguen al consumidor a adquirir nuevos bienes en un periodo de tiempo más o menos establecido de antemano, con el objeto de que el aparato productivo no se detenga y continúe produciendo mercancías de forma masiva.

naturaleza un carácter excluyente que hace que sólo pueda ofrecer beneficios que se sustentan en el juego de suma cero, o sea, si alguien gana es porque otro pierde.

Como es sabido y ya ha quedado dicho, la lógica del modo de producción capitalista es la acumulación del capital con el objeto de acumular más capital, en un sistema poco “natural” y más bien absurdo, como lo calificó I. Wallerstein en 1988, cuya esencia inmanente estriba en la creación de contradicciones y desequilibrios “necesarios” entre áreas (centro-periferia), países (desarrollados-subdesarrollados), hábitats (campo-ciudad), actividades económicas (agricultura-industria y servicios), relaciones de producción (capital-trabajo), personas (ricos-pobres) y clases sociales (explotadas y explotadoras). En cualquier caso, la lógica capitalista, tanto en su vertiente de modo de producción como por lo que respecta a las cuestiones culturales, es producir acumulación mediante la explotación de la fuerza de trabajo de las personas, la dominación de unas clases sociales por otras, el sometimiento de los pueblos y la depredación de los recursos naturales del mundo. Asimismo, el capitalismo impone un modelo absolutamente dilapidador en la gestión de los recursos naturales, cuyas características principales son las mentalidades productiva y extractiva a ultranza, nula consideración de los ciclos regenerativos bióticos y de los procesos abióticos e indiferencia total hacia los intereses y necesidades de la mayoría de la población.

M. Pascual (2006) señala que si se observa la naturaleza, ejemplo de empresa de amplio éxito en el tiempo, se puede ver cómo los ecosistemas no se han dedicado a sobreacumular de forma desigual para lograr la supervivencia, sino a mantener una diversidad y un equilibrio que les permitiera enfrentarse de forma colectiva a ciertas alteraciones del medio. El funcionamiento de la naturaleza practica la virtud del equilibrio, pues “sabe” que por encima de cierto umbral, *más es menos*, y por debajo de éste, *menos es más*. El principio de *cuanto más mejor*, que subyace en las prácticas de acumulación de la economía de mercado, se manifiesta no sólo inviable en un sistema ecológico limitado, sino también desajustado, miope y torpe. Por eso, la unificación del espacio económico mundial en los moldes capitalistas y el saqueo sistemático del proceso industrial contra la naturaleza y los seres humanos motivan que el capitalismo sea claramente incompatible con la vida.

Por estos motivos, si alguien pretende la solidaridad con la naturaleza y con los individuos, el respeto a todo lo que es diferente y diverso, la dignidad para los seres humanos y el respeto hacia la vida en cualesquiera de sus manifestaciones, por supuesto no debe buscar en la lógica ni en la cultura del capital. El capitalismo amenaza todos los valores sociales democráticos y pone en riesgo el futuro de las sociedades humanas. Tanto como modo de producción como por lo que respecta a su dimensión cultural, el capitalismo hace inviable la ecología ambiental y social. Ante estos planteamientos, se plantea una dicotomía diáfana: o triunfa el capitalismo al ocupar todos los espacios físicos y mentales, tal como pretende, o triunfa la ecología. Si triunfa el capitalismo, acaba con la ecología y pone en riesgo el sistema-Tierra, aunque si gana la ecología, entonces destruye al capitalismo o lo somete a unas transformaciones que no permiten reconocerlo como tal, según indica el teólogo de la liberación brasileño L. Boff ⁶ (1997, 2006). En cualquier caso, no hay posibilidad de acuerdo, conciliación o convivencia armónica.

Al mismo tiempo, se observa que la naturaleza y la sociedad caminan juntas y sufren de la misma forma la implacable lógica del capital. En este sentido, los grupos humanos están indisolublemente ligados a nuestro planeta, de forma que los problemas ambientales son problemas socioecológicos, mientras que los problemas sociales también son problemas socioambientales. Diversos términos, como los de deuda ecológica, justicia ambiental, ecología de los pobres, refugiados ecológicos o conflictos ecológico-distributivos, entre otros, demuestran que existen luchas que comprenden la interdependencia entre los

⁶ Recibió el Premio Right Livelihood (Correcto Modo de Vida), conocido como el Nobel Alternativo, en 2001 por unir en su vida la espiritualidad, la justicia social y la protección del ambiente.

seres humanos y el medio del que forman parte. Por lo tanto, evidencian que nuestras miserias, las humanas y las del resto de la biosfera, están encadenadas (Martínez Alier, 1991, 1992, 2005).

Por todo ello, la economía de mercado constituye un sistema compulsivo que si se le permite operar según los designios de la denominada “mano invisible” conduce de forma inexorable al desastre natural y social. La disyuntiva es clara: o los agentes económicos quedan rezagados en la carrera de la competencia o participan de forma activa en la destrucción de los fundamentos de la vida en la Tierra. Es evidente que el éxito en la competencia obliga a la destrucción de la naturaleza y de los seres humanos. Dado que en la sacrosanta economía de mercado lo único intocable es la competencia, es fácil deducir que la misma impulsa la destrucción social y ambiental. De ahí que *mercado* y *sustentabilidad* puedan ser considerados conceptos antagónicos.

En esta misma línea, R. González Sousa (2001) se plantea la incompatibilidad existente entre los procesos de mundialización capitalista y sostenibilidad en los países subdesarrollados, lugares en los que la contaminación y destrucción del medio son especialmente graves y donde la ecología ambiental y la ecología social van indefectiblemente unidas. Las estrategias globales aplicadas en estas naciones estimulan las actividades vinculadas al sector externo, incrementan la dependencia alimenticia, priman los cultivos de exportación, concentran la propiedad de la tierra, generan marginación, desempleo y pobreza, provocan graves problemas ecológicos y alejan cualquier aprovechamiento sostenible y socialmente justo. La pobreza como principal causa de deterioro ambiental es una idea defendida y argumentada por J. Martínez Alier desde el año 1991.

Dado que el capitalismo no sólo pretende dominar la naturaleza, sino saquearla y esquilmarla, si llegara a asumir el discurso ecológico y ambiental se debería a tres razones fundamentales: para espiritualizarlo y, de este modo, vaciarlo de contenido y de toda reivindicación realmente sostenible, para obtener ganancias o para imposibilitarlo y, por consiguiente, destruirlo por incómodo y peligroso para sus fines de acumulación. Esto es especialmente grave en los países subdesarrollados, aunque las naciones ricas tampoco escapan a la lógica destructiva y contaminante del modo de producción y cultura capitalistas.

La deuda ecológica: una revitalización del clásico intercambio desigual

Después de varias décadas de escribir ríos de tinta sobre la asfixiante deuda externa de muchos países subdesarrollados, fenómeno que resulta fundamental para el progresivo deterioro ambiental y la creciente injusticia social de estas naciones, en la actualidad cobra relevancia y se difunde cada vez más la noción de *deuda ecológica*. Este concepto encierra la obligación contraída por los países ricos como consecuencia del expolio continuo de los recursos naturales de los países empobrecidos, un intercambio comercial desigual y el aprovechamiento exclusivo del espacio ambiental global como sumidero para sus residuos.

En el caso de América Latina, la inserción de la región en la economía y el comercio mundiales estuvo desde el etapa colonial determinada por unas relaciones dependientes centro-periferia. Su estructura productiva se organizaba conforme a lo que demandaba la metrópoli sin que importaran lo más mínimo la sobreexplotación o los desequilibrios económicos, sociales, ambientales y territoriales. La conquista de españoles y portugueses introdujo ritmos de trabajo y técnicas que posibilitaban el expolio de las riquezas naturales sin más límite que la voracidad del mercado, hasta el punto de acercarse peligrosamente incluso al exterminio de los elementos más valiosos de la naturaleza latinoamericana: los amerindios. Durante los siglos posteriores se reprodujo el mismo esquema de dominación y depredación social y ecológica con la colonización de otras zonas del mundo por parte de ingleses, franceses, holandeses, italianos y belgas.

Por lo tanto, el proceso de explotación de los recursos naturales de los países subdesarrollados no ha dejado de aumentar desde los inicios de la colonización capitalista

en la medida en que también aumentan sus componentes. Dichos componentes, según indica D. Hoyos (2006), son los siguientes:

- 1.) *Deuda del carbono*. Es la deuda adquirida por los países industrializados con motivo de su desproporcionada contaminación de la atmósfera mediante la emisión de gases de efecto invernadero⁷.
- 2.) *Biopiratería*. Apropiación intelectual con fines mercantiles de experiencias y conocimientos locales e indígenas por parte de las empresas farmacéuticas y laboratorios de los países ricos.
- 3.) *Pasivos ambientales*. Se trata del conjunto de daños que causan en el entorno natural de los países subdesarrollados la acción de las corporaciones multinacionales.
- 4.) *Transporte de residuos sólidos*. Estos residuos se generan en los países ricos y se depositan en los países pobres⁸.

Todo esto induce a pensar que la economía de mercado tiene un comportamiento rápido y a corto plazo en sus actitudes y manifestaciones económicas, dado que lo único que importa son los rendimientos inmediatos, hecho que hace aumentar la explotación indiscriminada de los recursos naturales y en consecuencia contradecir de hecho los principios básicos del desarrollo sostenible por su manifiesta falta de solidaridad intergeneracional. Como las necesidades y ritmos económicos del modo de producción capitalista no se adaptan a los biológicos y ambientales, la deuda ecológica seguirá aumentando, de modo que no sólo la sostenibilidad deviene imposible, sino que se convierte en perentoria la necesidad de cambiar el modelo socioeconómico imperante y de que cambie la situación actual en la que la riqueza de los países desarrollados se fundamenta en la pobreza de las naciones subdesarrolladas. Ante esta realidad cabe preguntarse entonces, ¿quién debe a quién? ¿Los países pobres deudores a los países ricos acreedores o viceversa? ¿No será que la deuda externa del mundo subdesarrollado lo que hace realmente es enmascarar una deuda ecológica por parte de los países ricos mucho más antigua e injusta debido a la dependencia de los dominados y al intercambio desigual?

El concepto de *agua virtual*⁹ (Allen, 2003), que se ha ido desarrollando con el paso del tiempo, puede ser extrapolado y adaptado al tema de estudio mediante el término *ecología virtual*, es decir, los recursos naturales que se utilizan para producir una mercancía o un servicio, como sucede por ejemplo con los productos alimenticios e industriales o con las actividades turísticas. La importación y exportación de las mercancías implica de hecho la importación y exportación de ecología virtual, pues este concepto permite a los países compartir productos y distribuir beneficios y perjuicios al poner en relación la producción y el consumo de cada uno de los países del mundo mediante sus intercambios mercantiles (Sartori y Mazzoleni, 2003; Chapagain y Hoekstra, 2004).

⁷ Conviene recordar que Estados Unidos, principal país industrializado y, por consiguiente, principal contaminador mundial, aún no ha ratificado el Protocolo de Kioto sobre el cambio climático. Este Protocolo, que entró en vigor el 16 de febrero de 2005, es un instrumento internacional que tiene por objeto, desde que en 1997 se comprometieron los países industrializados, reducir las emisiones de los gases que provocan el calentamiento global, en un porcentaje aproximado del 5 % dentro del periodo que va desde 2008 a 2012 y en comparación con las emisiones de 1990.

⁸ Moisés Naím. (2006) emplea el término *ecomafia*, que, según él, se utiliza mucho en Italia para referirse al tráfico, y a los agentes que lo llevan a cabo, de basuras tóxicas que contaminan el ambiente. Este tráfico de residuos contaminantes, insalubres y peligrosos de los países ricos suele ser vertido en los países subdesarrollados.

⁹ Agua que se utiliza para producir una mercancía o un servicio, como es el caso de las materias primas y productos agroalimentarios, los bienes manufacturados o las actividades turísticas, de ocio y recreación. El volumen mundial de los flujos de *agua virtual* en relación con el comercio internacional de mercancías alcanza 1.600 millones de metros cúbicos por año. Alrededor de un 80 % de ese flujo se asocia con el comercio de productos agropecuarios, mientras que un 16 % del uso del agua en el mundo no se corresponde con la producción de bienes de consumo, sino de mercancías para el comercio exterior.

A este respecto, un porcentaje muy alto de la utilización de los recursos naturales en el mundo no se corresponde con la producción de bienes para el consumo interno, sino con la producción de bienes para la exportación, cuestión que por su carácter injusto ha cobrado gran importancia durante los últimos tiempos. El asunto de la propiedad y el reparto de la tierra ha aglutinado de forma tradicional a las poblaciones campesinas del mundo subdesarrollado, sobre todo en América Latina, provocando diversos movimientos reivindicativos y levantamientos populares de gran trascendencia pública en aras de una reforma agraria. Sin embargo, el uso y dedicación de la tierra apenas se ha planteado hasta ahora en términos sociopolíticos, toda vez que desde hace algo más de tres lustros se ha producido en la mayoría de los países empobrecidos una reorganización sin precedentes de los espacios y aprovechamientos agrícolas, pecuarios y forestales. Dicha reorganización está motivada por dos fenómenos muy activos e intensos que en el fondo son la misma cosa y tienen idénticas consecuencias: la difusión generalizada del complejo cereales-carne y la necesidad imperiosa de exportar que estos países tienen para pagar sus abultadas y asfixiantes deudas externas (Segrelles, 2004).

El origen de la paradoja por la que varios países latinoamericanos dotados de vastas extensiones de uso agropecuario y abundantes recursos naturales, como Brasil, Colombia o México, no pueden ser autosuficientes en materia alimenticia, estriba en un asfixiante endeudamiento que les obliga a conseguir divisas a cualquier precio. El objetivo de los planes de ajuste estructural que el Fondo Monetario Internacional (FMI) o el Banco Mundial (BM) imponen a los países con problemas de crédito se centra en que estas naciones exporten cada vez más para que no dejen de pagar los elevados intereses de sus abultadas deudas externas. Es así como muchos países latinoamericanos se ven obligados a reorientar su producción agropecuaria o a sobreexplotar sus recursos naturales, pero siempre con el norte de dirigirse a los mercados exteriores en detrimento del consumo local y el respeto ecológico. Este sería un caso claro de degradación ambiental derivada de la presión que la producción ejerce sobre los recursos, pues existen territorios, como sucede en gran parte de América Latina, que son exportadores netos de productos agropecuarios y al mismo tiempo ofrecen un fuerte deterioro ecológico que no puede en ningún caso atribuirse a una presión excesiva de la población autóctona sobre los recursos naturales (Martínez Alier, 2005).

La reorganización de los espacios y usos agropecuarios que representa la difusión de un modelo agroexportador les lleva a importar cantidades crecientes de trigo y a dedicar las superficies de cultivo a los productos para la exportación, que en realidad lo que hacen es complementar la demanda de los países ricos en detrimento de los productos para el consumo local. Es así como en muchos de estos países avanzan los cultivos comerciales (soja, caña de azúcar, cítricos, flores, frutas de clima templado, hortalizas) y sufren un retroceso categórico los productos que de forma tradicional han alimentado a la población autóctona (arroz, boniato, frijol, mandioca, patata, trigo, yuca).

Se debe tener en cuenta, además, que cuando un país subdesarrollado remite una cantidad determinada de dólares para el pago de los intereses de su deuda externa, lo que está enviando también al exterior es una cierta cantidad de recursos naturales y trabajo humano incorporado. Dado que, en general, la exportación de manufacturas y servicios es pequeña, estos países se ven obligados a enviar una creciente cantidad de recursos naturales y materias primas agroalimentarias con el objeto de recaudar divisas que servirán, como se ha mencionado arriba, para pagar estas deudas y sostener el modelo productivo vigente. Estas divisas se destinan en su mayor parte a pagar la deuda externa, y sólo en el caso de que haya un sobrante se dedican al gasto social (sanidad, educación, vivienda).

Otro concepto de interés es el de *huella hídrica*¹⁰, que también puede adaptarse a las cuestiones ambientales mediante la noción de *huella ecológica*, pues la producción de los bienes y servicios que consumen los habitantes de un lugar imprime una huella concreta en

¹⁰ Volumen de agua necesario para producir los bienes y servicios consumidos por los habitantes de un territorio determinado. Se puede distinguir entre la *huella hídrica interna*, es decir, el volumen de agua utilizado que proviene de los recursos hídricos del país, y la *huella hídrica externa*, o sea, el volumen de agua empleado proveniente de otros países.

el territorio. Esta huella tendrá mayor o menor impacto dependiendo de las características productivas del modo de producción imperante. Por supuesto, igual que sucede con el agua, habría que distinguir entre una *huella ecológica interna* (cantidad de recursos naturales utilizada en la producción que proviene del propio país) y una *huella ecológica externa* (cantidad de recursos naturales empleada en la producción que procede de otros países). Para determinar la *huella ecológica* de un país se deberían tener en cuenta los factores siguientes: el volumen de consumo (relacionado con los ingresos nacionales brutos), los patrones de consumo (por ejemplo, alto consumo de carne frente a bajo consumo de la misma), las prácticas agropecuarias y forestales (intensivas, extensivas, sostenibles) y el grado de dependencia del país y su posición en el comercio internacional. De todo esto es sencillo deducir la importancia de la *huella ecológica* que los países ricos imprimen en los pobres y la *ecología virtual* que es “transferida” desde el mundo subdesarrollado hasta el desarrollado.

De estas consideraciones se deduce que *ecología virtual* y *huella ecológica* son conceptos íntimamente ligados, sobre todo en estos tiempos de liberalización comercial a ultranza y aumento de los intercambios mercantiles en el mundo. Valórese al respecto, como ejemplo ilustrativo, la expansión relativamente reciente de esa “cultura de la carne” que aparece como responsable de que gran parte de las tierras arables del mundo se utilicen para cultivar plantas que después se emplean para fabricar piensos para la ganadería intensiva (fundamentalmente cereales y oleaginosas) en vez de dedicarlas al cultivo de alimentos para las personas. De este modo, por influencia de algunos países, como Estados Unidos, y sus empresas transnacionales del sector agroalimentario, se crea una cadena alimentaria artificial donde el principal eslabón está representado por la carne, sobre todo la de vacuno. El ganado alimentado con cereales y oleaginosas en vez de forrajes se destina a satisfacer la demanda de los consumidores de los países ricos, mientras que en los países pobres, bastantes de ellos con excedentes alimenticios, mucha gente se encuentra desnutrida e incluso muere literalmente de hambre. A estos problemas sociales se suman los inconvenientes ambientales, la pérdida de biodiversidad, la contaminación y la deforestación que representan los métodos intensivos de producción, el monocultivo y la creación de nuevos espacios agrícolas y ganaderos.

Todo esto podría verse agudizado de forma dramática en el futuro inmediato si prosperaran las iniciativas, auspiciadas por Estados Unidos, que se encaminan hacia la utilización masiva de combustibles de origen vegetal (biocombustibles) en los automóviles y máquinas del mundo desarrollado (Holtz-Giménez, 2007).

Con el desarrollo de la mundialización de la economía, la profundización de la división internacional del trabajo y la progresiva liberalización comercial a escala planetaria, es muy probable que crezcan las interdependencias y las externalidades relacionadas con el uso de los recursos naturales, hecho que llevará sin duda a la generación de acres conflictos geopolíticos y económicos por el control y explotación de la naturaleza.

Buena muestra de ello son los programas denominados Canje de Deuda por Naturaleza, que nacen como consecuencia de las crisis económicas de las décadas de los años ochenta y noventa del siglo XX con el objeto de reducir el peso financiero que ahogaba a la mayoría de los países subdesarrollados, y se han encaminado hacia el teórico alivio de la deuda externa a cambio del respeto ambiental y el inicio de actividades orientadas a la descontaminación y la repoblación forestal. Este mecanismo ha sido implementado por Estados Unidos y a simple vista se trata de un acuerdo entre este país y el gobierno de una nación pobre deudora, mediante el que la potencia norteamericana exonera del pago de una parte de la deuda externa a ese Estado. En contrapartida, el país deudor debe invertir determinada cantidad de dinero que Estados Unidos le concede en llevar a cabo ciertos proyectos encaminados hacia la conservación de su ambiente.

Se puede decir, por lo tanto, que este pretendido canje de deuda por naturaleza constituye sin lugar a dudas un complejo mecanismo de dominación perverso, puesto que aparece como un nuevo instrumento político y económico del capital internacional para aumentar su dominio tradicional sobre los países subdesarrollados y sus recursos naturales. Con la firma de un acuerdo de este tipo, como ya existen con países como Colombia, El

Salvador, Filipinas, Paraguay o Perú, adquiriría carta de naturaleza el derecho de Estados Unidos y sus empresas transnacionales de adueñarse de los recursos de estos países empobrecidos y dominados. De este modo, el capitalismo sigue siendo fiel a su lógica inherente de acumulación, ya que las grandes corporaciones transnacionales podrían seguir obteniendo materias primas baratas con las que continuar produciendo bienes de forma competitiva y masiva con el fin de generar una gran rentabilidad y satisfacer así la demanda de una sociedad consumista a ultranza.

A la producción de bienes materiales se suma recientemente la oferta de servicios ambientales en los países subdesarrollados, que también son controlados por los países ricos y sus firmas transnacionales y que implican de hecho la privatización de tierras, aguas, especies animales y vegetales y parajes singulares, sin importar lo más mínimo la fractura social y la degradación del medio que sus prácticas producen.

La falacia del desarrollo sostenible

El desarrollo sostenible se ha convertido en un concepto polivalente que se recita como una especie de *mantra* por parte de todo tipo de agentes económicos, sociales, políticos, culturales y ambientales, incluso por aquellos que más contribuyen con sus acciones, estrategias o políticas al deterioro ambiental y a la destrucción de los ecosistemas en todo el mundo. Hasta la Organización Mundial del Comercio (OMC) intenta convencer a la opinión pública de sus excelencias insistiendo en que no se trata de una organización antiambiental porque en su normativa existen varias referencias al ambiente y al necesario desarrollo sostenible.

En el preámbulo del Acuerdo de Marrakech (1994) se dice que la OMC tiene como fin acrecentar la producción y el comercio de bienes y servicios, permitiendo al mismo tiempo la utilización óptima de los recursos naturales mundiales en conformidad con el objetivo de conseguir un desarrollo sostenible. Desde luego, es cierto que la OMC pretende aumentar la producción y el comercio internacional de mercancías y servicios libre de trabas aduaneras, pues ésta es su razón de ser, un instrumento legal al servicio del capital, pero no es verdad que entre sus pretensiones figure el desarrollo sostenible con la óptima utilización de los recursos.

La liberalización mercantil a escala planetaria, auspiciada por la OMC, constituye un acicate que las grandes empresas transnacionales de los países ricos y las oligarquías de los países pobres tienen para producir más y con menores costes y, por lo tanto, incrementar las exportaciones. El aumento de la producción y el comercio y la búsqueda de mano de obra y materias primas baratas con el fin de reducir los costes productivos está representando un renovado ciclo de sobreexplotación de los recursos naturales y mayores agresiones ambientales para los ya muy castigados ecosistemas de los países subdesarrollados. Además, el comercio capitalista se caracteriza por “externalizar” los costes ecológicos de sus actividades al conjunto de la sociedad en lugar de reflejarlos en los precios que los consumidores pagan por los bienes y servicios que adquieren.

De hecho, las corporaciones transnacionales y las empresas locales, fundamentalmente las de tipo agropecuario y agroindustrial, no consideran la protección del ambiente y de los recursos naturales como factores fundamentales para un desarrollo sostenible y respetuoso con el entorno, sino como una traba para el comercio, similar a una barrera no arancelaria que merma la competitividad de muchos productos o mercados importantes y perjudica a los intercambios mercantiles. De ahí el escaso éxito de las propuestas que abogan por la introducción de cláusulas ecológicas en los acuerdos comerciales internacionales, excepto cuando las mismas sirven como barreras no arancelarias de los países ricos frente a las importaciones desde los países pobres o se utilizan como instrumento de las potencias para seguir controlando la economía del mundo

subdesarrollado bajo la cínica bandera de la ecología o el desarrollo sostenible, que en realidad es lo que menos les importa ¹¹.

J. M. Naredo (2004) escribe que una manera muy sencilla de que los beneficios empresariales crezcan estriba en cargar los costes y deterioros sobre esa tierra de nadie que es el medio, que queda fuera del registro contable, o trasladarlos a lugares lejanos, normalmente subdesarrollados. La lucha por mejorar la rentabilidad ha constituido siempre una potente y despiadada máquina de generar daños ambientales y sociales.

Incluso el reciente interés de la Unión Europea (UE) por el desarrollo sostenible y la multifuncionalidad agrorural también está íntimamente relacionada con las exigencias de los organismos comerciales internacionales, como la OMC. Tras varias décadas de productivismo a ultranza, con el consiguiente coste para el medio, la vocación rural (no exclusivamente agrícola), sostenible y ambiental de la UE hubiera tardado más en manifestarse de no ser por estas presiones internacionales, la generación crónica de excedente y los insostenibles gastos presupuestarios que representaban sus políticas agrarias. Es decir, que de la necesidad ha hecho virtud.

De todos modos, pese al recorte presupuestario y al predominio de los discursos oficiales de tipo ambiental, sostenible y multifuncional, la Política Agraria Común (PAC) sigue defendiendo un modelo agrario de elevada productividad para mantener la eficacia económica de su agricultura y la competitividad en los mercados mundiales. Al mismo tiempo, la PAC también continúa manteniendo un alto grado de protección agropecuaria, aunque si bien es cierto que bajo una nueva retórica de sostenibilidad, multifuncionalidad y pluriactividad campesina. Resulta evidente que estos nuevos conceptos sobre los que gira la agricultura europea, concretados en las sucesivas reformas de la PAC (sobre todo en la denominada Agenda 2000)¹², sirven de hecho para legitimar, mediante fundamentos aceptables para la sociedad y para la OMC, la permanencia de una política agraria renovada.

Otra prueba fehaciente de la falacia que representa el desarrollo sostenible se aglutina en torno a los tres problemas fundamentales que, entre otros, genera el capitalismo: el agotamiento y extinción de los recursos naturales (tierras fértiles, agua, fuentes de energía, bosques y selvas, biodiversidad animal y vegetal), el precario equilibrio del sistema Tierra (armamento nuclear, combustibles fósiles, cambio climático, efecto invernadero) y la injusticia social en el mundo (desigualdad, inequidad, divergencia, desequilibrio).

Como señala L. Boff (2006), este cataclismo social y ambiental no es inocente ni natural, pues aparece como el resultado directo de un tipo de desarrollo que no mide las consecuencias de sus actos sobre la naturaleza y sobre las relaciones sociales. Por eso, el denominado desarrollo sostenible constituye una trampa del sistema capitalista, que evidencia una contradicción en su mismo nombre. Buena prueba de ello es que el término *desarrollo* está tomado de la economía de mercado, mientras que la noción *sostenibilidad* procede de las ciencias ecológicas y biológicas. El desarrollo capitalista, aunque sería más apropiado decir crecimiento, es desigual y desequilibrado, puesto que acumula para una parte mínima de la población mundial a costa de la mayoría de sus habitantes, que se ven perjudicados y excluidos. Este crecimiento pretende ser lineal y siempre en aumento. Por su parte, la sostenibilidad se encuentra relacionada con la capacidad que un ecosistema tiene

¹¹ Valga como ejemplo de este hecho el caso de la COCEF (Comisión de Cooperación Ecológica de la Frontera Norte), organismo bilateral conformado por Estados Unidos y México que oficialmente apoya y potencia aquellos proyectos destinados a un desarrollo sostenible en la frontera entre ambos países, aunque en realidad represente un mecanismo de control más sobre la economía mexicana por parte de su poderoso vecino.

¹² Las recientes reformas agrarias de la UE, que intentan adaptar el sector agropecuario comunitario a un comercio internacional libre de trabas aduaneras y de subvenciones agrícolas protectoras, han sido puestas al servicio de las grandes compañías agroalimentarias europeas a las que no les mueve, por supuesto, el logro de un desarrollo sostenible, la integridad del medio o la erradicación de la pobreza, sino el interés por comprar las materias primas que utilizan lo más baratas posible aun a costa de la depredación que llevan a cabo en los países subdesarrollados, invocando para ello un discutible interés por parte de los consumidores europeos.

de incluir a todos, de mantener un equilibrio dinámico que permita la subsistencia de la mayor biodiversidad posible, sin explotar, oprimir o excluir.

En este sentido, desarrollo capitalista y sostenibilidad se niegan mutuamente, ya que no combinan los intereses de los seres humanos con los de la conservación ecológica. Más bien sucede al contrario porque se niegan y destruyen. Lo que se necesita es una sociedad sostenible que se otorgue a sí misma un desarrollo que satisfaga las necesidades de todos y del ambiente, así como que el planeta sea sostenible y pueda mantener su equilibrio dinámico, rehacer sus pérdidas y mantenerse abierto a ulteriores formas de desarrollo.

Asimismo, J. Martínez Alier (1992) indica que el Informe Brundtland (1987) ve en la pobreza una causa del deterioro ambiental y, por eso, predica la conveniencia de luchar para conseguir un desarrollo económico que sea sustentable desde el punto de vista ecológico y que de forma simultánea elimine la pobreza y mejore el ambiente. Este autor acepta que la pobreza pueda ser causa de degradación del medio, pero rechaza la creencia de que la pobreza pueda ser eliminada mediante un crecimiento económico general, en lugar de por la redistribución de la riqueza. Esta fe en las bondades del crecimiento económico ascendente y constante resulta contraproducente para la integridad ecológica.

Resulta curioso, por otro lado, que todo el mundo, desde los individuos comunes hasta los gobiernos y los representantes de los organismos internacionales (incluso los de carácter económico y financiero), está de acuerdo en que hay que erradicar la pobreza de la tierra por injusta e indigna. Sin embargo, este discurso y estas buenas intenciones no van en paralelo con los necesarios razonamientos y deliberaciones sobre la riqueza, cuando ambas situaciones están dialécticamente interrelacionadas. Se pretende acabar con la pobreza mediante una política de mínimos (salario mínimo, renta mínima, consumo mínimo de calorías, acceso mínimo a los recursos) con la intención de que la mayoría de la población mundial ascienda por encima de la línea de determinado umbral de consumos. La pretensión de extender la riqueza implica la idea errónea de vivir en un planeta infinito, con recursos también infinitos, con una tecnología que todo lo puede y plétórico de buena voluntad, donde las personas conseguirían elevadas cotas en todo tipo de consumos.

Esta pretensión de enriquecimiento generalizado, con el fin de que la economía de mercado siga funcionando a pleno rendimiento, no es admisible en un mundo prácticamente saturado, donde su capacidad de carga se ha superado con creces hace tiempo, no está asegurada la soberanía alimentaria de la mayoría de su población, escasean los recursos básicos como el agua y el aire no contaminado y se encuentra en entredicho la supervivencia de las generaciones venideras. Ante esta realidad incuestionable, resulta palmario que no se podrá erradicar nunca la pobreza si antes no se limita el desaforado consumo de los países ricos, el expolio que éstos ejercen sobre los recursos de los pobres y la destrucción sistemática de sus ecosistemas. ¿Pero cómo se limitan estas cuestiones en un modo de producción que no tiene y no puede tener límites, que ve con horror cualquier tipo de regulación, sobre todo del consumo, y que sacraliza la omnipresencia del mercado competitivo?

Conclusiones

Desde la elaboración del célebre Informe Brundtland (*Nuestro futuro común*, 1987) y su difusión en la Cumbre de la Tierra (Río de Janeiro, 1992) se repite y casi todo el mundo asume que la ecología es un valor fundamental para la vida humana y que el desarrollo sostenible consiste en poner en marcha tres tipos de solidaridad de forma simultánea: dentro de la propia comunidad, con el resto de los habitantes del mundo y con las generaciones venideras. Este barniz solidario hace que los conceptos ecología y desarrollo sostenible resulten atractivos para los medios de comunicación de masas y para el conjunto de la sociedad, ya que albergan ideas aceptables para todos los agentes socioeconómicos, políticos, culturales, religiosos y ambientales.

Dichas nociones se han magnificado de forma interesada al mismo tiempo que se integran en la engrasada maquinaria de la mercadotecnia y la publicidad. Por lo tanto, se

convierte en algo de buen tono, propio de ciudadanos comprometidos y progresistas hablar de ecología, desarrollo sostenible, desarrollo rural integral, desarrollo local endógeno, crecimiento sustentable, ecoturismo o recursos ambientales en cuanto surge la mínima ocasión, sin pensar que estos conceptos encierran en sí mismos una contradicción insalvable con la esencia inmanente del modo de producción capitalista, pues éste genera antagonismos que lo hacen insostenible, hasta el punto de tener suficiente poder ideológico, cultural, técnico y económico-político como para destruir el planeta.

Incluso el Informe Brundtland se hace eco de la visión interesada de los países ricos por la que se alimenta la ilusión de que el crecimiento económico y la preservación de la naturaleza son compatibles, cuando lo correcto sería, como sostiene J. Martínez Alier (2005), insistir en la idea de que el crecimiento ascendente y constante de la economía conduce a un agotamiento claro de los recursos y al deterioro de los ecosistemas mediante la contaminación de tierras, aguas y aire, lo que en realidad perjudica a los más pobres del mundo. Mientras perviva el modo de producción capitalista existirá un conflicto manifiesto entre la destrucción de la naturaleza para obtener beneficios y la conservación de la misma para poder sobrevivir.

La integridad de los ecosistemas y el desarrollo sostenible implican la existencia de limitaciones en la capacidad de la Tierra para asimilar la utilización que los grupos sociales hacen de los recursos naturales. Son precisamente estos límites al crecimiento económico, ya anticipados en 1972 por D. H. Meadows *et alii*, lo que el capitalismo no puede aceptar porque este modo de producción se presenta ante la sociedad como la culminación de la idea de progreso, con una concepción que ve la historia como un proceso sostenido y continuo de evolución ascendente, desde formas más simples hacia formas más complejas, donde la expresión de la voluntad humana no tiene límites. La única limitación que es posible reconocer es la que el sistema podría imponerse a sí mismo por cuestiones políticas o morales. Cualquier otro límite social, económico, físico, cultural o ambiental es susceptible de ser superado con la ayuda del principal instrumento con el que se ha dotado el ser humano: su tecnología. Esta forma de observar, comprender y mostrar el mundo representa una contradicción profunda con lo que enseñan las ciencias naturales, es decir, que en el Universo todo tiene límites. Por lo tanto, resulta evidente que la economía de mercado y cualesquiera de los conceptos mencionados arriba se niegan mutuamente.

Por su parte, el modo de producción capitalista también tiene limitaciones insuperables porque no puede de ninguna manera renunciar a la explotación de la mano de obra ni a la utilización abusiva de los recursos naturales, hecho que pone en peligro constante la viabilidad de los ecosistemas y genera un crecimiento que es cualquier cosa menos sostenible. La necesidad de acumulación y de que los beneficios sean elevados constantemente le “obliga” a recurrir de forma sistemática a la conquista de nuevas fuentes de producción y consumo, lo que al final deviene en una utilización masiva e irracional de nuevos recursos naturales y en una peligrosa aproximación a un definitivo colapso ambiental.

Prueba fehaciente de esta aseveración radica en las políticas que varios organismos comerciales y financieros internacionales, como el FMI, el BM o la OMC, imponen a los países subdesarrollados. Los programas de ajuste estructural, la disminución de las inversiones sociales y el fomento de las economías exportadoras que el neoliberalismo exige a estos países mediante sus instrumentos legales, constituyen una herramienta de primer orden para expoliar los recursos naturales y degradar el ambiente de forma categórica. Y todo con el objeto de obtener divisas en el comercio exterior para poder satisfacer los intereses de sus abultadas deudas externas, que también son consecuencia directa de las estrategias del mundo desarrollado y de sus empresas transnacionales para seguir manteniendo a la mayor parte de los países del planeta en la dependencia económica, financiera, tecnológica y cultural.

Para J. J. Cabrera (2002) el discurso del desarrollo sostenible parte de una idea errónea, pues la mayor parte de las políticas ecológicas y de desarrollo sostenible pretenden conseguir el equilibrio y la armonía entre el proceso económico y la preservación de la naturaleza, favoreciendo un balance entre la satisfacción de las necesidades actuales y las

de las generaciones futuras. Además, busca la realización de sus objetivos revitalizando el viejo mito desarrollista, al mismo tiempo que promueve la falacia de un crecimiento económico sostenible sobre la disponibilidad natural de la Tierra. Este mismo autor escribe que los graves problemas ambientales que presenta el mundo actual generará en el futuro realineaciones de fuerzas que buscarán una modernidad alternativa frente al modelo capitalista en vigor. La activación de la sociedad civil, que en sus múltiples dimensiones se ha manifestado en diversos escenarios mundiales, dan fe de la necesidad de un modelo de acción humana que armonice los aspectos éticos, económicos y ecológicos, así como nuevas formas de hacer política.

Buen ejemplo de ello lo constituye la organización uruguaya Red de Ecología Social (REDES) – Amigos de la Tierra, que mediante su Programa Uruguay Sustentable diseñó a finales de la década de los años noventa del siglo XX una plataforma ciudadana para intentar la consecución de la sostenibilidad del país basada en cuatro dimensiones:

- 1.) Ecológica. Debe tener en cuenta y respetar los ciclos naturales, la productividad propia de la naturaleza, la disponibilidad y carácter finito de los recursos y la biodiversidad.
- 2.) Social. Se refiere a la justicia social actual y con las generaciones futuras, la equidad de género, la distribución equitativa de los recursos y el respeto de la diversidad cultural.
- 3.) Económica. Se refiere a la adecuada satisfacción de las necesidades humanas y bajo distintas modalidades adaptadas a las diversas culturas.
- 4.) Política. Alude a la necesidad de llevar a la práctica formas de gestión participativas, incluida la implicación real de las comunidades locales en la gestión de los recursos y en la toma de decisiones y formulación de políticas concretas.

No obstante, como ya se ha manifestado en otros trabajos (Segrelles, 2001, 2002, 2004), la consecución de un equilibrio duradero entre las necesidades de la población, los recursos consumidos y las consecuencias ambientales de todo ello no es sólo un problema científico-técnico, sino fundamentalmente sociopolítico y ético. La utilización que se hace de las riquezas naturales debería estar sometida a exigencias morales y de justicia social¹³. El Premio Nobel de Economía de 1998, Amartya Sen, defendía que las políticas orientadas hacia el logro de un desarrollo sostenible capaz de garantizar un equilibrio ecológico y el bienestar de las sociedades actual y futura no deberían de estar diseñadas por los mercados, como suele suceder en la mayoría de los casos, sino que el papel de los poderes públicos en esta cuestión debería de ser decisivo. Dado que desarrollo (mejor, crecimiento) y sostenibilidad son incompatibles en un sistema capitalista, el debate debería de ser mucho más amplio e ir más allá del que plantea este economista indio y cuestionar el modo de producción imperante y su lógica inherente.

Por ello, es inútil, por ineficaz, hablar, escribir, dictar clases y conferencias y preocuparse por la destrucción de los ecosistemas, la creciente contaminación ambiental, la contumaz pobreza de los países subdesarrollados o el desarraigo cultural de los pueblos si no se critica la lógica inmanente que alienta la totalidad del sistema capitalista, como modo de producción y como cultura.

¹³ Martínez Alier, J. (1992, 2005) propone un *ecologismo popular* o *ecosocialismo* frente al *ecologismo "tecnocrático"* de los países desarrollados, que promueve el Banco Mundial. El modelo propuesto tendría relevancia local e internacional y estaría enraizado en la práctica diaria de multitud de movimientos de base, como sucede ya en América Latina, con el objeto de favorecer una utilización racional y prudente de los recursos naturales, dentro de una estrategia guiada por las necesidades vitales de las personas en vez de tener como norte la racionalidad crematística del mercado, que no da valor a los costes ambientales. Esta estrategia debe atender, por supuesto, a las necesidades del presente sin sacrificar el bienestar de las generaciones futuras.

Bibliografía

- ALLEN, John Anthony. Virtual Water. The Water, Food and Trade Nexus: Useful Concept or Misleading Metaphor?, Water International, vol. 28, n. 1, p. 4-11. 2003.
- ARANGO VILLA-BELDA Joaquín y ESPINA MONTERO, Álvaro. La venganza de Malthus: ciclos económicos e Historia, Revista de Occidente, n. 1, p. 43-66. 1980.
- ATHANASIOU, Tom. Divided Planet: The Ecology of Rich and Poor. Boston: Little, Brown and Co., 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: As conseqüências humanas. Río de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BOFF, Leonardo. Ecología: grito de la Tierra, grito de los pobres. Madrid: Trotta, 1997.
- BOFF, Leonardo. Ecología, mundialización, espiritualidad. Madrid: Trotta, 2000.
- BOFF, Leonardo. La contradicción capitalismo/ecología. Ecoportal.net. El directorio ecológico y natural (www.ecoportal.net), 28 de julio, 2006.
- CABRERA DÍAZ, Juan. Jesús. Capitalismo o desarrollo sustentable: la disyuntiva de América Latina y el Caribe después de otra década perdida, Cuadernos de Nuestra América, vol. XV, n. 30, p. 7-29. 2002.
- COHEN, Joel E. How Many People Can the Earth Support?. New York: W. W. Norton & Co., 1995.
- CHAPAGAIN, Ashok K. y HOEKSTRA, Arjen Y. Water Footprints of Nations, volume 1: Main Report. Informe de la serie El Valor del Agua, n. 16. Delft: Países Bajos, UNESCO-IHE, 2004.
- CHESNAIS, François. La mondialisation du capital. Paris: Syros, 1997.
- EHRlich, Paul R. y EHRlich, Anne H. La explosión demográfica. El principal problema ecológico. Barcelona: Salvat, 1993.
- FOSTER, John Bellamy. Ecology against Capitalism. New York: Monthly Review Press Books, 2002.
- FREENBERG, Andrew. Más allá de la supervivencia. El debate ecológico. Madrid: Tecnos, 1982.
- GONZÁLEZ SOUSA, Roberto. El impacto de la globalización en el espacio rural latinoamericano. La Habana: Facultad de Geografía de la Universidad de La Habana, (mimeo), 2001.
- GOWAN, Peter. La apuesta por la globalización. La geoeconomía y la geopolítica del imperialismo euro-estadounidense. Madrid: Akal, 2000.
- HARNECKER, Marta. La izquierda en el umbral del siglo XXI. Haciendo posible lo imposible. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 1999.
- HIRST, Paul y THOMPSON, Grahame. Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance. Cambridge (United Kingdom): Polity Press, 1996.
- HOLTZ-GIMÉNEZ, Eric. ¿Una energía verde?. Le Monde Diplomatique (edición española), n. 140, junio, p. 24-25. 2007.
- HOUTART, François. La mondialisation de l'économie. Louvain-la-Neuve: CETRI, 1994.
- HOYOS RAMOS, David. Deuda Externa versus Deuda Ecológica, Ecoportal.net. El directorio ecológico y natural (www.ecoportal.net), 31 de julio, 2006.

LEFF, Enrique. Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Madrid y México DF: Siglo Veintiuno de España Editores e Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México, 1998.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. La pobreza como causa de la degradación ambiental, Documents d'Anàlisi Geogràfica, n. 18, p. 55-73. 1991.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. De la ecología política al ecologismo popular. Barcelona: Icaria, 1992.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. El ecologismo de los pobres. Barcelona: Icaria, 2005.

MEADOWS, Donella H. *et alli*. The Limits to Growth: A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind. New York: Universe Books, 1972.

NAÍM, Moisés. Ilícito. Cómo traficantes, contrabandistas y piratas están cambiando el mundo. Barcelona: Debate, 2006.

NAREDO, José Manuel. Crecimiento insostenible, desarrollo sostenible. In: ROMERO, Joan (coord). Geografía Humana. Barcelona: Ariel, 2004. p. 395-447.

PASCUAL RODRÍGUEZ, Marta. Ecología: Deconstruyendo los mitos del capitalismo, Ecoportal.net. El directorio ecológico y natural (www.ecoportal.net), 16 de octubre, 2006.

REDCLIFT, Michael. Sustainable Development: Exploring the Contradictions. London: Methuen, 1987.

REQUES VELASCO, Pedro. Población, recursos y medio ambiente: ¿El final de los mitos?. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2001.

SACHS, Wolfgang. (coord y ed). Equidad en un mundo frágil. Memorandum para la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Sostenible. San Salvador: Fundación Heinrich Böll, 2002.

SARTORI, Giovanni y MAZZOLENI, Gianni. La tierra explota. Superpoblación y desarrollo. Madrid: Taurus, 2003.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. Problemas ambientales, agricultura y globalización en América Latina. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales (<http://www.ub.es/geocrit/sn-92.htm>), vol. 5, n. 92, 32 p. 2001.

SEGRELLES SERRANO, José. Antonio. Repercusiones ambientales del acuerdo económico y comercial MERCOSUR-Unión Europea en la agricultura latinoamericana. In BRANDIS, Dolores y MUSCAR Eduardo. (coord y comp). MERCOSUR/MEDIOAMBIENTE: algunos problemas/algunas propuestas. Madrid: TIB y MA, 2002. p. 135-142.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. Agricultura y territorio en el MERCOSUR, Alicante, Publicaciones de la Universidad de Alicante, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. El capitalismo histórico. Madrid: Siglo XXI, 1988.

Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão

Jorge Luís Nascimento Soares

Engenheiro Agrônomo Perito Federal Agrário do Incra
Endereço profissional: Superintendência Regional do Incra/Pará – SR 01
Divisão Técnica - Rodovia Murucutum s./n., Souza, 66.610-120, Belém, Pará
Telefone: (91) 3202-3876 ou (91) 3228-2627
Endereço Eletrônico: jorge.soares@blm.incra.gov.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alternativa de desenvolvimento para o cerrado, mediante a implantação de Projetos de Assentamento Agroextrativistas. Esta modalidade de assentamento destina-se a aplicação de políticas públicas da Reforma Agrária para o uso sustentável dos recursos naturais, com reflexo na valorização das comunidades tradicionais. O estudo foi realizado no Sul do Estado do Maranhão, em área com proposta de criação de projeto de assentamento humano, onde residem trabalhadores rurais que ainda resistem à pressão do agronegócio. A proposta visa contrapor a monocultura intensiva na região, mediante a adoção de um modelo de desenvolvimento ajustado às peculiaridades do cerrado, a exemplo dos projetos agroextrativistas implantados nas Ilhas e várzeas da floresta amazônica. O estudo revela a importância dos saberes regionais na estruturação de projetos de assentamento, fundamentais para a preservação do meio ambiente, da cultura e das tradições, e, por conseguinte, para êxito do empreendimento.

Palavras-chave: projeto de assentamento; agroecologia; agroextrativismo; desenvolvimento rural sustentável; bioma cerrado.

Resumen

Asentamientos de reforma agraria en la defensa y conservación de la sabana brasileña: el caso de la región sur de Maranhão

El presente trabajo tiene como objetivo presentar una alternativa de desarrollo para la Sabana brasileña, mediante la implementación de Proyectos de Asentamiento Agroextractivistas. Esta modalidad de asentamiento se destina a la aplicación de políticas públicas de la Reforma Agraria para el uso sostenible de los recursos naturales, con reflejo en la valorización de las comunidades tradicionales. El estudio fue realizado en el sur del Estado de Maranhão (Brasil), en un área con propuesta de instauración de proyecto de asentamiento humano, donde residen trabajadores rurales que aún resisten a la presión del agronegocio. La propuesta tiene por objetivo contraponerse a la monocultura intensiva en la región, por medio de la adopción de un modelo de desarrollo ajustado a las singularidades de las Sabanas, como los proyectos agroextractivistas implantados en las islas y zonas inundables de la foresta amazónica. El estudio revela la importancia de los saberes regionales en la estructuración de proyectos de asentamiento, fundamentales para la preservación del medio ambiente, de la cultura y de las tradiciones, y, por consiguiente, para el éxito del emprendimiento.

Palabras clave: proyecto de asentamiento; agroecología; agroextractivismo; desarrollo rural sostenible; bioma cerrado.

Abstract

Agrarian reform settlements to cerrado defense and conservation: the case of southern state of Maranhão, Brazil

The objective of this work is to present alternatives for the Cerrado development, throughout the implementation of Agroextractivist Settlement Projects. This settlement modality is destined to the application of agrarian reform public policies for the sustainable use of natural resources, with effect on the valorization of traditional communities. This study was carried out at the southern State of Maranhão, Brazil, in an area for which there is a proposal of human settlement project and that it is inhabited by rural workers who still resist to the agro-business pressure. The proposal objective is to oppose the intensive monoculture practice in the region, by means of a development model that once adopted, is supposed to fit the Cerrado peculiarities, similarly to the agroextractivist projects implemented in the islands and lowlands of the Amazon Forest. This study reveals the importance of the regional know-how in the project structuration, which are fundamental for the preservation of the environment, culture and traditions, and consequently, for the undertaking success.

Keywords: settlement project; agroecology; agroextractivism; sustainable rural development; cerrado biome.

1. Introdução

A expansão da fronteira agrícola com a abertura de grandes áreas para o plantio de soja no Sul do Maranhão insere o Estado como pólo exportador de *comodities*. O desmatamento desordenado da vegetação de cerrado, no entanto, estabelece ônus sociais, econômicos e ambientais que contrastam com as vantagens creditadas aos grandes empreendimentos na região.

Os problemas sociais surgem com a concentração da renda, via de regra, favorecendo o imigrante grande produtor que também interfere na cultura e nas tradições locais. Por se tratar de atividade econômica excludente, as culturas motomecanizadas agravam o êxodo rural na medida em que expropriam pequenos agricultores com a pressão econômica, ou pela insalubridade que conferem ao ambiente. A economia regional fica comprometida com a hegemonia da soja, por exemplo, que subtrai espécies vegetais adaptadas e melhoradas geneticamente pela natureza, por culturas de qualidades limitadas, exigentes em energia de produção. As implicações ambientais são as mais importantes na medida em que as *comodities* exigem grandes áreas para serem rentáveis, são exigentes em tecnologias e biotecnologias, além da complacência da legislação ambiental quando admite a supressão a corte raso de até 80% das áreas em propriedade agrícolas no cerrado. Por se tratarem de culturas de exportação são favorecidas por incentivos fiscais, preço e mercados, o que intensifica o processo migratório com prejuízo para a cultura local.

A proposta apresentada sugere a preservação de áreas sob vegetação de cerrado, mediante a implantação de Projeto de Assentamento de trabalhadores rurais sob a égide agroecológica de desenvolvimento. O objetivo é a valorização de padrões de uso sustentável da diversidade ambiental do cerrado, ao mesmo tempo em que se propõe a melhoria da qualidade de vida das famílias, com incentivo à cultura e às tradições regionais, aplicando a experiência dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) implantados em ilhas e florestas.

Com o reconhecimento da modalidade agroextrativista de assentamento, pretende-se concorrer para o entendimento do poder público de que as populações tradicionais do cerrado, agroextrativistas, desenvolvem formas particulares de utilização dos ambientes e que, nesse processo, constroem redes complexas de conhecimentos ainda invisíveis por força da marginalidade da pobreza.

2. Contextualização

De uma forma genérica, Bergamasco e Norder (1996) definem projetos de assentamento rurais como a criação de novas unidades de produção agrícola, em benefício de trabalhadores rurais que recebem apoio creditício para o uso adequado das terras e incentivos à organização social e à vida comunitária. A derivação para projetos de assentamento agroextrativistas e florestais inclui a preocupação ambiental nos assentamentos rurais, com a proposta de inclusão econômica no uso dos recursos naturais, na ótica do desenvolvimento rural sustentável. Observa-se que estes conceitos estão inseridos na concepção agroecológica definida por Caporal e Costabeber (2002) quando afirmam que a agroecologia vai além dos aspectos meramente tecnológicos e agrônomicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas quanto culturais, políticas e éticas, ou seja, a idéia de sustentabilidade do sistema.

Nos últimos dez anos, os programas de governo voltados para a viabilização de políticas agrárias e agrícolas estão redefinindo suas intervenções na tentativa de levar em consideração as formas específicas de acesso aos recursos naturais. Apesar de incipiente, tais iniciativas são inspiradas nos debates fortalecidos nos anos 90 em torno da pluralidade cultural do Brasil e reconhecem os anseios dos movimentos sociais por políticas que contemplem essas diferenciações. Entre os exemplos podem ser citados os projetos de assentamento agroextrativistas nas Ilhas e várzeas; os projetos florestais na região amazônica; os projetos especiais de remanescentes de quilombos; e mais recente, os projetos de assentamento sustentáveis no Sul do Pará.

As Unidades de Conservação da Natureza criadas pelo Governo Federal (UC), em primeira instância, são para a proteção dos ambientes que apresentam peculiaridades ambientais: os centros de relevância da biodiversidade, as áreas com espécies ameaçadas de extinção e as instâncias geomorfológicas e de beleza cênica. Os Projetos de Assentamento Agroextrativistas podem contribuir para a preservação de áreas desprovidas destes atributos, cuja importância reside no esvaziamento crescente da diversidade ambiental, a exemplo do verificado no bioma cerrado.

3. Características da área de estudo

A caracterização físico-ambiental da região Sul do Maranhão revela dominância do tipo climático tropical megatérmico subúmido, seco, com médias anuais de precipitação pluviométrica variando de 800 a 1.000 mm. A temperatura média anual é de 27°C e a umidade relativa de 65% (RADAMBRASIL, 1986). A vegetação é representada por savana (cerrado/campos) com grande parte substituída por agricultura e pastagem (CALDEROM, 1992). A rede hidrográfica da região está representada por lagoas e riachos perenes nos vales. O relevo apresenta características tabulares, áreas aplainadas e chapadões, constituindo-se em um extenso planalto dissecado em vales encaixados e altitude que varia de 300 a 500m. Os solos dos platôs são constituídos principalmente por LATOSSOLO AMARELO textura média.

A região é ocupada por famílias de produtores rurais descendentes de moradores que habitam a área desde o século XVIII, com a chegada de colonizadores criadores de gado. As dificuldades da época exigiam interação e harmonia com a natureza, como regra de sobrevivência, sendo a biodiversidade do cerrado fonte de produtos alimentícios, farmacêuticos e de proteção. Atualmente a paisagem das áreas planas do cerrado tem se modificado de modo acelerado, com grandes áreas desmatadas para a produção de grãos (Imagem 1).

As condições de solo e clima favorecem a agricultura mecanizada, o que faz a região atrativa para as monoculturas intensivas a exemplo da soja, que desde 1978 vem se expandindo no Estado, ameaçando o bioma cerrado (CARNEIRO, 1999). As conseqüências ambientais imediatas são: desmatamento desordenado, uso indiscriminado de agroquímicos, degradação das terras, conflitos agrários e a interferência negativa na cultura local. O surgimento de variedades adaptadas e os incentivos fiscais intensificam o processo migratório

de ocupação das áreas, com agressão ao meio ambiente e às comunidades tradicionais. É evidente a subtração de espécies nativas com potencialidades reconhecidas, algumas em risco de extinção, além da perda daquelas ainda não devidamente investigadas.

3.1. Estrutura fundiária

Os habitantes tradicionais convivem com os limites de espaço físico estabelecidos em tempos remotos, quando as demarcações eram feitas com cordas e bússolas, e os limites nem sempre bem materializados. Os limites de respeito desobrigavam o uso de cercas nas chapadas/cerrado, com a pecuária bovina praticada no sistema ultra-extensivo. A introdução da agricultura mecanizada foi alterando o sistema produtivo local, obrigando a construção de cercas e invocando situações de conflito (Foto 1).

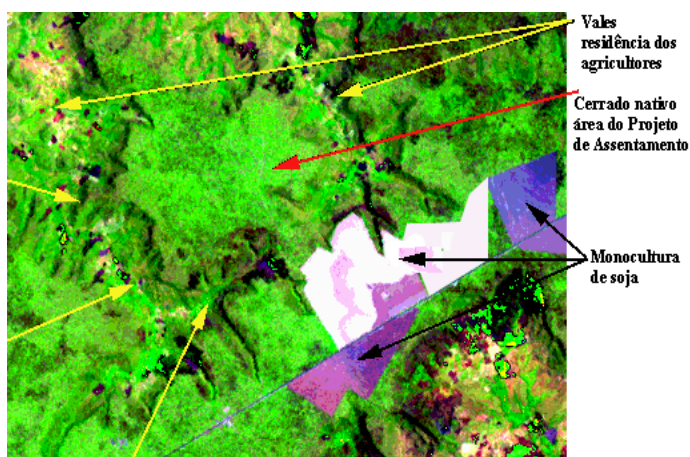


Imagem 1. Imagem de Satélite de 06/07 com fragmentos de cerrado e monocultura de soja.



Foto 1. Agricultores reunidos em assembléia: (Fonte: Associação de trabalhadores local – Pastos Bons Maranhão).

3.2. Nível tecnológico

A força de trabalho utilizada nas atividades econômicas evidencia total isolamento do agricultor da região, que permanece na agricultura nômade de subsistência e na exploração extrativa da diversidade ambiental. A exploração extrativa ocorre sem acompanhamento técnico, o que reduz a qualidade do produto extraído e causam danos às plantas.

A agricultura de subsistência ocorre nos vales, em condições de solos naturalmente férteis. Os agricultores desmatam pequenas áreas planas, queimam e cultivam a terra com culturas consorciadas (arroz, feijão e milho), repetindo as atividades no ano seguinte, em outra área. Neste sistema de produção os agricultores involuntariamente desenvolvem a agricultura familiar e a agricultura orgânica, na medida em que aplicam a força de trabalho familiar, sem o uso de agroquímicos ou sementes melhoradas geneticamente.

A pecuária bovina é a atividade econômica mais importante na região, pela capacidade de resistência à seca das raças nativas, criadas no sistema ultra-extensivo nos campos nativos de cerrado, e de animais de pequeno e médio portes que são criados de modo rudimentar. Com a redução crescente das áreas de pastoreio e a falta de esclarecimento dos agricultores para um novo sistema de criação são intensificados os conflitos regionais, com a invasão de animais nas áreas cultivadas com soja e arroz.

3.3. Recursos naturais explorados

Um significativo número de famílias sobrevive da extração de espécies vegetais de importância alimentícias, condimentares, têxteis, taníferas, produtoras de óleos e gorduras, medicinais, ornamentais, empregadas no artesanato e apícolas. As espécies extrativas de maior importância na economia local, responsáveis pela complementação da renda familiar na região são: a Fava D'anta, o Pequi, o Bacuri, a Faveira e a pastagem natural, com algumas características apresentadas em seguida.

a) Fava D'anta (*Dimorphandra mollis*) - Nativa do Brasil, a fava d'anta tem lugar garantido no mercado mundial de produtos cosméticos e farmacêuticos. Praticamente não há concorrentes, pois apenas uma outra planta chinesa produz os elementos cobiçados pela indústria mundial. As plantas acham-se dispersas no cerrado e a sua exploração é feita pela coleta manual das favas ou, ainda, com instrumentos rústicos (garfos e forquilhas), que retiram os frutos das pontas dos galhos. Depois da coleta, as vagens são vendidas aos atacadistas locais que as revendem a atacadistas regionais, e estes às indústrias.

b) Pequi (*Caryocar brasiliense*) - Um dos símbolos do cerrado é evidente a subtração de áreas endêmicas com o extrativismo indiscriminado e o desmatamento de áreas de vegetação nativa. Do plantio à frutificação vão de quatro a oito anos. Os frutos proporcionam diferentes formas de processamento e aproveitamento na culinária *in natura*. É importante na fabricação do sabão de pequi e do óleo da polpa, este de aplicação na alimentação substituindo a manteiga e de uso medicinal no tratamento da bronquite e da tosse.

c) Bacuri (*Platonia insignis*) - Na região há intensa extração e venda do bacuri *in natura*. Não há orientação para o seu aproveitamento industrial, mesmo de grande aceitação no mercado em forma de poupa, cremes e vastas iguarias, o produto é comercializado com atravessadores a preços que desvalorizam a atividade extrativa.

d) Faveira (*Peltophorum dubium*) - As vagens são fundamentais para a alimentação do gado bovino da região, com grande poder nutritivo e a vantagem de o período da safra coincidir com estação do ano de maior estiagem. A comunidade local coleta as vagens e vende a atravessadores e fazendeiros. Outra vantagem econômica é o seu valor energético, pois é uma planta arbustiva de fácil propagação e rápido desenvolvimento vegetativo, podendo constituir uma alternativa para reduzir a pressão das carvoarias sobre o cerrado (Foto 2).

e) Babaçu (*Orbignya speciosa*) - Entre as espécies de palmeiras utilizadas na indústria extrativista brasileira o babaçu é a mais rica do ponto de vista econômico. Palmeira oleaginosa, o babaçu é de grande valor industrial e comercial e é encontrado em extensas formações naturais no estado do Maranhão. Dele é extraída a matéria-prima utilizada na fabricação de margarinas, banha de coco, sabão e cosméticos. Mesmo tratando-se de um produto de vasto aproveitamento industrial, a comunidade local se utiliza apenas do palmito, do leite e do óleo que são produzidos de forma artesanal.

f) Pastagem natural - A atividade pecuária predominante na região é a criação de gado bovino no sistema ultra-extensivo, com os animais dispersos em grandes áreas de cerrado. O pastoreio está centrado no período das águas que finda em março/abril, quando os animais retornam aos vales à procura de água e alimento.

As famílias tradicionais da região vivem em situação de pobreza, principalmente nos períodos de seca, quando é intensificado o êxodo rural, e a força de trabalho jovem migra para o corte de cana-de-açúcar em outros estados. As famílias que relutam em abandonar suas áreas sobrevivem da exploração extrativa de produtos vegetais, da pastagem natural e da agricultura de subsistência restrita aos solos férteis dos vales. Apesar da importância econômica dos produtos extrativos, não há políticas de preço e de incentivo à exploração racional, o que favorece a dilapidação de espécies nativas que são transformados em carvão ou substituídos pela agricultura mecanizada (Fotos 3 e 4).



Foto 2. Faveira integrante do cerrado da região.



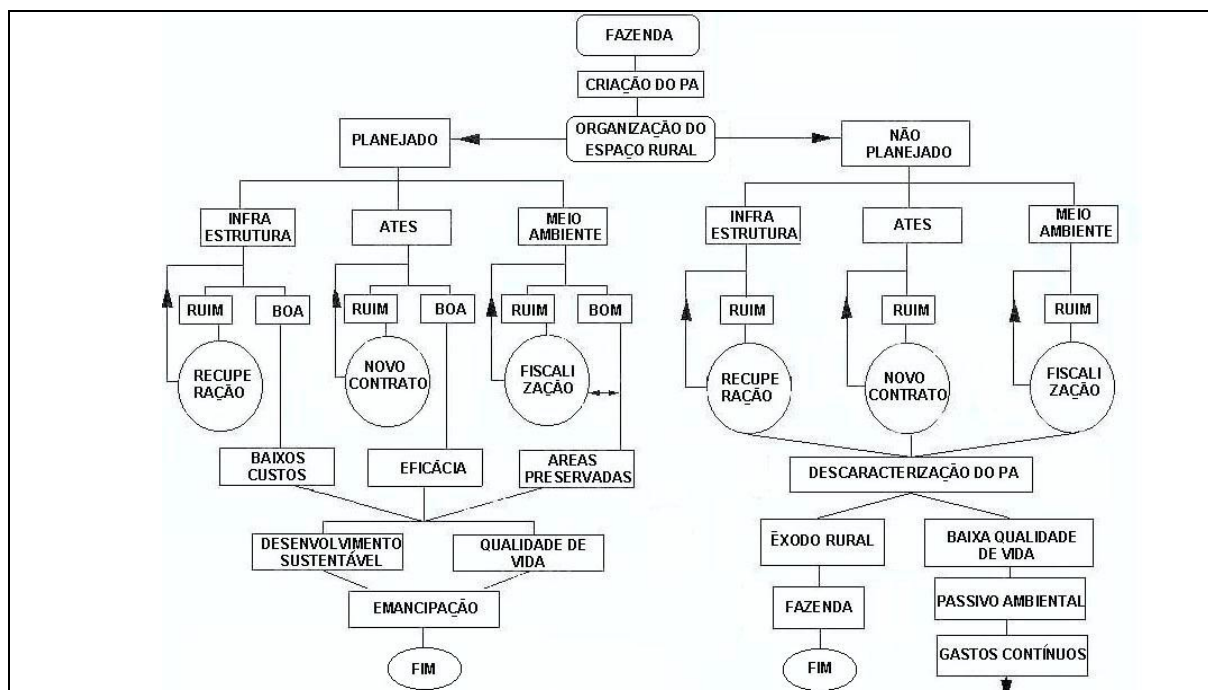
Foto 3. Avanço da soja sobre o cerrado no Sul do Maranhão.



Foto 4. Monocultura de soja em área plana de cerrado.

O extrativismo vegetal, mesmo sem orientação técnica, é menos danoso ao meio ambiente quando comparado com o desmatamento intensivo de grandes áreas para o plantio da soja. A maioria dos produtores imigrantes é indiferente às questões regionais e ambientais. Adquirem grandes áreas convertendo-as em monocultura, expropriando antigos moradores e interferindo negativamente na flora e na fauna.

Estudos realizados na região amazônica por Soares e Espindola (2008), enfatizam a importância do planejamento na criação de Projetos de Assentamento. O retorno satisfatório das políticas públicas, com melhoria da qualidade de vida das famílias e sustentabilidade, reflete, dentre outras, a observância das peculiaridades locais no planejamento das ações. Os autores comparam projetos planejados, sustentáveis, com aquelas em que o interesse maior reside no assentamento das famílias e na liberação dos recursos financeiros do programa de Reforma Agrária, quando a insustentabilidade é previsível (fluxograma 1). Apesar de abordar cenário de floresta, o estudo evidencia a importância da valorização dos saberes locais para que os resultados sejam satisfatórios. Neste entendimento estão sendo criados os projetos de assentamento agroextrativistas (PAE) em regiões de ilhas do Estado do Pará, e o mesmo pode ocorrer para as ilhas de cerrado, fragmentos do bioma em meio às grandes *plantations*.



Fluxograma 1. Tendência dos Projetos de Assentamento de acordo com o planejamento adotado. (SOARES & ESPINDOLA, 2008).

4. Metodologia de trabalho

O estudo foi realizado em um fragmento de cerrado conhecido como Baixão da Barra, com 900 ha no município de Pastos Bons, região Sul do Estado do Maranhão, onde residem 30 famílias de trabalhadores rurais. Nesta comunidade encontra-se em fase de criação um projeto de assentamento com características diferenciadas dos projetos tradicionais criados pelo Governo Federal. A denominação do termo Assentamento Agroextrativista, enfatiza os propósitos socioeconômicos e ambientais em que a proposta está fundamentada.

De acordo com normas de execução do Governo Federal, são garantidos recursos financeiros para a implantação de projetos de assentamento, calculados por família da seguinte forma: R\$ 9.400,00 para o crédito instalação com recursos de apoio a instalação das famílias e para aquisição de material de construção; R\$ 400,00 para demarcação topográfica; R\$ 540,00 para a Assistência Técnica, Social e Ambiental; R\$ 240,00 para a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento; R\$ 5.500,00 e da rede de energia elétrica; R\$ 1.000,00 para o Sistema de Abastecimento D'água e R\$ 18.000,00 para o programa de apoio a agricultura familiar na reforma agrária. Logo, para o assentamento de 30 famílias o recurso financeiro institucionalizado é da ordem de R\$ 1.094.400,00 na implantação do projeto, primeiro ano, com os programas de apoio a agricultura familiar e assistência técnica mantidos nos anos seguintes (Quadro 1).

Quadro 1. Recursos financeiros para a implantação de Projeto de Assentamento de trabalhadores rurais. Fonte: Norma de Execução do Governo Federal.

Atividades		Valor por família		Valor para 30 famílias
		R\$		
Demarcação Topográfica		400,00		12.000,00
Crédito Instalação	Apoio	2.400,00		72.000,00
	Fomento	2.400,00		72.000,00
	Matéria de construção	7.000,00		210.000,00
Assistência Técnica	PDA	240,00		7.200,00
	ATES	540,00		16.200,00
	PRONAF A	18.000,00		540.000,00
Infra- estrutura	Estradas	2.500,00		75.000,00
	Energia	2.000,00		60.000,00
	SAD	1.000,00		30.000,00
TOTAL		36.480,00		1.094.400,00

Obs:

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental.

SAD – Sistema de Abastecimento D'água

PRONAF – Programa de Apoio a Agricultura Familiar

Os agricultores beneficiários do projeto foram identificados entre os descendentes dos antigos moradores da região, atualmente sem terra ou proprietários de pequenas áreas subdivididas por herança e que ainda resistem em abandonar suas terras. A participação de agricultores identificados com a região fortalece as iniciativas ecológicas e socioculturais o que deve assegurar a ocorrência de setores protegidos de cerrado ou “áreas de escape”. Atualmente com a pressão imposta pela agricultura intensiva na região, as famílias estão organizadas em associação de trabalhadores rurais e obtiveram junto ao Instituto de Terras do Maranhão Carta de Anuência de 900 ha de cerrado para a criação do projeto de assentamento.

Com a participação da comunidade foi elaborado o Plano de Utilização das Terras (PU), quando ficou definido o compromisso das famílias com os propósitos agroecológicos de desenvolvimento. Na oportunidade ficou acordada a estrutura fundiária a ser adotada, bem como a organização social e econômica e as atividades produtivas compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

Grande parte dos agricultores tradicionais da região Sul do Maranhão habita os vales onde a hidrografia é favorável e os solos são naturalmente férteis. A estrutura fundiária estabelecida pelos antigos moradores, e que se mantêm nos dias atuais, é de residência nos vales com usufruto coletivo das áreas planas de cerrado, até então consideradas impróprias para agricultura. Esta defesa natural de solos ácidos e de baixa fertilidade foi desfeita com o surgimento de tecnologias que permitiram incluir o cerrado no cenário produtivo, porém, sem a devida observância aos impactos ambientais e a situação fundiária local, o que tem suscitado ilícitos ambientais e conflitos agrários.

A nova concepção de desenvolvimento rural fundamentada na sustentabilidade ambiental está presente no modelo de agricultura praticada pelos antigos ocupantes de áreas sob cerrado. Desta forma, antecipando o conceito de Altieri (1998) em que a agroecologia estabelece as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável, os projetos de assentamento agroextrativistas podem ter ação preventiva à “monoculturização” do cerrado na medida em que valorizam o potencial existente em ambientes nativos, evitando, desta forma, caminhos longos, onerosos e pouco produtores da recuperação de ambientes degradados.

Na região Sul do Maranhão podem ser aplicados os conceitos da agroecologia para o desenvolvimento rural participativo, não apenas para superar a crise ecológica e socioeconômica, mas também para restaurar valores étnicos, ambientais, políticos e culturais ainda visíveis nos fragmentos de cerrado. Na medida em que a monocultura avança sobre o bioma, reduz a qualidade de vida dos habitantes dos vales, onde as condições favoráveis de solo e clima permitem a convivência dos moradores tradicionais. A diminuição da capacidade de retenção da água pluvial intensifica o processo de erosão, com degradação dos solos, destruição de lavouras e contaminação das águas. A utilização agrícola das chapadas reduz as áreas de pastoreio extensivo e compromete a renda familiar local com a destruição dos recursos naturais, o que conduz ao isolamento e fragilidade dos grupos sociais mais resistentes.

5. Resultados esperados

Alguns fatores que diferenciam os projetos de assentamento tradicionais e os agroextrativistas reconhecidos pelo Governo Federal residem na seleção dos beneficiários e na organização territorial do espaço rural. Nos projetos de assentamento tradicionais, o que define os beneficiários é a condição de trabalhador rural, independentemente da sua origem. A área é parcelada em lotes individuais e são definidas as áreas das habitações e da infra-estrutura (estrada, escolas, posto de saúde e sistema de abastecimento d'água). Nos projetos agroextrativistas são reconhecidos os direitos dos antigos ocupantes, e os impactos ambientais correspondem ao desmatamento para a definição do perímetro da área e de aberturas de acesso.

O modelo de Projetos de Assentamento proposto para o cerrado é semelhante ao dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) implantado pelo INCRA nas Ilhas do Estado do Pará. A diferença reside na estruturação fundiária, pois no PAE Cerrado a infra-estrutura é para ser implantada nos vales, fora da área sob vegetação nativa. Neste caso, o empreendimento confere menor impacto ao meio ambiente na implantação, pois mantém as características locais de exploração, e permite condições favoráveis para o incentivo da cultura e tradições.

As operações para a implantação de um projeto para o assentamento de 30 famílias em uma área de 900 ha, nos modelos tradicionais, agroextrativistas em floresta e agroextrativistas para o Cerrado estão apresentados no Quadro 2. Os resultados revelam que o modelo tradicional de assentamento é o mais impactante na implantação, com 34,6 ha desmatados, além de estimular a ação antrópica com os incentivos à produção e a lei ambiental que permite o corte raso de até 80% nas áreas de cerrado. No caso 720 ha podem ser desmatados. Os projetos agroextrativistas também impactam na sua implantação, com 23,4 ha desmatados, para a demarcação topográfica do perímetro e infra-estrutura, sem perspectiva

de desmatamento futuro, pois a atividade econômica é fundamentada no extrativismo sustentável. Observa-se, entretanto, que o Projeto de Assentamento proposto para o cerrado (PAE Cerrado) é o menos impactante pois a infra-estrutura encontra-se nos vales e as áreas planas de cerrado são reservadas ao extrativismo sustentável, com o desmatamento de 2,4 ha que corresponde a materialização do perímetro do projeto.

Quadro 2. Alteração ambiental em projetos de assentamento para 30 famílias em 900,00 ha sob vegetação e cerrado (SOARES, 2007).

Projeto de Assentamento	Estradas internas		Topografia				Infra-estrutura				D**		
	Trecho	D	Pe	D	P	D	H	PS	SAD	E	D*	Ano 1	Total
	Km	ha	Km	ha	km	ha	u	u	u	u	ha	—	ha —
Tradicional	9	13,5	12	2,4	6	1,2	30	1	3	1	17,5	34,6	720
PAE Floresta	3	4,5	12	2,4	0	0	30	1	1	1	16,5	23,4	23,4
PAE Cerrado	0	0	12	2,4	0	0	30	1	1	1	0	2,4	2,4

Obs:
 1 Estradas vicinais com abertura de 15,0 m lateral
 2. Parcelas e perímetro com picadas de 2,0 m laterais
 * Edificações em área de 0,50 ha
 ** Desmatamento no primeiro ano, na implantação e total permitido por lei ambiental (80%)

SAD. Sistema de Abastecimento. D'água
PS. Posto de Saúde
H. Habitação
E. Escola
Pe. Perímetro
P. Parcelamento
D. Área desmatada

Nas condições apresentadas um projeto tradicional bem conduzido pode comprometer, na implantação, recursos financeiros da ordem de R\$ 1.094.400,00 (Quadro1). As famílias são incentivadas ao desmatamento para a produção agrícola via crédito, infra-estrutura e a lei ambiental que determina 20% de reserva legal no cerrado. Mesmo sob rigoroso acompanhamento técnico, o solo e os recursos hídricos podem ser comprometidos com a dilapidação da flora e fauna o que pode concorrer para aglutinação de áreas em fazendas e demandar mais recursos para a difícil recuperação de áreas degradadas.

A modalidade proposta para o Cerrado apresenta as condicionantes favoráveis ao desenvolvimento com sustentabilidade. A incorporação das áreas dos vales no projeto de assentamento favorece as ações de incentivo a agricultura familiar e reduz a pressão da atividade agrícola no cerrado. Os custos de implantação do projeto são reduzidos, pois em alguns casos é possível a recuperação da infra-estrutura existente, a exemplo das estradas de acesso e algumas habitações. Os trabalhos de assistência técnica, social e ambiental são facilitados, quando as famílias assentadas vislumbram o domínio das posses onde residem com suas famílias, costumes e tradições.

5.1. Estrutura Fundiária

De acordo com o plano de utilização da terra, a organização espacial do assentamento deve seguir o desenho construído ao longo do tempo pelos antigos moradores, quando a infra-estrutura e as atividades socioeconômicas são realizadas nos vales, com as áreas de cerrado para o extrativismo coletivo. Este modelo apresenta-se ecologicamente correto, na medida em que descarta a possibilidade de desmatamento nos platôs, preservando, e até melhorando as condições naturais com a capacitação dos trabalhadores para o uso sustentável dos recursos naturais.

5.2. Organização social e econômica

Os habitantes da região desconhecem a importância econômica dos recursos naturais do cerrado. Os baixos preços praticados na comercialização e a falta de orientação tornam a extração predatória, além de desinteressar os jovens que abandonam as propriedades em busca de oportunidades nos centros urbanos ou no corte de cana-de-açúcar em outras regiões. O Governo Federal determina a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, com a finalidade de envolver a comunidade nas ações de desenvolvimento e identificar problemas e propor soluções. No primeiro ano, fase de implantação do projeto, as iniciativas devem focar a importância das ações participativas, com a realização de reuniões, palestras e cursos, além de promover a capacitação para o uso sustentável dos recursos naturais e de incentivo à cultura e às tradições contempladas no PDA. Um exemplo de ação participativa na comunidade foi a criação da Associação de Produtores Rurais e a realização do Plano de Utilização das Terras, exigência para a concessão de crédito em áreas de PAE.

5.3. Agropecuária

O Plano de Utilização das Terras do PAE Cerrado Baixão da Barra determina que as atividades agrícolas e pecuárias estejam em consonância com os preceitos agroecológicos, com técnicas de produção que garantam segurança alimentar e protejam o meio ambiente a exemplo da agricultura orgânica. Na pecuária é proposto a criação do gado bovino rústico, de fácil manejo e adaptado às condições locais, e de animais de pequeno e médio portes, pelas vantagens e retorno rápido. Ficou definido que as atividades agrícolas de produção sejam implementadas nos solos férteis dos vales, onde os agricultores residem com suas famílias desde a chegada dos primeiros exploradores da região. Nas áreas de cerrado algumas técnicas agrônômicas devem ser realizadas para potencializar a exploração extrativa, a exemplo de procedimentos de podas, técnicas de colheita e replantio de espécies.

5.4. Extrativismo

A intervenção humana deverá ocorrer para melhorar a qualidade da produção extrativa, com a aplicação de técnicas de colheita que não comprometam a produção futura. O modo rústico usado na coleta dos frutos do cerrado, aliada a pressão de mercado, são fatores que comprometem a renovação natural das plantas. Para que as plantas mantenham a capacidade produtiva e preços atrativos são necessários procedimentos adequados na colheita, transporte, recepção, secagem, pesagem e armazenamento para posterior comercialização. Com o reconhecimento do modelo de assentamento agroextrativista, os agricultores podem ser contemplados com os recursos financeiros destinados a implantação de Projetos de Reforma Agrária. A existência de normas e regulamentos para a criação de Projeto de Assentamento Agroextrativista permite o surgimento de áreas protegidas do bioma, em fragmentos de cerrado nativo, sendo atribuída aos agricultores assentados a responsabilidade produtiva e de guardiões da biodiversidade presente.

6. Potencialidades e limitações

Alguns aspectos relevantes para a implantação de Projetos de Assentamento Agroextrativista na região de cerrado no Sul do Estado do Maranhão foram resumidos da seguinte forma:

Potencialidades

- a) A existência, em curso, de políticas de Reforma Agrária para o favorecimento de comunidades tradicionais na região Amazônica, e que podem ser adaptadas às condições do Cerrado.
- b) A estrutura fundiária local selecionada ao longo do tempo no cerrado, sustentável, deve definir a organização territorial dos PAE's na região: as atividades agrícolas e sociais desenvolvidas nos vales e o extrativismo nas chapadas, áreas planas de cerrado.
- c) A diversidade dos saberes das populações tradicionais deve nortear as diretrizes dos Projetos de Assentamento no cerrado; a cultura e as tradições locais devem ser invocadas para garantir identidade dos beneficiários com o projeto.
- d) A urgência em contribuir para a redução do gás carbônico na atmosfera, ao impedir que a diversidade do cerrado seja convertida em carvão, ou substituída por monocultura.
- e) A ocorrência de fragmentos de cerrado, ilhas de saberes e da biodiversidade local, que com a implantação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas podem ser protegidos em vez de recuperados.

Limitações

- a) Os projetos de assentamento no cerrado seguem o modelo tradicional, com as atividades produtivas nas áreas planas de solos arenosos e ácidos e de menor conforto térmico para as moradias quando comparados com os vales de clima ameno.
- b) O interesse em assentar o maior número de famílias incentiva a busca de grandes áreas para os projetos de assentamento, o que pode ocorrer com o cerrado, mesmo com incerteza de sucesso do empreendimento.
- c) Quando as famílias assentadas descendem de antigos moradores, habitantes dos vales de solos férteis e clima ameno, as condições adversas do cerrado não são atrativas, o que concorre para a insustentabilidade dos projetos tradicionais na região.
- d) A falta de esclarecimento sobre a importância do cerrado (socioeconomia, cultura e meio ambiente) expõe o bioma a avidez do agronegócio e ao descaso com os empreendimentos insustentáveis implantados.
- e) A migração dos jovens para outros centros em busca de emprego e renda afugenta possíveis lideranças comunitárias. Essa condição se agrava com os elevados índices de analfabetismo, pobreza econômica, e rapidez com que se instala o agronegócio na região. Sem a participação efetiva da comunidade organizada é difícil sensibilizar o governo para o reconhecimento de uma nova proposta de assentamento.

7. Considerações finais

Os modelos alternativos de assentamento de trabalhadores rurais foram incorporados à sistemática de ação do Governo Federal após pressão exercida por comunidades organizadas. Os projetos de assentamento agroextrativistas surgiram das ações dos seringueiros do Estado do Acre liderados por Chico Mendes; os projetos especiais de remanescentes de quilombos pela pressão de comunidades negras e intelectuais; os projetos de assentamento sustentáveis do Sul do Estado do Pará tiveram importância a partir das ações lideradas pela irmã Dorothy Stang; a articulação exercida pela cooperativa de pescadores no Estado do Pará fez surgir os PAE's nas ilhas, e a organização de quebradeiras de coco no Maranhão conquistaram o direito ao babaçu livre após intensos conflitos.

Os projetos de assentamento tradicionais reconhecidos no Plano Nacional de Reforma Agrária não apresentam sustentabilidade social, econômica ou ambiental quando praticados de forma unilateral, sem ajustes para atender as peculiaridades regionais. Com este entendimento foram criados os assentamentos florestais, sustentáveis e agroextrativistas para regiões

específicas de florestas, quando os saberes locais e a diversidade sociocultural e ambiental são considerados.

Diferente das Unidades de Conservação da Natureza, que definem suas áreas por expoentes naturais, os Projetos de Assentamento Agroextrativistas para o cerrado podem ocorrer nas condições naturais do ecossistema (excluídas as áreas de beleza cênica e outras) fragilizadas pela intensa pressão econômica e suas implicações. A modalidade agroextrativa de assentamento proposta para o cerrado transcende a importância ambiental, na medida em que insere a valorização da cultura e das tradições nas ações de desenvolvimento.

Os projetos de assentamento agroextrativistas para as áreas sob vegetação de cerrado propõem atender aos interesses da região, e se apresenta como alternativa ao agronegócio e ao extrativismo predatório instalados. Corresponde a uma forma de garantir incentivos do Governo Federal mediante a criação de projeto de assentamento, para estabelecer sítios de preservação da diversidade ambiental e cultural do cerrado, a exemplo dos PAEs implantados nas ilhas e várzeas no Estado do Pará.

Em conclusão, os Projetos de Assentamento Agroextrativistas propostos (PAE Cerrado) devem emanar dos anseios das comunidades tradicionais, comprovadamente sustentáveis. A metodologia deve estabelecer uma estrutura socioeconômica capaz de incorporar os conceitos da agroecologia, e os procedimentos adotados devem permitir serem replicados em outras regiões, onde a condição natural de cerrado ainda persista.

Referência Bibliográfica

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre; Ed. Universidade/UFRGS. 1998. 468p.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A.C. O que são Assentamentos Rurais. Brasiliense, São Paulo. 1996. 96p.

CALDEROM, S.S. et. al. Recursos Naturais e Meio Ambiente: uma visão de Brasil. Rio de Janeiro. IBGE, Departamento de Recursos Naturais, 1992. 154p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr/mai, 2002.

CARNEIRO, M. Agricultura familiar e grandes projetos no Maranhão na década de 90: Resultados e perspectivas. Fórum Carajás: São Luís, 1999.

RADAMBRASIL. Levantamento exploratório - reconhecimento de solos do Estado do Maranhão. vol 1, Rio de Janeiro, 1986, 250 p.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. Modelo Agroecológico de Desenvolvimento Rural para os Projetos de Reforma Agrária no Cerrado. Disponível em: <http://www.icarrd.org/fr/icard_doc_down/others_nead2.pdf> Acesso em: 25.09.2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o Desenvolvimento Rural Sustentável, Revista RURIS, v.2, n.2, UNICAMP, janeiro de 2009. ISSN 1980-1998. No prelo.

Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST

Rafael Litvin Villas Bôas

Jornalista, Mestre em Comunicação Social e Doutorando em Literatura Brasileira pela
Universidade de Brasília (UnB)

Endereço profissional: Departamento de Teoria Literária e Literaturas
ICC Ala B Centro - sala B1 - 305 - sobreloja Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - Brasília - Distrito Federal - DF CEP: 70910-900 - BRA – Brasil
Telefone: (55) 61 - 307 2357 Telefax: (55) 61 - 273 7016
Endereço eletrônico: rafaelcultura@gmail.com

Resumo

A tentativa da elite ruralista do país de associar as ações do MST com os atos de grupos terroristas contemporâneos, em sintonia com os meios de comunicação hegemônicos, é o objeto de reflexão do artigo. Essa manobra é evidenciada pela análise de dois documentos – uma reportagem da revista de maior circulação do país e um encaminhamento de projeto de lei no Congresso Nacional – e das conexões existentes entre eles. Mediante desconstrução dessa associação, pretende-se também expor o contraponto do argumento acusatório do caráter violento do MST, por meio da reunião de dados de pesquisas que indicam como áreas violentas aquelas inerentes aos pólos de expansão do agronegócio.

Palavras-chave: meios de comunicação hegemônicos; criminalização; terrorismo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); agronegócio.

Resumen

Terrorismo a la brasileña: la retórica de la vez de la clase dominante contra el MST

El intento de la elite rural del país de asociar las acciones del MST con los actos y grupos terroristas contemporáneos, en sintonía con los medios de comunicación hegemónicos, es el objeto de análisis del artículo. Esa maniobra es evidenciada por medio del análisis de dos objetos – un reportaje de la revista de mayor circulación del país y una diligencia de proyecto de ley en el Congreso Nacional – y de las conexiones existentes entre ellos. Mediante desconstrucción de esa asociación se pretende también exponer el contrapunto al argumento acusatorio del carácter violento del MST, a través de reunión de datos de investigaciones que indican como áreas violentas a aquellas inherentes a los polos de expansión del agronegocio.

Palabras-clave: medios de comunicación hegemónicos; criminalización; terrorismo; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST); agronegocio.

Abstract

Brazilian's Terrorism: the dominant class' speech against the MST

The attempt of the Brazilian agribusiness dominant class to link the political actions of the MST with the terrorist actions of contemporary such groups, through the media of the great press, is the object of analysis of this paper. This maneuver can be evidenced by the analysis of two objects – an article published in a major press magazine and a referral of a bill in Congress – and the existent connections between them. In deconstructing this

association it is intended to expose the counterpoint of accusatory argument of the violent character of the MST, by exposing the data that indicates that the violent areas are those related to the agribusiness expansion.

Keywords: hegemonic media; criminality, terrorism, Landless Workers Movement (MST); agribusiness.

Introdução

A situação do camponês do Brasil é pior do que a de um cão. Sim, porque os cachorros podem ao menos escolher o lugar onde se deitam e têm liberdade de ação, enquanto que o nosso caboclo tem que se sujeitar às fétidas pocilgas que o senhor da terra lhe dá para morar, ficando tão endividado diante do regime do vale, que só fugindo da fazenda poderá temporariamente fugir da escravidão. Paga o nosso homem do campo pelo crime de ser trabalhador. (Cândido Portinari, em entrevista ao jornal Hoje São Paulo: 17 de janeiro de 1947).

Sessenta anos após a declaração do pintor comunista Cândido Portinari (1903-1962), autor da famosa série “Os retirantes”, podemos notar que a despeito da diferença de contexto e da dinâmica do sistema agrário brasileiro, a primeira e a última frase da epígrafe acima citada ainda fazem jus à realidade dos trabalhadores rurais brasileiros. Ainda que a forma de exploração descrita por Portinari não seja mais o vetor dominante, interessa notar que ela ainda persiste, em conjunto com as técnicas modernas de superexploração do trabalho no campo, agenciadas pelo agronegócio. Focos de trabalho escravo convivem harmonicamente com fazendas bem equipadas voltadas para o plantio em larga escala de soja para exportação: retrocesso e modernidade são faces recíprocas da dinâmica de acumulação de capital pela via fundiária brasileira.

Enquanto o progresso é privilégio da pequena fração de proprietários, aos trabalhadores rurais sem terra, punidos pelo crime de serem trabalhadores, se descortinam dentre outros os seguintes destinos: a marginalização nos centros urbanos como consequência do abandono, ou da expulsão, da vida no campo, a submissão a uma das inúmeras variedades de subemprego que se apresentam no campo, ou o engajamento em algum movimento social de massa que lute pela reforma agrária, em busca de uma porção de terra para tirar o sustento da família.

O Brasil assistiu nas décadas posteriores à redemocratização ao acirramento das contradições da questão agrária: de um lado, a progressiva aliança entre latifúndio e capital transnacional do agronegócio intensifica a matriz colonialista do projeto agroexportador brasileiro, de outro lado, os movimentos sociais de massa do campo, cujo maior expoente é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), acumularam força e experiência no enfrentamento permanente contra o latifúndio e atualmente apresentam um grau de maturidade e complexidade de suas organizações como nunca antes ocorrera na luta camponesa brasileira (FERNANDES: 2005).

Esse grau de organização do MST implica no aumento das ocupações de terra, em ações organizadas nacionalmente, e por consequência em maior pressão política em defesa da política da reforma agrária, da soberania alimentar, da distribuição de créditos agrícolas, contra a liberação dos alimentos transgênicos e contra a presença indiscriminada das empresas multinacionais que atuam na área de monocultivo de eucalipto, de pinus, de soja, cana e algodão.

Em represália, os latifundiários e grupos empresariais que se beneficiam da concentração da terra no Brasil atacam permanentemente o MST por meio de publicidade comercial paga na TV, nos jornais, nas revistas e nos *out-doors*, pela linha editorial dos telejornais, programas de rádio, jornais e revistas, pelas diversas instâncias da via jurídica e pela via parlamentar, por meio da ação organizada da bancada ruralista.

A imagem do perigo para os incluídos é a representação dos excluídos do mundo do trabalho

A imagem de Brasil generalizada pelos meios de comunicação de massa é uma imagem supressiva de nação, uma imagem de país em ascenso que não corresponde ao país real. Todavia, com a derrocada do último ciclo de modernização conservadora, é cada vez mais comum que a tragédia da iniquidade social brasileira não permita aos meios de comunicação de massa sequer o logro da representação de país em progresso. Nesses casos, a solução é a representação hipertrofiada do problema, descontextualizando causalidades, suprimindo contradições, e ofuscando a lucidez ao inflacionar o sentimento de pavor e pessimismo, rentáveis do ponto de vista material – para a indústria da segurança – e do ponto de vista ideológico – votos a mais para a bancada do fascismo à brasileira.

Sabemos que não são os meios de comunicação de massa que produzem a desigualdade social, porém eles dela se beneficiam, e por meio de sua cumplicidade com os poderosos aumentam sua margem de lucro, a despeito do agravamento da segregação para o qual contribuem.

A forma de abordagem desses meios em relação aos movimentos sociais de massa é responsável pela produção da incompreensão, da ignorância em relação às causas, motivações e métodos de ação desses movimentos. A parcialidade dos meios na forma de abordagem faz frutificar, da ignorância consentida, a intolerância, o medo, e o ódio.

A absoluta intolerância e violência simbólica destinada às formas de auto-organização popular têm a ver com a aposta incondicional na estrutura de Estado criado pela elite para garantir a manutenção de seus privilégios, extraindo mais valia da perpetuação da desigualdade social brasileira.

A abordagem telejornalística e da mídia impressa chega a produzir paradoxos: faz com que pessoas desamparadas pelo Estado achem que esse mesmo Estado deva agir “de forma firme” com aqueles que se organizam para protestar contra essa lógica de exploração.

Os dois principais eixos de ataque dos meios de comunicação hegemônicos aos movimentos sociais de massa

De modo geral, os eixos estruturantes de todas as reportagens, matérias e editoriais dos meios de comunicação hegemônicos, que se referem à luta pela reforma agrária e, em particular, às ações do MST, estão associados aos seguintes pólos pejorativos:

Barbárie/Progresso

A reforma agrária é representada como algo ultrapassado. O critério estabelecido é o da quantidade da produção, daí a imagem clichê da enxada X trator.

A luta organizada do MST é associada a um resquício de barbarismo na sociedade moderna, como última mancha a ser purgada.

O eixo do sistema do agronegócio, escorado no investimento do monocultivo para exportação, que mantém o mesmo princípio de produção da fase de exploração do Brasil colônia, é representado como o setor de ponta do país, a despeito dos danos ambientais, do desemprego e do fluxo migratório do campo para a cidade, do alto montante de investimento público aplicado nesses empreendimentos privados, e do fato da maior parte do lucro obtido ser remetido para as sedes das transnacionais.

Ordem/Desordem

As ações do MST são sempre vinculadas à ilegalidade. Os artigos que compõem o código agrário da Constituição Federal – uma conquista no âmbito legal – são sistematicamente omitidos pela grande imprensa.

A auto-organização popular como forma de resolução dos problemas da população pobre, em contraposição a um Estado montado para garantir privilégios dos ricos, é sempre

desestimulada por meio da associação dessa prática com atos de baderna e violência arbitrária.

Há o interesse de desvincular as causas do movimento, de suas ações, para impedir o raciocínio de que nossas ações visam à construção de uma ordem que atenda as demandas populares.

Diante da intersecção desses dados, podemos notar que o monopólio dos meios de comunicação de massa por parte da elite é na atualidade um dos obstáculos principais à tentativa dos movimentos sociais de massa estabelecerem uma relação produtiva de politização, conscientização e engajamento, com a maior parte da população pobre vítima das conseqüências do sistema regido pelas leis do capital.

Ocupação de terra como ação terrorista: manifestação da pretensão cosmopolista da bancada ruralista na CPMI da Terra

A retórica da vez do império norte-americano para justificar a invasão e o massacre do Afeganistão e do Iraque é a luta contra o terrorismo, que eles embalam com termos como “ocupação” e “guerra preventiva”.

No Brasil, a ocupação de terras, e mais recentemente de terrenos e construções abandonadas em áreas urbanas, é uma tática de sobrevivência respaldada pelos direitos constitucionais, de que a massa espoliada da população tem feito uso para garantir seu direito à existência. Essas táticas contestam frontalmente os princípios de acumulação de capital e o direito à propriedade como algo maior do que o direito à vida.

Como a elite brasileira depende da vigência desses princípios ideológicos e, principalmente, precisa fazer com que sejam aceitos por todos – mesmo entre os que não têm propriedade e não podem acumular capital – para garantir seu poder enquanto classe dominante, ela tem que sofisticar suas técnicas de manipulação e coerção para lidar com as confrontações de classes populares que possam abalar seu estatuto de universalidade.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que os meios de comunicação hegemônicos têm como regra absoluta sempre substituir o termo “ocupação” por “invasão”, para transmitir a idéia de que se trata de uma ação de bandidos, que pode se estender para todo o país, para as propriedades da cidade, para as propriedades produtivas, etc. O objetivo é gerar cumplicidade com o ponto de vista conservador pelo apelo ao pânico generalizado. Cabe ressaltar que as ilegítimas invasões dos EUA em diversos países pobres do mundo, em geral acompanhadas de brutais massacres, são chamadas pelos mesmos meios de “ocupação”.

Se a ladainha dos meios de comunicação de massa e o poder coercitivo do aparato policial já não são suficientes, resta o apelo à mudança das leis. É isso que sugere, por exemplo, o projeto de lei PL 7485/06, encaminhado pelo deputado federal da bancada ruralista Abelardo Lupion, do DEM do Paraná, para votação no Congresso.

O relatório do deputado federal Abelardo Lupion aprovado pela maioria dos parlamentares integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, do Congresso Nacional, em setembro de 2006, encaminhou para votação dois projetos de lei sugerindo que a ação de ocupação de terras como forma de pressionar o Estado a realizar a reforma agrária, como tática de combate ao latifúndio, à grilagem de terras e ao uso irregular de terras brasileiras por empresas multinacionais, seja considerado crime hediondo e ação terrorista.

Nesse estudo nos concentraremos na interpretação do significado do projeto de lei PL 7485/06, sobre ação terrorista, por entendermos que esse projeto traz a novidade de associar o conflito agrário brasileiro ao tema do terrorismo, que passou a ter forte apelo midiático depois do atentado em Nova York em setembro de 2001. O projeto do crime hediondo (PL 264/06 do Senado Federal), também de extrema gravidade, é contudo apenas o acirramento da manobra de criminalização dos movimentos sociais do campo brasileiro.

PL 7485/06: Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, para prever o ato terrorista de quem invade propriedade alheia com o fim de pressionar o governo.

A título de análise, transcrevemos abaixo a íntegra da justificativa desse projeto de lei:

O terrorismo é um dos crimes mais multifacetados da história contemporânea. Se apresenta na forma de fundamentalismo religioso no Oriente Médio, sob a forma de insurrecionismo étnico nos Bálcãs, sob a forma de independentismo nacional na Espanha, etc. O terrorismo, que é, eminentemente, um movimento político, se adapta à realidade social, econômica e cultural do local onde se exterioriza. No Brasil, tem se manifestado na forma de inclusionismo sócio-econômico, por meio do qual associações de trabalhadores rurais sem-terra, por exemplo, reclamam a falta de participação social e econômica em razão de uma suposta negação estatal de direitos garantidos constitucionalmente, e, por meio da violência, buscam pressionar o governo a transformar tais direitos abstratos em realidade concreta. As ações perpetradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são inaceitáveis perante o nosso ordenamento constitucional. Aterrorizam por meio de invasões a propriedades legalmente adquiridas por cidadãos brasileiros, muitas vezes até mesmo produtivas – em afronta aos princípios da propriedade privada e da função social da propriedade, anunciados no art. 170 da Constituição Federal –, e, assim fazendo, põem em risco a economia brasileira e à regularidade dos contratos. Por meio do terror, que, em 2002, afetou, inclusive, o então Presidente da República, pressionam o governo a materializar direitos ou a apressar políticas anunciadas.

Esse tipo de terrorismo, próprio da realidade brasileira, não deve ser aceito e deve ser punido com o mesmo rigor que as mesmas formas de atos terroristas previstas em nossa Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), pois, de forma equivalente, afeta a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito (art. 1º, I e II, da Lei de Segurança Nacional). Enfim, tais ações fragilizam o Estado.

Com este projeto tornado lei, buscamos dar resposta eficaz ao estágio que chegou esse tipo de terrorismo, que impõe inaceitável desrespeito à liberdade social e à autoridade do Estado e fragilização do processo jurídico-democrático, o qual, há vinte anos, vem se consolidando em nosso país.

Essa foi a primeira manifestação, no parlamento brasileiro, de adoção da retórica da vez do império norte-americano – para justificar arbitrariamente a expansão de seu domínio militar, econômico e político para o Afeganistão e o Iraque – com o objetivo de intervir juridicamente na questão agrária nacional. Segundo Judith Butler (2006), o governo de George W. Bush interpretou a ação terrorista contra o território dos EUA, em 11 de setembro de 2001, como uma declaração de guerra, a despeito de a ação não ser vinculada à decisão de política exterior de nenhum país. Com essa interpretação, não questionada pela grande imprensa, o governo conseguiu justificar a resposta militar como ato de auto-defesa.

Al recurrir a este término [terrorista], los Estados Unidos se posicionan exclusivamente como víctima súbita e indiscutible de violencia, incluso cuando no hay duda de que la haya sufrido. Pero una cosa es sufrir violencia y otra muy distinta es utilizar el hecho para fundamentar un marco en que el dano padecido autorice una agresión sin limites contra blancos que pueden o no estar relacionados con el origen de nuestro sufrimiento. (*op. Cit.*, p. 28)

De acordo com Agamben, a novidade do *USA Patriot Act*, promulgada pelo presidente Bush, está em “anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável” (2004, p. 14).

A adoção do termo “terrorista” pela bancada ruralista para designar as ações do MST e demais movimentos sociais de massa do campo brasileiro, que usam a mesma tática de

ocupação, lança luz sobre a estratégia arcaica dessa fração da elite brasileira para perpetuar a concentração de terra, e conseqüentemente o poder econômico e político em mãos de poucas famílias e grupos econômicos. Essa classificação inclui os sem terra no rol dos sujeitos potencialmente desestabilizadores do sistema, do *status quo*. De vítimas da concentração de riqueza, os sem terra passam a condição de algozes.

A análise da justificativa do PL 7485/06 pode auxiliar o entendimento sobre a forma como as relações de poder entre classe dominante e trabalhadores está historicamente assentada no Brasil.

A descrição do terrorismo como um crime multifacetado que “se adapta” às realidades locais em que se exterioriza sugere a imagem do terrorismo como um vírus, como dinâmica desprovida de causalidade, que é externa à realidade do contexto em que surge, por isso se adapta em cada local, como se os conflitos no Oriente Médio, nos Bálcãs, e na Espanha não tivessem motivações internas que explicassem o surgimento destes movimentos “eminenteemente políticos”, como diz o texto.

A adaptação brasileira do terrorismo seria o “inclusionismo sócio-econômico”: a organização de trabalhadores para reivindicar direitos constitucionalmente garantidos é encarada como ato violento pela classe dominante brasileira. As palavras e expressões “suposta” antes de “negação estatal”, “por meio da violência” e “direitos abstratos em realidade concreta” indicam o ponto de vista de classe do grupo que formulou tal projeto: a ação de auto-organização popular para conquistar os direitos garantidos legalmente é desqualificada pela classe detentora dos meios de produção, pois a iniciativa ameaça explicitar a lógica de violência e acumulação de capital que garante o monopólio do poder e dos direitos para o grupo minoritário da elite nacional, ou seja, no limite essa ação ataca a hegemonia da voz do poder soberano, expondo como a promessa de universalidade da lei é uma medida retórica para garantir a concentração de poder.

Quando os aliados das garantias legais se organizam, a elite não tarda em duvidar da lei para todos – “direitos abstratos em realidade concreta”. Não é natural que os condenados à exploração de sua força de trabalho, ou à marginalização social, se organizem para cobrar a efetivação de direitos garantidos constitucionalmente. Diante disso, é preciso garantir juridicamente o respaldo para o uso da força. O poder soberano requer para si o direito de manipular arbitrariamente a lei em seu benefício próprio.

A ação de movimentos sociais de pressionar o governo “a materializar direitos ou a apressar políticas anunciadas”, algo que deveria ser considerado como legítimo num Estado democrático de direito, merece segundo o projeto de lei a punição sob os critérios da Lei de Segurança Nacional, evocada com freqüência para justificar a arbitrariedade da violência do último ciclo do regime militar no Brasil.

Precedente: a importação da retórica do terrorismo via revista Veja

Com graus diversos de gradação adjetiva, os meios de comunicação da grande imprensa televisiva, radiofônica e escrita há tempos associam os trabalhadores dos movimentos sociais à condição de baderneiros, vagabundos, etc.

Cabe notar que a tentativa de a elite brasileira tirar proveito do clima de terror e pânico disseminado pelos EUA depois do atentado de 11 de setembro de 2001 teve início com reportagens da grande imprensa, como a intitulada “Madracais do MST” da revista Veja (WEINBERG, p. 46-49) em que o modelo pedagógico desenvolvido pelo MST é associado ao modelo muçulmano, que por sua vez é ligado preconceituosamente à imagem de crianças “aprendendo a odiar” judeus, jogando pedras e empunhando fuzis – imagens essas muito difundidas por agências de notícias do mundo ocidental.

Nessa edição, a reportagem especial de Veja abordava o atentado terrorista ocorrido numa escola em Beslan, na Rússia, no dia 03 de setembro de 2004, que resultou na morte de mais de 200 pessoas. Com muitas imagens do ocorrido, descrições dramáticas na legenda das fotos, e texto centrado no pressuposto da civilização ocidental cristã, com muito preconceito e poucas informações, a reportagem destilou suposições infundadas, como a

associação – carente de provas – entre os militantes separatistas da Chechênia e o grupo terrorista da Al Qaeda.

A matéria sobre as escolas do MST, que precedia a reportagem do atentado na Rússia, só pode ser entendida mediante sua associação com a reportagem do atentado, na medida em que não há nada na matéria que indique qualquer associação das escolas do MST com as escolas muçulmanas.

O gancho aproveitado pela equipe da revista foi o medo do terror. No alvo da edição, todos os grupos organizados que contestam a ordem estabelecida. Na generalização operante, MST e Al Qaeda são organizações que se assemelham pelo perigo que apresentam, de imediato ou a médio prazo, para cidadãos como os leitores de *Veja*, alçados a condição de vítimas da ação organizada desses grupos. Nessa edição da revista, a narrativa implícita que se estabelece entre as reportagens induz ao raciocínio de que o futuro das crianças ingênuas que aprendem nas escolas do MST “o ódio e os ensinamentos para a ação revolucionária” é a prática de atentados como o de Beslan, na Rússia. “Da mesma forma que os internos dos madraçais, as crianças do MST são treinadas para aprender aquilo que os adultos que as cercam praticam: a intolerância” (*op. Cit*, p. 49), conclui a reportagem. Noutras palavras, o que o texto quer insinuar é: “não podemos deixar com que o MST perdure, pois a existência do MST ameaça nosso futuro”.

Por ser um texto de característica panfletária, há o predomínio do caráter opinativo sobre o caráter informativo, decorre daí o paradoxo entre texto e imagens (de crianças felizes estudando e brincando no pátio, sem nenhum indício de aprendizado do ódio), e entre o que seria o problema abordado – a demanda não suprida de escolarização nas áreas de reforma agrária e as providências que foram tomadas para saná-la – e o enviesamento do tema conferido pela equipe da revista: a associação com grupos muçulmanos terroristas.

“O Sete de Setembro virou o “Dia dos Excluídos”, e a Independência do Brasil é grafada entre aspas. “Continuamos dependentes dos países ricos”, justifica o professor de história da escola Nova Sociedade, Cícero Marcolin. No ano passado, seus alunos aproveitaram o Dia da Independência, ou “independência”, para sair em passeata pelas ruas da cidade carregando faixas com críticas à Área de Livre Comércio das Américas” (*op. Cit*, p. 47-48), descreve a reportagem, em tom irônico, sugerindo que a idéia seria um despropósito.

O conjunto de paradoxos da reportagem, que elucida o caráter arbitrário da manipulação dos dados, explicita também o ponto de vista de que esse grupo editorial compartilha: uma escola que ensine crianças a se indignar contra as diversas formas de injustiça, que assuma uma perspectiva engajada no enfrentamento das mazelas nacionais, e que proponha um modelo de organização social e produção agrária compatível com a vida delas, como é o caso da agricultura familiar, é uma ameaça para o padrão hegemônico de representação da realidade de que a revista é cúmplice e mantenedora, logo, esse modelo não pode ser tolerado, pois ameaça, em última instância, as relações estruturais de poder, em sua vigência contemporânea.

Portanto, dada a rapidez com que a grande imprensa local teceu as arbitrárias associações entre ação do MST e terrorismo internacional, não seria infundada a hipótese de que a imprensa tenha pautado o tema no parlamento, inclusive porque no Brasil parte da elite está calcada na tríade de poder: concentração da terra, monopólio dos meios de comunicação de massa e poder político nas diversas instâncias do parlamento brasileiro.

A despeito do descompasso da associação de trabalhadores rurais com militantes treinados militarmente por organizações com motivações completamente distintas da reforma agrária, chama a atenção o esforço dos meios de comunicação de massa por naturalizar a comparação, ofuscando as inúmeras dessemelhanças, e reforçando a imagem de uma alteridade perigosa, a alteridade dos excluídos do mundo do trabalho.

O giro em falso do discurso sobre a violência do MST

Mas que violência cometem os militantes do MST? Os dados da Comissão Pastoral da Terra sobre assassinatos no campo desmentem contundentemente a idéia de que o MST e outros movimentos sociais são os sujeitos da violência. Entre 1985 e 2004 foram 1379 trabalhadores rurais assassinados. Desses, 75 foram a julgamento, e apenas 15 mandantes e 64 executores foram condenados¹. A violência atribuída ao MST é aquela representada pela classe que entende como violento o ataque às suas propriedades improdutivas, que entende por violenta a ação que em nome do direito à vida compreende que esse princípio é prioritário se comparado ao direito à acumulação de capital.

No dia 28 de fevereiro de 2007 o jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem especial divulgando os resultados da pesquisa sobre o mapa da violência no Brasil. Das dez cidades mais violentas do país, cinco – Colniza, Juruena, São José do Xingu e Aripuanã, todas em Mato Grosso, e Tailândia (PA) – fazem parte da mais nova fronteira agrícola brasileira. Ou seja, as áreas mais violentas do país estão no território “bem sucedido” do agronegócio brasileiro, locais em que a regra é o desmatamento da floresta, para exploração ilegal de madeira, a grilagem de terras, e a prática predatória de monocultivo de soja. Não há melhor exemplo para explicitar a tese: a fronteira da “modernidade” brasileira é também o espaço em que a barbárie está mais presente. O progresso da elite depende da superexploração e do sangue da mão de obra espoliada proveniente das classes populares.

Por que não há comoção no caso dos brasileiros assassinados nas áreas de fronteira agrícola? Por que as mortes bárbaras não são noticiadas até as últimas conseqüências, isto é, até que os cartolas dos esquemas mafiosos sejam desmascarados e presos? Para a classe dominante brasileira, essa barbárie é debitada na conta dos efeitos adversos, porém necessários, do progresso, ou melhor, do aumento de sua margem de lucros. Os brasileiros índios, negros, caboclos, mestiços habitantes dessas regiões não são tão humanos aos olhos dos meios de comunicação de massa, a ponto de merecer um tratamento melodramático, que clame por justiça, aumento da repressão, endurecimento das penas... A manutenção dos índices de progresso da classe dominante é o agravamento da segregação sócio-racial brasileira.

Notemos como Reinaldo Azevedo, um dos articulistas de direita, interpreta, em seu blog, os dados noticiados pela reportagem:

Está comprovado — de novo, pela enésima vez — de que se trata de uma balela a suposição de que a violência tem origem social, motivada pela pobreza, pelo baixo crescimento econômico ou seja lá que explicação as esquerdas pretendam dar.

Está comprovado que uma das causas da violência é a falta de Estado. Vejam lá. As cidades mais violentas ou estão em áreas de fronteira – na divisa com outros países – ou são fronteiras econômicas. Sabem o que isso significa? Que a responsabilidade é federal. A quem cabe vigiar essas regiões? À Polícia Federal. Esses crimes nada têm de “social”: ou estão ligados ao tráfico de drogas e de armas ou à pistolagem².

O que Azevedo interpreta como falta de Estado pode ser interpretado pelo outro lado da moeda: nesses locais em que o Estado não está presente rege a lei única e exclusiva do mercado. Os princípios do liberalismo, aplicados na prática, sem qualquer regulação, são responsáveis pela situação de barbárie generalizada. A grande imprensa pode até mostrar os dados, desde que à interpretação sobre o mapa da violência não incrimine a classe de seus senhores.

¹ Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2005. Goiânia: CPT Nacional, 2006.

² O blog encontra-se no seguinte endereço <http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/>

Conclusão

Num primeiro olhar, poderíamos fechar a interpretação do problema caracterizando o caráter provinciano, arbitrário, e algo ridículo da elite brasileira, que para se inserir na retórica da elite cosmopolita, e dela se beneficiar, força a mão para transformar o sem terra num sujeito tão perigoso quanto supostamente é um militante da *Al-Qaeda*.

Por outro ângulo, podemos notar que essa manobra explícita a atualidade do conflito agrário brasileiro, pois o fato dele ser tão pungente exige da elite local um tratamento com padrão internacional de repressão. O vigor da polêmica sobre a pertinência da reforma agrária, a força dos movimentos sociais organizados em torno da questão, o desajuste da tática adotada pela direita colaboram para a explicitação da desfaçatez do argumento, também bastante disseminado pelos meios de comunicação hegemônicos, de que a reforma agrária é uma proposta ultrapassada, arcaica, que não há mais sem terras e latifúndios em quantidade suficiente para legitimar a questão.

Os acontecimentos recentes indicam o drástico acirramento do processo de criminalização e tentativa de eliminação dos movimentos sociais de massa, haja vista a tática de terceirização da violência, via contratação de milícias profissionais de segurança por multinacionais, visando a acuação da luta e a eliminação direta de militantes, como a ação da multinacional *Syngenta Seeds* e dos “jaguinhos” da NF Segurança, no Paraná, contra militantes da Via Campesina, que culminou na morte do militante Valmir Mota de Oliveira, o Keno, em 21 de outubro de 2007³. Ou ainda, os recentes despejos ilegais de acampamentos em Coqueiros do Sul (RS), em junho de 2008, com base em processos não transitados e não julgados, como medida de “ataque preventivo” sob o argumento de que o MST ameaça o Estado democrático de direito, e por isso deve ser tratado pelas forças de segurança pública como inimigo da ordem⁴. As intenções declaradas do Ministério Público do Rio Grande do Sul no intuito de adotar estratégias para proibir o deslocamento de trabalhadores Sem Terra, intervir em escolas de assentamento, criminalizar lideranças e integrantes e desativar os acampamentos do MST no RS, sustentadas com base em relatório que tem como uma de suas referências reportagens de veículos da grande imprensa brasileira, como a revista *Veja*, ilustram o grau de articulação entre poder judiciário e poder midiático, e a cumplicidade e conivência de setores do Estado brasileiro, como as forças de segurança pública, com o ponto de vista da classe dominante.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BRECHT, Bertolt. O círculo de giz caucasiano: In Teatro Completo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BUTLER, Judith. Vida precária: el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

³ O vídeo produzido pela Brigada de Audiovisual da Via Campesina aborda o caso: *Nem um minuto de silêncio – Fora Syngenta do Brasil* (<http://br.youtube.com/watch?v=WR80MuXHXIA>).

⁴ Vide a leitura da carta dos movimentos sociais do Rio Grande do Sul à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal e Assembléia Legislativa: <http://br.youtube.com/watch?v=-rogHIQuMow&url=http://www.agenciasubverta.blogspot.com/>

_____. Espacio, resistência y lucha. La resistência de los campesinos sin tierra em Brasil. In Ensayo brasileño contemporáneo. Habana, Cuba: Editorial de Ciências Sociales, 2005.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária. Petrópolis: Vozes, 1984.

MELO, João Alfredo Telles (org.). Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Senado Federal, 2006.

WEINBERG, Monica. Madraçais do MST. In Revista Veja. São Paulo: Editora Abril, edição 1870, ano 37, nº 36, 08 de setembro de 2004.

ZIZEK, Slavoj. De homo otarius a Homo sacer. In Bem-vindo ao deserto do Real! São Paulo: Boitempo, 2003.